



Plano Territorial Desenvolvimento Rural

Sustentável

Território

CARIRI



PTDRS CARIRI

PRESIDENTE DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
Afonso Florence

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Cid Ferreira Gomes

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Jerônimo Rodrigues Souza

DELEGADO FEDERAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ
Francisco Nelsieudes Sombra de Oliveira

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
José Nelson Martins de Sousa

INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ
Francisco Celso Crisostomo Secundino

GRUPO TÉCNICO PELA TERRITORIALIZAÇÃO DO CEARÁ - GTT

Amelia Carmelita Gurgel dos Anjos	Técnica Instituto Agropolos do Ceará
Antonia Almeida Duarte	Coordenador CODET/MDA
Antonio Lacerda Souto	Articulador Estadual da SDT/MDA
Antonio Marcos Vieira de Castro	Secretario - CEDR
Cleber Leite Pereira	Técnico – SDA/ Agropolos
Luis Carlos dos Santos	Agente Desenvolvimento Econômico - SDT/MDA
Maria de Fátima Costa Fernandes	Assessora EMATERCE
Olimpio Ferreira Queiroga Neto	Articulador Estadual da SDT/MDA
Raimundo Adolfo Gurgel do Amaral Filho	Assessor - CEDR

B823p Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário
Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território do
Cariri – MDA/SDT/Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2011.
403p.: v 1. il

1. Territorialidade. 2. Desenvolvimento Sustentável I. Instituto
Agropolos do Ceará II. Título

CDD: 304.2

Catálogo na fonte: Ruth Helena Linhares Leite, CRB₃- 403.

**MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
TERRITORIO DA CIDADANIA**

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E
SUSTENTAVEL DO TERRITÓRIO DO CARIRI**

**CEARA
2011**

COORDENAÇÃO NACIONAL

Carlos Umberto Osório Castro - SDT/MDA

Carleuza Andrade da Silva - SDT/MDA

COORDENAÇÃO TERRITORIAL

Plenária Geral Territorial do Cariri

Núcleo Técnico do Território do Cariri

EQUIPE PROPOSITIVA DOS COLEGIADOS TERRITORIAIS

COMITÊS TEMÁTICOS E SETORIAIS

Comitê de Ações Fundiárias

Comitê de Direito e Desenvolvimento Social

Comitê de Educação e Cultura

Comitê de Gestão Territorial

Comitê de Infraestrutura

Comitê da Organização Sustentável da Produção

Comitê da Saúde, Saneamento e Acesso a Água e Meio Ambiente

ASSESSOR TÉCNICO TERRITORIAL

Pedro Neto Lobo Soares

Administrador

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Amélia Carmelita Gurgel dos Anjos

Pedagoga

Antonio Lacerda Souto

Pedagogo

Aurélio Magno Lopes de Oliveira

Eng^o Agrônomo

Catarina Maria Rabelo

Ms Sociologia

Carlos Freires de Lima

Tecnólogo em Irrigação

Elisângela Maria de Oliveira Sousa

Ms Políticas Públicas

Fabiola de Lima Gonçalves

Enfermeira

Florencia Furlotti

Pedagoga

Francisca Sinhá Moreira Evangelista

Ms Geografia

Francisco Eugênio de Oliveira Costa

Eng^o Agrônomo

Geórgia Medeiros Paiva

Esp. Saúde da Família

Janaina Carla Farias

Turismóloga

Jefferson Gonçalves Américo Nóbrega

Ms Engenharia Agrônômica

Jorge Pinheiro Lima

Eng^o Agrônomo

Josefa Cicera Martins Alves

Esp. Educação Ambiental

Leilamara do Nascimento Andrade

Ms. Engenharia de Pesca

Marcivania Mascarenhas Oliveira

Esp. Educação Ambiental

Maria Clara Gonçalves de Castro e Silva

Esp Saúde da Família

Maria Inês Mapurunga de Miranda

Geógrafa

Maria Lucia Vitoriano de Lima

Pedagoga

Mauricio Lima de Oliveira

Acadêmico de Agronomia

Nahyara Estevam Marinho

Ms Sociologia

Renato Araujo Bezerra

Administrador

Ruth Helena Linhares Leite

Bibliotecária

Vânia Margareth Rodrigues Bonfim

Ms Políticas Públicas

AGRADECIMENTOS

A todos que participaram deste processo, que privilegia as práticas humanas, aprendizagens que contemplam os saberes sociais, com o ideal de criar as condições sócio ambientais para conhecer, avaliar e agir sobre a realidade e ao mesmo tempo possibilitar as mudanças de comportamentos e transformações na construção de um plano territorial participativo nascido de uma nova concepção de gestão social.

E neste processo registramos aqueles e aquelas que foram precursores desta estratégia territorial em especial

Luiz Inácio Lula da Silva

Guilherme Cassel

Jose Humberto Oliveira

Camilo Sobreira de Santanna

Antonio Rodrigues Amorim

Marcelo Souza Pinheiro

José Bartolomeu Cavalcante

LISTA DE SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APA	Área de Proteção Ambiental
ASA	Articulação do Semiárido
BPC	Benefícios de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único
CAE	Comitê de Articulação Estadual
CAPS	Centro de Apoio Psicossocial
CEO	Centro de Especialidades Odontológicas
CEREST	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CMDS	Conselho Municipal para o Desenvolvimento Sustentável
CNDRRA (I)	Conferencia Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (I)
COGER	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos
CONAB	Conselho Nacional de Abastecimento
CONDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
Condraf	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável
CONPAM	Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
CRAS	Centro de Referência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CREDE	Centro Regional de Desenvolvimento da Educação
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EFA	Escola Família Agrícola
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
FUNDEB	Fundo da Educação Básica
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDACE	Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEPE	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPECE	Instituto de Pesquisas, Estudos, Cultura e Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDA	Ministério do desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MCid	Ministério das Cidades
MP	Ministério Público
NASF	Núcleo de Apoio a Saúde da Família
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
P1MC	Programa Cisternas de Placa para Captação de Chuvas
PAA	Programa de Aquisição Alimentar
PBF	Programa Bolsa Família

LISTA DE SIGLAS

PDRS	Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDTR	Programa Nacional de Documentação do Trabalhador Rural
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSE	Proteção Social Especial
PSF	Programa Saúde da Família
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RPPN	Reserva Particular de Patrimônio Natural
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SDA	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SDT	Secretária de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SEMACE	Superintendência de Meio Ambiente do Estado do Ceará
Semob	Secretaria de Transporte e de Mobilização Humana
Sesa	Secretaria Estadual de Saúde do Ceará
SINDAG	Sindicato da Indústria de Defensores Agrícolas
SISAGUA	Sistema Integrado de Vigilância de Qualidade da Água
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SSPDS	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
SUDEC	Superintendência de Desenvolvimento do Ceará
SUS	Sistema Único de Saúde
UC	Unidades de Conservação
ZCIT	Zona de Convergência Intertropical

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Mapa do Território do Cariri	45
FIGURA 2	Localização do Território do Cariri no Estado do Ceará	46
FIGURA 3	Distribuição por Grupos de Causas por Mortalidade Geral no Território Cariri e no Ceará, 2008.	96
FIGURA 4	Situação de Nascimento no Estado do Ceará e no Território Cariri no ano de 2009	106
FIGURA 5	Percentual do número de leitos por 1000 habitantes no Ceará e no Território Cariri, 2009.	117
FIGURA 6	Programa Arca das Letras, Cariri/CE	167
FIGURA 7	Mapa com os tipos climáticos predominantes no Território do Cariri, 2009.	202
FIGURA 8	Variação pluviométrica, Micro território Cariri Leste, 2009.	203
FIGURA 9	Variação pluviométrica, Micro território Cariri Central, 2009	203
FIGURA 10	Variação pluviométrica, Micro território Cariri Oeste, 2009	204
FIGURA 11	Compartimentação Geoambiental do Território do Cariri.	206
FIGURA 12	Bacias Hidrográficas do Território do Cariri- Salgado e Alto Jaguaribe.	209
FIGURA 13	Classes de Solos do Território do Cariri	218
FIGURA 14	.Unidades Fitoecológicas do Território do Cariri.	219
FIGURA 15	ICMS dos principais valores identificados entre municípios do Território do Cariri	246
FIGURA 16	PIB per capita do Território do Cariri – 2006 (R\$ 1,00)	247
FIGURA 17	Comparação da evolução do PIB per capita no Estado do Ceará e Território do Cariri (2003-2007).	247
FIGURA 18	Efetivo de rebanho de caprinos, suínos e bovinos do Micro Território I	259
FIGURA 19	Efetivo de rebanho de caprinos, suínos e bovinos do Micro Território II	260
FIGURA 20	Efetivo de rebanho de caprinos, suínos e bovinos do Micro Território III	260
FIGURA 21	Mapa do Geopark Araripe e Bacia Sedimentar, Cariri.	274
FIGURA 22	Número e área dos estabelecimentos rurais da agricultura familiar e não-familiar no Território Cariri, 2009.	282
FIGURA 23	Mapeamento dos Assentamentos no Território Cariri.	284
FIGURA 24	Representação gráfica de assentamentos rurais no Estado do Ceará e Território do Cariri, por tipo de posse	284
FIGURA 25	Mapeamento dos assentamentos em fase de homologação no Território Cariri.	285
FIGURA 26	Comunidade indígena Poço Dantas – município de Crato – CE	287
FIGURA 27	Demanda do número de agricultores cadastrados por município integrante do Território da Cidadania do Cariri/CE, 2009	293
FIGURA 28	Famílias atendidas com o Projeto São José no Território da Cidadania do Cariri/CE.	297
FIGURA 29	Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Central (2009-2012)	317
FIGURA 30	Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Central (2005-2008)	316
FIGURA 31	Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Central (2001-2004)	317
FIGURA 32	Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Leste (2009-2012)	322
FIGURA 33	Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Leste (2005-2008)	322
FIGURA 34	Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Leste (2001-2004)	323
FIGURA 35	Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Oeste (2009-2012)	328
FIGURA 36	Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Oeste (2005-2008)	328
FIGURA 37	Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Leste (2001-2004)	329

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 38	Transferência Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Cariri Central	340
FIGURA 39	Transferência Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Cariri Leste	340
FIGURA 40	Transferência Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Cariri Oeste	341
FIGURA 41	Transferência Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Cariri Central	343
FIGURA 42	Transferência Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Cariri Leste	343
FIGURA 43	Transferência Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Cariri Oeste	343
FIGURA 44	Transferência Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB), Cariri Central	345
FIGURA 45	Transferência Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB), Cariri Leste	345
FIGURA 46	Transferência Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB), Cariri Oeste	345
FIGURA 47	Comparativo de Recursos entre os Ministérios de Estado	362
FIGURA 48	Elementos do Processo da Gestão Social	363
FIGURA 49	Diagrama Organizacional do Colegiado Territorial do Cariri	365

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Distribuição da população do Território do Cariri por micro território, série histórica dos anos de 2007 a 2010 e a taxa de crescimento	27
TABELA 2	População residente, por grupos de idade e sexo (0 a 14 anos), segundo o micro território e municípios do Território do Cariri - 2010	29
TABELA 2.1	População residente, por grupos de idade e sexo (15 a 29 anos), segundo o micro território e municípios do Território do Cariri - 2010	31
TABELA 2.2	População residente, por grupos de idade e sexo (30 a 44 anos), segundo o micro território e municípios do Território do Cariri - 2010	33
TABELA 2.3	População residente, por grupos de idade e sexo (45 a 59 anos), segundo o micro território e municípios do Território do Cariri - 2010	35
TABELA 2.4	População residente, por grupos de idade e sexo (60 a 74 anos), segundo o micro território e municípios do Território do Cariri - 2010	37
TABELA 2.5	População residente, por grupos de idade e sexo (75 a 80 anos), segundo o micro território e municípios do Território do Cariri - 2010	39
TABELA 3	População Total, Urbana e Rural, Densidade Demográfica, Percentual da População do Território do Cariri, 2010	41
TABELA 4	Taxa Geométrica Total (urbana e rural) do Território do Cariri, 2010	42
TABELA 5	Micro Territórios, Municípios, Área, Acesso e Distância a Capital Fortaleza (Km) do Território do Cariri	46
TABELA 6	Nº de Famílias Beneficiadas, Total de Recursos do PAA no Território do Cariri	66
TABELA 7	Morbidade Proporcional por Doenças Crônicas no Território do Cariri	89
TABELA 8	Morbidade Proporcional por Doenças Transmissíveis no Território do Cariri	90
TABELA 9	Demonstrativo do número de casos novos notificados em 2009, incidência neste mesmo ano e nº de BK+ esperados para o mesmo ano.	92
TABELA 10	Mortalidade Proporcional por Grupos de Causas no Território do Cariri	98
TABELA 11	Número de Óbitos, Mortalidade Total e Infantil, no Território do Cariri em 2008	102
TABELA 12	Condições de Nascimento no Território do Cariri em 2008	104
TABELA 13	Tipos de Estabelecimentos da Atenção Básica e Especializada no Território do Cariri dados de 2008, 2009 e 2010.	114
TABELA 14	Oferta de profissionais Médicos/Especialidades por 1.000 habitantes no Território do Cariri, 2008	119
TABELA 15	Oferta de Profissionais de Saúde por 1.000 habitantes no Território do Cariri	121
TABELA 16	Percentual de Municípios com Abastecimento d água e com esgotamento sanitário do Território do Cariri, 2007.	124
TABELA 17	População alfabetizada no Ceará por faixa etária, total, zona de moradia: rural e urbana	127
TABELA 18	Taxas de Alfabetização, Escolaridade do Ensino Fundamental e Médio do Território do Cariri	128
TABELA 19	Educação Infantil – Nº de matrículas nas escolas por dependência administrativa e zona de moradia no Território do Cariri	131
TABELA 20	Ensino Fundamental – Nº de matrículas nas escolas, por dependência administrativa e zona de moradia do Território do Cariri	137
TABELA 21	IDEB observado em 2005, 2007, 2009 e Metas Micro Território Cariri Central.	141
TABELA 22	IDEB Observado em 2005, 2007, 2009 e Metas Micro Território Cariri Leste	143
TABELA 23	IDEBS Observados em 2005, 2007, 2009 e Metas Micro Território Cariri Oeste	143
TABELA 24	Nível de Escolaridade dos Professores do Ensino Fundamental do Micro território Cariri Central	145
TABELA 25	Nível de Escolaridade dos Professores do Ensino Fundamental do Micro território Cariri Leste	145
TABELA 26	Nível de Escolaridade dos Professores do Ensino Fundamental do Micro território Cariri Oeste	146
TABELA 27	Ensino Médio – Nº de matrículas nas escolas, por dependência administrativa e zona de moradia do Território do Cariri	148
TABELA 28	Matrículas na Educação Especial do Território do Cariri	152

LISTA DE TABELAS

TABELA 29	Educação de Jovens e Adultos, presencial e semipresencial, número de matrículas e número de escolas por dependência administrativa e zona de moradia do Território do Cariri	155
TABELA 30	Instituições de Ensino Superior cadastradas no E-MEC no Território do Cariri	159
TABELA 31	Ensino Fundamental, Nº de escolas, biblioteca, escolas com laboratório de informática, laboratório de ciências por dependência administrativa e zona de moradia do Território do Cariri	161
TABELA 32	Ensino Médio, Nº de escolas, biblioteca, escolas com laboratório de informática, laboratório de ciências por dependência administrativa e zona de moradia do Território do Cariri	168
TABELA 33	Taxa de Analfabetismo da população, gênero e zona de moradia	171
TABELA 34	Bibliotecas Públicas, Teatros, Museus, Bandas de Musicas e Bandas de Musica do Projeto Pró-Bandas do Micro Território Cariri Central	177
TABELA 35	Bibliotecas Públicas, Teatros, Museus, Bandas de Musicas e Bandas de Musica do Projeto Pró-Bandas do Micro Território Cariri Leste	180
TABELA 36	Bibliotecas Públicas, Teatros, Museus, Bandas de Musicas e Bandas de Musica do Projeto Pró-Bandas do Micro Território Cariri Oeste	183
TABELA 37	Rede de Geoparques do Território do Cariri, 2009	195
TABELA 38	Variação Climática entre os municípios integrantes do Território do Cariri	199
TABELA 39	Classificação do Relevo no Território do Cariri, 2009	207
TABELA 40	Açudes Monitorados – Bacia do Salgado, Ceará, 2009	210
TABELA 41	Açudes Monitorados – Bacia do Alto Jaguaribe, Ceará, 2009	211
TABELA 42	Reservas Hídricas Municipais do Território do Cariri	211
TABELA 43	Principais Fontes Naturais da Chapada do Araripe	213
TABELA 44	População Economicamente Ativa do Território do Cariri	244
TABELA 45	Produção de mandioca no Território do Cariri, 2009.	250
TABELA 46	Produção de cana de açúcar no Território do Cariri, 2009	253
TABELA 47	Área, produção e valor das lavouras permanentes e temporárias no Território do Cariri, 2006-2009.	257
TABELA 48	Quantitativo da Produção Pecuária no Micro território Cariri Central	258
TABELA 49	Quantitativo da Produção Pecuária no Micro território Cariri Oeste	258
TABELA 50	Quantitativo da Produção Pecuária no Micro território Cariri Leste	259
TABELA 51	Cultivo da banana no Território do Cariri, 2009.	264
TABELA 52	Produção de Castanha de Caju no Território do Cariri, 2009.	265
TABELA 53	Número e área dos estabelecimentos rurais da agricultura familiar e não-familiar no Território Cariri, 2009.	280
TABELA 54	Número de agricultores familiares, número de DAP's e tipo de acesso ao PAA no Território do Cariri, 2009	283
TABELA 55	Assentamentos Federal/INCRA no Território do Cariri	287
TABELA 56	Assentamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF no Território do Cariri, 2009.	288
TABELA 57	Nº de estabelecimentos de produção, micro território Cariri Leste, 2009.	290
TABELA 58	Nº de estabelecimentos de produção, micro território Cariri Oeste, 2009.	290
TABELA 59	Nº de estabelecimentos de produção, micro território Cariri Central, 2009.	291
TABELA 60	Número de contratos e montante do crédito rural por municípios do Território do Cariri, 2003-2008.	295
TABELA 61	Relação de contratos e número de famílias beneficiadas com o PAA no Território do Cariri, 2010	296
TABELA 62	Entidades de Assessoria e ATER conveniada com a SDA no Território do Cariri	299

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Número de Famílias e Volume de Repasse do Programa Bolsa Família	61
QUADRO 2	Estimativa de Famílias Pobres no CadÚnico e no Perfil do PBF	62
QUADRO 3	Programas Complementares Articulados em Nível Federal	64
QUADRO 4	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	68
QUADRO 5	Ações, Beneficiários e Repasse da Assistência Social em 2010	70
QUADRO 6	Comparativo entre benefícios sociais com cobertura da Assistência Social (BPC e PETI) e do PBF com repasse direto aos beneficiários	71
QUADRO 7	Quantidade de Créditos emitidos pelo INSS para pagamento de benefícios entre 2000 a 2009	73
QUADRO 8	Quantidade de Valores de Benefícios Emitidos pelo INSS entre 2000 a 2009	74
QUADRO 9	Número de Promotores de Justiça, Defensores Públicos e Delegacias de Polícia	77
QUADRO 10	Documentos Emitidos e Pessoas Atendidas	82
QUADRO 11	Análise do Ambiente Interno e Externo Dimensão Sociocultural Educacional	184
QUADRO 12-	Solos do Território do Cariri	217
QUADRO 13	Vegetação do Território da Cidadania do Cariri.	220
QUADRO 14	Percentual de remanescente por estado em 2008, referente à área original da Caatinga em cada estado (Adaptado)	221
QUADRO 15	Situação do grau de antropismo por estado entre 2002 e 2008, referente à área original da Caatinga (Adaptado).	222
QUADRO 16	Municípios que mais sofreram desmatamento entre o período de 2002 a 2008, referente à área total da Caatinga em cada Município (Adap.).	222
QUADRO 17	Número de Focos do Calor por Municípios do Ceará (Adaptado)	224
QUADRO 18	Percentual de Municípios com Abastecimento d água e com esgotamento sanitário dos Municípios do Território do Cariri (Adaptado)	226
QUADRO 19	Indicadores de Desertificação dos Municípios do Território do Cariri	234
QUADRO 20	Índice Geral de Degradação Ambiental dos Agropolos Cearenses	236
QUADRO 21	Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Ambiental	238
QUADRO 22	Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Socioeconômica	300
QUADRO 23	Eleitores e Representação Partidária da Gestão Municipal do Cariri Central	308
QUADRO 24	Eleitores e Representação Partidária da Gestão Municipal do Cariri Leste	309
QUADRO 25	Eleitores e Representação Partidária da Gestão Municipal do Cariri Oeste	310
QUADRO 26	Eleitores e Representação Partidária da Gestão Municipal e Territorial	311
QUADRO 2:	Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal (2009-2012)	313
QUADRO 28	Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal (2005-2008)	314
QUADRO 29	Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal (2001-2004)	315
QUADRO 30	Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Leste (2009-2012)	319
QUADRO 31	Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Leste (2005-2008)	320
QUADRO 32	Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Leste (2001-2004)	321
QUADRO 33	Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Oeste, 2009-2012.	325
QUADRO 34	Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Oeste, 2005-2008	326
QUADRO 35	Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Oeste, 2001-2004.	327
QUADRO 36	Considerações e Proposições sobre o tema Institucionalidades para a Gestão Social do Desenvolvimento Territorial Rural	332
QUADRO 37	Instituições públicas com atuação mais presente no Território do Cariri	334
QUADRO 38	Instâncias Colegiadas ou Esfera Pública Territorial	336
QUADRO 39	Transferência Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Cariri Central	339
QUADRO 40	Transferência Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Cariri Leste	339
QUADRO 41	Transferência Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Cariri Oeste	340

LISTA DE QUADROS

QUADRO 42	Transferência Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Cariri Central	341
QUADRO 43	Transferência Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Cariri Leste	342
QUADRO 44	Transferência Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ICMS, Cariri Oeste	342
QUADRO 45	Transferência Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB), Cariri Central	344
QUADRO 46	Transferência Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB), Cariri Leste	344
QUADRO 47	Transferência Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB), Cariri Oeste	344
QUADRO 48	Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS, Cariri Central.	346
QUADRO 49	Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS, Cariri Leste	347
QUADRO 50	Receitas Derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS, Cariri Oeste	348
QUADRO 51	Instituições Públicas com Atuação Regionalizada	350
QUADRO 52	Entidades com Atuação Regionalizada	353
QUADRO 53	Eixos e Programas do Governo Estadual PPA 2008-2011	354
QUADRO 54	Programas prioritários do PPA 2008-2011 por Secretaria de Estado	356
QUADRO 55	Matriz de Ações PTC, 2010	359
QUADRO 56	Comparativo de Recursos entre os Ministérios de Estado	362
QUADRO 57	Composição da Plenária Geral do Território do Cariri	368
QUADRO 58	Análise do Ambiente Interno e Externo Dimensão Político Institucional	369
QUADRO 59	Objetivos Estratégicos por Dimensão de Desenvolvimento do Território do Cariri	376
QUADRO 60	Eixo Cidadania, Assistência Social e Direitos Humanos	378
QUADRO 61	Eixo de Saúde de Qualidade no Território	380
QUADRO 62	Eixo Educação de Qualidade no Território	380
QUADRO 63	Eixo de Desenvolvimento da Cultura no Território	381
QUADRO 64	Eixo de Meio Ambiente e Qualidade de Vida	382
QUADRO 65	Eixo de Ação Fundiária	383
QUADRO 66	Eixo de Desenvolvimento Econômico e Organização Sustentável da Produção	384
QUADRO 67	Eixo de Infra-estruturar Produtiva, Social e Ambiental	386
QUADRO 68	Eixo de Gestão Social	387
QUADRO 69	Projetos Estratégicos priorizados pelo Território	388

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	15
1	INTRODUÇÃO	17
2	PROCESSO HISTÓRICO E METODOLÓGICO DE ELABORAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO PLANO	19
PARTE I	O TERRITÓRIO	23
3	Aspectos Sociodemográficos	27
4	Características Estratégicas	45
5	Formação Histórica	48
PARTE II	O DIAGNÓSTICO	51
PARTE II a	DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL	55
6	Aspectos Sociais	57
7	Aspectos da Saúde	88
8	Aspectos Educacionais	126
9	Aspectos Culturais	172
10	Análise Territorial da Dimensão Sociocultural Educacional	184
PARTE II b	DIMENSÃO AMBIENTAL	187
11	Aspectos Geoambientais	189
12	Aspectos Antrópicos	221
13	Análise Territorial da Dimensão Ambiental	238
PARTE II c	DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	241
14	Aspectos Socioeconômicos	243
15	Aspectos do Setor Produtivo	249
16	Serviço, Comércio e Indústria	275
17	Situação Fundiária	279
18	Financiamento e Comercialização da Produção	292
19	Assessoria e Assistência Técnica	298
20	Análise Territorial da Dimensão Socioeconômica	300
PARTE II d	DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL	303
21	Territorialização e Gestão Pública	305
22	Infraestrutura Institucional	337
23	Governabilidade e Gestão Social	363
24	Análise Territorial da Dimensão Político Institucional	369
PARTE III	PLANEJAMENTO	372
25	Visão de Futuro	375
26	Objetivos Estratégicos	376
27	Diretrizes Principais	377
28	Eixos do Desenvolvimento, Programas e Projetos	378
29	Projetos Estratégicos Priorizados pelo Território	388
PARTE IV	GESTÃO DO PLANO	389
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	395
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	397

APRESENTAÇÃO

As últimas décadas repercutem, até os dias de hoje, a centralização das políticas públicas implementadas pelo governo federal, que tratou sempre o Brasil como um todo homogêneo, impedindo com que essas políticas atingissem os objetivos esperados no que diz respeito à busca de um desenvolvimento de forma sustentável. Essa prática gerou limitações à participação, à articulação e à integração das esferas regionais e locais aos processos decisórios.

Nesse contexto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, no início desse século XXI, através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável – Condraf apresenta uma nova concepção do rural brasileiro e de uma abordagem territorial através de três características básicas: o espaço de produção, o espaço de relação com a natureza e o espaço de (re) produção de modos de vida diferenciados. Portanto, um novo projeto, uma nova abordagem territorial ancorada no desenvolvimento sustentável que busca entre outras diretrizes estratégicas, uma gestão social, o fortalecimento do estado e o protagonismo dos atores institucionais, constituída a partir de instâncias colegiadas que possam nesses espaços exercerem o controle e a gestão das políticas públicas.

O desenvolvimento dessa gestão social é articulada no âmbito federal pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial – SDT e no âmbito estadual pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA em parceria com o Instituto Agropolos do Ceará. Esta gestão vem se caracterizando como um modelo de planejamento que caminha de forma participativa e democrática nos processos construídos nos colegiados dos treze territórios cearenses.

O principal instrumento de apoio a gestão social que estimula a construção do modelo de desenvolvimento sustentável é o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS elaborado com base na experiência de planos já existentes ou em implementação em cada território.

O PTDRS tem entre outros objetivos ser um documento de negociação e concertação da diversidade de pensamentos, interesses, práticas e sonhos existentes no território; um instrumento que possibilita o acesso qualificado as políticas publicas, a inclusão dos diversos públicos existentes no território, enfim proporciona condições necessárias para a ampliação e o fortalecimento da coesão social dos territórios.

1 INTRODUÇÃO

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS consiste em apoiar à gestão social sustentável, baseado na experiência de um planejamento participativo do território. Este planejamento é desenvolvido através das etapas: elaboração, execução, monitoramento e avaliação contínua de forma reflexiva, crítica e criativa, da gestão, do diagnóstico e de seus programas, projetos e ações, no exercício do controle social realizado através de um sistema de gestão comprometido com a eficiência e eficácia das atividades.

O PTDRS reúne as informações coletadas e organizadas do Território referenciadas pelo documento Guia de Planejamento Territorial: Orientações Gerais para Elaboração e Qualificação do PTDRS (MDA, Janeiro 2010) que possibilitou estruturar a partir da negociação e concertação os interesses, práticas e sonhos existentes, os saberes, os sentimentos, as imagens, culturas, histórias, os anseios e a realidade das pessoas e os dados objetivos que se materializaram neste plano.

Os principais componentes do Plano Territorial são expressos a partir dos aspectos gerais do território, de um diagnóstico territorial em suas múltiplas dimensões da sustentabilidade: sociocultural e educacional, ambiental, socioeconômica e política institucional, da prospecção desta realidade direcionada pela visão de futuro, dos objetivos estratégicos, das diretrizes e eixos de desenvolvimento que reúnem os programas, projetos e ações e o sistema de gestão do plano para o desenvolvimento rural e sustentável deste espaço.

O sistema de gestão do plano encontra-se nesse documento como uma proposição ainda preliminar, dado que precisa ser discutido, aprofundado e concretizado como um instrumento de gestão propriamente dito, já que as instancias colegiadas ainda se encontram em processo de construção em caráter provisório.

O PTDRS do Território do Cariri não é um documento estático, mas um plano em constante busca de aperfeiçoamento, de atualização permanente em

espaços de tempo programados, dada a dinâmica global do mundo em que se insere.

2 PROCESSO HISTÓRICO E METODOLOGICO DE ELABORAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO PLANO

Em julho de 2006, no X Seminário Nordestino de Pecuária, o PEC Nordeste, houve uma palestra da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável sobre a Estratégia do Desenvolvimento Territorial, com o intuito de sensibilização para adoção deste modelo de planejamento.

Em dezembro deste mesmo ano, na região do Cariri, sensibilizados que foram sobre a Estratégia do Desenvolvimento Territorial, organizou-se o I Encontro de Agricultura Familiar do Cariri que contou com mais de quinhentos participantes, e o resultado deste encontro foi a indicação de uma Comissão para formalizar um documento da região do Cariri para fazer parte desta estratégia e encaminhá-lo a SDT e a SDA. Esta comissão foi constituída pela Escola Técnica Federal do Crato, SEBRAE, FETRAECE e a Organização Não Governamental Flor do Pequi.

No ano de 2007, ocorreram várias ações, no mês de janeiro a comissão enviou para a SDT e SDA a solicitação da homologação do Cariri como Território de Identidade. Em março, foi aprovado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural – CEDR. Em maio, houve uma reunião no Crato sensibilizando a participação de todos os municípios interessados para discussão e composição do território, bem como a formação das instancias do Colegiado. Em julho, nova reunião no Crato com a participação de outras instituições que foram aderindo à proposição territorial e foi definida a composição do Colegiado Territorial com vinte e sete municípios, exceção a Várzea Alegre que só ingressou em 2009 no processo.

Em seqüência, no ano de 2008, a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário, congregou representantes de todos os territórios brasileiros para reafirmar uma nova visão de desenvolvimento rural sustentável sintetizado na expressão de um Brasil rural com gente, com sustentabilidade, inclusão, diversidade, igualdade e solidariedade.

O processo de planejamento teve continuidade no Território do Cariri a partir das experiências vividas, ampliando a discussão em conjunto com os

demais territórios do estado do Ceará, dando prosseguimento as suas atividades e avançando para a elaboração e qualificação de seu plano territorial de acordo com as orientações estabelecidas pelo MDA.

A primeira etapa consistiu na preparação da ambiência de planejamento com a sensibilização dos atores estaduais realizada na Oficina Estadual onde foi firmado o Pacto Social pela territorialização do Ceará em fevereiro de 2009. Em março de 2009 o governo federal aumenta o número de participação de territórios no Programa Território da Cidadania e o Território do Cariri foi incluído no mês de março, em evento ocorrido no município de Barbalha.

A segunda etapa resultou na mobilização dos atores territoriais em Oficinas e Plenárias Territoriais para qualificação do Plano Territorial.

Na terceira etapa ocorreu a formação de duas equipes: a primeira de ordem multi institucional responsável pelo acompanhamento técnico da qualificação do PTDRS, constituída de técnicos entre as instituições parceiras: SDT, SDA e Instituto Agropolos do Ceará; a segunda equipe formada por três consultores e o assessor técnico territorial, responsáveis por todos os elementos constituintes do plano, ou seja, desde o diagnóstico até a visão de futuro, eixos territoriais, programas e projetos estratégicos, o primeiro consultor residente no território e os outros dois no município da sede do Instituto Agropolos do Ceará (Fortaleza) e ainda com a atuação do Assessor Técnico Territorial (antigo articulador territorial) responsáveis pela elaboração do PTDRS.

A quarta etapa teve como objetivo a qualificação do diagnóstico territorial fruto de pesquisas realizadas por meio da sistematização de dados secundários provenientes de livros, sites oficiais de informações, documentos acadêmicos, artigos, pesquisas e outros, numa primeira fase. Como segunda fase foi realizada o levantamento de dados primários, coletados nos municípios, oriundos das respostas ao instrumento elaborado, fundamentado no documentador do MDA, para discussão dos dados nas diversas reuniões realizadas nos territórios, através da matriz de planejamento denominada FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) e de outras metodologias de Diagnóstico Rápido Participativo. A apresentação e debate no Colegiado territorial consistiram na 3ª fase onde foi apresentado o diagnóstico

territorial através do relatório contendo a versão do diagnóstico; A 4ª e última fase foi a sistematização das contribuições da oficina em documento contendo a versão do diagnóstico para preparação do planejamento.

A quinta etapa consistiu na elaboração dos demais elementos do plano: visão de futuro, eixos territoriais, programas, projetos estratégicos, cuja síntese foi apresentada ao Colegiado, validada e posteriormente sistematizada na versão de Resumo Executivo Preliminar divulgado no início de julho de 2010.

Na sexta etapa, ocorre a reformulação da equipe técnica para a qualificação do plano, constituindo-se em uma equipe, de caráter multidisciplinar, dividida em duplas, cada qual responsável por um dos seis eixos temáticos: educação e cultura, saúde saneamento e água, ações sociais, meio ambiente, organização sustentável da produção e comercialização e gestão territorial, dos treze territórios. Esta etapa consistiu na apresentação da versão preliminar do PTDRS em Plenária Territorial para inserção de novas contribuições e reafirmação da priorização dos projetos estratégicos de todos os eixos temáticos a serem executados, bem como a validação deste documento como versão final do PTDRS.

Cabe ressaltar que a gestão social do plano ainda está em fase de maturação para que na implementação deste plano possa ser definida a forma que servirá de base ao acompanhamento e monitoramento dos programas, projetos e ações a serem executadas ao longo do período de curto, médio e longo prazo firmado pelo Colegiado.

Parte I

O TERRITORIO

Aspectos Sociodemográficos

Características Estratégicas

Formação Histórica

O TERRITORIO

O Território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade/identidade entre pessoas, grupos sociais e instituições é mediador entre a dimensão do município considerando suas especificidades, a dimensão micro territorial e a dimensão territorial. É visto como uma área que sintetiza e materializa num determinado espaço geográfico um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, em interação com outros espaços diferenciados.

No âmbito territorial o enfoque de planejamento, e, sobretudo para uma política que vislumbra o Brasil como espaço urbano e rural, permite uma visão mais integrada de espaços, agentes, mercados e das políticas públicas.

Esta política de planejamento prevê cooperação entre os territórios, micro territórios e seus municípios, uma estratégia comum de desenvolvimento sustentável para a construção de arranjos sócio-produtivos locais, com ações e projetos viáveis, uma iniciativa que possibilita reconhecer territórios, constituídos nestas bases para articularem-se em torno de projetos comuns. O fortalecimento da coesão social de seu espaço, portanto é ampliado e cria-se as condições necessárias para melhor resolver seus problemas em torno do desenvolvimento territorial.

A missão de promover o planejamento territorial para fomentar iniciativas locais de desenvolvimento sustentável a partir da participação efetiva dos atores locais na definição, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, vem sendo desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde o ano de 2003, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT através do Programa Territórios da Cidadania. A coordenação dessa estratégia esta sintonizada pelo governo federal em parceria com o governo estadual através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA e a execução das ações é realizada pelo Instituto Agropolos do Ceará.

As orientações estratégicas de descentralizar as políticas públicas no governo do estado do Ceará nortearam a SDA a adotar os territórios como Território Rural de Identidade como referência estratégica no apoio a

organização dos atores na gestão participativa do desenvolvimento rural sustentável e solidário, respeitando as potencialidades locais e valorizando a diversidade.

É importante ressaltar que o conceito de ruralidade adotado pelo MDA para os municípios reside no fato desses possuírem menos de 50.000 habitantes e uma densidade demográfica de até 80 hab./km².

A estratégia de planejamento e acompanhamento ocorre desde o ano de 2003, em seis territórios, inseridos no Programa iniciados pelo MDA/SDT: Cariri, Inhamuns/Crateús, Sertão Central, Sertões de Canindé, Sobral, Vales do Curu e Aracatiaçu e os sete outros em processo de implantação pela SDA: Centro Sul Vale do Salgado, Litoral Extremo Oeste, Litoral Leste, Maciço do Baturité, Metropolitano Jose de Alencar, Serra da Ibiapaba e Vale do Jaguaribe, conforme acordado durante o Encontro Estadual de Construção participativa do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) realizado em 2007 e reforçado durante a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (I CNDRRA) em 2008.

Nesse contexto de “Território Rural de Identidade” a SDA assumiu o compromisso de acompanhar conjuntamente com o MDA/SDT a implantação integrada de políticas públicas em 13 Territórios, incluindo os territórios participantes no âmbito federal acompanhados pelo Programa Territórios da Cidadania.

3 ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS

O conhecimento dos aspectos sociodemográficos de uma população é um instrumento que subsidia processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de alcance social, bem como tomadas de decisão no planejamento e desenvolvimento do PTDRS, tornando possível a prospecção futura.

Para tanto, selecionou-se informações relativas à distribuição da população do território, outras relativas à estrutura da população residente, ou seja, a repartição geográfica da população por área rural e urbana considerando-se gênero, faixa etária, zona de moradia, a densidade demográfica e percentual urbano-rural e a taxa geométrica total distribuída nos espaços urbanos e rurais.

Na Tabela 1, os dados demográficos do Território do Cariri correspondem à população total nos quatro últimos anos: 2007 a 2010 (com a taxa de crescimento, calculada entre os anos de 2007 e 2010 – anos censitários). Esses dados possibilitam a gestão e controle social de municípios que têm um crescimento demográfico positivo ou negativo de sua população, que a partir desta constatação podem servir de investigação quanto às ações e serviços que colaboram ou não com este crescimento.

Tabela 1: Distribuição da população do Território do Cariri por micro território, série histórica dos anos de 2007 a 2010 e a taxa de crescimento

CARIRI CENTRAL					
Municípios/ ano	2007	2008	2009	2010	Taxa Crescimento (%)
Abaiara	10227	10835	11077	10489	2,6
Barbalha	50386	52496	53011	55373	9,9
Caririaçu	26325	27249	27380	26387	0,2
Crato	111198	115724	116759	121462	9,2
Farias Brito	19244	19687	19605	19007	-1,2
Granjeiro	4931	5031	4999	4626	-6,2
Jardim	25853	26584	26578	26697	3,3
Juazeiro do Norte	242139	246515	249829	249936	3,2
Missão Velha	33690	34926	35135	34258	1,7
Várzea Alegre	37740	39379	39810	38442	1,9
TOTAL	561733	578426	584183	586677	1,9

CARIRI LESTE					
Aurora	24480	25142	25113	24573	0,4
Barro	20673	21429	21556	21528	4,1
Brejo Santo	39613	41040	41266	45190	14,1
Jati	7270	7501	7518	7649	5,2
Mauriti	41679	43871	44211	44217	6,1
Milagres	27355	27861	28077	28317	3,5
Penaforte	7715	8067	8168	8226	6,6
Porteiras	14792	15127	15058	15065	1,8
TOTAL	183577	190038	190967	194765	1,8
CARIRI OESTE					
Altaneira	6417	6733	6834	6851	6,8
Antonina do Norte	6761	7013	7059	6984	3,3
Araripe	21214	22133	22373	20689	-2,5
Assaré	21616	22412	22550	22448	3,8
Campos Sales	25553	26359	26417	26510	3,7
Nova Olinda	12974	13522	13659	14256	9,9
Potengi	9670	10058	10144	10276	6,3
Salitre	15798	16586	16845	15453	-2,2
Santana do Cariri	17574	18242	18369	17181	-2,2
Tarrafas	8734	8937	8900	8910	2,0
TOTAL	146311	151995	153150	149558	2,0
TOTAL DO TERRITORIO	891.621	920.459	928300	931.000	4,2

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

As informações selecionadas sobre os dados demográficos e indicadores populacionais do Território do Cariri destacam a população residente fracionada segundo a faixa etária e gênero, dados importantes para a elaboração de políticas públicas voltadas para as necessidades específicas segundo as especificidades de cada faixa etária.

A Tabela 2 e as tabelas subsequentes fracionadas por faixa etária apresentam o número total de pessoas residentes e sua estrutura relativa, em cada espaço geográfico, seja por micro território ou por município. Possibilitam dimensionar a população-alvo de ações e serviços, analisar variações geográficas e temporais na distribuição de idades e ainda, contribuir para o planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas relacionadas à saúde,

educação, trabalho, previdência e assistência social, para os diversos segmentos de idade.

A Tabela 2 apresenta o fracionamento relativo a faixa infanto-juvenil do Território do Cariri.

Tabela 2: População residente, por grupos de idade e sexo (0 a 14 anos), segundo o micro território e municípios do Território do Cariri - 2010

Municípios	População residente								
	0 a 4 anos			5 a 9 anos			10 a 14 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
CARIRI CENTRAL									
Abaiara U	423	212	211	422	213	209	484	247	237
Abaiara R	485	246	239	516	257	259	653	332	321
Barbalha U	3140	1605	1535	3341	1727	1614	3705	1927	1778
Barbalha R	1487	751	736	1495	791	704	1772	893	879
Caririaçu U	1157	599	558	1308	676	632	1691	845	846
Caririaçu R	1017	547	470	1170	577	593	1589	778	811
Crato U	7755	3888	3867	8053	4175	3878	9317	4723	4594
Crato R	1685	888	797	1993	978	1015	2312	1169	1143
Farias Brito U	636	322	314	681	336	345	784	419	365
Farias Brito R	858	418	440	910	477	433	1147	602	545
Granjeiro U	100	47	53	107	74	33	133	66	67
Granjeiro R	261	130	131	352	172	180	397	211	186
Jardim U	727	358	369	777	400	377	829	452	377
Jardim R	1596	811	785	1714	844	870	2080	1083	997
Juazeiro do Norte U	19762	10086	9676	20039	10270	9769	24263	12273	11990
Juazeiro do Norte R	818	392	426	851	453	398	1121	573	548
Missão Velha U	1303	647	656	1383	709	674	1552	813	739
Missão Velha R	1714	878	836	1772	899	873	2129	1111	1018
Várzea Alegre U	1777	859	918	1966	1026	940	2192	1091	1101
Várzea Alegre R	981	512	469	1167	577	590	1445	746	699
TOTAL U	36780	18623	18157	38077	19606	18471	44950	22856	22094
TOTAL R	10902	5573	5329	11940	6025	5915	14645	7498	7147
CARIRI LESTE									
Aurora U	881	451	430	988	498	490	1130	553	577
Aurora R	823	436	387	1035	531	504	1387	684	703
Barro U	987	496	491	1013	493	520	1290	664	626
Barro R	537	264	273	651	342	309	793	400	393
Brejo Santo U	2178	1072	1106	2232	1151	1081	2697	1385	1312
Brejo Santo R	1228	620	608	1445	736	709	1776	926	850
Jati U	339	188	151	395	206	189	415	214	201

Municípios	População residente								
	0 a 4 anos			5 a 9 anos			10 a 14 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Jati R	224	111	113	259	137	122	308	156	152
Mauriti U	1982	1029	953	2043	1047	996	2489	1271	1218
Mauriti R	1756	917	839	1841	923	918	2484	1291	1193
Milagres U	1113	584	529	1140	570	570	1281	653	628
Milagres R	1121	575	546	1214	612	602	1541	782	759
Penaforte U	628	297	331	557	291	266	657	349	308
Penaforte R	146	75	71	168	76	92	206	120	86
Porteiras U	528	274	254	492	264	228	616	305	311
Porteiras R	747	355	392	741	372	369	907	487	420
TOTAL U	8636	4391	4245	8860	4520	4340	10575	5394	5181
TOTAL R	6582	3353	3229	7354	3729	3625	9402	4846	4556
CARIRI OESTE									
Altaneira U	359	187	172	451	228	223	539	291	248
Altaneira R	140	63	77	169	93	76	243	130	113
Antonina do Norte U	400	213	187	379	196	183	556	287	269
Antonina do Norte R	181	91	90	200	105	95	270	155	115
Araripe U	1178	596	582	1239	649	590	1481	773	708
Araripe R	728	362	366	796	418	378	1049	530	519
Assaré U	882	452	430	1068	497	571	1243	630	613
Assaré R	782	384	398	996	542	454	1318	654	664
Campos Sales U	1579	813	766	1673	845	828	1964	982	982
Campos Sales R	592	321	271	720	371	349	896	453	443
Nova Olinda U	854	424	430	849	414	435	998	517	481
Nova Olinda R	388	197	191	405	208	197	521	266	255
Potengi U	539	301	238	485	228	257	555	277	278
Potengi R	464	217	247	498	248	250	540	281	259
Salitre U	629	317	312	665	305	360	750	382	368
Salitre R	886	439	447	1028	541	487	1138	620	518
Santana do Cariri U	816	392	424	843	443	400	1009	537	472
Santana do Cariri R	786	399	387	864	417	447	1111	608	503
Tarrafas U	185	99	86	231	102	129	265	139	126
Tarrafas R	466	246	220	568	294	274	659	338	321
TOTAL U	7421	3794	3627	7883	3907	3976	9360	4815	4545
TOTAL R	5413	2719	2694	6244	3237	3007	7745	4035	3710
TOTAL URBANO TERRITORIO	52837	26808	26029	54820	28033	26787	64885	33065	31820
TOTAL RURAL TERRITORIO	22897	11645	11252	25538	12991	12547	31792	16379	15413

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.1 apresenta o fracionamento relativo a faixa dos jovens do Território do Cariri.

Tabela 2.1: População residente, por grupos de idade e sexo (15 a 29 anos), segundo o micro território e municípios do Território do Cariri - 2010

Municípios	População residente								
	15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
CARIRI CENTRAL									
Abaiara U	418	209	209	410	187	223	379	195	184
Abaiara R	628	355	273	568	294	274	480	237	243
Barbalha U	3483	1769	1714	3962	1964	1998	3599	1741	1858
Barbalha R	1793	905	888	1759	896	863	1548	784	764
Caririaçu U	1362	681	681	1175	554	621	1086	524	562
Caririaçu R	1384	704	680	978	448	530	858	432	426
Crato U	9672	4665	5007	10432	5041	5391	9161	4348	4813
Crato R	2131	1078	1053	1828	935	893	1528	777	751
Farias Brito U	891	437	454	792	369	423	707	347	360
Farias Brito R	1120	609	511	923	455	468	752	379	373
Granjeiro U	135	57	78	131	72	59	130	60	70
Granjeiro R	368	184	184	261	132	129	235	109	126
Jardim U	861	415	446	852	389	463	780	363	417
Jardim R	1796	892	904	1724	870	854	1434	710	724
Juazeiro do Norte U	23174	11424	11750	24703	11784	12919	21835	10535	11300
Juazeiro do Norte R	1028	538	490	980	522	458	781	404	377
Missão Velha U	1508	748	760	1478	733	745	1308	633	675
Missão Velha R	2043	1022	1021	1781	931	850	1474	739	735
Várzea Alegre U	2314	1107	1207	2187	1032	1155	1850	869	981
Várzea Alegre R	1503	807	696	1138	605	533	1046	520	526
TOTAL U	43818	21512	22306	46122	22125	23997	40835	19615	21220
TOTAL R	13794	7094	6700	11940	6088	5852	10136	5091	5045
CARIRI LESTE									
Aurora U	1169	600	569	1084	515	569	986	500	486
Aurora R	1312	671	641	1040	538	502	918	464	454
Barro U	1283	640	643	1198	574	624	1055	545	510
Barro R	854	427	427	756	418	338	592	310	282
Brejo Santo U	2813	1392	1421	3067	1479	1588	2430	1117	1313
Brejo Santo R	1779	916	863	1875	944	931	1447	736	711
Jati U	429	205	224	391	190	201	364	182	182
Jati R	350	190	160	320	161	159	252	133	119
Mauriti U	2393	1205	1188	2180	1085	1095	1886	947	939
Mauriti R	2463	1238	1225	1967	1040	927	1542	790	752

Municípios	População residente								
	15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Milagres U	1290	664	626	1347	682	665	1149	551	598
Milagres R	1473	765	708	1373	697	676	1151	601	550
Penaforte U	668	324	344	661	340	321	523	257	266
Penaforte R	169	94	75	162	89	73	145	71	74
Porteiras U	644	308	336	596	294	302	511	256	255
Porteiras R	963	509	454	857	443	414	704	344	360
TOTAL U	10689	5338	5351	10524	5159	5365	8904	4355	4549
TOTAL R	9363	4810	4553	8350	4330	4020	6751	3449	3302
CARIRI OESTE									
Altaneira U	461	232	229	395	188	207	365	160	205
Altaneira R	223	107	116	123	67	56	135	72	63
Antonina do Norte U	471	220	251	403	185	218	337	137	200
Antonina do Norte R	217	108	109	159	87	72	128	60	68
Araripe U	1319	642	677	1158	565	593	936	455	481
Araripe R	961	503	458	757	397	360	592	303	289
Assaré U	1240	596	644	1048	514	534	817	414	403
Assaré R	1210	656	554	785	422	363	621	341	280
Campos Sales U	1833	898	935	1793	856	937	1449	658	791
Campos Sales R	818	420	398	634	323	311	483	254	229
Nova Olinda U	1043	502	541	1026	521	505	823	410	413
Nova Olinda R	540	287	253	421	213	208	325	173	152
Potengi U	558	257	301	522	259	263	421	189	232
Potengi R	439	221	218	402	202	200	323	149	174
Salitre U	656	329	327	554	270	284	509	250	259
Salitre R	1003	528	475	896	455	441	702	375	327
Santana do Cariri U	936	497	439	820	419	401	654	316	338
Santana do Cariri R	902	466	436	733	387	346	610	297	313
Tarrafas U	242	117	125	245	112	133	212	91	121
Tarrafas R	761	369	392	510	282	228	439	228	211
TOTAL U	8759	4290	4469	7964	3889	4075	6523	3080	3443
TOTAL R	7074	3665	3409	5420	2835	2585	4358	2252	2106
TOTAL URBANO TERRITORIO	63266	31140	32126	64610	31173	33437	56262	27050	29212
TOTAL RURAL TERRITORIO	30231	15569	14662	25710	13253	12457	21245	10792	10453

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.2 apresenta o primeiro fracionamento relativo a faixa dos adultos do Território do Cariri.

Tabela 2.2: População residente, por grupos de idade e sexo (30 a 44 anos), segundo o micro território e municípios do Território do Cariri - 2010

Municípios	População residente								
	30 a 34anos			35 a 39 anos			40 a 44 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
CARIRI CENTRAL									
Abaiara U	379	192	187	307	144	163	239	121	118
Abaiara R	429	219	210	362	184	178	321	154	167
Barbalha U	3108	1458	1650	2572	1188	1384	2275	1055	1220
Barbalha R	1299	640	659	1125	569	556	980	491	489
Caririaçu U	1029	482	547	901	406	495	788	376	412
Caririaçu R	748	349	399	740	379	361	661	315	346
Crato U	8451	3916	4535	6998	3223	3775	6403	2924	3479
Crato R	1466	732	734	1320	704	616	1149	582	567
Farias Brito U	637	285	352	559	271	288	534	258	276
Farias Brito R	634	338	296	653	326	327	569	296	273
Granjeiro U	106	55	51	89	41	48	61	23	38
Granjeiro R	234	108	126	215	111	104	176	87	89
Jardim U	723	322	401	625	299	326	504	235	269
Jardim R	1333	690	643	984	508	476	851	429	422
Juazeiro do Norte U	20251	9544	10707	16445	7695	8750	14582	6661	7921
Juazeiro do Norte R	718	352	366	642	336	306	548	268	280
Missão Velha U	1242	606	636	982	484	498	867	403	464
Missão Velha R	1338	676	662	1102	566	536	1030	539	491
Várzea Alegre U	1286	652	634	1170	540	630	999	499	500
Várzea Alegre R	2438	1308	1130	2073	1084	989	1968	1014	954
TOTAL U	37212	17512	19700	30648	14291	16357	27252	12555	14697
TOTAL R	10637	5412	5225	9216	4767	4449	8253	4175	4078
CARIRI LESTE									
Aurora U	925	440	485	763	376	387	745	347	398
Aurora R	879	449	430	764	388	376	808	409	399
Barro U	1045	520	525	864	405	459	786	373	413
Barro R	605	322	283	555	285	270	506	260	246
Brejo Santo U	2236	1030	1206	1891	917	974	1693	771	922
Brejo Santo R	1377	688	689	1138	578	560	957	483	474
Jati U	342	181	161	279	137	142	296	139	157
Jati R	222	119	103	176	99	77	197	95	102
Mauriti U	1810	859	951	1562	779	783	1388	668	720

Municípios	População residente								
	30 a 34anos			35 a 39 anos			40 a 44 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Mauriti R	1538	800	738	1310	685	625	1120	561	559
Milagres U	1061	491	570	892	418	474	855	398	457
Milagres R	1068	535	533	1004	516	488	904	439	465
Penaforte U	469	237	232	425	198	227	372	163	209
Penaforte R	130	64	66	127	64	63	122	70	52
Porteiras U	474	226	248	416	197	219	320	145	175
Porteiras R	643	338	305	512	262	250	457	211	246
TOTAL U	8362	3984	4378	7092	3427	3665	6455	3004	3451
TOTAL R	6462	3315	3147	5586	2877	2709	5071	2528	2543
CARIRI OESTE									
Altaneira U	372	180	192	309	152	157	307	152	155
Altaneira R	118	58	60	120	53	67	113	54	59
Antonina do Norte U	329	152	177	300	132	168	265	106	159
Antonina do Norte R	151	75	76	114	66	48	117	61	56
Araripe U	904	408	496	760	349	411	739	364	375
Araripe R	528	277	251	477	236	241	394	210	184
Assaré U	838	378	460	704	311	393	688	305	383
Assaré R	681	349	332	639	333	306	630	310	320
Campos Sales U	1339	608	731	1107	512	595	1172	507	665
Campos Sales R	486	245	241	430	224	206	412	201	211
Nova Olinda U	743	362	381	582	288	294	528	238	290
Nova Olinda R	341	175	166	263	122	141	242	134	108
Potengi U	396	172	224	383	177	206	349	157	192
Potengi R	301	154	147	249	136	113	233	109	124
Salitre U	437	201	236	394	194	200	359	165	194
Salitre R	595	307	288	497	250	247	446	222	224
Santana do Cariri U	628	294	334	491	240	251	470	205	265
Santana do Cariri R	523	272	251	467	257	210	407	212	195
Tarrafas U	188	89	99	176	90	86	161	79	82
Tarrafas R	405	202	203	338	162	176	374	188	186
TOTAL U	6174	2844	3330	5206	2445	2761	5038	2278	2760
TOTAL R	4129	2114	2015	3594	1839	1755	3368	1701	1667
TOTAL URBANO TERRITORIO	51748	24340	27408	42946	20163	22783	38745	17837	20908
TOTAL RURAL TERRITORIO	21228	10841	10387	18396	9483	8913	16692	8404	8288

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.3 apresenta o segundo fracionamento relativo a faixa dos adultos do Território do Cariri.

Tabela 2.3: População residente, por grupos de idade e sexo (45 a 59 anos), segundo o micro território e municípios do Território do Cariri - 2010

Municípios	População residente								
	45 a 49 anos			50 a 54anos			55 a 59 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
CARIRI CENTRAL									
Abaiara U	195	96	99	166	77	89	147	62	85
Abaiara R	247	130	117	269	127	142	218	106	112
Barbalha U	1940	896	1044	1526	686	840	1320	543	777
Barbalha R	815	415	400	699	352	347	591	268	323
Caririaçu U	612	257	355	573	245	328	536	241	295
Caririaçu R	584	282	302	524	249	275	537	279	258
Crato U	5566	2494	3072	4490	1916	2574	3705	1579	2126
Crato R	1026	506	520	851	396	455	767	367	400
Farias Brito U	473	218	255	380	175	205	374	159	215
Farias Brito R	484	228	256	443	212	231	385	170	215
Granjeiro U	69	29	40	67	24	43	64	34	30
Granjeiro R	154	78	76	125	62	63	105	44	61
Jardim U	447	210	237	389	187	202	326	137	189
Jardim R	766	391	375	649	322	327	664	292	372
Juazeiro do Norte U	12094	5373	6721	9566	4191	5375	8114	3454	4660
Juazeiro do Norte R	453	226	227	400	178	222	379	191	188
Missão Velha U	760	359	401	622	284	338	555	239	316
Missão Velha R	796	390	406	732	366	366	672	318	354
Várzea Alegre U	1319	607	712	1112	500	612	907	407	500
Várzea Alegre R	852	441	411	763	393	370	696	351	345
TOTAL U	23475	10539	12936	18891	8285	10606	16048	6855	9193
TOTAL R	6177	3087	3090	5455	2657	2798	5014	2386	2628
CARIRI LESTE									
Aurora U	587	275	312	472	223	249	472	213	259
Aurora R	749	392	357	654	338	316	576	297	279
Barro U	684	328	356	555	252	303	544	222	322
Barro R	485	240	245	372	195	177	347	165	182
Brejo Santo U	1535	694	841	1156	524	632	999	419	580
Brejo Santo R	856	452	404	730	366	364	602	275	327
Jati U	246	118	128	194	83	111	151	61	90
Jati R	173	94	79	146	77	69	133	71	62
Mauriti U	1167	578	589	935	416	519	790	353	437
Mauriti R	1047	542	505	856	396	460	787	368	419

Municípios	População residente								
	45 a 49 anos			50 a 54anos			55 a 59 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Milagres U	715	333	382	591	255	336	478	211	267
Milagres R	771	380	391	607	297	310	555	276	279
Penaforte U	325	141	184	266	122	144	214	100	114
Penaforte R	105	58	47	70	40	30	57	25	32
Porteiras U	316	155	161	253	119	134	221	91	130
Porteiras R	447	210	237	373	180	193	381	173	208
TOTAL U	5575	2622	2953	4422	1994	2428	3869	1670	2199
TOTAL R	4633	2368	2265	3808	1889	1919	3438	1650	1788
CARIRI OESTE									
Altaneira U	238	108	130	169	73	96	184	74	110
Altaneira R	84	44	40	78	33	45	83	36	47
Antonina do Norte U	239	106	133	231	97	134	240	82	158
Antonina do Norte R	91	46	45	80	39	41	59	31	28
Araripe U	609	287	322	499	235	264	420	188	232
Araripe R	336	175	161	280	138	142	254	128	126
Assaré U	630	298	332	537	229	308	479	216	263
Assaré R	524	279	245	460	228	232	430	209	221
Campos Sales U	977	440	537	828	355	473	741	298	443
Campos Sales R	375	193	182	325	154	171	317	158	159
Nova Olinda U	466	218	248	363	167	196	325	129	196
Nova Olinda R	202	97	105	181	91	90	165	78	87
Potengi U	310	154	156	253	116	137	189	86	103
Potengi R	200	96	104	210	114	96	143	67	76
Salitre U	285	142	143	202	99	103	175	72	103
Salitre R	422	198	224	362	170	192	277	150	127
Santana do Cariri U	443	227	216	304	131	173	283	126	157
Santana do Cariri R	384	191	193	315	161	154	289	139	150
Tarrafas U	138	64	74	133	60	73	128	61	67
Tarrafas R	337	162	175	319	159	160	255	120	135
TOTAL U	4335	2044	2291	3519	1562	1957	3164	1332	1832
TOTAL R	2955	1481	1474	2610	1287	1323	2272	1116	1156
TOTAL URBANO TERRITORIO	33385	15205	18180	26832	11841	14991	23081	9857	13224
TOTAL RURAL TERRITORIO	13765	6936	6829	11873	5833	6040	10724	5152	5572

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.4 apresenta o fracionamento relativo a faixa final da idade adulta e início da faixa considerada como início (65) etário representativo da idade considerada para fins de aposentadoria do Território do Cariri

Tabela 2.4: População residente, por grupos de idade e sexo (60 a 74 anos), segundo o micro território e municípios do Território do Cariri - 2010

Municípios	População residente								
	60 a 64 anos			65 a 69 anos			70 a 74 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
CARIRI CENTRAL									
Abaiara U	170	69	101	164	70	94	90	45	45
Abaiara R	209	98	111	173	87	86	146	68	78
Barbalha U	1151	504	647	930	400	530	749	316	433
Barbalha R	506	245	261	419	194	225	392	166	226
Caririaçu U	490	203	287	395	190	205	362	165	197
Caririaçu R	453	228	225	390	219	171	300	139	161
Crato U	3228	1388	1840	2477	1054	1423	2029	816	1213
Crato R	670	355	315	604	319	285	470	238	232
Farias Brito U	362	158	204	335	139	196	273	128	145
Farias Brito R	377	196	181	312	159	153	250	117	133
Granjeiro U	45	23	22	32	12	20	34	14	20
Granjeiro R	121	49	72	74	40	34	92	51	41
Jardim U	318	129	189	236	115	121	246	99	147
Jardim R	555	264	291	531	263	268	418	180	238
Juazeiro do Norte U	7121	2986	4135	5771	2419	3352	4802	1934	2868
Juazeiro do Norte R	301	145	156	261	115	146	225	105	120
Missão Velha U	516	214	302	433	171	262	337	149	188
Missão Velha R	639	283	356	573	276	297	423	209	214
Várzea Alegre U	974	406	568	788	353	435	746	331	415
Várzea Alegre R	596	310	286	538	276	262	454	215	239
TOTAL U	14375	6080	8295	11561	4923	6638	9668	3997	5671
TOTAL R	4427	2173	2254	3875	1948	1927	3170	1488	1682
CARIRI LESTE									
Aurora U	415	175	240	366	171	195	334	139	195
Aurora R	497	260	237	406	228	178	364	176	188
Barro U	475	207	268	410	179	231	384	195	189
Barro R	355	187	168	285	139	146	267	136	131
Brejo Santo U	879	377	502	698	295	403	627	271	356
Brejo Santo R	520	246	274	451	218	233	358	176	182
Jati U	159	66	93	153	73	80	140	61	79

Municípios	População residente								
	60 a 64 anos			65 a 69 anos			70 a 74 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Jati R	129	59	70	84	45	39	89	51	38
Mauriti U	718	323	395	592	258	334	552	231	321
Mauriti R	651	332	319	547	281	266	413	198	215
Milagres U	418	201	217	373	153	220	351	140	211
Milagres R	505	254	251	452	221	231	407	196	211
Penaforte U	180	86	94	136	58	78	130	60	70
Penaforte R	52	21	31	41	19	22	57	28	29
Porteiras U	203	95	108	194	87	107	171	75	96
Porteiras R	302	135	167	284	143	141	240	105	135
TOTAL U	3447	1530	1917	2922	1274	1648	2689	1172	1517
TOTAL R	3011	1494	1517	2550	1294	1256	2195	1066	1129
CARIRI OESTE									
Altaneira U	212	85	127	206	99	107	165	78	87
Altaneira R	95	51	44	58	31	27	44	20	24
Antonina do Norte U	260	104	156	203	99	104	168	80	88
Antonina do Norte R	68	41	27	47	26	21	34	17	17
Araripe U	417	196	221	357	173	184	315	138	177
Araripe R	243	126	117	217	111	106	146	67	79
Assaré U	457	189	268	410	180	230	358	176	182
Assaré R	406	216	190	330	173	157	295	165	130
Campos Sales U	637	265	372	600	258	342	540	251	289
Campos Sales R	270	146	124	221	118	103	185	90	95
Nova Olinda U	298	139	159	233	119	114	226	90	136
Nova Olinda R	147	82	65	136	70	66	117	54	63
Potengi U	193	89	104	163	82	81	175	75	100
Potengi R	171	91	80	129	57	72	115	61	54
Salitre U	170	84	86	163	84	79	143	63	80
Salitre R	283	148	135	212	113	99	184	97	87
Santana do Cariri U	286	126	160	247	113	134	219	90	129
Santana do Cariri R	296	160	136	220	123	97	187	93	94
Tarrafas U	93	47	46	64	28	36	65	33	32
Tarrafas R	237	121	116	196	102	94	172	92	80
TOTAL U	3023	1324	1699	2646	1235	1411	2374	1074	1300
TOTAL R	2216	1182	1034	1766	924	842	1479	756	723
TOTAL URBANO TERRITORIO	20845	8934	11911	17129	7432	9697	14731	6243	8488
TOTAL RURAL TERRITORIO	9654	4849	4805	8191	4166	4025	6844	3310	3534

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.5 apresenta o fracionamento relativo a faixa de idade considerada com atenção especial aos idosos existentes no Território do Cariri e que por sua vez merecem políticas públicas específicas voltadas para a qualidade de vida e estudos que possibilitem verificar como vivem esta faixa da população e quais os fatores que possibilitam sua existência com saúde e longevidade.

Tabela 2.5: População residente, por grupos de idade e sexo (75 a 80 anos), segundo o micro território e municípios do Território do Cariri - 2010

Municípios	População residente					
	75 a 79 anos			80 anos ou mais		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
CARIRI CENTRAL						
Abaiara U	66	33	33	93	39	54
Abaiara R	100	48	52	140	57	83
Barbalha U	530	216	314	691	269	422
Barbalha R	271	125	146	350	155	195
Caririaçu U	252	102	150	314	131	183
Caririaçu R	184	90	94	245	120	125
Crato U	1363	508	855	1816	627	1189
Crato R	319	132	187	393	175	218
Farias Brito U	192	74	118	261	102	159
Farias Brito R	148	74	74	171	76	95
Granjeiro U	30	13	17	37	13	24
Granjeiro R	42	18	24	47	20	27
Jardim U	121	55	66	233	93	140
Jardim R	274	114	160	325	146	179
Juazeiro do Norte U	3389	1297	2092	4217	1483	2734
Juazeiro do Norte R	141	67	74	164	79	85
Missão Velha U	249	109	140	324	109	215
Missão Velha R	288	135	153	349	167	182
Várzea Alegre U	471	203	268	593	252	341
Várzea Alegre R	286	145	141	347	167	180
TOTAL U	6663	2610	4053	8579	3118	5461
TOTAL R	2053	948	1105	2531	1162	1369
CARIRI LESTE						
Aurora U	225	98	127	283	125	158
Aurora R	219	108	111	310	156	154
Barro U	255	106	149	332	143	189
Barro R	162	80	82	232	115	117
Brejo Santo U	395	159	236	529	227	302

Municípios	População residente					
	75 a 79 anos			80 anos ou mais		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Brejo Santo R	262	112	150	337	166	171
Jati U	93	44	49	103	36	67
Jati R	42	23	19	67	25	42
Mauriti U	338	147	191	460	213	247
Mauriti R	277	135	142	356	185	171
Milagres U	210	76	134	292	115	177
Milagres R	275	137	138	339	148	191
Penaforte U	65	19	46	123	53	70
Penaforte R	33	16	17	37	19	18
Porteiras U	101	33	68	133	54	79
Porteiras R	150	62	88	164	59	105
TOTAL U	1682	682	1000	2255	966	1289
TOTAL R	1420	673	747	1842	873	969
CARIRI OESTE						
Altaneira U	89	31	58	136	52	84
Altaneira R	30	14	16	43	21	22
Antonina do Norte U	80	43	37	138	60	78
Antonina do Norte R	30	15	15	39	22	17
Araripe U	179	86	93	223	98	125
Araripe R	94	59	35	100	50	50
Assaré U	248	99	149	305	138	167
Assaré R	167	88	79	219	109	110
Campos Sales U	325	140	185	524	223	301
Campos Sales R	101	48	53	160	78	82
Nova Olinda U	156	71	85	183	79	104
Nova Olinda R	85	42	43	81	43	38
Potengi U	96	32	64	127	52	75
Potengi R	62	40	22	83	41	42
Salitre U	79	37	42	93	42	51
Salitre R	100	49	51	159	72	87
Santana do Cariri U	146	69	77	227	102	125
Santana do Cariri R	113	53	60	141	78	63
Tarrafas U	48	21	27	50	25	25
Tarrafas R	108	50	58	142	80	62
TOTAL U	1446	629	817	2006	871	1135
TOTAL R	890	458	432	1167	594	573
TOTAL URBANO TERRITORIO	9791	3921	5870	12840	4955	7885
TOTAL RURAL TERRITORIO	4363	2079	2284	5540	2629	2911

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 3 apresenta as informações relativas à população rural e urbana, a densidade populacional, a taxa de urbanização e a taxa de ruralidade que permitem orientar a alocação de recursos públicos, como, por exemplo, o financiamento de serviços em base per capita; perceber o processo migratório da população, subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas, para adequação e funcionamento da rede de serviços sociais e da infraestrutura urbano e rural.

Tabela 3: População Total, Urbana e Rural, Densidade Demográfica, Percentual da População do Território do Cariri, 2010.

Municípios	População Total	Urbana	Rural	Densidade Dem.	Urbano %	Rural %
CARIRI CENTRAL						
Abaiara	10489	4552	5937	58,3	43,4	56,6
Barbalha	55373	38039	17334	115,6	68,7	31,3
Caririáçu	26387	14044	12343	42,3	53,2	46,8
Crato	121462	100937	20525	120,4	83,1	16,9
Farias Brito	19007	8871	10136	37,7	46,7	53,3
Granjeiro	4626	1369	3257	46,2	29,6	70,4
Jardim	26697	8998	17699	58,4	33,7	66,3
Juazeiro do Norte	249936	240121	9815	1005,5	96,1	3,9
Missão Velha	34258	15413	18845	52,6	45,0	55,0
Várzea Alegre	38442	23898	14544	46,0	62,2	37,8
TOTAL	586677	456242	130435		77,8	22,2
CARIRI LESTE						
Aurora	24573	11830	12743	27,7	48,1	51,9
Barro	21528	13168	8360	30,3	61,2	38,8
Brejo Santo	45190	28048	17142	68,3	62,1	37,9
Jati	7649	4483	3166	24,5	58,6	41,4
Mauriti	44217	23282	20935	39,8	52,7	47,3
Milagres	28317	13558	14759	51,8	47,9	52,1
Penaforte	8226	6399	1827	43,2	77,8	22,2
Porteiras	15065	6179	8886	69,2	41,0	59,0
TOTAL	194765	106947	87818		41,0	59,0
CARIRI OESTE						
Altaneira	6851	4952	1899	93,5	72,3	27,7
Antonina do Norte	6984	4999	1985	26,9	71,6	28,4
Araripe	20689	12737	7952	15,4	61,6	38,4
Assaré	22448	11955	10493	20,1	53,3	46,7
Campos Sales	26510	19085	7425	24,5	72,0	28,0
Nova Olinda	14256	9696	4560	50,1	68,0	32,0

Municípios	População Total	Urbana	Rural	Densidade	Urbano %	Rural %
Potengi	10276	5714	4562	30,3	55,6	44,4
Salitre	15453	6263	9190	17,2	40,5	59,5
Santana do Cariri	17181	8824	8357	22,3	51,4	48,6
Tarrafas	8910	2624	6286	19,6	29,5	70,5
TOTAL	149558	86849	62709		29,5	70,5
TOTAL/MEDIA DO TERRITÓRIO	931.000	650.038	280.962		29,5	70,5

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 4 apresenta a taxa geométrica total, tanto a urbana quanto a rural no ano de 2010 que expressam em termos percentuais o crescimento médio da população em um determinado espaço e período de tempo. Considera-se que a população experimenta um crescimento exponencial também denominado como geométrico.

Tabela 4: Taxa Geométrica Total (urbana e rural) do Território do Cariri, 2010.

Municípios	Taxa Geométrica Total 2010	Taxa Geométrica Urbana 2010	Taxa Geométrica Rural 2010
CARIRI CENTRAL			
Abaiara	2,3	3,6	1,4
Barbalha	1,6	2,2	0,6
Caririaçu	0,3	2,8	-2,0
Crato	1,5	1,9	-0,1
Farias Brito	-0,7	0,2	-1,3
Granjeiro	-1,3	1,0	-2,2
Jardim	0,1	2,0	-0,7
Juazeiro do Norte	1,7	1,7	-0,1
Missão Velha	0,5	1,9	-0,5
Várzea Alegre	1,0	2,2	-0,7
CARIRI LESTE			
Aurora	-0,3	1,6	-1,7
Barro	0,7	1,9	-0,9
Brejo Santo	1,6	2,1	0,8
Jati	0,5	4,0	-2,9
Mauriti	0,4	2,6	-1,5
Milagres	0,5	1,8	-0,6
Penaforte	1,6	3,6	-3,2
Porteiras	-0,4	3,3	-2,3

Municípios	Taxa Geométrica Total 2010	Taxa Geométrica Urbana 2010	Taxa Geométrica Rural 2010
CARIRI OESTE			
Altaneira	1,9	2,7	0,0
Antonina do Norte	0,7	1,2	-0,5
Araripe	0,5	2,3	-1,7
Assaré	0,7	2,4	-0,9
Campos Sales	0,4	1,1	-1,3
Nova Olinda	1,7	4,3	-2,2
Potengi	1,2	3,7	-1,2
Salitre	1,0	3,4	-0,3
Santana do Cariri	0,2	0,8	-0,4
Tarrafas	-0,3	3,0	-1,4

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

Outros indicadores de análise importantes segundo órgãos como o IBGE e o IPECE, à gestão, planejamento e avaliação do Território podem ser extraídos e considerados a partir dos dados acima explicitados, em estudos e projetos futuros que considerem em seu delineamento a análise da/o:

RAZÃO DE DEPENDENCIA

Considera a razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 60 e mais anos de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 59 anos de idade), na população residente em determinado espaço. Mede a participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo, que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva geográfico, no ano considerado. A razão de dependência pode ser calculada, separadamente, para as duas faixas etárias identificadas como população dependentes. Valores elevados indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção de dependentes, o que significa consideráveis encargos assistenciais para a sociedade.

Sinalizam como indicadores utilizados para acompanhar a evolução do grau de dependência econômica em uma determinada população; sinalizar o processo de rejuvenescimento ou envelhecimento populacional e subsidiar a formulação de políticas nas áreas de saúde e de previdência social.

TAXA DE FECUNDIDADE

Considera o número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A taxa é estimada para um ano calendário determinado, a partir de informações retrospectivas obtidas em censos e inquéritos demográficos. Ressalte-se que no mundo, no final do século XX, a taxa de fecundidade era de 2,9 filhos por mulher, Nos países mais desenvolvidos esta taxa era de 1,5, e nos países menos desenvolvidos, em torno de 3,2.

A taxa de fecundidade total é obtida pelo somatório das taxas específicas de fecundidade para as mulheres residentes de 49 anos de idade.

As taxas específicas de fecundidade expressam o número de filhos nascidos vivos, por mulher, para cada ano de idade do período reprodutivo. O cálculo das taxas específicas de fecundidade é feito diretamente, relacionando, para cada faixa etária da população feminina, os filhos nascidos vivos. Indiretamente, as taxas específicas de fecundidade por idade são obtidas por meio de metodologias demográficas aplicadas a dados censitários e a pesquisas especiais. Adota-se o método direto para as Unidades da Federação onde o número de nascidos vivos informado no Sinasc é igual ou superior a 90% do número de nascidos vivos estimado por métodos demográficos. Sendo inferior, recomenda-se adotar o número estimado.

INDICE DE ENVELHECIMENTO

Considera o número de pessoas de 60 e mais anos de idade, para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Razão entre os componentes etários extremos da população, representados por idosos e jovens. Os valores elevados desse índice indicam que a transição demográfica encontra-se em estágio avançado.

4 CARACTERÍSTICAS ESTRATÉGICAS

O Território da Cidadania do Cariri corresponde a uma área de 16.350,40 km² e localiza-se na região sul do Estado do Ceará, zona semi-árida, tendo como limites ao sul, o estado de Pernambuco; a oeste, o estado do Piauí; a leste, o estado da Paraíba e ao norte, os municípios de Aiuaba, Saboeiro, Jucás, Cariús, Cedro, Lavras da Mangabeira e Ipaumirim.

O Território, como pode ser visto pela Figura 01, abrange 28 (vinte e oito) municípios, divididos – por sua vez – em três micro territórios, a saber:

- Micro-Território Cariri Central com uma área de – aproximadamente – 5.099,7 km², formado por Abaiara, Barbalha, Cariri, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha e Várzea Alegre.
- Micro-Território Cariri Leste, que possui uma área de – aproximadamente – 4.656,1 km², com os municípios de Aurora, Barro, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Milagres, Penaforte e Porteiras;
- Micro-Território Cariri Oeste, com uma área de – aproximadamente – 5.186,1 km², é formado pelos municípios de Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi, Salitre, Santana do Cariri e Tarrafas

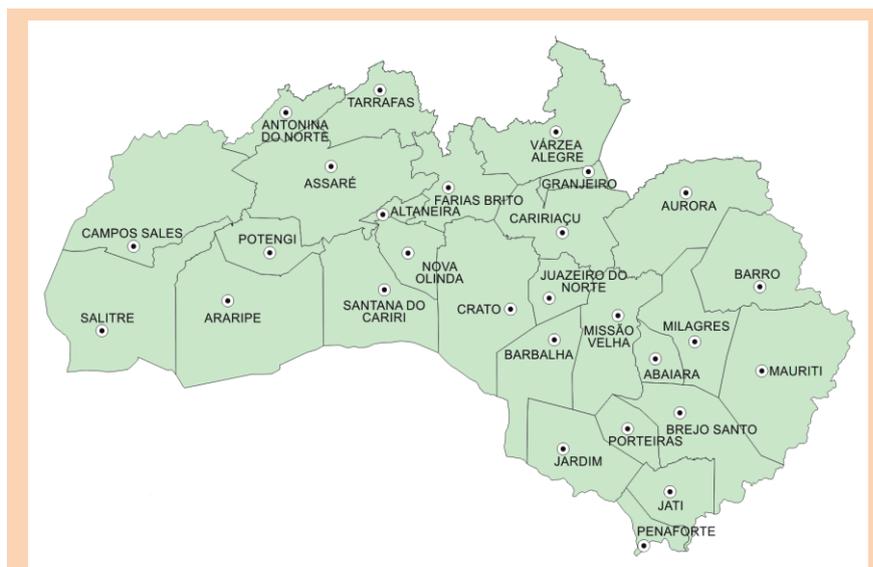


Figura 01 - Mapa do Território do Cariri
Fonte: Adaptado de IPECE (2009)

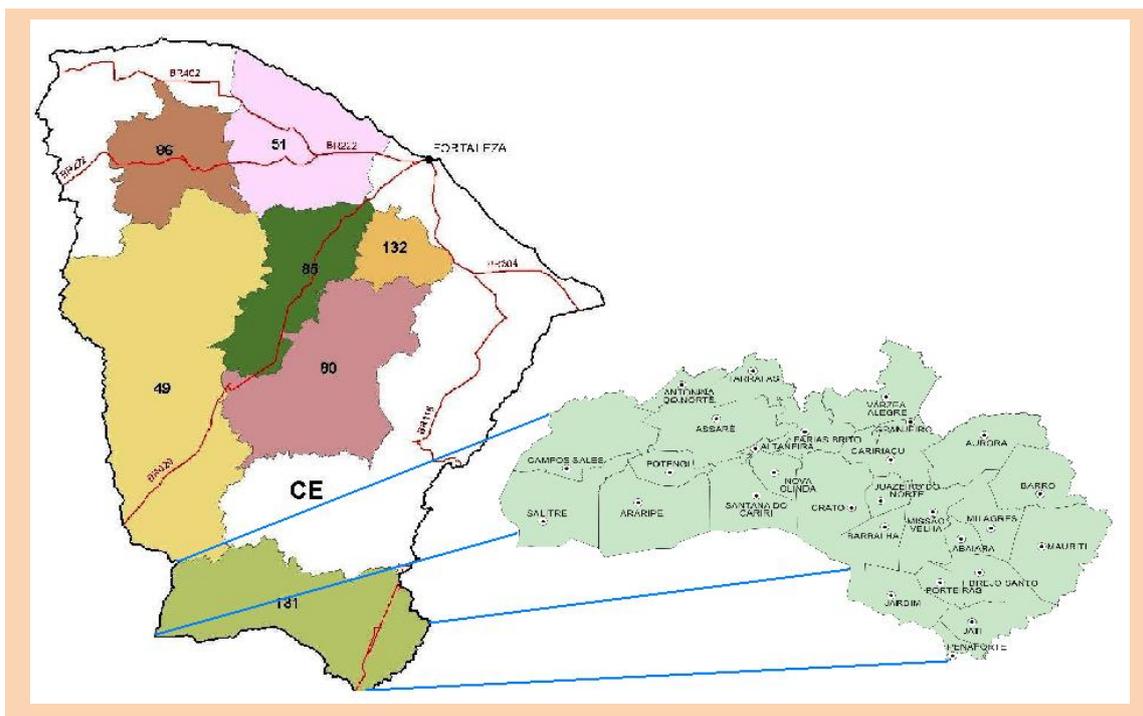


Figura 02 – Localização do Território do Cariri no Estado do Ceará
Fonte: adaptação de MDA/SDT (2009).

O Território de Cariri dista, em média, 500 Km da capital do Estado. O acesso se dá por via terrestre, principalmente pelas rodovias CE 292, CE 386, CE 060, BR 116, BR 122 e BR 230, como pode ser visto na Tabela 05, ou via aérea, por meio do aeroporto Orlando Bezerra de Menezes, localizado no município de Juazeiro do Norte.

Tabela 5 - Micro Territórios, Municípios, Área, Acesso e Distância a Capital Fortaleza (Km) do Território do Cariri.

Micro Território	Município	Área (km²)	Acessos	Distância à capital (km)
Cariri Central	Abaiara	182,6	BR-116/CE-393	500,8
	Barbalha	451,9	BR-116/CE-393	505,4
	Caririaçu	690,5	CE-060/292/386/BR-230	468,4
	Crato	1117,5	BR-230/CE-060/386	506,4
	Farias Brito	476,8	BR-230/CE-060	481,1
	Granjeiro	99	CE-060	460,1
	Jardim	500,9	CE-060/292/386/BR-230	542,4
	Juazeiro do Norte	235,4	CE-060/292/386/BR-230	495,4
	Missão Velha	533,9	BR-116/CE-293/393	506,8
	Várzea Alegre	811,2	CE-060	446,1

Micro Território	Município	Área (km ²)	Acessos	Distância à capital (km)
	Aurora	892,2	BR-116/CE-288	462,8
	Barro	697,8	BR-116	453,8
	Brejo Santo	684,3	BR-116	502,8
Cariri Leste	Jati	347,5	BR-116	526,8
	Mauriti	1045,5	BR-116/CE-384	493,8
	Milagres	620,5	BR-116	475,8
	Penaforte	178,1	BR-116	546,8
	Porteiras	190,2	BR-116/CE-397	522,8
	Altaneira	87,1	CE-060/292/386/BR-230	558,4
	Antonina do Norte	250,8	BR-116/CE-282/284/375/373	481,8
	Araripe	1042,5	CE-292	526,8
	Assaré	1127,2	CE-060/176/284/373	501,8
Cariri Oeste	Campos Sales	1093,1	CE-060/284/373/375	493,8
	Nova Olinda	290,7	BR-230/CE-060/292/386	545,4
	Potengi	334,5	CE-060/176/284/373/375	540,8
	Salitre	797,5	CE-060/187/284/373/375	520,8
	Santana do Cariri	806,5	BR-230/CE-060/292/386	558,4
	Tarrafas	451,1	CE-060/375	458,1

Fonte: adaptação do Anuário do Ceará, 2004 e Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

5 FORMAÇÃO HISTÓRICA

As terras localizadas no sopé da Chapada do Araripe eram habitadas pelos índios Kariri, antes da chegada dos portugueses no interior brasileiro durante o século XVII. Os integrantes das caravanas, militares e religiosos, mantiveram os primeiros contatos com os nativos, estudaram toda a região do Kariri, como chamavam o território do Cariri anteriormente, catequizaram os indígenas e os agruparam em aldeamentos ou missões.

Os resultados destes contatos e descobrimentos desencadearam notícias que na região tinha ouro em abundância, ocasionando uma verdadeira corrida para os sertões brasileiros, onde famílias oriundas de Portugal, sonhando com as riquezas de terras inexploradas e com a esperança de encontrar o minério que as levariam a aumentar o seu patrimônio material, além de aumentar o seu prestígio pessoal com a corte portuguesa.

A busca do metal precioso, nas ribanceiras do Rio Salgado, trouxe para a região do Cariri, a colonização e como consequência a doação de sesmarias, o que permitiu o surgimento de lugarejos e vilas, que mais tarde se tornaram municípios, cada um com um processo distinto de formação.

É possível perceber aspectos comuns por meio da história dos municípios pertencentes ao Território. Basicamente, as cidades formaram-se ao redor de fazendas de gado e de propriedades religiosas doadas por donos de terras para a construção de igrejas. A formação histórica da região é marcada principalmente pelo desenvolvimento a partir da pecuária e do comércio estabelecido por conta dela. Muitos dos municípios faziam parte de outros maiores e se desmembraram posteriormente, principalmente a partir de Milagres e Porteiras, de onde é possível verificar a relação entre eles

Aas comunidades religiosas tinham também o objetivo de catequizar os índios moradores da região, de forma que a Igreja Católica pode ser também uma fonte de documentos históricos sobre o território.

Hoje, muitos pesquisadores ainda tentam identificar comunidades indígenas, objetivando resgatar a memória destes povos no Território da Cidadania do Cariri, porém, por processo de auto-reconhecimento, foi identificada apenas uma comunidade de remanescentes de índios, sendo estes

descendentes da tribo Kariri, composta por 50 famílias e localizadas acerca de 25 quilômetros do município de Crato, no Sítio Poço Dantas.

Esta comunidade ainda mantém hábitos semelhantes aos de seus ancestrais, eles vivem da pesca tradicional no Açude Thomás Osterne e da agricultura de subsistência, sendo que o milho continua como base da alimentação. Produzem também objetos de cipó (cestos, balaios), utensílios de barro (potes, panelas) e remédios tradicionais utilizados em seu dia-a-dia. Muitos destes, derivados da imburana, da quinaquina, do alecrim, da malva-corama, da erva cidreira, entre outras espécies.

Nos anos 2000, foi criada a Região Metropolitana do Cariri (Lei Complementar nº 78, de 26 de junho de 2009) formada pelos municípios de Juazeiro, Barbalha e Crato, bem como pelos municípios que lhes são limítrofes: Santana do Cariri, Nova Olinda, Farias Brito, Caririáçu, Missão Velha e Jardim, com o objetivo de constituir uma circunstância cultural e socioeconômica capaz de compartilhar com a capital do Estado a atração de população, equipamentos, serviços e investimentos públicos e privados.

Segundo a Secretaria das Cidades do Estado do Ceará, até 2013, US\$ 65 milhões serão investidos para a implantação do projeto Cidades do Ceará/Região Metropolitana do Cariri. Uma parcela desses recursos será destinada ao fomento e fortalecimento do setor turístico por meio, por exemplo, da construção do Centro de Cultura e Eventos do Cariri no Crato; do projeto Roteiro da Fé que requalificará o centro comercial de Juazeiro; e a implantação no sítio Tupinambá em Barbalha do Museu do Engenho. São relevantes, também, os projetos e as ações turísticas voltadas para a gestão, construção de centros de interpretação do patrimônio geológico, e melhorias ambientais dos geosítios do Geopark Araripe e o projeto cidades do Ceará, onde no Cariri dentre as atividades desenvolvidas destaca-se os arranjos produtivos locais de calçado e do turismo.

Parte II

O DIAGNÓSTICO

O DIAGNÓSTICO

O diagnóstico, componente fundamental na elaboração e qualificação do PTDRS, retrata a leitura participativa da realidade na amplitude territorial, composto a partir de quatro dimensões de sustentabilidade: sociocultural educacional, ambiental, socioeconômica e política institucional, que analisadas a partir da matriz de planejamento FOFA geram o instrumento força motriz do desenvolvimento territorial.

A Dimensão Sociocultural Educacional procura identificar e resgatar a história da formação dos territórios a partir dos aspectos sociodemográficos, da diversidade sociocultural, bem como as suas relações com os direitos à educação, saúde e o fortalecimento da identidade cultural, visando à construção da sustentabilidade do desenvolvimento dos territórios.

A Dimensão Ambiental consiste na valorização e avaliação da situação dos aspectos geoambientais e as influências antrópicas sobre o meio ambiente dos territórios e seu bioma, assim como a diminuição dos passivos ambientais visando o resgate socioterritorial e cultural de seu equilíbrio para a sustentabilidade.

A Dimensão Socioeconômica procura a organização social e econômica dos territórios segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras das competências sistêmicas para a sustentabilidade. Caracteriza-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes, a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e o desenvolvimento constante da produtividade e da intersectorialidade socioprodutiva.

A Dimensão Político Institucional consiste na análise das estruturas de poder nos territórios, visando o fortalecimento das novas institucionalidades e sua governabilidade sócio-territorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública ampliada e democrática.

Parte II a

DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

EDUCACIONAL

Aspectos Sociais

Aspectos da Saúde

Aspectos Educacionais

Aspectos Culturais

6 ASPECTOS SOCIAIS

A Constituição Federal de 1988, no Título II, dos Direitos e Garantias Fundamentais, no 6º artigo do Capítulo I – Direitos Sociais consigna como direitos fundamentais a educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Estabelece, ainda, no inciso IV do 7º artigo, o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais dos trabalhadores. Mais importante, foi que se determinou o princípio da vinculação entre o salário mínimo e o piso dos benefícios previdenciários e assistenciais permanentes. Na parte de financiamento, reconhece a importância da Educação (artigo 205), da saúde (artigo 196) e da Assistência Social (artigo 203) ao aumentar a vinculação de recursos federais para estas áreas.

No caso da Assistência Social, o inciso V, do artigo 203, estabelece “a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família”.

A legislação complementar à CF/88 é formada por um conjunto de leis orgânicas, ou seja, Previdência Social (RGPS), Assistência Social (LOAS), Função Social da Propriedade Fundiária, Seguro Desemprego (FAT), Ensino Fundamental (FUNDEB), Benefícios da Prestação Continuada (BPC), Lei orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). É importante destacar que o arcabouço jurídico da proteção social e que constitui o núcleo central da política social brasileira, fundamentada em direitos da cidadania, precisa realmente estar amparado constitucionalmente, no sistema das vinculações de impostos e das contribuições sociais e no princípio do salário mínimo como piso dos benefícios e não em leis ordinárias. Este formato funciona como uma espécie de blindagem e proporciona segurança jurídico institucional contra cortes orçamentários, não ficando à mercê da vontade de governos, que

poderia ser substituído a qualquer momento, até mesmo, por medida provisória.

6.1 Direitos Fundamentais e Ações Sociais Públicas

6.1.1 Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

O acesso à alimentação é um dos direitos fundamentais consignados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. Como direito fundamental do ser humano e, segundo a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), cabe ao poder público assegurá-lo.

Dentro desse propósito, as políticas públicas implantadas nos territórios devem garantir o acesso regular e permanente a alimentos, (inclusive a água) de qualidade e em quantidade suficiente para uma vida saudável. Essas políticas estão voltadas a todos os cidadãos, particularmente a população em situação de vulnerabilidade social e aos povos de comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas.

Algumas iniciativas estão sendo desenvolvidas no Território com o intuito de garantir às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional o acesso à alimentação adequada e água de qualidade, conforme detalhamento que se segue.

Programa Cisternas de Placas para Captação de Água da Chuva (P1MC)

Resultado da parceria iniciada em julho de 2003 entre o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) do Governo Federal e a Articulação do Semiárido (ASA), organização que reúne 750 entidades sociais no nordeste e a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), esse programa tem como meta construir ao final de cinco anos um milhão de reservatórios de água no

semiárido, assegurando as condições básicas de saúde e higiene, de aprendizagem e cidadania para milhares de famílias.

A construção de cisternas visa captar água da chuva para o consumo próprio. São necessários editais para que estados e municípios firmem convênios com o Ministério de Desenvolvimento Social para a construção dessas unidades. Além de instalá-las, o MDS financia a formação da mão-de-obra para a construção e também a qualificação das famílias beneficiadas para a manutenção das cisternas.

Segundo informações do MDS (2010), já foram construídas em torno de três mil setecentos e vinte e sete cisternas, beneficiando igual número de famílias em várias comunidades rurais. Apenas os municípios Barbalha, Brejo Santo e Pena Forte não foi contemplado com o referido Programa.

A atuação do MDS também se estende ao acesso à água para produção de alimentos com o Programa Segunda Água. Tecnologias de captação de água da chuva são construídas para possibilitar ao sertanejo a criação de pequenos animais e o cultivo de quintais produtivos.

Unindo os acessos à água para beber e para produzir, o MDS desenvolveu o Programa Cisternas nas Escolas. O projeto piloto foi realizado em parceria com o Governo da Bahia, a partir dessa experiência, o Ministério firmou termo de parceria com a Associação Programa 1 Milhão de Cisternas (AP1MC) para a construção de 110 cisternas nas escolas.

O público beneficiado pela ação Acesso à Água, além de morar no Semiárido, precisa estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais.

Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição

A Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição compõe uma ação estratégica da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e contribui para a redução dos índices de insegurança alimentar da população. Ela conta com uma estrutura operacional composta

por Restaurantes Populares e Bancos de Alimentos (em centros urbanos com mais de 100 mil habitantes), Cozinhas Comunitárias, Feiras e Mercados Populares. Desenvolve, ainda, ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

Sob a coordenação do MDS, a Rede atua estrategicamente no estímulo e na promoção da alimentação, produzindo e ofertando refeições gratuitas ou a preços acessíveis e combatendo o desperdício. Estimula, ainda, a comercialização da produção dos agricultores familiares e a adoção de hábitos alimentares regionais saudáveis, visando ao consumo seguro de alimentos e à melhoria das condições gerais de saúde da população.

No Território do Cariri existem cozinhas comunitárias nos municípios de Barbalha (1), Brejo Santo (1), Juazeiro do Norte (4), Mauriti (1), Missão Velha (2), Santana do Cariri (1), totalizando 10 cozinhas comunitárias.

Em relação à Feira/Mercado, o Território conta com apenas 2 equipamentos instalados nos municípios de Mauriti e Salitre.

Programa Bolsa Família (PBF)

Este tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome.

O Programa Bolsa Família (PBF) atende mais de 12 milhões de famílias em todo território nacional. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140,00), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 22,00 a R\$ 200,00. Diversos estudos apontam para a contribuição do Programa na redução das desigualdades sociais e da pobreza com destaque para o Nordeste brasileiro. Para estas famílias o Programa tem um significado especial, pois representa a única fonte de renda que tem garantido o sustento e a sobrevivência, principalmente das famílias do meio rural.

O PBF associa a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos (saúde, alimentação, educação e assistência social) para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 140,00/mês.

O Programa possui três eixos principais, ou seja, (1) transferência de renda, (2) condicionalidades e (3) programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

O Quadro 1 indica que o volume de recursos do PBF repassado ao Território em 2010, até o mês de setembro/2010, ultrapassou o montante de R\$ 116 milhões de reais, o que significa 11,29% do valor total repassado ao estado do Ceará. Somente no mês de setembro/2010 esse repasse girou em torno de mais de R\$ 13 milhões de reais. O número de famílias atendidas pelo Programa no Território representa um total de 130.634 famílias, o que significa 13,24% do total e famílias atendidas pelo estado do Ceará.

Município	Nº de Famílias	Repassse Mensal	Repassse até Set/2010
CEARÁ*	1.013.241	101.993.530,00	973.449.044,00
Abaíara	1.567	157.123,00	1.396.108,00
Altaneira	1.099	110.067,00	980.973,00
Antonina do Norte	1.170	116.401,00	1.036.838,00
Araripe	3.721	391.265,00	3.470.272,00
Assaré	3.994	405.354,00	3.568.248,00
Aurora	3.953	391.286,00	3.498.415,00
Barbalha	7.483	751.543,00	6.637.267,00
Barro	3.380	342.939,00	3.075.683,00
Brejo Santo	6.425	642.994,00	5.685.989,00
Campos Sales	4.234	426.400,00	3.785.607,00
Caririaçu	4.260	459.242,00	4.072.655,00
Crato	14.603	1.447.004,00	12.825.834,00
Farias Brito	3.191	323.324,00	2.910.608,00
Granjeiro	841	87.705,00	784.982,00
Jardim	3.902	399.133,00	3.580.219,00

Município	Nº de Famílias	Repasso Mensal	Repasso até Set/2010
Jati	1.151	112.040,00	997.742,00
Juazeiro do Norte	27.500	2.637.184,00	22.704.347,00
Mauriti	7.506	785.565,00	6.983.008,00
Milagres	4.627	474.159,00	4.147.092,00
Missão Velha	5.049	528.209,00	4.733.342,00
Nova Olinda	2.079	223.412,00	1.970.725,00
Penaforte	1.409	142.744,00	1.252.565,00
Porteiras	2.449	246.952,00	2.181.142,00
Potengi	1.499	150.484,00	1.340.070,00
Salitre	2.952	313.509,00	2.778.539,00
Santana do Cariri	2.812	299.254,00	2.674.531,00
Tarrafas	1.780	179.388,00	1.579.957,00
Várzea Alegre	5.998	598.793,00	5.370.942,00
TOTAL DO TERRITÓRIO	130.634	13.143.473,00	116.023.700,00

Quadro 1: Número de Famílias e Volume de Repasse do Programa Bolsa Família

Fonte: Portal MDS em Números, 2010

(*) O dado do Ceará inclui o repasse até OUT/2010.

Contudo, se comparado a estimativa de famílias pobres, Quadro 2, inscritas no CadÚnico em relação às famílias pobres inscritas no PBF, pode-se afirmar que o benefício está longe de atender ao total de famílias do Território em situação de pobreza e de insegurança alimentar e nutricional.

Municípios	Estimativa de Famílias Pobres no Cadastro Único		Estimativa de Famílias Pobres no Perfil do PBF		
	Nº	Cobertura em %	Nº no Perfil	Nº Atendidas	Cobertura em %
CEARÁ	1.376.048	73,63	960.379	1.013.241	105,50
Abaiara	2.065	75,88	1.551	1.567	101,03
Altaneira	1.406	105,88	1.038	1.099	105,88
Antonina do Norte	1.385	84,48	1.014	1.170	115,38
Araripe	4.544	81,89	3.500	3.721	106,31
Assaré	4.618	86,49	3.510	3.994	113,79
Aurora	5.152	76,73	3.861	3.953	102,38
Barbalha	9.387	79,89	6.753	7.483	110,81
Barro	4.287	78,84	3.184	3.380	106,16
Brejo Santo	7.689	83,56	5.579	6.425	115,16
Campos Sales	5.219	81,13	3.836	4.234	110,38
Caririaçu	5.000	85,20	3.716	4.260	114,64
Crato	19.630	74,39	13.533	14.603	107,91
Farias Brito	4.122	77,41	3.134	3.191	101,82
Granjeiro	961	87,51	736	841	114,27
Jardim	4.868	80,16	6.686	3.902	105,86
Jati	1.560	73,78	1.180	1.151	97,54
Juazeiro do Norte	36.498	75,35	24.568	27.500	111,93
Mauriti	8.644	86,82	6.586	7.506	113,97
Milagres	5.430	85,21	4.030	4.627	114,81
Missão Velha	6.715	75,19	5.056	5.049	99,86

Municípios	Estimativa de Famílias Pobres no Cadastro Único		Estimativa de Famílias Pobres no Perfil do PBF		
	Nº	Cobertura em %	Nº no Perfil	Nº Atendidas	Cobertura em %
Nova Olinda	2.505	82,99	1.815	2.079	114,55
Penaforte	1.636	86,12	1.207	1.409	116,74
Porteiras	2.978	82,24	2.227	2.449	109,97
Potengi	2.023	74,10	1.500	1.499	99,93
Salitre	3.328	88,70	2.590	2.952	113,98
Santana do Cariri	3.575	78,66	2.774	2.812	101,37
Tarrafas	1.999	89,04	1.565	1.780	113,74
Várzea Alegre	8.214	73,02	6.075	5.998	98,73
TOTAL TERRITÓRIO	165.438	81,81	122.804	130.634	108,63

Quadro 2: Estimativa de Famílias Pobres no CadÚnico e no Perfil do PBF

Fonte: Portal MDS em Números RI Sintético, 2010

O sistema CadÚnico cadastra as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Famílias com renda superior a esse critério poderão ser incluídas no CadÚnico desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implantados pela União, estados ou municípios. Neste cadastro devem constar as informações das famílias cadastradas sobre características do domicílio (número de cômodos, tipo de construção, tratamento da água, esgoto e lixo); composição familiar (número de componentes, existência de pessoas com, deficiência); identificação e documentação de cada componente da família; qualificação escolar dos componentes da família; qualificação profissional e situação no mercado de trabalho; remuneração; e despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação e outros).

O Quadro 2 indica que o Território tem uma estimativa em torno de 165.438 famílias pobres no CadÚnico, o que representa uma cobertura de 81,81% em relação à estimativa de famílias pobres no perfil do PBF que é de 122.804 famílias. Se examinado na ótica dos dados do perfil do PBF, constata-se que esse número foi plenamente atingido, isto é, a cobertura ultrapassou a 108,63% do total de famílias atendidas que é de 130.634.

É importante salientar que vários Programas utilizam o sistema CadÚnico, entre eles o Programa Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Carteira do idoso, Tarifa Social e Minha Casa Minha Vida.

Para oferecer programas complementares às famílias beneficiárias do PBF a Coordenação Geral do Programa Bolsa Família em nível federal desenvolve uma estratégia de articulação com diversos órgãos dos governos federal, estadual e municipal para atender as necessidades das famílias em áreas prioritárias tais como: acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho e renda e melhoria das condições habitacionais.

Essa articulação leva em conta o perfil das famílias atendidas pelo PBF, sua vulnerabilidade e potencialidade e as ações e serviços já existentes. Outro ponto fundamental é o desenvolvimento de ações que explorem as potencialidades econômicas, culturais e naturais específicas de cada localidade.

No que se refere à articulação de programas complementares em nível federal, a Coordenação Geral do Programa Bolsa Família apresenta contribuições em diferentes fases de cada programa, como mostra o Quadro 3.

Programa	Categoria	Objetivo	Agente Executor
Programa Brasil Alfabetizado	Acesso a conhecimento	Alfabetização	MEC
Próximo Passo	Acesso a trabalho e renda	Qualificação profissional nas áreas da construção civil e turismo	MTE
Programa de Qualificação Profissional Continuada - Acreditar	Acesso a trabalho e renda	Qualificação e inserção profissional em obras da construtora	Construtora Norberto Odebrecht
PROMINP	Acesso a trabalho e renda	Reforço escolar para seleção para cursos de qualificação profissional	Governos estaduais e municipais
Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF B)	Acesso a trabalho e renda	Desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar	MDA
CREDIAMIGO E AGROAMIGO	Acesso a trabalho e renda	Concessão de crédito orientado e acompanhado para população rural	BNB
Programa Nacional de Microcrédito orientado	Acesso a trabalho e renda	Concessão de crédito orientado e acompanhado	MTE
Territórios da Cidadania	Acesso a cidadania	Promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas	Casa Civil e Ministérios

Programa	Categoria	Objetivo	Agente Executor
		básicos de cidadania	
Assentamentos rurais	Acesso a cidadania	Promover a inscrição de famílias assentadas no Cadastro Único e priorizar inserção no PBF	MDA/INCRA

Quadro 3: Programas Complementares articulados em Nível Federal

Fonte: MDS/Programa Bolsa Família, *on line*, novembro 2010

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa Aquisição de Alimentos (PPA) está inserido no contexto do Programa Fome Zero, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. É um programa do Governo Federal que adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até os limites estabelecidos pelo Decreto nº 6.447 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, exceto na modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite, cujo limite é semestral.

Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais e demais cidadãos em situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens. A Tabela 6 apresenta a relação de contratos por municípios integrantes do Território da Cidadania do Cariri e o número de agricultores beneficiados, de acordo com informações repassadas pelo escritório regional da CONAB no Território. Vale ressaltar que os dados são referentes ao ano de 2009 e 2010, tendo em vista que nos anos de 2007 e 2008 o escritório regional da CONAB não operacionalizava o compra direta em virtude dos preços de mercado estar acima do preço de referencia da CONAB.

Tabela 6: Nº de Famílias Beneficiadas e Total de Recursos do PAA no Território do Cariri

Municípios	Agricultores	Modalidade	Valor R\$
Araripe	215	Compra direta	688.000,00
Araripe	30	CPR-DOAÇÃO	65.520,00
Aurora	32	CPR-DOAÇÃO	82.500,00
Assaré	33	CPR-DOAÇÃO	115.500,00
Brejo santo	145	CPR-DOAÇÃO	507.500,00
Crato	28	CPR-DOAÇÃO	84.000,00
Campos Sales	06	CPR-DOAÇÃO	21.000,00
Farias Brito	75	CPR-DOAÇÃO	262.500,00
Mauriti	38	CPR-DOAÇÃO	95.000,00
Mauriti	52	Compra Direta	130.000,00
Milagres	20	Compra Direta	35.000,00
Nova Olinda	12	CPR-DOAÇÃO	28.000,00
Porteiras	325	CPR-DOAÇÃO	975.000,00
Salitre	463	Compra Direta	1.389.000,00
Várzea alegre	43	CPR-DOAÇÃO	147.500,00
TOTAL TERRITÓRIO	1.517	TOTAL	4.626.020,00

Fonte: Escritório Regional da CONAB Cariri/CE, 2010.

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. O referido Programa tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando coloca que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII).

As ações de SAN no PNAE possibilitam assegurar aspectos importantes, entre eles, destacam-se (1) a promoção do crescimento e desenvolvimento das crianças; (2) a dinamização da economia local e fortalecimento da agricultura familiar, onde 30% dos produtos da alimentação escolar são oriundos dos agricultores e agricultoras familiares e (3) o respeito aos hábitos alimentares e à cultura alimentar da localidade.

Outro elemento a considerar refere-se ao exercício do controle social por parte da comunidade escolar e instituições por meio do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que tem caráter deliberativo e autônomo, composto por representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade, professores e pais de alunos, com mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos conforme indicação dos seus respectivos segmentos. O principal objetivo do CAE é fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos e zelar pela qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição nas escolas, prestando sempre atenção às boas práticas sanitárias e de higiene.

O Quadro 4 indica que o Território recebeu 18,05% do montante dos recursos do Programa destinados ao estado do Ceará, no valor total de R\$ 140.963.880,00. Em relação aos 30% do repasse do FNDE para a agricultura familiar, o Território recebeu 4,23 do valor total destinado ao Estado, beneficiando diretamente a 52.030 agricultores/as familiares, o que representa 15,23% do total de agricultores/as do estado do Ceará.

Município	Valor do Repasse do FNDE (1)	Alunado (2)	30% do repasse do FNDE***	Nº de Agricultores Familiares (3)	Nº de DAPs (4)	Tipo de acesso ao PAA	Quantidade de AF para atender os 30% (5)
CEARÁ	140.963.880,00	2.194.498	42.289.164,00	341.510	524.410	Leite/DS/CDLA/CD/FE	4.699
Abaíara	143.940,00	2.098	43.182	755	688	PAA Leite	5
Altaneira	128.640,00	2.031	38.592	501	804	PAA Leite	4
Antonina do Norte	118.080,00	1.827	35.424	487	756	PAA Leite	4
Araripe	449.280,00	6.903	134.784	1.717	2.431	PAA Leite/DS/CD	15
Assaré	344.100,00	5.526	103.230	2.239	3.371	PAA Leite	11
Aurora	327.360,00	5.246	98.208	2.984	3.711	PAA Leite	11
Barbalha	756.120,00	11.953	226.836	2.127	3.526	-	25
Barro	311.160,00	4.848	93.348	2.069	2.471	PAA Leite	10
Brejo Santo	690.480,00	10.622	207.144	1.598	4.277	PAA Leite/CD	23
Campos Sales	419.520,00	6.840	125.856	1.342	2.687	PAA Leite	14
Caririçu	475.140,00	7.459	142.542	3.072	3.056	PAA Leite	16
Crato	1.257.720,00	19.586	377.316	3.003	4.243	-	42
Farias Brito	291.300,00	4.538	87.390	2.156	3.457	PAA Leite/DS	10

Município	Valor do Repasse do FNDE (1)	Alunado (2)	30% do repasse do FNDE***	Nº de Agricultores Familiares (3)	Nº de DAPs (4)	Tipo de acesso ao PAA	Quantidade de AF para atender os 30% (5)
Granjeiro	116.280,00	1.791	34.884	620	915	PAA Leite	4
Jardim	467.880,00	7.316	140.364	3.400	3.342	PAA Leite	16
Jati	114.120,00	1.742	34.236	480	1.583	PAA Leite	4
Juazeiro do Norte	2.490.360,00	39.325	747.108	1.699	1.833	PAA Leite/CDLAF	83
Mauriti	731.520,00	11.098	219.456	3.113	9.606	PAA Leite/CDLAF	24
Milagres	436.740,00	6.438	131.022	2.554	4.882	PAA Leite/CD	15
Missão Velha	521.400,00	8.134	156.420	3.469	4.849	PAA Leite	17
Nova Olinda	195.240,00	3.254	58.572	853	1.255	PAA Leite	7
Penaforte	174.600,00	2.700	52.380	491	1.171	-	6
Porteiras	302.760,00	4.473	90.828	1.387	2.455	PAA Leite/DS	10
Potengi	176.340,00	2.729	52.902	1.050	1.202	PAA Leite	6
Salitre	325.260,00	5.083	97.578	1.909	2.861	PAA Leite/CD	11
Santana do Cariri	325.980,00	4.959	97.794	1.544	2.323	PAA Leite	11
Tarrafas	165.660,00	2.589	49.698	1.589	1.744	PAA Leite/DS	6
Várzea Alegre	551.340,00	8.630	165.402	3.822	5.738	PAA Leite	18
TOTAL TERRITÓRIO	12.808.320,00	199.738	3.842.496,00	52.030	81237	Leite/DS/CDLAF /CD/	428

Quadro 4: Programa Nacional de Alimentação Escolar

Fonte: FNDE e Organização das informações SAF/MDA, 2009.

*** Valor correspondente ao percentual mínimo de aquisição de acordo com o Art. 14 da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009

(1) 2010 com base no censo escolar de 2009

(2) Total de alunos em 2010 com base no censo escolar de 2009

(3) Censo da Agricultura Familiar 2006 – IBGE.

(4) Declaração de Aptidão ao PRONAF de 14/07/2010.

(5) A base utilizada para o cálculo foi o limite de R\$ 9.000

DS: Doação Simultânea

CDLAF: Compra Direta Local da Agricultura Familiar

FE: Formação de Estoques pela Agricultura Familiar

CD: Compra Direta da Agricultura Familiar

Leite: Programa de Incentivo ao Consumo do Leite

6.2 Seguridade Social

A instituição da Seguridade Social pela Constituição de 1988 produziu importantes efeitos de transferência de renda para indivíduos e famílias. Neste sentido, o texto constitucional ampliou consideravelmente a (1) cobertura previdenciária para os trabalhadores rurais, consignando-lhes benefício igual aos dos trabalhadores urbanos; (2) estabeleceu um piso para os benefícios previdenciários, no valor de um salário mínimo e (3) garantiu a cobertura via assistência social do Benefício da Prestação Continuada (BPC), que destina um benefício monetário no valor de um salário mínimo a idosos (65 anos ou mais) e pessoas com deficiência que vivem em famílias com renda *per capita* de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. Compõem a Seguridade Social a Assistência Social, a Previdência Social e a Saúde.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Política pública não contributiva, sendo dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. Marco legal: CF/88 e LOAS.

PROTEÇÃO BÁSICA

- Centro de Referência Social (CRAS) – responsável pela organização e oferta de serviços de proteção básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

- Centro de Atendimento à criança e ao adolescente, juventude e ao idoso.

PROTEÇÃO ESPECIAL

- Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para ser beneficiário das ações da PSE é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida.

Diferentemente da Proteção Social Básica que tem caráter preventivo, a Proteção Social Especial atua em caráter de proteção. Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo.

O Quadro 5 indica a disponibilização desses serviços para os municípios do Território, bem como o volume de recursos repassados, que representa 10,80% do total de recursos do estado do Ceará.

Municípios	Nº CRAS	Nº CREAS	Repasso Mensal Ações	Repasso Total Ações Até Set/2010
CEARÁ	354	99	106.700.940,87	933.701.745,15
Abaiara	1	0	76.421,25	676.557,90
Altaneira	2	0	88.187,55	735.438,80
Antonina do Norte	1	0	79.096,10	704.681,68
Araripe	1	0	191.301,05	1.653.603,60
Assaré	1	1	387.219,80	3.325.732,10
Aurora	1	1	350.184,65	3.062.552,20
Barbalha	2	1	822.909,56	6.993.693,63
Barro	1	1	187.755,25	1.650.616,39
Brejo Santo	2	1	611.920,93	1.650.616,39
Campos Sales	1	1	486.171,97	4.174.361,96
Caririaçu	2	1	342.891,25	2.948.587,50
Crato	5	1	2.173.969,90	18.912.756,85
Farias Brito	2	0	330.363,60	2.854.228,90
Granjeiro	1	0	63.271,25	587.750,25
Jardim	2	1	316.981,30	2.675.177,22
Jati	1	0	67.259,20	567.183,15
Juazeiro do Norte	4	1	4.692.212,10	40.989.920,10
Mauriti	3	1	487.553,00	4.219.147,20
Milagres	3	1	382.523,25	3.311.994,55
Missão Velha	2	2	383.514,35	3.259.334,15
Nova Olinda	1	0	149.930,60	1.315.514,80
Penaforte	1	1	74.033,15	636.597,20
Porteiras	3	0	194.853,65	1.726.655,05
Potengi	1	0	129.557,05	1.121.848,92
Salitre	2	0	84.023,75	679.035,00
Santana do Cariri	1	0	160.320,25	1.441.190,43
Tarrafas	1	0	43.112,65	429.162,30
Várzea Alegre	2	1	391.675,20	3.426.184,08
TOTAL TERRITÓRIO	50	16	13.749.213,61	115.730.122,30

Quadro 5: Ações, Beneficiários e Repasse da Assistência Social 2010.

Fonte: MDS em Números. RI Sintético, 2010.

Ainda na perspectiva da cobertura da Assistência Social, dois outros serviços de Proteção Social Especial estão postos para o território, ou seja, Benefício da Prestação Continuada (BPC) e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

O Quadro 6 detalha o número de benefícios dos referidos serviços e o volume de repasse em 2010, tendo como referência até o mês de setembro, além de explicitar o comparativo entre benefícios sociais com cobertura da Assistência Social (BPC e PETI) e do PBF com repasse direto aos beneficiários.

Em relação ao Programa PETI pode-se constatar que o Território detém 16,32% do volume dos recursos repassados ao estado do Ceará.

Em relação ao Programa BCP pode-se constatar que o Território atende a 6.866 idosos e 14.439 pessoas deficientes, representando 10,11% e 13,98% do total dos beneficiários (idosos e deficientes) do Estado, respectivamente.

Somando essas fontes de repasse (PETI e PCP) ao repasse do Programa Bolsa Família, o Território detém um volume de recursos na ordem de R\$ 222.016.216,43. Esse valor representa 12,75% do valor total do repasse do estado do Ceará.

Município	PETI		BPC				BOLSA FAMÍLIA	
	N°	REPASSE até SET/2010	IDOSO		PESSOA COM DEFICIÊNCIA		N°	REPASSE até OUT/2010
			N°	REPASSE até SET/2010	N°	REPASSE até SET/2010		
CEARÁ	-	6.391.500,00	67.911	304.006.627,47	103.249	457.005.057,45	1.014.225	973.971.394,00
Abaiara	-	26.500,00	15	70.890,00	84	369.750,00	1.567	1.554.277,00
Altaneira	-	23.500,00	26	109.650,00	104	428.400,00	1.099	1.093.424,00
Antonina do Norte	-	36.500,00	9	4.590,00	107	54.570,00	1.170	1.155.424,00
Araipe	-	42.000,00	51	213.690,00	250	1.104.150,00	3.721	3.866.932,00
Assaré	-	19.500,00	73	327.930,00	530	2.263.123,00	3.994	3.974.259,00
Aurora	-	29.500,00	44	181.050,00	477	2.143.432,50	3.953	3.897.356,00
Barbalha	-	37.500,00	296	1.331.055,00	932	4.004.359,05	7.483	7.403.749,00
Barro	-	11.000,00	29	123.732,00	236	1.053.619,88	3.380	3.418.949,00
Brejo Santo	-	53.500,00	220	987.320,00	710	3.034.574,06	6.425	6.330.401,00
Campos Sales	-	59.500,00	183	796.622,16	559	2.414.817,00	4.234	4.219.783,00
Caririçu	-	45.500,00	71	295.800,00	463	2.067.540,00	4.260	4.534.612,00
Crato	-	46.000,00	1.321	5.904.650,35	2.067	9.079.779,70	14.603	14.303.878,00
Farias Brito	-	22.500,00	100	446.250,00	443	1.939.560,00	3.191	3.238.368,00
Granjeiro	-	11.000,00	2	13.260,00	94	423.810,00	841	873.985,00
Jardim	-	42.000,00	43	21.930,00	432	219.811,00	3.902	3.984.398,00
Jati	-	25.500,00	17	71.400,00	79	347.310,00	1.151	1.112.252,00
Juazeiro do Norte	-	152.000,00	3.744	16.864.906,43	3.903	17.226.806,57	27.500	25.494.673,00
Mauriti	-	48.500,00	95	410.040,00	664	2.965.437,00	7.506	7.770.715,00
Milagres	-	30.500,00	78	39.780,00	488	2.158.116,00	4.627	4.624.617,00
Missão Velha	-	93.000,00	118	516.630,00	400	1.766.844,00	5.049	5.268.934,00
Nova Olinda	-	21.000,00	63	286.620,00	178	770.130,00	2.079	2.194.704,00
Penaforte	-	30.500,00	10	43.860,00	87	386.580,00	1.409	1.398.812,00
Porteiras	-	29.500,00	42	190.740,00	245	1.111.800,00	2.449	2.431.227,00
Potengi	-	0	36	165.240,00	168	730.339,05	1.499	1.494.193,00
Salitre	-	28.500,00	21	89.760,00	95	397.290,00	2.952	3.093.983,00
Santana do Cariri	-	21.500,00	40	181.560,00	185	819.920,88	2.812	2.976.504,00
Tarrafas	-	56.500,00	2	9.180,00	48	214.200,00	1.780	1.759.876,00
Várzea Alegre	-	0	117	532.441,80	411	1.799.280,00	5.998	5.977.004,00
TOTAL TERRITÓRIO	-	1.043.000,00	6.866	30.230.577,74	14.439	61.295.349,69	130.634	129.447.289,00

Quadro 6: Comparativo entre benefícios sociais com cobertura da Assistência Social (BPC e PETI) e do PBF com repasse direto aos beneficiários

Fonte: MDS em Números. RI Sintético, 2010

PREVIDÊNCIA SOCIAL

A previdência social, juntamente com a saúde e a assistência social, compõe a Seguridade Social, que é a política de proteção integrada da cidadania. É uma espécie de seguro público coletivo para aqueles que contribuem com a previdência; visa cobrir riscos sociais como acidentes, morte, velhice, deficiência, maternidade, reclusão e desemprego. Tem como leis básicas: a Constituição Federal de 1988, Leis N.º 8.212/91 e N.º 8.213/91 e Decreto N.º 3.048/99.

É uma instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceder direitos aos seus segurados. Os benefícios oferecidos hoje pela previdência são: aposentadoria por idade; aposentadoria por invalidez; aposentadoria por tempo de contribuição; aposentadoria especial; auxílio-doença; auxílio-reclusão; pensão por morte; salário-maternidade; salário-família; auxílio Acidente.

O Quadro 7 indica a quantidade de benefícios que corresponde a quantidade de créditos emitidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) para pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, Encargos Previdenciários da União e Amparos Assistenciais previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), classificados de acordo com o município do órgão pagador e clientela (urbana ou rural). Este quadro revela um crescimento na quantidade de benefícios de 116.050 para 153.287, se comparado o o período compreendido entre os anos de 2000 e 2009.

Municípios	QUANTITATIVO DE CRÉDITOS EMITIDOS PARA PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS PELO INSS									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Abaíara	1.068	1.105	1.096	928	883	836	870	878	959	1.033
Altaneira	1.040	1.062	1.058	1.083	710	660	606	701	820	922
Antonina do Norte	1.044	1.103	1.117	1.172	1.216	1.230	1.288	1.311	1.370	1.441
Araripe	2.713	2.814	2.996	3.116	3.143	3.274	3.532	3.814	3.894	4.057
Assaré	4.411	5.063	5.289	5.173	5.061	5.017	5.042	5.242	5.321	5.534
Aurora	4.524	4.646	4.784	4.797	4.832	4.896	5.065	5.197	5.356	5.487
Barbalha	6.290	6.549	6.984	7.227	7.391	7.532	7.824	8.098	8.530	9.117
Barro	3.462	3.557	3.701	3.757	3.808	3.752	3.803	3.883	4.005	4.113
Brejo Santo	5.180	5.534	5.609	5.801	6.037	6.283	6.505	6.890	7.326	7.800
Campos Sales	5.276	5.412	5.649	5.817	5.892	6.021	6.402	6.438	6.586	7.188
Caririáçu	3.930	4.075	4.154	4.189	4.231	4.307	4.499	4.718	4.854	5.077
Crato	14.045	14.340	14.962	15.354	16.266	16.796	17.500	18.045	18.673	19.518
Farias Brito	3.313	3.376	3.509	3.576	3.694	3.757	3.860	4.077	4.296	4.500
Granjeiro	553	580	606	599	572	469	429	653	683	732
Jardim	3.700	3.862	4.159	4.384	4.523	4.585	4.700	4.812	4.977	5.160
Jati	991	1.020	917	813	796	715	685	995	1.038	1.149
Juazeiro do Norte	24.807	25.374	25.749	26.329	27.195	28.914	29.588	29.054	29.938	31.099
Mauriti	5.657	5.846	5.966	6.013	6.070	5.830	6.145	6.606	7.039	7.242
Milagres	4.206	4.385	4.875	5.073	5.125	4.838	4.967	5.355	5.469	5.669
Missão Velha	4.457	4.546	4.869	4.958	5.070	4.989	5.203	5.310	5.558	5.777
Nova Olinda	501	548	621	618	1.080	1.199	1.347	1.464	1.570	1.701
Penaforte	903	913	848	816	802	779	711	939	1.013	1.071
Porteiras	2.278	2.318	2.386	2.406	2.517	2.392	2.467	2.463	2.522	2.651
Potengi	1.372	1.374	1.415	1.451	1.452	1.526	1.608	1.686	1.701	1.702
Salitre	630	674	780	823	750	668	753	1.126	1.191	1.301
Santana do Cariri	3.435	3.588	3.972	4.076	4.182	4.192	4.346	4.513	3.228	3.324
Tarrafas	469	508	507	552	595	598	622	707	716	724
Várzea Alegre	5.795	6.039	6.530	6.729	6.837	6.999	7.295	7.561	7.780	8.198
TOTAL TERRITÓRIO	116.050	120.211	125.108	127.630	130.730	133.054	137.662	142.536	146.413	153.287

Quadro 7: Quantidade de Créditos emitidos pelo INSS para pagamento de benefícios entre 2000 a 2009

Fonte: Ministério da Previdência Social. Estatísticas Municipais, 2000 a 2009.

O Quadro 8 indica o valor de benefícios emitidos pelo INSS entre o período de 2000 a 2009. O quadro em referência indica uma crescente evolução no total de benefícios pagos, que varia de R\$ 19.831.090,00 (em 2000) para R\$ 70.441.873,00 (em 2009).

Municípios	VALORES DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELO INSS (R\$ 1,00)									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Abaiara	162.282	200.122	218.737	220.136	227.583	248.399	296.885	316.432	372.025	446.003
Altaneira	156.879	191.662	213.736	265.038	186.358	201.983	216.184	261.746	328.889	409.439
Antonina do Norte	159.854	200.565	225.902	283.870	321.109	363.967	430.282	468.183	530.579	621.587
Araripe	417.291	515.661	609.435	761.676	832.073	939.131	1.153.482	1.329.110	1.490.912	1.727.730
Assaré	687.856	934.278	1.081.272	1.276.059	1.343.221	1.478.690	1.676.917	1.884.670	2.086.996	2.436.511
Aurora	708.379	862.019	981.902	1.184.423	1.292.661	1.424.794	1.673.923	1.836.746	2.079.214	2.381.337
Barbalha	1.107.629	1.346.206	1.592.769	1.970.680	2.178.745	2.433.069	2.819.450	3.122.335	3.601.257	4.255.622
Barro	539.476	660.808	766.805	934.263	1.027.866	1.123.333	1.303.389	1.426.075	1.600.486	1.828.749
Brejo Santo	870.664	1.095.655	1.231.286	1.531.126	1.709.706	1.947.474	2.273.264	2.554.005	2.952.045	3.483.147
Campos Sales	843.725	1.026.007	1.186.998	1.473.364	1.619.982	1.809.897	2.169.903	2.341.904	2.625.175	3.183.591
Caririáçu	604.765	746.989	845.919	1.023.476	1.122.313	1.265.776	1.510.884	1.693.513	1.900.391	2.230.718
Crato	2.673.558	3.191.327	3.698.057	4.583.790	5.186.053	5.819.563	6.736.445	7.398.521	8.286.222	9.547.076
Farias Brito	514.698	619.883	716.582	878.618	979.369	1.120.474	1.308.403	1.480.747	1.692.002	1.974.980
Granjeiro	84.034	105.382	121.445	143.546	150.175	141.135	150.103	236.325	266.512	316.864
Jardim	572.597	714.183	853.175	1.083.799	1.208.793	1.356.462	1.574.340	1.718.812	1.940.910	2.246.970
Jati	151.427	185.484	184.141	194.818	206.172	213.838	240.699	363.071	407.381	504.904
Juazeiro do Norte	4.876.918	5.761.682	6.483.828	7.950.238	8.876.685	10.081.622	11.529.302	12.120.738	13.599.885	15.560.969
Mauriti	882.045	1.084.712	1.233.543	1.491.875	1.632.582	1.747.072	2.091.235	2.392.048	2.761.386	3.122.386
Milagres	706.245	871.762	1.073.029	1.337.122	1.454.338	1.503.065	1.732.770	1.964.916	2.187.437	2.512.550
Missão Velha	724.969	874.871	1.037.783	1.262.613	1.395.276	1.516.809	1.789.754	1.961.261	2.254.545	2.565.705
Nova Olinda	76.419	100.642	126.346	152.148	293.451	344.940	438.415	514.821	607.282	745.701
Penaforte	139.360	167.274	173.087	196.957	209.929	232.398	247.862	337.833	391.844	467.805
Porteiras	348.733	422.407	483.772	588.374	667.324	697.498	811.898	865.019	977.698	1.150.843
Potengi	215.408	255.850	293.892	359.111	404.169	449.332	536.794	603.364	666.342	742.335
Salitre	95.364	121.770	155.439	196.492	193.526	199.727	260.971	403.241	460.193	558.111
Santana do Cariri	511.564	616.738	694.721	860.662	823.607	876.702	992.824	1.076.919	1.233.129	1.432.134
Tarrafas	70.141	90.796	100.001	131.403	152.810	176.706	208.407	252.746	276.506	311.303
Várzea Alegre	928.811	1.151.212	1.379.640	1.706.616	1.887.084	2.138.238	2.520.403	2.802.877	3.156.108	3.676.802
TOTAL TERRITÓRIO	19.831.090	24.115.947	27.763.245	34.042.291	37.582.959	41.852.096	48.695.191	53.727.979	60.733.350	70.441.873

Quadro 8: Valores de Benefícios emitidos pelo INSS entre 2000 a 2009

Fonte: Ministério da Previdência Social. Estatísticas Municipais, 2000- 2009.

Pesquisas mostram que a garantia desses direitos aos trabalhadores, principalmente aos trabalhadores rurais e urbanos, possibilitou uma elevação do nível de renda na vida dessas pessoas, principalmente no meio rural, com uma conseqüente melhoria no bem estar e na forma de produzir dessa a população. A universalização previdenciária tem refletido sobre o bem-estar da população rural, que pode ser observado na (1) melhoria das condições de moradia das famílias; (2) no acesso a bens de consumo e (3) na liberação da mão-de-obra infantil do trabalho para a freqüência à escola. Este último item da realidade local tem sido influenciado positivamente pela implantação de outros Programas, a exemplo do Bolsa família e PETI.

De todos os impactos da universalização da previdência social rural, a mais animadora é de que ela tem sido responsável pela redução da pobreza rural e da desigualdade na distribuição de renda. A previdência social rural permitiu a inclusão das mulheres rurais como beneficiárias (direito à aposentadoria por idade e salário-maternidade).

Para termos uma idéia do impacto gerado na economia dos pequenos municípios, basta verificar o montante dos recursos repassados ao território no ano de 2009 que se aproximou dos R\$ 257 milhões de reais. Somente para as aposentadorias rurais, os benefícios ultrapassaram os valores de R\$ 178 milhões de reais.

6.3 Segurança Pública

A Constituição Federal, no artigo 144, se refere aos municípios apenas para atribuir a competência para constituírem *guardas municipais* destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações. A Guarda Municipal tem a função de *guarda patrimonial*. Não se trata de órgão policial. Não é atribuição das guardas municipais, segundo a Constituição Federal, realizar nem investigação criminal nem policiamento ostensivo

Além dessa prerrogativa de instituírem guardas municipais, os municípios podem atuar na segurança pública por meio da imposição de restrições administrativas a direitos e liberdades. O município pode, por exemplo, delimitar o horário de funcionamento de bares e restaurantes ou os

locais da venda de bebidas alcoólicas. Tais restrições, de caráter administrativo, exercem importante função na segurança pública, prevenindo a prática de delitos.

A Constituição Federal de 1988, ao caracterizar a segurança pública como “direito e responsabilidade de todos” e ao positivizar o princípio democrático, estabelece o fundamento jurídico dos arranjos institucionais que permitem a participação popular na formulação e no controle da gestão das políticas de segurança. É o que ocorre, por exemplo, nas experiências de policiamento comunitário ou, ainda, na instituição dos conselhos de segurança pública. Tais experiências, particulares ao campo da segurança pública, se inserem no contexto atual de ampliação dos espaços de participação popular, no sentido da superação dos limites da democracia meramente representativa.

6.4 Acesso à Justiça

Do ponto de vista da **Justiça Global**, o acesso à justiça não se resume a que a população chegue às instâncias jurisdicionais do Estado, mas também diz respeito ao direito à investigação adequada, às garantias judiciais e a um julgamento imparcial. O alto índice de impunidade no Brasil é um fator determinante para a continuidade das violações dos direitos humanos no país. Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública indicam que somente 7,8% de aproximadamente 49.000 (quarenta e nove mil) homicídios cometidos no Brasil a cada ano são investigados e processados com êxito, fato que demonstra uma evidente falha do Estado em exercer a devida diligência no funcionamento da justiça.

Isto pressupõe que os municípios para garantir esse direito consagrado constitucionalmente devem ter (1) polícia judiciário-investigativa qualificada e de alto nível e (2) defensores públicos para assegurar que aqueles que não têm condições para contratar um advogado e nem arcar com os custos judiciais possam litigar com equilíbrio na relação processual e serem asseguradas as garantias judiciais do devido processo legal, do contraditório e ampla defesa, bem como a presença de promotores de justiça para acompanhar os casos

envolvendo família, criança e adolescentes, idosos, populações indígenas. O Ministério Público, no Brasil, é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

É fundamental a existência de instituições e/ou órgãos municipais de defesa dos direitos humanos e exercício da cidadania, a exemplo do direito do consumidor onde a população tenha informações e conhecimento da lei que explicita sobre os seus direitos.

O Quadro 9 retrata a realidade do acesso a justiça pela população do território, sobretudo, dos segmentos mais pobres e vulneráveis, chamando à atenção para os limites dos serviços prestados, principalmente no que se refere a quantidade e acessibilidade aos recursos de defensoria pública.

Municípios	Nº Promotores de Justiça	Nº Defensores Públicos	Abrangência Delegacias
Abaiara	0	0	-
Altaneira	0	0	-
Antonina do Norte	1	0	-
Araripe	1	0	-
Assaré	1	0	-
Aurora	0	0	-
Barbalha	2	2	Municipal
Barro	1	0	-
Brejo Santo	1	1	Regional
Campos Sales	1	1	-
Caririaçu	1	0	Municipal
Crato	3	7	Regional Especializada
Farias Brito	1	1	-
Granjeiro	0	0	-
Jardim	1	0	-
Jati	1	0	-
Juazeiro do Norte	4	9	Regional Especializada
Mauriti	1	1	-
Milagres	1	0	-
Missão Velha	1	0	-
Nova Olinda	0	0	-
Penaforte	0	0	-
Porteiras	1	0	-
Potengi	1	0	-
Salitre	0	0	-
Santana do Cariri	1	0	-
Tarrafas	1	0	-
Várzea Alegre	1	1	-
TOTAL	27	23	07

Quadro 9: Número de Promotores de Justiça, Defensores Públicos e Delegacias de Polícia

Fonte: Ministério Público do Ceará, Defensoria Pública Geral do Ceará e Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), *on line*, 2010.

6.5 Direito à Moradia

O Estatuto das Cidades criou uma série de instrumentos para que o gestor municipal pudesse buscar o desenvolvimento urbano, sendo o principal o Plano Diretor. O Estatuto atribuiu aos municípios a implementação de planos diretores participativos, definindo uma série de instrumentos urbanísticos que têm no combate à especulação imobiliária na regularização fundiária dos imóveis urbanos seus principais objetivos.

Além de definir uma nova regulamentação para o uso do solo urbano, o Estatuto prevê a cobrança de IPTU progressivo até 15% para terrenos ociosos, a simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a aumentar a oferta de lotes, e a proteção e a recuperação do meio ambiente urbano.

De acordo com a própria lei, o Plano Diretor é "*o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana*", obrigatório para municípios:

- Com mais de vinte mil habitantes ou conurbados;
- Integrantes de "área de especial interesse turístico" ou área em que haja atividades com significativo impacto ambiental;
- Que queiram utilizar de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios de imóvel.

Em virtude da complexidade da tarefa, dentre outros motivos, muitos municípios deixaram de cumprir o prazo original de cinco anos dado pelo Estatuto para criarem seus planos diretores. Diante dessa situação, foi promulgada a lei 11.673 em 2008, adiando o fim do prazo para 30 de junho de 2008.

6.6 Acessibilidade

A Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana – SeMob foi instituída no Ministério das Cidades com a finalidade de formular e implementar a política de mobilidade urbana sustentável, entendida como “a reunião das políticas de transporte e de circulação, e integrada com a política

de desenvolvimento urbano, com a finalidade de proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, priorizando os modos de transporte coletivo e os não-motorizados, de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável”. As atuais condições de mobilidade e dos serviços de transporte público no Brasil direcionam a atuação da SeMob em três eixos estratégicos que agrupam as questões a serem enfrentadas, quais sejam (1) Promover a cidadania e a inclusão social por meio da universalização do acesso aos serviços públicos de transporte coletivo e do aumento da mobilidade urbana; (2) Promover o aperfeiçoamento institucional, regulatório e da gestão no setor e (3) Coordenar ações para a integração das políticas da mobilidade e destas com as demais políticas de desenvolvimento urbano e de proteção ao meio ambiente.

A acessibilidade se configura como o direito de eliminação de barreiras arquitetônicas, de disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos, mas também de acessar a rede de informações.

Dizem as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade que formulação, implementação e manutenção das ações de acessibilidade atenderão às seguintes premissas básicas (1) A priorização das necessidades, a programação em cronograma e a reserva de recursos para a implantação das ações e (2) O planejamento, de forma continuada e articulada, entre os setores envolvidos.

6.7 Direitos Humanos das Mulheres

O Brasil no âmbito internacional assumiu diversos compromissos, tendo sido a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres – CEDAW (ONU) de 1979 o primeiro instrumento internacional de direitos humanos voltado para as demandas das mulheres. Essa convenção define o que se constitui discriminação contra a

mulher e estabelece uma ampla agenda de ações a fim de acabar com a discriminação.

Em 1983, o Programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos (Conferência de Viena/ONU) define que os direitos humanos das mulheres e meninas são inalienáveis e constituem parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais. Reforça que os direitos humanos das mulheres devem fazer parte das preocupações das nações Unidas.

Em 1994, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção Belém do Pará/OEA) estabelece que a violência contra as mulheres constitui uma violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais das mulheres. Apresenta a definição da violência contra a mulher como uma violência física, psicológica, ou sexual, baseada no gênero, que ocorre tanto na esfera pública, como na privada.

Ainda em 1994, a Declaração e Plataforma de Ação da Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento (Cairo/ONU) tomou a questão dos direitos reprodutivos das mulheres um parâmetro para os debates e resoluções na área de políticas populacionais

No ano de 1995, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing/ONU), por meio da declaração e plataforma de ação, chamou a atenção para a feminização da pobreza, a violência contra as mulheres e sua exclusão das esferas de poder. Reforçou a necessidade de institucionalização da política de promoção de igualdade entre homens e mulheres ao adotar a premissa de que todas as políticas e programas nacionais reflitam uma perspectiva de gênero.

Em 1999, no Protocolo Facultativo CEDAW/ONU, foi destacada a importância da criação de um sistema mais eficiente de acompanhamento do cumprimento da CEDAW, mediante a elaboração de um protocolo facultativo. Este garante às mulheres o acesso à justiça internacional, de forma mais direta e eficaz, nos momentos em que o sistema nacional se mostrar falho ou omissivo na proteção de seus direitos humanos.

Esses instrumentos representam a luta histórica dos movimentos feminista e de mulheres para incluir na agenda internacional os direitos das

mulheres como direitos humanos. Estes devem ser garantidos pelo Estado e observados pela sociedade, sendo de competência dos estados e governos implementar políticas públicas orientadas por estes instrumentos internacionais, e da sociedade através de suas organizações e instituições acompanhar seu cumprimento e colaborar com sua reflexão e crítica para seu aprimoramento.

A pouca divulgação e a insuficiência de dados atualizados sobre a realidade de violência contra a mulher (definida como violência física, psicológica ou sexual, baseada no gênero, que ocorre tanto na esfera pública, como na privada), tem limitado a visibilidade desta problemática no Território da Cidadania do Cariri. Por outro lado, os limites da atuação e acessibilidade das instituições e/ou órgãos públicos tem restringido a qualidade e agilidade da intervenção do Estado (município, estado e união) na proteção e defesa dos direitos humanos e garantia do exercício da cidadania, bem como na implantação da política pública para as mulheres, hoje formulada no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2008-2011, resultante da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, envolvendo mais diretamente 18 órgãos da administração pública federal, em parceria com representantes de mecanismos governamentais estaduais e municipais de políticas para as mulheres e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Segundo informações dos atores locais, por ocasião dos eventos de construção, socialização e validação do PTDRS (plenária geral e comitês temáticos do Colegiado do Território do Cariri) a situação de violência contra a mulher é um fator gritante, esses recomendam que o PTDRS apresente um conjunto de iniciativas articuladas e negociadas com outros atores institucionais e da sociedade civil com vistas a superação dessa problemática.

PROGRAMA NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DA TRABALHADORA RURAL (PNDTR)

Este programa objetiva a promoção da cidadania e autonomia das mulheres do campo com a realização de mutirões para a emissão gratuita de documentação civil. Sem contar sequer com uma certidão de nascimento

muitas mulheres não são reconhecidas como cidadãs perante o Estado. Portanto, estão impedidas de acessar direitos básicos da cidadania: a aposentadoria rural e auxílio maternidade; o crédito e outras políticas de apoio à agricultura familiar; os programas sociais como o Programa Bolsa Família e programas de apoio à reforma agrária. O Quadro 10 situa os municípios e o número de mulheres atendidas por este Programa.

Ano	Municípios Atendidos	Quantidade de Documentos Emitidos	Total de Pessoas Atendidas
2007	Várzea Alegre	1.190	532
2009	Banabuiú, Ibareta, Assaré, Campos Sales, Salitre	1.559	2.012
2010	Araripe, Potengi Santana do Cariri, Nova Olinda, Altaneira, Antonina do Norte e Tarrafas	1.183	2.122
	Aurora, Barro, Milagres, Mauriti, Abaiara e Farias Brito	993	1.692
	Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Caririaçu e Granjeiro	667	1.675
TOTAL GERAL		5.592	8.033

Quadro 10: Documentos Emitidos e Pessoas Atendidas (RG, CPF, Carteira Profissional e Registro INSS)

Fonte: Delegacia do MDA/CE, 2010.

6.8 Análise Territorial das Ações Sociais

As garantias da Constituição Federal de 1988, no tocante aos Direitos Sociais, conforme descrito anteriormente consigna como direitos a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Na parte de financiamento, reconhece a importância da Educação, da saúde e da Assistência Social ao aumentar a vinculação de recursos federais para estas áreas.

A legislação complementar à Constituição Federal de 1988 formada por um conjunto de leis orgânicas: Previdência Social (RGPS), Assistência Social (LOAS), Função Social da Propriedade Fundiária, Seguro Desemprego (FAT), Ensino Fundamental (FUNDEB), Benefícios da Prestação continuada

(BPC) e da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Este formato das principais políticas sociais de vinculação de impostos para a Educação e à seguridade social funciona como salvaguardas jurídicas porque protegem o gasto público vinculado a direitos sociais contra cortes orçamentários.

Dentro da lógica dos direitos e das políticas universalizantes, cabe ao Estado adotar as políticas públicas, programas/projetos/ações que se façam necessárias para promover e garantir à população o acesso aos direitos fundamentais da pessoa humana, temas debatidos no Território, e ainda os direitos à segurança alimentar e nutricional (SAN), com o acesso à alimentação e à água; à seguridade social (assistência social, saúde e previdência social); à segurança pública; ao acesso à justiça; à moradia; à acessibilidade e os direitos humanos das mulheres, possibilitaram constatar que alguns programas e projetos já são desenvolvidos no Território com o intuito de garantir esses direitos, quais sejam:

- Programa de Cisternas de Placas para Captação de Água da Chuva – P1MC. No território já foram construídas mais de duas mil e novecentas cisternas via Articulação do Semiárido (ASA), beneficiando milhares de famílias em várias comunidades rurais, tendo sido repassados mais de 4 milhões de reais. Em todo o Estado do Ceará foram construídas cerca de 54.666 cisternas, cujos repasses ultrapassaram os 80 milhões de reais. Fazendo a relação com o Estado do Ceará, no território em termos percentuais, estão 5,42% das cisternas construídas, cujo montante de recursos atinge o mesmo percentual, 5,42%. Não existem informações no *site* oficial do MDS sobre a construção das cisternas nos municípios de Alcântaras, Cariré, Meruoca e Moraújo.

- Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição onde foi instalada uma cozinha comunitária no município de Santana do Acaraú(1); três mercados populares em Graça(1), Pacujá(1) e Santana do Acaraú(1), um em cada município e um restaurante popular em Sobral.

- O Programa Bolsa Família (PBF) que atende a mais de 56 mil beneficiários e o volume de recursos do PBF repassados ao Território no ano

de 2010 considerando o mês de referência setembro de 2010 ultrapassaram R\$ 49 milhões de reais.

No Território há uma estimativa de mais de 74 mil famílias pobres cadastradas com cobertura de atendimento em programas sociais em média de 78,33%. Sendo que destas famílias que constam do CadÚnico, mais de 53 mil, ou seja, 71,62% estão enquadradas no perfil do bolsa família. Mas, o número de famílias atendidas é bem maior, sendo mais de 56 mil, ou seja, a cobertura do PBF ultrapassa os 100%, em torno de 7%.

O Estado do Ceará tem uma estimativa de 1.376.048 famílias pobres cadastradas, com cobertura de 74,21%. Comparando-se estes dados com o Território, observa-se que no Território estão 5,43% destas famílias cadastradas de todo o Estado. Com relação ao Bolsa Família o Estado do Ceará tem uma estimativa de 960.379 famílias pobres no perfil do Bolsa Família, mas atende a 1.021.127, com cobertura de 106,33%.

- O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo que deste último, o Território recebeu 5% do montante dos recursos do Programa destinados ao Estado do Ceará, no valor total de R\$ 4.647.236,00. Em relação aos 30% do repasse do FNDE para a agricultura familiar, o Território recebeu 5% do valor total destinado ao Estado, beneficiando diretamente a 21.484 agricultores/as familiares, o que representa 8% do total de agricultores/as do Estado do Ceará.

- Políticas da assistência social através dos Centros de Referência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) com a adoção de programas como o ProJovem, Idoso, Benefício da Prestação Continuada (BPC) e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Quanto à oferta de serviços de proteção especial somente quatro municípios implantaram os Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), sendo eles: Forquilha, Massapê, Santana do Acaraú e Sobral. Relacionando estas informações com o Estado do Ceará, no Território estão 7,62% dos CRAS e 4,04% dos CREAS.

No Território, para o BPC foram destinados mais de 41 milhões de reais para o atendimento aos idosos e pessoas com deficiência que

comprovarem não ter condições e nem a sua família de prover o seu sustento, beneficiando 9.254 pessoas. O PETI destina pouco mais de 481 mil reais para a retirada de crianças e adolescentes que de qualquer forma foram submetidas a algum tipo de trabalho degradante. Não foram encontrados os números de crianças e adolescentes atendidos pelo PETI no Território. Quando juntamos com o PBF, estes recursos juntos chegam a mais de 90 milhões de reais, o que pode significar que estas transferências, mesmo que consideradas assistencialistas por alguns analistas da política social brasileira, como é o caso do PBF sejam responsáveis pela diminuição da pobreza e da desigualdade.

Comparando as informações relativas ao Território com o total do Estado do Ceará, verifica-se que para o PETI foram destinados em termos percentuais 7,53%; atende 5,33% de idosos do BPC, cujos valores de repasses significam 5,26%; enquanto pessoas com deficiência são atendidas 5,45% e repasses chegam a 5,51%.

- Políticas de Previdência Social onde as pesquisas têm mostrado que a garantia desses direitos aos trabalhadores, principalmente aos trabalhadores rurais e urbanos, possibilitou uma elevação do nível de renda na vida dessas pessoas, principalmente no meio rural, com uma conseqüente melhoria no bem estar e na forma de produzir da população que vive no campo. A universalização previdenciária tem refletido sobre o bem estar da população rural, que pode ser observado na melhoria das condições de moradia das famílias; no acesso a bens de consumo e liberação da mão-de-obra infantil do trabalho para a freqüência à escola (essa realidade tem mudado também, graças à implementação de outros programas sociais – Bolsa família, PETI...).

De todos os impactos da universalização da previdência social rural, a mais animadora é de que ela tem sido responsável pela redução da pobreza rural e da desigualdade na distribuição de renda. A previdência social rural permitiu a inclusão das mulheres rurais como beneficiárias (direito à aposentadoria por idade e salário maternidade).

Para termos uma idéia do impacto gerado na economia dos pequenos municípios, basta verificar o montante dos recursos repassados ao

território no ano de 2008 que se aproximou dos R\$ 350 milhões de reais. Somente para as aposentadorias rurais, os benefícios ultrapassaram os valores de R\$ 200 milhões de reais.

- Direito à Segurança Pública onde em alguns municípios foram criados as suas guardas municipais e estão sendo atendidos pelo Programa Ronda do Quarteirão – policiamento comunitário nos municípios com população estimada entre 50 mil a 80 mil habitantes, que passam a contar com viaturas equipadas com câmeras, sistema de monitoramento via satélite e um computador que permitirá aos policiais acompanhar os mandados de prisão.

- O Governo do Estado criou o Programa de Proteção à Cidadania (Pró-Cidadania) para dar mais estrutura de segurança pública nos municípios que ainda não contam com o Ronda do Quarteirão (municípios com menos de 50 mil habitantes). O programa coopera com as autoridades municipais na preservação do patrimônio público e proteção aos cidadãos, sem, no entanto, entrar em atividades específicas e constitucionais das polícias civil, militar ou guardas municipais. Na concepção do Programa, a proporção deve ser de um agente de cidadania para cada 500 habitantes. Em média, o contingente policial varia entre três a dez policiais por município.

Não há estatísticas da tipologia dos crimes praticados no Território (n.º de homicídios, violência contra a mulher, exploração de crianças e adolescentes e outros)

Os municípios não possuem órgãos específicos de atuação no setor habitacional, nem possuem programas na área de habitação, apenas fazem o cadastro de famílias sem moradias para solicitar recursos federais e incluir essas famílias em programas habitacionais de moradia popular.

- Direitos Humanos das Mulheres. No sentido, de se garantir a efetivação dos direitos humanos das mulheres, promovendo a inserção das mulheres urbanas e rurais no contexto do desenvolvimento territorial e sustentável, algumas iniciativas//ações/projetos estão sendo desenvolvidos, a exemplo do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR).

No período de 2006 a 2010 foram emitidos cerca de 8.385 documentos, beneficiando mais de oito mil pessoas, lembrando que dentre

estas pessoas atendidas, o MDA não fornece exatamente o número de mulheres beneficiadas, porque nos mutirões são atendidos também homens, embora em número menor. O programa visa atingir as trabalhadoras rurais que não tem documento civil, e, portanto, não estão acessando as políticas públicas.

- Programa Nacional da Agricultura Familiar – Pronaf Mulher
- Participação das Mulheres em Programas de Formação/Capacitação – Educação não Formal

Nos debates territoriais ficou evidente a fragilidade do Colegiado de ocupar os espaços onde as discussões sobre esses direitos são realizados.

Constata-se que há um avanço no acompanhamento e monitoramento dessas políticas públicas, mas os municípios e a sociedade civil ainda carecem de instrumentos de controle social.

Ainda há uma dificuldade das famílias saírem das políticas compensatórias (dadas as condições de vulnerabilidade e de insegurança alimentar em que se encontram) para políticas de inclusão produtiva. Esse fato aponta um trabalho intersetorial pelas diversas secretarias municipais (assistência social, saúde e educação) no sentido de acompanhar as famílias beneficiárias de programas sociais, principalmente as atendidas pelo programa bolsa família (tendo em vista, as condicionalidades do programa), que atualmente se configura como o programa de transferência de renda que tem maior cobertura no atendimento às famílias pobres dos municípios.

Percebe-se no Território, que ainda há um longo caminho a se percorrer para que cidadãos e cidadãs possam enxergar que a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência, o acesso à alimentação e à água, à justiça, à moradia são direitos inerentes a qualquer ser humano e que apesar de estarem positivados, precisam ser postos em prática, se materializar para que tenhamos realmente, uma sociedade mais justa, mais humana e solidária.

7 ASPECTOS DA SAUDE

A avaliação sobre a saúde do território requer o conhecimento de algumas variáveis que vão além daquelas que são específicas da saúde, as informações sócio demográficas, interferem diretamente nos resultados na saúde de uma população. Destacou-se variáveis como a população total do município e por faixas etárias, o saneamento básico, a escolaridade, o nível socioeconômico são exemplos de informações imprescindíveis no processo de planejamento que vão influir diretamente na formulação de Políticas Públicas para que tenham um forte substrato e base na equidade e na inclusão social. Citamos que é válido perceber que o território é um espaço vivo e se expressa à busca do equilíbrio entre os diversos interesses e contrastes.

7.1 Análise da Situação de Saúde

7.1.1 Morbidades Crônicas e Transmissíveis

Avaliadas as informações referentes a morbidade, escolheu-se trabalhar com as informações do território sobre as duas doenças crônicas que mais se correlacionam às causas de mortalidade geral, que são a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) e Diabetes Mellitus (DM). Tendo em vista que a prevalência estimada de hipertensão no Brasil atualmente é de 35% da população acima de 40 anos. Isso representa em números absolutos um total de 17 milhões de portadores da doença, segundo estimativa de 2004 do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). O diabetes está se tornando a epidemia do século e já afeta cerca de 246 milhões de pessoas em todo o mundo. Até 2025, a previsão é de que esse número chegue a 380 milhões. No Brasil, de acordo com o Vigitel 2007 (Sistema de Monitoramento de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas Não Transmissíveis), a ocorrência média de diabetes na população adulta (acima de 18 anos) é de 5,2%, o que representa 6.399.187 de pessoas que confirmaram ser portadoras da doença.

Tabela 7 – Morbidades Proporcional por Doenças Crônicas no Território do Cariri.

Nº de pessoas acometidas por Morbidades Crônicas			
Municípios	Doenças Crônicas		
	Ano	Hipertensão Arterial *	Diabetes*
MICRO TERRITORIO I - CARIRI LESTE			
Aurora	2005	631	134
Barro	2007	841	223
Brejo Santo	2002	1231	195
Jati	2002	224	42
Mauriti	2007	308	49
Milagres	2002	931	81
Penaforte	2002	343	74
Porteiras	2009	742	187
TOTAL		5.251	985
MICRO TERRITORIO II - CARIRI CENTRAL			
Abaiara	2009	0	0
Barbalha	2002	1783	439
Caririaçu	2007	1293	241
Crato	2006	1411	377
Farias Brito	2007	330	63
Granjeiro	2002	260	55
Jardim	2007	405	134
Juazeiro do Norte	2002	4402	160
Missão Velha	2006	833	153
Várzea Alegre	2002	571	59
TOTAL		11288	1681
MICRO TERRITORIO III - CARIRI OESTE			
Altaneira	2005	351	51
Antonina do Norte	2007	425	68
Araripe	2002	774	83
Assaré	2007	1750	211
Campos Sales	2007	1417	232
Nova Olinda	2002	552	195
Potengi	2007	305	55
Salitre	2007	335	40
Santana do Cariri	2002	654	69
Tarrafas	2007	408	47
TOTAL		6971	1051
TOTAL DO TERRITORIO		23.510	3.717

Fonte: Sala de Situação em Saúde

¹Portadores de Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus cadastrados no Hiperdia no ano de maior concentração de inscritos.

Cerca de 75% dessas pessoas recorrem ao Sistema Único de Saúde (SUS) para receber atendimento na Atenção Básica. Para atender as pessoas acometidas dessas doenças, o Ministério da Saúde possui o Programa Nacional de Atenção a Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus. O objetivo é reduzir o número de internações, a procura por pronto-atendimento, os gastos com tratamentos de complicações, aposentadorias precoces e mortalidade, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida dos portadores.

Observa-se que os municípios que tem maior número de pessoas cadastradas no HIPERDIA são Juazeiro do Norte (estimativa HAS – 11.623, cadastros – 6.243), Crato (estimativa HAS – 24.000, cadastros- 6.750) e Barbalha (estimativa HAS – 5.094, cadastros – 3.063), mas apesar dos números elevados atualmene no Brasil estes índices encontram-se bem abaixo do esperado pela estimativa do Ministério da Saúde (MS). Um fato que chama a atenção é o Município de Abaiara que certamente tem cadastro do HIPERDIA, no site não consta nenhum registro (HIPERDIA, 2010)

A partir da 4ª Oficina do PTDRS, o relatou que quanto a atualização do banco de dados do HIPERDIA os profissionais de saúde conhecem o cadastro mas sentem dificuldade de está alimentando esses dados, afirmando que no território existe muito mais hipertensos e diabéticos do que foi apresentado, intensificando assim as medidas que visem o controle e a diminuição deste número de casos. No município de Barbalha, existe a Casa do Diabético e do Idoso onde é prestado toda a assistência a essa faixa etária. Vale enfatizar, que as Equipes de Saúde da Família (EqSF) ainda não incorporaram o HIPERDIA como atividade rotineira, havendo assim subnotificação.

Tabela 8 – Morbidades Proporcional por Doenças Transmissíveis no Território do Cariri em 2009.

Nº de Pessoas Acometidas por Morbidades Transmissíveis				
Municípios	Doenças Transmissíveis			
	Dengue** 2009	Tuberculose** 2009	Sífilis *** Congênita 2009	Hanseníase **** 2009
MICRO TERRITORIO I - CARIRI LESTE				
Aurora	0	4	0	17
Barro	1	2	1	10
Brejo Santo	23	12	1	20
				92

Nº de Pessoas Acometidas por Morbidades Transmissíveis				
Municípios	Doenças Transmissíveis			
	Dengue** 2009	Tuberculose** 2009	Sífilis *** Congênita 2009	Hanseníase **** 2009
Jati	1	1	0	0
Mauriti	12	8	0	4
Milagres	1	11	1	5
Penaforte	0	2	0	1
Porteiras	0	3	0	3
TOTAL	38	43	3	60
MICRO TERRITORIO II - CARIRI CENTRAL				
Abaiara	4	4	0	2
Barbalha	4	19	0	15
Caririaçu	3	1	0	3
Crato	17	23	6	32
Farias Brito	28	6	2	11
Granjeiro	0	1	0	0
Jardim	70	15	0	5
Juazeiro do Norte	22	72	5	71
Missão Velha	1	9	0	10
Várzea Alegre	8	9	1	10
TOTAL	157	159	14	159
MICRO TERRITORIO III - CARIRI OESTE				
Altaneira	62	2	0	3
Antonina do Norte	0	2	0	5
Araripe	7	3	0	10
Assaré	1	0	1	6
Campos Sales	261	4	0	3
Nova Olinda	2	2	0	10
Potengi	2	1	1	0
Salitre	36	6	0	2
Santana do Cariri	2	3	0	2
Tarrafas	0	0	0	0
TOTAL	373	23	2	41
TOTALDO TERRITORIO	568	225	19	260

Fonte: Sala de Situação em Saúde, 2009.

¹ Número de casos 2009;

² Incidência em gestante; * Taxa de Detecção 2009 (nº de casos);

** Taxa de Incidência 2009 (nº de casos).

Outras morbididades analisadas são a dengue, por ser uma zoonose que se relaciona com o manejo ambiental. Em 2009, foram confirmados 25.836 casos de dengue no Ceará, com redução de 24,8% em comparação com 2007.

A taxa de incidência de dengue no Ceará, em 2008, foi de 30,57 casos por 100 mil habitantes, considerada alta.

Avaliando os índices da dengue observamos que no município de Campos Sales ocorreu praticamente todos os casos de dengue no ano de 2009 (261 casos= incidência 988 por 100.000 hab), muito alta e constatando com outros municípios que tiveram poucos ou nenhum caso. Ao calculármos a incidência do Território Cariri observamos o resultado (incidência = 61 casos por 100.000 habitantes).

Com relação a Dengue, o Território do Cariri tivemos um dado bastante significativo. Os representantes afirmam que no município de Campos Sales há uma grande dificuldade de trabalhar essa temática, pois a comunidade ainda tem o costume de armazenar água em locais inadequados, sendo assim a importância de intensificar e acompanhar desse monitoramento de combate a dengue. Ressalta-se, que esse índice de infestação já se estendeu a zona rural.

O comitê refere que, os municípios que tem maiores casos de dengue recebem recursos financeiros para trabalhar ações de prevenção e controle a essa doença. Alguns casos de Dengue não são notificados, o que mascara as informações. Segundo relatos dos participantes do Território do Cariri a baixa quantidade de notificações está ligada diretamente a postura da população, principalmente da classe média, as pessoas não mostraram interesse em realizar a coleta do exame de sangue sabendo-se que esse é um problema cultural dessa região.

Para a tuberculose (TB), vemos que quatro municípios, Tabela 9, concentram o maior número de casos.

Tabela 9 – Demonstrativo do Número de Casos Novos Notificados em 2009, Incidência neste Mesmo Ano e Nº de Bk+ Esperados para o mesmo Ano.

Municípios	Nº Casos	Pop. Total	Incidência por 100.000 mil	Nº BK+ esperados (4% SR)
Juazeiro do Norte	72	249.831	28,8	99 (-27)
Crato	23	116.758	19,7	46 (-23)
Barbalha	19	53.006	35,8	21 (+03)
Jardim	15	26.578	56,4	10 (+05)
Território Cariri	225	928.276	24,2	371 (-146)
Assaré	00	22.552	--	09 (-09)
Tarrafas	00	8.901	--	03 (-03)

Fonte: SINAN, 2010.

Quando calculamos a taxa de incidência desta morbidade no território para o ano de 2009, o resultado é 24,2 para 100.000 habitantes, quando a do Brasil é 47,1 para 100.000 hab. Um fator importante deve ser ressaltado, os municípios de Assaré e Tarrafas não tiveram nenhum caso notificado.

De acordo com o, o Território do Cariri tem realizado busca ativa de sintomáticos respiratórios juntamente com as EqSF e agente comunitário de saúde (ACS), no entanto ainda não é uma prática muito comum das pessoas terem o interesse de realizar o exame da BAAR para saber se existe positividade de casos. Alguns Gestores municipais incentivam o monitoramento, controle e atividades para Prevenção da TB.

A tuberculose por ter relação com as precárias condições sócias econômicas e por existirem várias iniciativas para o controle do avanço desta doença com pouco êxito e por fim avaliamos a sífilis em gestantes que é uma morbidade de notificação compulsória e está intimamente ligada ao processo de trabalho das equipes e resolutividade em saúde também por ter implicações severas após o nascimento.

O comitê sugeriu que é preciso ser intensificar a oferta do exame de HIV a todos os pacientes de TB. Quanto a vacina BCG, tem uma grande cobertura a de acordo com a meta preconizada pelo Programa Nacional de Imunização (PNI).

Tivemos como proposta do comitê a avaliação do índice de Hanseníase, pois apresenta um índice bastante elevado em se comparando com os dados da TB, sabendo-se que tanto a tuberculose como a hanseníase são áreas prioritárias da Estratégia Saúde da Família.

A sífilis congênita no Território Cariri teve um total de 19 casos. Observa-se que 58% dos casos estão concentrados nos municípios de Juazeiro do Norte e Crato. A ocorrência de casos em determinada área geográfica ou grupo populacional indica condições favoráveis à transmissão da doença e deficiências na atenção à saúde da mulher, especialmente no período pré-natal, quando as gestantes infectadas poderiam ser oportunamente identificadas e tratadas.

A eliminação da sífilis congênita como problema de saúde pública requer a redução de sua incidência a *menos de um caso por mil nascidos*

vivos, meta a ser alcançada mediante a busca ativa de casos de sífilis materna e congênita, em serviços de pré-natal e em maternidades, paralelamente a ações de prevenção e tratamento; sem esquecer a grande importância do tratamento dos parceiros para o sucesso das ações.

Conforme se constata há dificuldade de retorno quanto as gestantes com relação ao resultado dos exames de Sífilis (VDRL). Essa dificuldade deu-se devido ao laboratório (LACEN) não encaminhar o resultado dos exames VDRL e a sorologia de HIV em tempo hábil para os municípios, desta maneira outra sugestão dos representantes dos comitês no território é a descentralização desse laboratório. Os exames de VDRL são feitos de maneira rotineira nas consultas de pré-natal no primeiro trimestre além de orientações preventivas. Neste momento, é importante trabalhar em conjunto a Saúde da Mulher e do Homem, pois no tratamento devemos atender tanto a gestante como seu parceiro.

Torna-se necessário um trabalho educativo na região para que a população se sensibilize para a prevenção da sífilis e que esta procure atendimento para diagnóstico e tratamento.

Outros Pontos Importantes levantados:

- De acordo com o Comitê do Território, existe sub notificação com relação à violência contra a mulher, apesar do Movimento de Mulheres ser bastante atuante ainda ocorre uma fragilidade nesse aspecto.
- Com relação a acidente de trabalho, há uma sub notificação de acidentes e agravos relacionados a esse assunto, pois a atuação do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST trouxe uma importante discussão sobre a Política de Saúde do Trabalhador no território de Cariri. Destaca-se que nesse território existem as unidades sentinelas onde são notificadas acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, conforme a Portaria 2472 que estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde público ou privado.

7.2 Mortalidade Proporcional (%)

7.2.1 Taxa de mortalidade infantil

De acordo com Plano Estadual de Redução de Mortalidade Infantil, o Governo do Estado quer reduzir a mortalidade infantil no Ceará em 5% em 2009 e mais 5% em 2010, para chegar à taxa de 14,74 óbitos por mil nascidos vivos já no próximo ano.

Para reduzir ainda mais esse número, o Plano Estadual de Redução da Mortalidade Infantil estabeleceu três linhas de ação prioritárias: a implantação de 57 novos leitos de UTI neonatal; criação de 209 novos leitos nas unidades de cuidados intermediários neonatal, e expansão da cobertura do Programa Saúde da Família nos 18 municípios prioritários. Os municípios onde as ações de redução da mortalidade infantil serão mais intensas são Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Canindé, Itapipoca, Quixadá, Sobral, Tianguá, São Benedito, Viçosa do Ceará, Crateús, Camocim, Granja, Iço, Iguatu, Crato, Barbalha e Juazeiro do Norte.

O número de óbitos infantis é maior na faixa etária de menores de sete dias. Em 2007, o número de óbitos perinatais, que incluem perdas fetais a partir de 22 semanas de gravidez, até os menores de sete dias após o parto, foi de 2.819 casos, de acordo com o levantamento da Secretaria Estadual de Saúde do Ceará - Sesa. As causas se relacionam, principalmente, à qualidade do pré-natal ao qual a mãe se submete e da assistência à mulher no parto.

7.2.1.1 MORTALIDADE PROPORCIONAL POR GRUPOS DE CAUSAS

A mortalidade proporcional por grupos de causas ocorre pela distribuição percentual de óbitos por grupos de causas definidas, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Os grupos selecionados de causas referem-se aos seguintes capítulos da 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID): Algumas doenças infecciosas e parasitárias, Neoplasias, Doenças do aparelho circulatório, Doenças do aparelho respiratório,

algumas infecções originadas no período Perinatal, Causas externas e Demais causas definidas. Incluímos também a Mortalidade Geral e Mortalidade Infantil.

Mede a participação relativa dos grupos de causas de morte no total de óbitos com causa definida. A distribuição dos grupos de causas pode sugerir associações com fatores contribuintes ou determinantes das doenças. Por exemplo: proporções elevadas de óbitos por doenças infecciosas e parasitárias refletem, em geral, baixas condições socioeconômicas e sanitárias, além de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas visando à adoção de medidas preventivas e assistenciais relativas a cada grupo de causas.

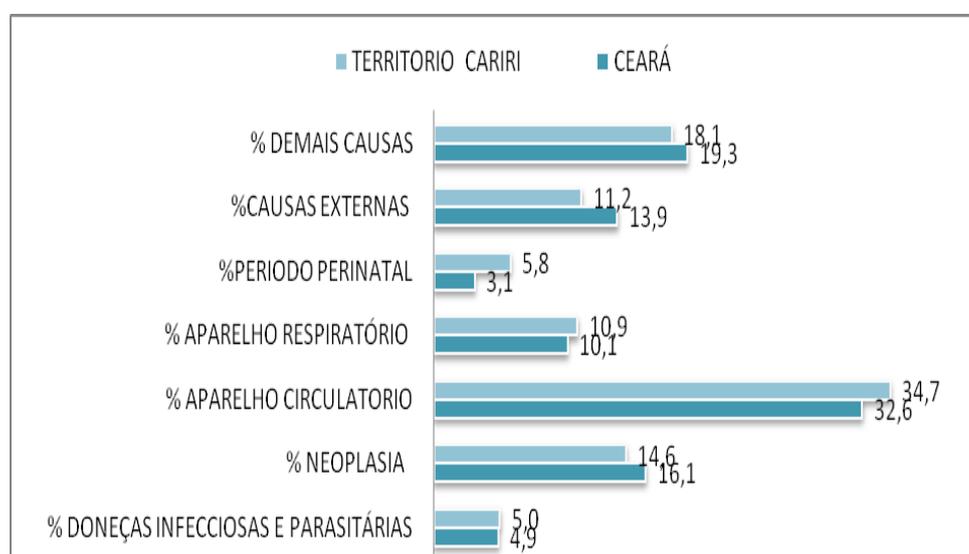


Figura 3 – Distribuição por grupos de causas por mortalidade geral no território Cariri e no Ceará, 2008.

Fonte: Sistema de Informação de mortalidade - SIM. Cadernos de Informação em Saúde, MS, 2008

Para atingir a Meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil deverá apresentar uma taxa de mortalidade inferior a 15,7 óbitos por mil nascidos vivos em 2015. No período de 2000 a 2007, houve redução de 26,9% na taxa de mortalidade infantil no Brasil, de 27,4 para 20,0 óbitos por mil nascidos vivos.

O Governo do Estado quer reduzir no Ceará em 5% em 2009 e mais 5% em 2010, para chegar à taxa de 14,74 óbitos por mil nascidos vivos. De 1991 a

2007 o Ceará teve redução de 58,23% na taxa de mortalidade infantil. Foi o Estado com a maior queda do país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 1991, a média de mortes de crianças com até um ano de idade era de 71,1 e, em 2007, a taxa ficou em 29,7 por mil nascidos vivos. A taxa do ano passado, segundo a Secretaria Estadual de Saúde (Sesa), foi ainda menor 16,2 por mil nascidos vivos (dados ainda sujeitos a revisão). Para jogar esse número para baixo, o Plano Estadual de Redução da Mortalidade Infantil estabeleceu três linhas de ação prioritárias: a implantação de 57 novos leitos de UTI neonatal, criação de 209 novos leitos nas unidades de cuidados intermediários neonatal, e expansão da cobertura do Programa Saúde da Família nos 18 municípios prioritários, entre eles: Crato, Barbalha e Juazeiro do Norte.

As bases de dados nacionais sobre mortalidade apresentam cobertura insatisfatória em muitos municípios do País, havendo expressiva sub-enumeração de óbitos nas regiões Norte e Nordeste. O indicador apresenta restrição de uso sempre que ocorre elevada proporção de óbitos sem assistência médica ou por causas mal definidas. O aumento percentual de óbitos atribuídos a um ou mais grupos de causas pode ser devido apenas à redução da ocorrência de outros grupos. A taxa é influenciada pela estrutura da população por idade e sexo. Por exemplo: em populações mais idosas, predominam os óbitos por doenças crônicas degenerativas.

Tabela 10 - Mortalidade Proporcional por Grupos de Causas no Território do Cariri em 2008.

Municípios	Mortalidade Proporcional (%) 2008									
	*Total 2008	*Nº de Óbitos p/ 1000 hab.	Mortalidade Infantil p/ 1000 nascidos vivos**	% Neoplasia	% Aparelho respiratório	% Aparelho Circulatório	% infecciosas e parasitárias	%Causas externas	% Demais causas	%Período perinatal
MICRO TERRITÓRIO I - CARIRI LESTE										
Aurora	128	5,1	8,6	21,6	15,5	31,9	6	9,5	13,8	1,7
Barro	128	6	17,2	18,4	5,6	44	4	8,8	17,6	1,6
Brejo Santo	199	4,8	14,8	18,1	5,8	31,6	4,7	18,7	16,4	4,7
Jati	18	2,4	29,7	6,3	25	37,5	0	0	12,5	18,8
Mauriti	219	5	31,2	13,7	12,4	34,8	9,3	8,7	19,3	1,9
Milagres	124	4,5	14,9	20,9	7,8	33	7,8	8,7	18,3	3,5
Penaforte	17	2,1	25,2	12,5	0	12,5	6,3	18,8	31,3	18,8
Porteiras	36	2,4	20,7	5,7	17,1	34,3	11,4	11,4	11,4	8,6
TOTAL	869	4,0	20,3	14,7	11,2	32,5	6,2	10,6	17,6	7,5
MICRO TERRITÓRIO II - CARIRI CENTRAL										
Abaiara	26	2,4	21,9	28	24	16	4	4	20	4
Barbalha	285	5,4	17,7	11,2	34,3	7,5	0	19	28,6	53,3
Caririaçu	149	5,5	17,5	18,4	11,6	31,3	2,7	11,6	19	5,4
Crato	641	5,5	13,4	12,8	11,7	30	4,3	14,8	23,2	3,2
Farias Brito	101	5,1	14,7	14,4	11,3	36,1	4,1	13,4	16,5	4,1
Granjeiro	32	6,4	51,9	3,8	3,8	38,5	3,8	15,4	19,2	15,4
Jardim	146	5,5	16,2	14,7	11,2	37,8	3,5	10,5	16,8	5,6
Juazeiro do Norte	1.418	5,8	12,7	13,4	10,3	32,4	4,5	14,2	22,1	3,1
Missão Velha	167	4,8	19,9	6,8	8,7	39,1	5	13,7	20,5	6,2
Várzea Alegre	252	6,4	26,4	14,5	9,1	44,6	1,7	10,3	14,5	5,4
TOTAL	3217	5,3	21,2	13,8	13,6	31,3	3,4	12,7	20,0	5,8

Municípios	Mortalidade Proporcional (%) 2008									
	*Total 2008	*Nº de Óbitos p/ 1000 hab.	Mortalidade Infantil p/ 1000 nascidos vivos**	% Neoplasia	% Aparelho respiratório	% Aparelho Circulatório	% infecciosas e parasitárias	%Causas externas	% Demais causas	%Período perinatal
MICRO TERRITÓRIO III - CARIRI OESTE										
Altaneira	30	4,5	11	13,3	13,3	50	3,3	3,3	16,7	0
Antonina do Norte	46	6,6	35,7	15,2	4,3	52,2	4,3	10,9	6,5	6,5
Araripe	123	5,6	12,2	14,5	10,3	36,8	9,4	8,5	17,9	2,6
Assaré	94	4,2	22,4	16,9	4,5	46,1	3,4	11,2	13,5	4,5
Campos Sales	140	5,3	31	12,5	15,2	30,4	8	8	20,5	5,4
Nova Olinda	80	5,9	14,8	16,7	8,3	44,4	5,6	8,3	11,1	5,6
Potengi	47	4,7	14,6	24,4	2,2	51,1	4,4	6,7	8,9	2,2
Salitre	68	4,1	17,1	9,7	4,8	35,5	8,1	16,1	24,2	1,6
Santana do Cariri	79	4,3	18,8	16	8	21,3	5,3	18,7	22,7	8
Tarrafas	56	6,3	66,7	14,5	7,3	34,5	1,8	10,9	25,5	5,5
TOTAL	763	5,2	24,4	15,4	7,8	40,2	5,4	10,3	16,8	4,2
TOTAL DO TERRITÓRIO	4849	4,8	22,0	14,6	10,9	34,7	5,0	11,2	18,1	5,8

Fonte: Cadernos de Informação em Saúde, MS, 2008

* Coeficiente de mortalidade infantil proporcional; **Considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

De acordo com a Tabela 10, a mortalidade proporcional por grupos de causas no Território do Cariri apresenta um dado significativo de percentual no aparelho circulatório, ressaltando-se a importância deste indicador especificando as grandes causas de morte nas causas de mortalidade do país é a substituição progressiva de óbitos por doenças infecciosas e transmissíveis por doenças crônicas, degenerativas e causas externas ligadas a acidentes e a violência.

Entre os homens, as causas externas também são as segundas que mais matam principalmente as agressões, é que os homens morrem mais por homicídio enquanto as mulheres sofrem mais acidentes de trânsito. Para homens de 15 a 19 anos, o assassinato foi causa de 57,4% das mortes no país. Os homicídios foram causas de 1/3 das mortes de mulheres da faixa etária de 20 a 29 anos. E o trânsito matou mais de 1/4 dos homens nesta idade. Segundo o estudo do IBGE, a mortalidade masculina por causas externas afeta um segmento populacional em fase produtiva, reduzindo, em termos de anos de vida, os ganhos obtidos com a redução da mortalidade ocorrida na infância.

Tendo em vista que o número de óbitos infantis é maior na faixa etária de menores de sete dias. Em 2007, o número de óbitos perinatais, que incluem perdas fetais a partir de 22 semanas de gravidez, até os menores de sete dias após o parto, foi de 2.819 casos, de acordo com o levantamento da Sesa. As causas se relacionam, principalmente, à qualidade do pré-natal a que a mãe se submete e da assistência à mulher no parto. Fazendo um breve comparativo entre as Taxas de Mortalidade Infantil (TMI) no Brasil 2008 (20,0), Ceará 2007 (29,7)/ 2009 (16,2), Território Cariri 2008 (22,0); dois municípios chamam muito a atenção por estarem com as taxas muito altas, fora de todos os parâmetros: Granjeiro (TMI: 51,9) e Tarrafas (TMI: 66,7). Em números brutos: Tarrafas no ano de 2008 (05 óbitos em < 28 dias e 02 em <1 ano, totalizando- 07 óbitos infantis) e Granjeiro (04 óbitos em < 28 dias, totalizando- 04 óbitos infantis).

A mortalidade relacionada ao período perinatal, doenças do aparelho respiratório, circulatório e doenças infecciosas, estão acima do percentual do estado, porém ao se comparar a mortalidade entre os municípios do Território

Cariri, as causas com maior representatividade foram as relacionadas ao aparelho circulatório que representam praticamente 35% das causas de morte neste território, seguido por demais causas, neoplasias e causas externas.

Este resultado pode está associado a vários fatores, por exemplo, com relação a mortalidade por doenças no aparelho circulatório podemos indagar: o sedentarismo, o tabagismo, a hipertensão arterial, ao acesso e consumo de produtos industrializados, o envelhecimento da população entre outros. Lembrando que as doenças cardiovasculares são as principais causas de morte em todo o mundo. No Brasil (29,5%), as doenças do aparelho circulatório são também as principais causas de óbito para todas as idades em ambos os sexos, fato que se repete no Ceará (32,6%).

De acordo com as estratégias adotadas pelos municípios para diminuição da mortalidade relacionada às causas externas (violência, acidentes, suicídios entre outros) foi a implantação do Programa Ronda do Quarteirão pelo Governo do Estado do Ceará, lembrando-se que as secretarias/setores desenvolvem ainda poucas ações intersetoriais de prevenção destas mortes.

Conforme o depoimento dos representantes, o Território do Cariri é uma área bastante violenta em decorrência de vários fatores: drogas (crack), alcoolismo, ciúme dentre outros, isso mostra a fragilidade do índice da Qualidade de Vida dos moradores desta região. Com relação a violência contra à mulher, apesar de existir a Lei Maria da Penha para resguardar e protegê-la, ainda existe uma estatística elevada com relação aos crimes praticados cotidianamente. Já o município de Juazeiro do Norte apresenta um grande índice de violência no trânsito, principalmente com relação a acidentes provocados por motociclistas, apesar do trabalho de sinalização do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, a população não respeita as leis, quando crianças menores de 12 anos pilotam motos sem capacete e sem habilitação.

Uma das ações que poderia diminuir esta realidade seriam campanhas de combate a violência no trânsito que se estimula a Cultura de Paz e o Respeito à Legislação do Trânsito, tanto na zona rural como na urbana.

Tabela 11 – Número de Óbitos, Mortalidade Total e Infantil no Território do Cariri em 2008.

Municípios	Mortalidade Proporcional em 2008		
	*Total 2008	*Nº de Óbitos p/ 1000 Hab.	Mortalidade Infantil p/ 1000 Nascidos Vivos**
MICRO TERRITORIO I - CARIRI LESTE			
Aurora	128	5,1	8,6
Barro	128	6	17,2
Brejo Santo	199	4,8	14,8
Jati	18	2,4	29,7
Mauriti	219	5	31,2
Milagres	124	4,5	14,9
Penaforte	17	2,1	25,2
Porteiras	36	2,4	20,7
TOTAL	869	4,0	20,3
MICRO TERRITORIO II - CARIRI CENTRAL			
Abaiara	26	2,4	21,9
Barbalha	285	5,4	17,7
Caririaçu	149	5,5	17,5
Crato	641	5,5	13,4
Farias Brito	101	5,1	14,7
Granjeiro	32	6,4	51,9
Jardim	146	5,5	16,2
Juazeiro do Norte	1.418	5,8	12,7
Missão Velha	167	4,8	19,9
Várzea Alegre	252	6,4	26,4
TOTAL	3217	5,3	21,2
MICRO TERRITORIO III - CARIRI OESTE			
Altaneira	30	4,5	11
Antonina do Norte	46	6,6	35,7
Araripe	123	5,6	12,2
Assaré	94	4,2	22,4
Campos Sales	140	5,3	31
Nova Olinda	80	5,9	14,8
Potengi	47	4,7	14,6
Salitre	68	4,1	17,1
Santana do Cariri	79	4,3	18,8
Tarrafas	56	6,3	66,7
TOTAL	763	5,2	24,4
TOTAL DO TERRITORIO	4849	4,8	22,0

*Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional, tabnet.datasus, em Cadernos de Informação em Saúde. *on line* Dez/2009

Nota:**considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC.

Segundo os dados de Mortalidade Infantil, alguns municípios se encontram acima da média no Território de Cariri. A qualidade da assistência pré-natal tem sido realizada de forma regular e não se tem relato de alto índice de ocorrência de natimorto.

O acompanhamento do pré-natal é realizado pela EqSF e os ACS são orientados a acompanhar as gestantes através de visitas domiciliares. Após parto são realizadas de rotina as visitas de puerpério pela EqSF.

Os atendimentos as crianças tem certa restrição devido a pequena quantidade de pediatras e porque muitas vezes as mães não acreditam nas consultas preventivas (puericultura).

Conforme os relatos do comitê de saúde do Território do Cariri, as estratégias adotadas pelos municípios que o compõem, no tocante a diminuição da mortalidade infantil, foram o fortalecimento do parto humanizado; a cobertura vacinal; a assistência de qualidade ao pré-natal e acompanhamento das doenças prevalentes da infância; a sensibilização e conscientização da população sobre a importância do aleitamento materno; e a implantação da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) de Neonatal no Hospital São Lucas, em Juazeiro do Norte.

Os representantes do Comitê relatam ainda que o município de Tarrafas apresentou um elevado índice de mortalidade infantil (66,7), pois esse município não apresenta a mesma tecnologia dos demais, tendo assim pouco acesso aos hospitais. Vale ressaltar, que em alguns municípios há carência de algumas categorias como Pediatria e Obstetrícia, e ainda pequenos hospitais mas que não apresentam estrutura e equipamentos favoráveis para um parto de qualidade.

7.3 Condições de Nascimento

As variáveis sobre as condições de nascimento trabalhadas foram: Total de Nascidos Vivos, o Percentual de Partos Vaginais e Cesáreos, o Percentual de Crianças Nascidas com Baixo Peso, o Percentual de Crianças Nascidas Prematuras e o Percentual de Mães Adolescentes que compreendem a faixa etária de 10 a 19 anos.

TABELA 12 – Condições de Nascimento no Território do Cariri em 2008.

Municípios	Informações sobre Condições de Nascimento					
	Total Nascidos 2008	% De Partos Cesáreos	% De Partos Vaginais	% Com Baixo Peso	% De Prematuros	% De Mães de 10 - 19 Anos
MICRO TERRITORIO I - CARIRI LESTE						
Aurora	348	68,4	31,6	4,6	2	20,7
Barro	232	37,4	62,6	7	7,3	26,7
Brejo Santo	675	50,3	49,7	11,4	5,2	23,1
Jati	101	34	66	8	5	23,8
Mauriti	481	39,8	60,2	6,5	4,4	25,4
Milagres	159	54,7	45,3	6	7,5	18,5
Penaforte	193	51,6	48,4	8,9	5,7	23,3
Porteiras	470	52,6	47,4	8,9	5,7	21,2
TOTAL	2659	52,9	47,1	7,1	5,6	22,1
MICRO TERRITORIO II – CARIRI CENTRAL						
Abaiara	137	50,4	49,6	10,2	6,6	23,4
Barbalha	1074	51	49	7,8	5,4	22,1
Caririaçu	458	37,1	62,9	6,6	4,8	19,4
Crato	2166	57,4	42,6	9,3	4,6	19,9
Farias Brito	340	41,2	58,8	8,6	3,5	21,2
Granjeiro	77	31,2	68,8	10,7	9,1	13
Jardim	494	35,8	64,2	7,7	3,7	20,6
Juazeiro do Norte	4087	48,4	51,6	7,9	20,7	5,7
Missão Velha	554	46,0	54	8,8	21,3	3,3
Várzea Alegre	607	33,7	66,3	9,1	6,1	25,2
TOTAL	13123	44,2	55,8	8,6	10,6	16,7
MICRO TERRITORIO III – CARIRI OESTE						
Altaneira	91	31,9	68,1	8,8	4,4	19,8
Antonina do Norte	140	29,5	70,5	3,6	4,3	18,6
Araripe	492	41,7	58,3	6,9	3,7	20,7
Assaré	312	43,1	56,9	10	4,2	26,3
Campos Sales	290	41,4	58,6	3,8	3,8	27,6
Nova Olinda	270	45	55	10,4	4,4	23,7
Potengi	206	38,3	61,7	7,8	2,9	20,4
Salitre	350	27,7	72,3	7,1	4,3	19,4
Santana do Cariri	319	33,9	66,1	10,1	5,4	24,8
Tarrafas	105	36,2	63,8	11,4	4,8	1,9
TOTAL	1250	36,2	63,8	9,4	4,4	18,0
TOTAL DO TERRITORIO	17032	44,5	55,5	8,3	6,9	18,9

Fonte: SINASC. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

De acordo com os percentuais da Tabela 12, percebemos que o percentual de partos cesáreos em relação aos partos vaginais no Território Cariri (44,5%) está acima da meta do Pacto Pela Saúde no Estado do Ceará que é de 30% porém o obtido pelo Estado do Ceará no ano de 2008 foi 42,7 % do total dos partos. Apenas os municípios de Antonina do Norte (29,5%) e Salitre (27,7%), ficaram dentro do percentual pactuado pelo Estado.

Percentuais elevados podem significar, entre outros fatores, a concentração de partos considerados de alto risco, em municípios onde existem unidades de referência para a assistência ao parto. Este indicador é útil para subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção à saúde da mulher e da criança. Devido às restrições impostas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) limitando os partos cesáreos ao máximo de 30% do total de partos financiados, os excessos que sejam encontrados podem estar relacionados principalmente aos partos não – Sistema Único de Saúde (por planos de saúde ou privados). De fato, pequena amplitude e variabilidade desse indicador são observadas entre os partos Sistema Único de Saúde - SUS.

Segundo os representantes do Comitê de Saúde, muitas vezes o parto cesáreo é realizado, pelo fato do profissional não querer acompanhar a parturiente durante todo seu trajeto no parto vaginal, mas vale ressaltar que as gestantes também optam pela cesariana, lembrando-se que o poder aquisitivo das gestantes está relacionado diretamente a esse indicador. Ressalta-se que as mulheres da zona rural pensam no parto como consequência da gravidez, como algo natural, elas só optam pelo cesariana quando há um incentivo político para a ligadura das trompas ou se houver risco de vida para parturiente ou para a criança, já as mulheres da zona urbana na maioria das vezes se planejam para esse momento, sendo uma questão cultural.

Com a mudança da tecnologia, a zona rural já não dispõe de muitas parteiras, então todas as gestantes são encaminhadas para a sede do município, onde os hospitais são melhores equipados. Por esse motivo, o Movimento Nacional da Valorização das Parteiras trabalha para resgatar essa prática nos territórios, principalmente na zona rural onde há ausência de médicos nesta especialidade.

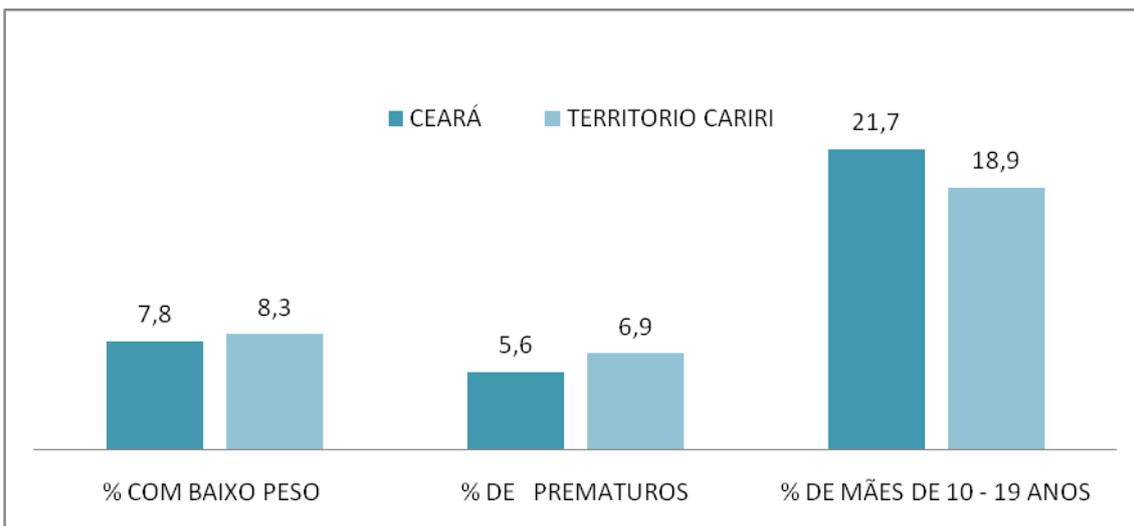


Figura 4 – Situação de Nascimento no Ceará e no Território Cariri em 2009.

Fonte: SINASC. Situação da base de dados nacional, Dezembro de 2009.

Sobre a maternidade entre as mães adolescentes (10 a 19 anos), encontra-se que 18,9% das mulheres que pariram em 2008 eram adolescentes, relaciona-se este indicador como um índice social que corrobora com esta situação, a escolaridade destas mães. O objetivo de conhecer esta variável é porque este contribui na avaliação dos níveis de saúde infantil e dos fatores socioeconômicos e culturais que intervêm na ocorrência da gravidez.

Dois municípios chamam a atenção pelo contraste entre os percentuais de mães adolescentes, são eles: Missão Velha (3,3%) e Campos Sales (27,6%).

De acordo com o Comitê de Saúde, algumas escolas e as EqSF trabalham ações de educação em saúde reprodutiva voltadas para os adolescentes. Segundo o depoimento dos representantes, em 2009 foi implantado em alguns municípios o Projeto Saúde e Prevenção na Escola (SPE), onde profissionais dos setores de Educação e Saúde trabalharam temas transversais de acordo com a realidade local.

O Planejamento Familiar é realizado pela EqSF de forma sistemática dentro de seu calendário de atividades. O Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) por ser uma estratégia recente, contribuiu de forma satisfatória com ações de Educação em Saúde voltado aos adolescentes no território. É

importante destacar, a vivência de troca de experiências exitosas realizadas nos municípios.

O percentual de nascidos vivos (NV) com baixo peso ao nascer compreende todo aquele NV que tiver peso inferior a 2.500 gramas, na primeira pesagem, que preferencialmente deve ser realizada durante a primeira hora de vida. A ocorrência de baixo peso ao nascer expressa retardo do crescimento intra-uterino ou prematuridade e representa importante fator de risco para a morbimortalidade neonatal e infantil.

O indicador serve como preditor da sobrevivência infantil: quanto menor o peso ao nascer, maior a probabilidade de morte precoce. Valores de baixo peso ao nascer em torno de 5-6% são encontrados em países desenvolvidos. Convenções internacionais estabelecem que essa proporção não deve ultrapassar 10%. Apesar do Território apresentar um percentual de 8,3%, abaixo da meta estabelecida pela convenção Internacional, ainda está acima do percentual do Estado (7,8%). Proporções elevadas de nascidos vivos de baixo peso estão associadas, em geral, a baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico e de assistência materno-infantil. Outro dado importante é o percentual de Nascidos Vivos Prematuros, que no Território do Cariri (6,9%) está acima do Estado (5,6%). No que diz respeito ao percentual de mães adolescentes o Território Cariri está com percentual abaixo do Estado, o que é um dado considerado positivo.

Segundo o Comitê de Saúde do Território, as iniciativas de intervenção nutricional no município de Juazeiro do Norte conta com a implantação do Programa Leite Fome Zero, com o objetivo de diminuir a vulnerabilidade e insegurança alimentar de crianças de 2 a 7 anos, pertencentes a famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo. O programa visa ainda fortalecer a cadeia produtiva, por meio da geração de renda ao produtor familiar, que fornece o leite para o governo.

7.4 Infraestrutura, Critérios e Definições

7.4.1 Atenção Básica

7.4.1.1 NÚMERO DE EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA E COBERTURA

Sobre o total das equipes de Saúde da Família e a cobertura do percentual da população têm no território 2872 equipes e um percentual de cobertura que corresponde a 277%. Enquanto a cobertura não corresponder ao total da população os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS, Universalidade, Equidade e Integralidade não estarão sendo cumpridos.

7.4.1.2 NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA – NASF

Com a nova liberação, o país passa a contar com 1.126 Núcleos de Apoio à Saúde da Família credenciados. Até o próximo ano, serão mais 113 núcleos autorizados. Os núcleos têm, no mínimo, cinco profissionais que trabalham em parceria com as equipes de saúde da família em cada região. O NASF inclui as áreas de atendimento não contempladas na equipe de saúde da família e amplia a abrangência e os resultados da atenção prestada à população.

MODALIDADES - Os núcleos são divididos em duas modalidades, de acordo com o número de equipes de saúde da família atuantes em cada estado. O NASF tipo I é voltado para os municípios com equipes de até cinco profissionais de nível superior. O NASF tipo II funciona em cidades com equipes de até três profissionais. Todos os NASF autorizados no Ceará são do tipo I.

De acordo com o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, as cidades têm como proposta a implementação dos núcleos. Cada cidade beneficiada é responsável por escolher os profissionais que irão compor o núcleo, de acordo com a realidade de suas comunidades. No entanto, a recomendação é para que os municípios do Nordeste e da Amazônia Legal,

cujo objetivo é priorizar ações dos núcleos para a redução da mortalidade infantil, como parte do Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Infantil nos municípios prioritários.

NÚCLEO - Para implantar o NASF, o município deve elaborar um projeto, informando o território de atuação e as atividades que serão desenvolvidas. Além disso, é preciso especificar os profissionais e sua forma de contratação com número de carga horária, identificação das equipes da saúde da família vinculadas ao NASF e a unidade de saúde onde os núcleos serão credenciados. Esse projeto deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e pelas Comissões Intergestoras do Estado.

7.4.2 Atenção Especializada

7.4.2.1 CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICAS – CEO

Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) são estabelecimentos de saúde, participantes do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, classificadas como Clínica Especializada ou Ambulatório de Especialidade. Os Centros de Especialidades Odontológicas estão preparados para oferecer à população, no mínimo, os seguintes serviços: Diagnóstico bucal, com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer de boca; Periodontia especializada; Cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros; Endodontia e Atendimento a portadores de necessidades especiais.

Os Centros são uma das frentes de atuação do Brasil Sorridente. O tratamento oferecido nos Centros de Especialidades Odontológicas é uma continuidade do trabalho realizado pela rede de atenção básica e no caso dos municípios que estão na Estratégia Saúde da Família, pelas equipes de saúde bucal. Os profissionais da atenção básica são responsáveis pelo primeiro atendimento ao paciente e pelo encaminhamento aos centros especializados apenas casos mais complexos. Além da implantação de CEO's, há também a implantação de Laboratórios Regionais de Prótese Dentária – LRPD – que são unidades próprias do município ou unidades terceirizadas credenciadas para

confecção de próteses totais, próteses parciais removíveis e prótese coronária/intra-radulares e fixas/adesivas.

Ao lado do câncer de boca, a ausência de dentes é um dos mais graves problemas da saúde bucal no Brasil. Hoje 75% dos idosos são desdentados. Entre adultos com idade de 30 a 44 anos esse índice é de 30%. O Ministério da Saúde registra, ainda, um total de 5 mil adolescentes desdentados sem prótese na boca. Estima-se que 8 milhões de pessoas precisam de prótese dentária no país.

7.4.2.2 CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL – CAPS

Seu objetivo é oferecer atendimento à população, realizar o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Os CAPS, entre todos os dispositivos de atenção à saúde mental, têm valor estratégico para a Reforma Psiquiátrica Brasileira. Com a criação desses centros, possibilita-se a organização de uma rede substitutiva ao Hospital Psiquiátrico no país. Os CAPS são serviços de saúde municipais, abertos, comunitários que oferecem atendimento diário.

Função dos CAPS: prestar atendimento clínico em regime de atenção diária, evitando as internações em hospitais psiquiátricos; acolher e atender as pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, procurando preservar e fortalecer os laços sociais do usuário em seu território; promover a inserção social das pessoas com transtornos mentais por meio de ações intersetoriais; regular a porta de entrada da rede de assistência em saúde mental na sua área de atuação; dar suporte a atenção à saúde mental na rede básica; organizar a rede de atenção às pessoas com transtornos mentais nos municípios; articular estrategicamente a rede e a política de saúde mental num determinado território; promover a reinserção social do indivíduo através do acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários.

O perfil populacional dos municípios é sem dúvida um dos principais critérios para o planejamento da rede de atenção à saúde mental nas cidades, e para a implantação de Centros de Atenção Psicossocial. O critério populacional, no entanto, deve ser compreendido apenas como um orientador para o planejamento das ações de saúde. De fato, é o gestor local, articulado com as outras instâncias de gestão do SUS, que terá as condições mais adequadas para definir os equipamentos que melhor respondem às demandas de saúde mental de seu município.

7.4.2.3 FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL

Em junho de 2004, o Governo Federal criou o Programa Farmácia Popular do Brasil, com o objetivo de levar medicamentos essenciais a um baixo custo para mais perto da população, melhorando o acesso e beneficiando uma maior quantidade de pessoas. O Programa atua sobre dois eixos de ação: as Unidades Próprias, em funcionamento desde junho de 2004, que são desenvolvidas em parceria com Municípios e Estados e o Sistema de Copagamento, lançado em março de 2006, desenvolvido em parceria com farmácias e drogarias privadas.

As Unidades Próprias são operacionalizadas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fio cruz), que coordena a estruturação das unidades e executa a compra dos medicamentos, o abastecimento das unidades e a capacitação dos profissionais. Contam, atualmente, com um elenco de 108 medicamentos mais o preservativo masculino, os quais são dispensados pelo seu valor de custo representando uma redução de até 90% do valor comparando-se com farmácias e drogarias privadas. A única condição para a aquisição dos medicamentos disponíveis nas unidades, neste caso, é a apresentação de receita médica ou odontológica. Já no Sistema de CoPagamento, o Governo Federal paga uma parte do valor dos medicamentos e o cidadão paga o restante. O valor pago pelo Governo é fixo e equivale a 90% do Valor de Referência (consulte os valores na legislação do Programa). Por esse motivo, o cidadão pode pagar menos para alguns medicamentos do que para outros, de acordo com a marca e o preço praticado pelo estabelecimento. Para ter acesso

a essa economia, basta que a pessoa procure uma drogaria com a marca “Aqui tem Farmácia Popular” e apresente a receita médica acompanhada do seu cadastro de pessoa física – CPF e documento com foto. Atualmente, o Sistema de CoPagamento está trabalhando com medicamentos para hipertensão, diabetes, colesterol e anticoncepcionais.

7.4.2.4 SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU

O SAMU/192 faz parte da Política Nacional de Urgências e Emergências e ajuda a organizar o atendimento na rede pública prestando socorro à população em casos de emergência. Com o SAMU 192, o governo federal está reduzindo o número de óbitos, o tempo de internação em hospitais e as seqüelas decorrentes da falta de socorro precoce. O serviço funciona 24 horas por dia com equipes de profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e socorristas que atendem às urgências de natureza traumática, clínica, pediátrica, cirúrgica, gineco-obstétrica e de saúde mental da população.

Realiza o atendimento de urgência e emergência em qualquer lugar: residências, locais de trabalho e vias públicas, contando com as Centrais de Regulação, profissionais e veículos de salvamento. As Centrais de Regulação tem um papel primeiro e indispensável para o resultado positivo do atendimento, sendo o socorro feito depois da chamada gratuita, para o telefone 192.

7.4.2.5 UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA

As Unidades de Pronto Atendimento - UPA 24h são estruturas de complexidade intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde e as portas de urgência hospitalares, onde em conjunto com estas compõe uma rede organizada de Atenção às Urgências. São integrantes do componente pré-hospitalar fixo e devem ser implantadas em locais/unidades estratégicos para a configuração das redes de atenção à urgência, com acolhimento e classificação de risco em todas as unidades, em conformidade com a Política

Nacional de Atenção às Urgências. A estratégia de atendimento está diretamente relacionada ao trabalho do Serviço Móvel de Urgência – SAMU que organiza o fluxo de atendimento e encaminha o paciente ao serviço de saúde adequado à situação.

7.5 Tipos de Estabelecimentos

Constata-se que no Território de Cariri há uma boa quantidade de Centros de Saúde da Família (234) e Postos de Saúde (119), o que sinaliza interesse e Investimento na Atenção Básica. Nem todos os municípios têm CEO, porém os mesmos devem encaminhar sua população para o CEO de referência regional. Somente 11 dos 28 municípios do Território tem CAPS; 04 municípios tem Farmácia Popular; 12 possuem NASF, 01 tem UPA; 20 possuem Hospital, 06 possuem Policlínica.

De acordo com os dados apresentado na tabela abaixo, percebemos uma inexistência dos estabelecimentos de saúde relacionados ao SAMU. É importante o diálogo entre os gestores para a formação de consórcios intermunicipais para a implementação desta política de atenção á saúde da população.

O critério populacional, no entanto, deve ser compreendido apenas como um orientador para o planejamento das ações de saúde. De fato, é o gestor local, articulando com as outras instâncias de gestão do SUS, que terá as condições mais adequadas para definir os equipamentos que melhor respondem às demandas de saúde de seu município.

Tabela 13 – Tipos de Estabelecimentos da Atenção Básica e Especializada no Território do Cariri, dados de 2008, 2009 e 2010.

Municípios	Tipo de Estabelecimento														
	Atenção Básica					Atenção Especializada									
	Centro de Saúde	Posto de Saúde	*Nº Eqsf 2010	*/% Cobertura ESF 2010	NASF	Unidade Mista	CEO	CAPS	Farmácia Popular	SAMU	UPA	*Clínica Especializada	Hospital	*Policlínica	Nº de Leitos por 1.000/Hab.
MICRO TERRITÓRIO I - CARIRI LESTE															
Aurora	8	0	69	5	0	0	0	0	0	0	0	4	1	1	3,5
Barro	7	4	101	7	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	1,4
Brejo Santo	13	0	101	13	1	0	1	1	1	0	0	9	3	2	5,9
Jati	4	5	100	3	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	4,3
Mauriti	11	3	79	10	1	0	1	1	0	0	0	4	1	0	1,8
Milagres	7	6	101	10	1	0	0	0	0	0	0	1	3	2	2,7
Penaforte	4	0	101	3	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	1,6
Porteiras	6	4	100	6	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	1,6
TOTAL	60	22	750	57	3	2	5	2	1	0	0	22	11	5	2,9
MICRO TERRITÓRIO II - CARIRI CENTRAL															
Abaiara	5	0	102	4	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Barbalha	0	22	101	21	2	0	1	3	1	0	0	14	2	3	8,2
Caririaçu	1	11	100	11	1	0	1	1	0	0	0	1	1	0	1,1
Crato	18	17	80	27	2	0	1	1	1	0	0	26	1	5	5,8
Farias Brito	8	7	100	9	1	1	1	1	0	0	0	3	0	0	2,2
Granjeiro	3	0	99	2	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	5,0
Jardim	1	15	100	9	1	0	0	1	0	0	0	1	1	0	2,4
Juazeiro do Norte	63	0	84	60	7	0	2	2	1	0	1	59	6	1	2,0
Missão Velha	16	2	101	14	1	0	1	0	0	0	0	2	1	0	2,1
Várzea Alegre	11	0	101	12	1	0	0	1	0	0	0	2	2	0	1,9
TOTAL	126	74	1138	169	16	1	9	10	3	0	1	109	15	9	3,1

Municípios	Tipo de Estabelecimento														
	Atenção Básica					Atenção Especializada									
	Centro de Saúde	Posto de Saúde	*Nº Eqsf 2010	*/% Cobertura ESF 2010	NASF	Unidade Mista	CEO	CAPS	Farmácia Popular	SAMU	UPA	*Clínica Especializada	Hospital	*Policlínica	Nº de Leitos por 1.000/Hab.
MICRO TERRITÓRIO III - CARIRI OESTE															
Altaneira	5	1	102	3	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2,8
Antonina do Norte	1	2	98	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2,3
Araripe	7	2	101	7	0	0	1	1	0	0	0	2	1	0	1,9
Assaré	9	1	101	9	1	0	0	1	0	0	0	1	1	0	2,0
Campos Sales	5	10	79	6	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	3,1
Nova Olinda	5	0	101	6	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1,5
Potengi		3	101	4	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1,8
Salitre	5	1	102	5	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	1,3
Santana do Cariri	7	1	101	6	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	1,0
Tarrafas	1	2	100	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1,6
TOTAL	48	23	984	51	1	5	3	2	0	0	0	10	5	0	1,9
TOTALDO TERRITÓRIO	234	119	2872	277	20	8	17	14	4	0	1	141	31	14	2,6

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional, Dezembro de 2010.

Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS, Não inclui leitos complementares

Nota: *Sala de Situação ** Estabelecimentos conveniados ao SUS/ Filantrópicos e Privados (não incluem as Policlínicas do Estado)

De acordo com os representantes do Comitê de Saúde, as EqSF estão quase todas completas, porém temos uma grande carência de profissionais médicos, sobrecarregando assim o restante da equipe. A atenção básica encaminha vários pacientes com transtornos mentais ao serviço do CAPS, havendo assim referência e contrareferência do paciente. Alguns municípios possuem NASF, enquanto outros por conta da burocracia local não são contemplados por tal serviço. O NASF realiza ações coletivas e trabalhos interdisciplinares de Promoção da Saúde junto com as EqSF.

Ainda de acordo com os participantes do comitê, o serviço de saúde bucal ainda é muito precário em alguns municípios, pois não se tem equiparação de saúde bucal para os dados de saúde da família. No caso do município de Juazeiro do Norte, foram implantados dois CEO's um sendo regional e o outro municipal, havendo assim uma maior qualidade do serviço para a população. Ressalta-se que as equipes de saúde da família sentem uma enorme dificuldade em desenvolver ações conjuntas com as equipes de saúde bucal no território.

De acordo com os representantes do Comitê de Saúde, o Território do Cariri apresenta poucas Farmácias Populares, sendo assim quando a população necessita de um medicamento com custo elevado é necessário fazer uma articulação com a Secretaria de Saúde do município.

Segundo o comitê, as Policlínicas em alguns municípios ainda não foram inauguradas, já no município de Barbalha ainda será construída.

Com base na oficina estadual diagnosticou-se que os gestores devem averiguar o repasse das informações para o Ministério da Saúde.

O número de leitos hospitalares, por mil habitantes residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado, mede a relação entre a oferta de leitos conveniados ou contratados pelo SUS, por tipo de vínculo (público, privado e universitário), e a população residente na mesma área geográfica. Não inclui os leitos privados sem vínculo com o SUS. O indicador é influenciado pelas condições socioeconômicas, epidemiológicas e demográficas da população, bem como pelas políticas de atenção à saúde no SUS. Entre essas últimas, destacam-se a oferta de serviços especializados (doenças crônico-degenerativas, agravos à saúde mental etc.)

e a cobertura da atenção básica à saúde. No Território do Cariri tem-se um percentual de Leitos por mil habitantes superior ao percentual do Estado.

Observamos na figura abaixo, um dado significativo com 2,6 leitos do Território do Cariri em comparação com o Estado do Ceará 2,2 leitos em geral do percentual do número de leitos por 1000 habitantes.

Segundo o Comitê de Saúde, o número de leitos é pequeno em comparação com a demanda do Território do Cariri, mas outros representantes relatam que quando a demanda aumenta o hospital não tem estrutura de acolher pacientes de outros municípios, encaminhando-os para a capital do Estado. A Prefeitura Municipal do Cariri *comprou* um hospital particular para desafogar os demais hospitais da região.

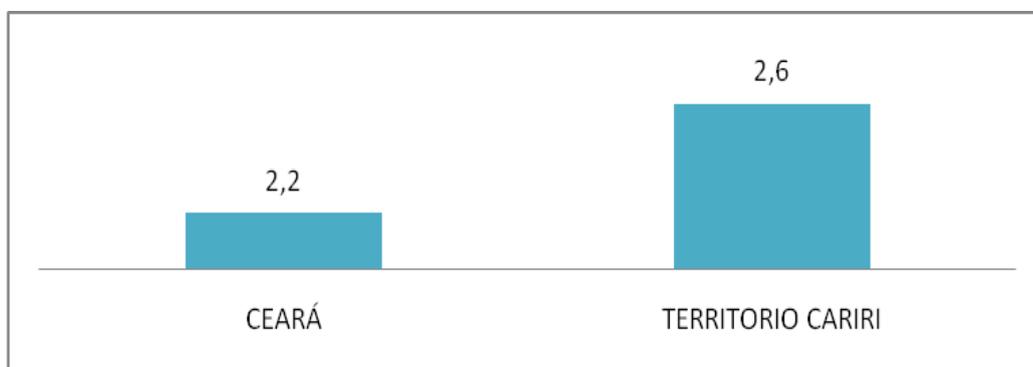


Figura 5 - Percentual do número de leitos por 1000 habitantes no Ceará e no Território Cariri, 2009.

Fonte: CNES - DATASUS/MS – saladesituacao, *on line*, Julho 2010.

7.6 Recursos Humanos

7.6.1. Ofertas de profissionais médicos por especialidades por 1.000 habitantes

Número de profissionais de saúde por mil habitantes mede a disponibilidade de profissionais de saúde, por categorias selecionadas, segundo a sua localização geográfica. O indicador é fortemente influenciado pelas condições socioeconômicas da população e pelas políticas públicas de atenção à saúde.

No território do Cariri encontramos várias deficiências no que diz respeito às especialidades médicas o dado que mais chama atenção é a inexistência de psiquiatra. Entretanto, quando se calcula o total de profissionais por 1000 habitantes percebe-se que esse dado está de acordo com as recomendações da Organização Mundial de

Saúde – OMS, que recomenda que haja pelo menos um profissional médico dessas categorias para cada 1000 habitantes.

Há um amplo consenso sobre a necessidade de superar entraves e limitações dos processos gerenciais de recursos humanos tradicionalmente adotados pelas instituições de saúde. Para isso, torna-se indispensável elaborar propostas e trabalhar sua viabilidade, buscando sempre a inovação e o aperfeiçoamento das práticas de administração do trabalho nos serviços de saúde.

Esses indicadores serão fortemente influenciados pelas condições socioeconômicas da população e pelas políticas públicas de atenção à saúde.

Tabela 14 – Oferta de Profissionais Médicos/Especialidades por 1.000 Habitantes no Território do Cariri, 2008.

Municípios	Oferta de Profissionais Médicos por Especialidade/ 1.000 Hab. - Dez/ 2009									
	Anestesista	Cirurgião Geral/100	Clínico Geral	Gineco Obstetra	Medico de Família	Pediatra	Psiquiatra	Radiologista	Total*	Total/ 1000 Hab.
MICRO TERRITORIO I - CARIRI LESTE										
Aurora	0	0	0,4	0,1	0,3	0	0	0,2	38	1,5
Barro	0	0	0,4	0,1	0,4	0	0	0	25	1,2
Brejo Santo	0,1	0,4	1,3	0,4	0,3	0,3	0	0,2	196	4,7
Jati	0	0	0	0,1	0,7	0,1	0	0,1	9	1,2
Mauriti	0	0,1	0,3	0,1	0,3	0	0	0,1	42	0,9
Milagres	0,1	0,1	0,6	0,2	0,5	0,2	0	0,1	53	1,9
Penaforte	0	0,1	0,2	0,1	0,6	0	0	0,1	10	1,2
Porteiras	0	0	0,8	0,1	0,9	0,2	0	0	33	2,2
TOTAL	0,03	0,1	0,5	0,2	0,5	0,1	0,0	0,1	406,0	1,9
MICRO TERRITORIO II - CARIRI CENTRAL										
Abaiara	0	0	0,2	0	0,3	0	0	0	5	0,5
Barbalha	0,7	0,9	2,3	0,6	0,5	0,6	0,1	0,4	522	9,8
Caririaçu	0	0	0	0	0,4	0,1	0,1	0,1	26	0,9
Crato	0,3	0,5	0,9	0,3	0,2	0,3	0,1	0,1	476	4,1
Farias Brito	0,1	0,1	0,3	0,1	0,5	0,1	0,1	0	25	1,3
Granjeiro	0	0	0	0,4	0,4	0	0	0	6	1,2
Jardim	0	0,1	0,3	0,2	0,4	0,1	0	0	39	1,5
Juazeiro do Norte	0,2	0,4	0,7	0,3	0,3	0,3	0	0,1	850	3,4
Missão Velha	0,1	0,1	0,4	0,4	0,4	0,4	0	0,1	73	2,1
Várzea Alegre	0,1	0,2	0,5	0,4	0,4	0,1	0	0	72	1,8
TOTAL	0,2	0,2	0,6	0,3	0,4	0,2	0,0	0,1	2094,0	2,7

Municípios	Oferta de Profissionais Médicos por Especialidade/ 1.000 Hab. - Dez/ 2009									
	Anestesista	Cirurgião Geral/100	Clínico Geral	Gineco Obstetra	Medico de Família	Pediatra	Psiquiatra	Radiologista	Total*	Total/ 1000 Hab.
MICRO TERRITORIO III - CARIRI OESTE										
Altaneira	0	0	1,5	0	0,4	0	0	0	13	1,9
Antonina do Norte	0	0	0,4	0,1	0,1	0	0	0	5	0,7
Araripe	0	0	0,3	0,1	0,3	0,1	0	0	22	1
Assaré	0	0,1	0,4	0	0,4	0	0	0	22	1
Campos Sales	0,2	0,2	0,5	0,3	0,4	0	0	0	49	1,9
Nova Olinda	0	0	1,1	0,1	0,7	0	0	0	26	1,9
Potengi	0	0	0,8	0,1	0,6	0	0	0	15	1,5
Salitre	0	0	0,7	0,1	0,3	0	0	0,1	21	1,2
Santana do Cariri	0	0	0,4	0	0,3	0	0	0,1	13	0,7
Tarrafas	0	0	0,2	0	0,2	0	0	0	5	0,6
TOTAL	0,0	0,0	0,6	0,1	0,4	0,0	0,0	0,0	191,0	1,2
MÉDIA DO TERRITORIO	0,1	0,1	0,6	0,2	0,4	0,1	0,0	0,1	2691,0	1,9

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

* Nº TOTAL DE MÉDICOS

Com base na oficina estadual diagnosticou-se que os gestores devem averiguar o repasse das informações para o Ministério da Saúde. Conforme o participante do comitê de saúde, no quesito Recursos Humanos, existe uma grande rotatividade de profissionais, principalmente médicos quando chamados para fazer residência ou quando saem do município devido às melhores propostas salariais, pois muitas vezes os salários baixos ou a distância da capital fazem com que ocorra a evasão dos mesmos. Não existe uma política de estímulo à interiorização de profissionais da saúde.

7.6.2 Ofertas de outros profissionais de saúde por 1.000 habitantes

Este indicador mede a disponibilidade de profissionais de saúde, por categorias selecionadas, segundo a sua localização geográfica. Essas categorias fortemente serão influenciadas pelas condições socioeconômicas da população e pelas políticas públicas de atenção à saúde.

Ao analisarmos as variações da situação da distribuição de profissionais de saúde, identificamos situações de desequilíbrio principalmente entre as categorias de Fonoaudiólogo, Psicólogo e Assistente Social. A identificação destas deficiências de profissionais é fundamental para subsidiar políticas de incentivo à interiorização de profissionais de saúde e contribuir nos processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações voltadas para a formação de profissionais de saúde e sua inserção no mercado de trabalho.

O comitê de saúde do Território Cariri, relatou a interiorização dessas categorias por outros municípios tem realizado concurso e seleção pública para inserir essas categorias no serviço de saúde.

Tabela 15 – Oferta de Profissionais de Saúde por 1.000 Habitantes no Território do Cariri, 2009.

Municípios	Oferta de Profissionais de Saúde por Categoria / 1.000 Hab. - Dez/ 2009							
	Enfermeiro	Dentista	Fisioterapeuta	Nutricionista	Farmacêutico	Assistente Social	Psicólogo	Fonoaudiólogo
MICRO TERRITORIO I - CARIRI LESTE								
Aurora	0,5	0,2	0,1	0	0,1	0	0	0
Barro	0,5	0,4	0,1	0	0,1	0	0	0
Brejo Santo	0,7	1,2	0,6	0,1	0,4	0	0,1	0,1
Jati	0,7	1,3	0,1	0	0,1	0	0	0
Mauriti	0,4	0,4	0,1	0	0,1	0,1	0,1	0
Milagres	0,6	0,4	0,3	0	0,3	0,1	0,1	0
Penaforte	0,6	1,6	0,1	0	0	0	0	0
Porteiras	0,6	0,9	0,1	0	0,2	0	0	0

Municípios	Oferta de Profissionais de Saúde por Categoria / 1.000 Hab. - Dez/2009							
	Enfermeiro	Dentista	Fisioterapeuta	Nutricionista	Farmacêutico	Assistente Social	Psicólogo	Fonoaudiólogo
TOTAL	0,6	0,8	0,2	0,01	0,2	0,03	0,04	0,01
MICRO TERRITORIO II - CARIRI CENTRAL								
Abaiara	0,4	1,1	0,2	0	0,2	0,1	0	0
Barbalha	1,5	0,8	0,7	0,2	0,5	0,1	0,2	0,2
Caririaçu	0,5	0,6	0,1	0	0,1	0,1	0,1	0,1
Crato	0,7	0,8	0,2	0	0,4	0,1	0,2	0
Farias Brito	0,7	0,6	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1
Granjeiro	1	1,4	0,2	0	0,2	0	0	0
Jardim	0,6	0,5	0,2	0	0,2	0,1	0	0,1
Juazeiro do Norte	0,6	0,6	0,3	0	0,2	0,1	0,1	0,1
Missão Velha	0,4	0,4	0,1	0	0,3	0	0	0
Várzea Alegre	0,5	0,3	0,2	0,1	0,1	0	0	0
TOTAL	0,7	0,7	0,2	0,04	0,2	0,07	0,07	0,06
MICRO TERRITORIO III - CARIRI OESTE								
Altaneira	0,6	0,4	0,3	0	0,1	0	0	0
Antonina do Norte	0,4	0,3	0	0	0,3	0	0	0
Araripe	0,4	0,6	0,5	0	0,1	0,1	0	0
Assaré	0,6	0,3	0,2	0	0,3	0	0	0
Campos Sales	0,6	0,2	0,1	0,1	0	0	0	0
Nova Olinda	0,6	0,5	0,2	0,1	0	0	0	0
Potengi	0,5	0,3	0,1	0	0,1	0	0	0
Salitre	0,4	0,6	0,1	0	0,1	0	0	0
Santana do Cariri	0,3	0,6	0,1	0	0,1	0	0	0
Tarrafas	0,4	0,4	0,1	0	0,1	0	0	0
TOTAL	0,48	0,42	0,17	0,02	0,12	0,01	0	0
MÉDIA TOTAL TERRITORIO	0,6	0,6	0,2	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional, saladesituacao, *on line*, Setembro 2010

De acordo com Comitê de Saúde, os representantes mostraram-se a insatisfação e desmotivação dos profissionais com relação ao serviço público onde oferece condições precárias de trabalho, unidades de saúde sucateadas

e a gestão local sobrecarregada, atingindo assim a qualidade de trabalho no território.

Com relação aos dados das demais categorias, observa-se uma grande concentração de profissionais das categorias de Enfermagem e Dentista, pois os mesmos fazem parte da equipe mínima da Estratégia Saúde da Família.

7.7 Saneamento Básico e Acesso a Água

7.7.1 Abastecimento de Água e de domicílio com Esgotamento Sanitário

Percentual da população residente servida por rede geral de abastecimento, com ou sem canalização domiciliar, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Considera-se a cobertura de rede de abastecimento de água: com canalização interna, quando o domicílio possui canalização em pelo menos um cômodo e a água utilizada for proveniente de rede geral de distribuição; e sem canalização, quando a água utilizada no domicílio for proveniente de rede geral de distribuição canalizada para o terreno ou propriedade onde está localizado o domicílio.

Baixas coberturas favorecem a proliferação de doenças transmissíveis decorrentes de contaminação ambiental.

Existe o Sistema de Informação da Vigilância da Qualidade da Água (SISAGUA). Dos 184 municípios do estado, 179 (97,3%) alimentaram o SISAGUA, em 2008, com informações de cadastros das diferentes formas de abastecimento de água no município. O cadastramento constitui o primeiro passo para o desencadeamento das ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano, que incluem, dentre outros, o monitoramento da qualidade da água e as inspeções sanitárias.

Conforme o Comitê de Saúde do Território, os representantes relataram em relação ao abastecimento da água que a qualidade da água não é muito boa, pois há um índice elevado de cárie devido não haver uma fluoretação da água ocasionando assim um risco à Saúde Pública.

Considera-se a cobertura de esgotamento sanitário por rede coletora de esgoto ou pluvial quando: 1 – a canalização das águas servidas e dos dejetos, provenientes do banheiro ou sanitário, estiver ligada a um sistema de coleta que conduz para um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não disponha de estação de tratamento da matéria esgotada; 2 – fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial: quando as águas servidas e os dejetos, provenientes do banheiro ou sanitário forem esgotados para uma fossa, onde passam por processo de tratamento ou decantação, sendo a parte líquida canalizada para um desaguadouro geral da área, região ou município; e 3 – fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial: quando as águas servidas e os dejetos, provenientes do banheiro ou sanitário forem esgotados para uma fossa, onde passam por um processo de tratamento ou decantação, sendo a parte líquida absorvida no próprio terreno.

Segundo o Comitê de Saúde do Território, no município de Barbalha existe um local que trata os dejetos com produtos químicos, portanto, ainda não existe Política Pública voltado para o saneamento básico.

Os municípios do Território registram baixo número de domicílios dotados de esgotamento sanitário, acarretando problemas de poluição tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais devido a exposição de esgotos “a céu aberto”. Em contrapartida, os sistemas de abastecimento d água potável atingem entre 68,3 % a 72% dos domicílios. A Tabela 16 a seguir ilustra essa situação.

Tabela 16 – Percentual de Municípios com Abastecimento de Água e com Esgotamento Sanitário do Território do Cariri, 2007.

Município	% de Domicílios com Abastecimento de Água	% de Domicílios com Esgotamento Sanitário
MICRO TERRITORIO I - CARIRI LESTE		
Aurora	79,7	28,9
Barro	87,7	4,6
Brejo Santo	95,5	87,5
Jati	99,2	0,0
Mauriti	68,3	13,7
Milagres	82,4	0
Penaforte	88,0	0,0

Município	% de Domicílios com Abastecimento de Água	% de Domicílios com Esgotamento Sanitário
Porteiras	81,6	0,0
TOTAL/MÉDIA	85,3	16,8
MICRO TERRITORIO I - CARIRI CENTRAL		
Abaicara	83,6	0,0
Barbalha	97,4	58,7
Caririaçu	95,4	0,0
Crato	94,4	25,2
Farias Brito	63,5	0,0
Granjeiro	99,7	28,5
Jardim	86,1	77,5
Juazeiro do Norte	97,6	52,2
Missão Velha	88,5	7,8
Várzea Alegre	89,8	0,0
TOTAL/MÉDIA	89,6	25,0
MICRO TERRITORIO I - CARIRI OESTE		
Altaneira	85,5	18,6
Antonina do Norte	99,2	0,0
Araripe	67,5	0,0
Assaré	83,5	0,0
Campos Sales	81,7	3,5
Nova Olinda	98,9	0,0
Potengi	94,4	0,0
Salitre	98,2	65,4
Santana do Cariri	82,7	0,0
Tarrafas	97,8	2,8
TOTAL/MÉDIA	88,9	9,03
TOTAL TERRITÓRIO	87,9	17,0

Fonte: IPECE/SEINFRA, 2007.

Quando relacionamos este fato às causas de mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias temos um percentual de 5,0% do total de óbitos no território. É recomendável a investigação das causas de internamentos para fornecer elementos para a análise de riscos para a saúde associados a fatores ambientais. Investigação esta que poderá subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para o saneamento básico, especialmente as relacionadas ao esgotamento sanitário.

8 ASPECTOS EDUCACIONAIS

No Território do Cariri, os aspectos educacionais foram abordados segundo as especificidades e modalidades de ensino relativos à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e Médio, à Educação de Jovens e Adultos e ao Ensino Superior. Além das fontes oficiais, alguns relatos colhidos durante o processo de elaboração do PTDRS foram também considerados para diagnosticar a situação da educação no Território.

Os aspectos analisados na abordagem do diagnóstico são referentes aos níveis de escolaridade, dentre eles a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio, que levou em conta o número de matrículas em cada modalidade de ensino; a infraestrutura, cujas informações foram relativas ao número de escolas, bibliotecas, laboratórios de informática e de ciências; o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB¹ e a Formação Docente dos professores, estes dois últimos em relação ao Ensino Fundamental. Em relação ao Ensino Superior foram abordadas as instituições de ensino superior que atuam no Território.

Segundo a Secretaria Estadual de Educação, os municípios que formam o Território da Cidadania Cariri são atendidos por diferentes Coordenações Regionais de Desenvolvimento da Educação - CREDE, a saber:

- O Micro território Cariri Leste pela CREDE 20;
- O Micro território Cariri Central pelas CREDE 17, 18, 19 e 20.
- O Micro território Cariri Oeste pela CREDE 18.

A CREDE 17 com sede em Icó, a CREDE 18 com sede em Crato, a CREDE 19 com sede em Juazeiro do Norte, e a CREDE 20 com sede em Brejo Santo.

¹ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica mede a qualidade do ensino público no país, reúne num só indicador dois conceitos de grande importância para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Revela se os alunos da escola pública estão aprendendo o que precisam na idade certa. Indica a qualidade do ensino da escola do seu filho, do seu município e do seu estado. Toda escola pública tem uma nota de 0 a 10 no IDEB. Quanto maior a nota, melhor a qualidade do ensino na escola. O ideal seria que toda escola pública tivesse uma nota igual ou superior a 6.

8.1 População Alfabetizada

Um indicador de extrema importância na educação é o quantitativo da população alfabetizada com idade maior ou igual a cinco anos, pois esta taxa de alfabetização se refere ao percentual da população que pode ler e escrever e entender mensagens simples em qualquer idioma ou dialeto.

A Tabela 17 mostra que considerando a população alfabetizada por faixa etária, verifica-se que em 2008 a maior concentração está presente na faixa de 7 a 14 anos, vindo em seguida a faixa de 30 a 39 anos, representando 17,6% e 14,7%, respectivamente.

Tabela 17 - População alfabetizada no Ceará por faixa etária (total, zona de moradia: rural e urbano)

Grupo de Idade	2008					
	Total			Alfabetizadas		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
TOTAL	7.845.050	6.023.661	1.821.399	6.295.558	5.070.973	1.224.645
5 a 6 anos	268.228	194.602	73.616	73.022	62.189	10.833
7 a 14 anos	1.379.494	1.001.755	377.739	1.206.661	903.625	303.036
15 a 19 anos	852.537	652.385	200.152	819.460	632.491	186.969
20 a 24 anos	827.501	663.391	164.110	787.239	642.600	144.639
25 a 29 anos	695.504	559.223	136.281	642.389	528.752	113.637
30 a 39 anos	1.156.159	905.014	251.145	978.854	804.073	174.781
40 a 49 anos	1.051.325	853.058	198.267	813.381	699.894	113.487
50 a 59 anos	694.788	535.181	159.607	482.387	397.700	84.687
60 anos ou mais	919.514	659.042	260.472	492.165	399.589	92.576
Idade ignorada	-	-	-	-	-	-

Fonte: IPECE, 2009.

Para a definição de estratégias de universalização da educação de qualidade no Território, é importante se apropriar de alguns dados relativos ao acesso e permanência dos alunos na escola. Uma educação de qualidade está relacionada a bons indicadores em relação à distorção idade/série, pois é fundamental que haja aprendizagem e os alunos estejam presentes na escola na idade certa. Dentro dessa perspectiva, alguns indicadores como as taxas de

Alfabetização e Escolarização do Ensino Fundamental e Médio como mostra a Tabela 18 revelam a questão educacional no Território.

Tabela 18- Taxas de Alfabetização, Taxa de Escolarização Ensino Fundamental e Ensino Médio no Território do Cariri

Município	Taxa de Alfabetização	Taxa de escolarização no Ensino Fundamental	Taxa de escolarização no Ensino Médio
Abaiara	63,50%	91,90%	53,70%
Altaneira	62,50%	107,60%	61,70%
Antonina do Norte	61,60%	104,20%	70,20%
Araripe	60,80%	107,10%	48,60%
Assaré	59,20%	107,70%	sem dados
Aurora	66,30%	96,90%	49,20%
Barbalha	76,10%	100,60%	64%
Barro	69,60%	101,20%	109,60%
Brejo Santo	68,70%	92,70%	74,60%
Campos Sales	65,10%	102,60%	90,20%
Caririaçu	63%	89,70%	51,10%
Crato	78,90%	97,40%	86,40%
Farias Brito	67,90%	84,2%	62,10%
Granjeiro	63,30%	98%	48,30%
Jardim	68,6 %	91,80%	94%
Jati	67,5 %	82,7 %	81,60%
Juazeiro do Norte	76,9 %	93,4 %	70,30%
Mauriti	62,60%	97,70%	63,10%
Milagres	68,80%	82,90%	40,90%
Missão Velha	64,80%	89,50%	54%
Nova Olinda	69,40%	100,40%	80,40%
Penaforte	74,60%	113,70%	100,20%
Porteiras	62,70%	92,70%	45,30%
Potengi	56%	97,40%	31,40%
Salitre	51,30%	119,90%	50,90%
Santana do cariri	64,20%	58,20%	sem dados
Tarrafas	65,50%	10,5 %	57,80%
Várzea Alegre	66,50%	90,80%	68,70%

Fonte: Indicadores MEC (1) 2000 e (2) 2007.

As taxas de Alfabetização são calculadas pela porcentagem das pessoas alfabetizadas sobre o total da população, já as de escolarização são feitas pelo número de matrículas da faixa etária da etapa sobre a população total do município na mesma faixa etária, o que revela como está a universalização do ensino.

De modo geral todos os municípios mostram taxas baixas de Alfabetização, sendo que o melhor índice é o de Crato com 78,90% da

população com capacidade de ler e escrever, e a pior taxa do município de Salitre, com 51,30%.

Já as taxas de Escolarização do Ensino Fundamental são bem maiores, sendo a maioria acima de 90%. Os municípios de Caririaçu, Farias Brito, Jati, Milagres e Missão Velha têm índices na casa dos 80% Santana do Cariri destaca-se com a menor porcentagem: 58,20% das crianças de 6 a 14 anos matriculadas. Os municípios de Barro e Penaforte têm índices de mais de 100% (existem mais matrículas que jovens da faixa etária correspondente a esse nível de escolaridade) e Potengi possui apenas 31,40% de adolescentes matriculados.

8.2 Nível de escolaridade

8.2.1 Educação Infantil

A Educação Infantil se constitui na primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos: físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional esta educação é promovida em duas fases da infância, a primeira para crianças de quatro meses de idade até os três anos de idade em creches, ou entidades equivalentes, e para as crianças de quatro a seis anos de idade nas denominadas pré-escolas. A avaliação terá o caráter de acompanhamento e registro do desenvolvimento infantil, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (LDB, 1996).

No Território Cariri, o total de matrículas da Educação Infantil é de 46.518 alunos, dos quais 14.561 estão inscritos nas creches, e 31.957 na pré-escola.

No micro território Cariri Central, o número de matrículas das creches em relação ao número total de matrículas da educação infantil deste micro-território corresponde a 27,97%, como pode ser visto na Tabela 19. Este

mesmo comparativo no micro-território Cariri Oeste, corresponde a 29,57%, já no Cariri Leste, 41,10%, o que revela uma menor disparidade entre essas duas modalidades neste micro-território em relação aos outros. Levando em consideração os valores totais do Território, as matrículas da creche representam 31,30% em relação ao total de matrículas do ensino infantil.

Estes números indicam o atendimento precário a essa faixa etária ao indicar que os números de matrícula das creches correspondem a menos da metade dos valores do ensino infantil, já que estes se concentram na pré-escola. Isso reflete a falta de prioridade ao longo da história da educação dada a esse nível de ensino, situação mudada desde 2006, com a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Segundo depoimentos do Comitê de Educação do Território, há falta de infraestrutura voltada para a Educação Infantil, com salas de aula, material didático específico, pátios de recreação e professores com formação continuada. Nos casos das creches, existe a necessidade de implementar o tempo integral com recursos adequados, já que a família pode ter dificuldade na locomoção e cuidado das crianças no contra-turno em caso de escolas de um só turno.

Com relação à zona de moradia, as matrículas são concentradas na zona urbana, mas há uma diferença entre os micro-territórios. No Cariri Central, essa concentração é elevada, com 74,89% nas escolas urbanas. Isso se deve, provavelmente, pelo número elevado de habitantes desse Micro-território e dessa zona de moradia. No Micro Oeste, as matrículas da zona urbana são 31,87% do total. Porém, no Micro-território Leste, essa diferença entre rural e urbana é mais reduzida em relação aos outros: sendo 40% das matrículas da rede municipal concentradas na zona urbana. Números que indicam que neste último Micro-território, existe uma demanda pouco mais igualitária entre as duas zonas, diferenciando-o dos demais.

Como exemplos de escolas voltadas para a educação infantil neste território, estão o CREI, Centro de Recreação e Educação Infantil em dois

distritos do município de Santana do Cariri, no Micro território Cariri Oeste, e NEI, Núcleo da Educação Infantil, em Aurora com formação continuada para esse nível de ensino, no Micro Leste.

Finalmente, o micro território do Cariri Central concentra a maior quantidade das matrículas em relação aos outros dois micro territórios, por conta da maior densidade populacional.

Tabela 19 - Educação Infantil - Número de matrículas nas escolas por dependência administrativa e zona de moradia do Território do Cariri

Município	Rede	Zona	Educação Infantil		
			Creche	Pré-Escolar	Total
VARZEA ALEGRE	Municipal	Rural	479	300	779
		Urbana	80	538	618
	SubTotal:		559	838	1.397
	Particular	Urbana	0	186	186
Total:			559	1.024	1.583
CRATO	Municipal	Rural	92	870	962
		Urbana	1.270	1.645	2.915
	SubTotal:		1.362	2.515	3.877
	Particular	Urbana	89	1.621	1.710
Total:			1.451	4.136	5.587
BARBALHA	Municipal	Rural	131	748	879
		Urbana	518	1.110	1.628
	SubTotal:		649	1.858	2.507
	Particular	Urbana	81	588	669
Total:			730	2.446	3.176
CARIRIACU	Municipal	Rural	208	388	596
		Urbana	252	332	584
	SubTotal:		460	720	1.180
	Particular	Urbana	67	99	166
Total:			527	819	1.346
FARIAS BRITO	Municipal	Rural	85	402	487
		Urbana	232	230	462
	SubTotal:		317	632	949
	Particular	Urbana	0	80	80
Total:			317	712	1.029
GRANJEIRO	Municipal	Rural	94	123	217
		Urbana	53	62	115
	SubTotal:		147	185	332
Total:			147	185	332
JARDIM	Municipal	Rural	302	661	963
		Urbana	159	228	387
	SubTotal:		461	889	1.350
	Particular	Urbana	36	55	91
Total:			497	944	1.441

Município	Rede	Zona	Educação Infantil		
JUAZEIRO DO NORTE	Municipal	Rural	195	629	824
		Urbana	1.757	3.085	4.842
	SubTotal:		1.952	3.714	5.666
	Particular	Rural	63	46	109
		Urbana	608	4.442	5.050
	SubTotal:		671	4.488	5.159
Total:			2.623	8.202	10.825
MISSAO VELHA	Municipal	Rural	260	590	850
		Urbana	296	463	759
	SubTotal:		556	1.053	1.609
	Particular	Rural	22	36	58
		Urbana	26	190	216
	SubTotal:		48	226	274
Total:			604	1.279	1.883
ABAIARA	Municipal	Rural	218	119	337
		Urbana	83	50	133
	SubTotal:		301	169	470
	Particular	Urbana	10	82	92
	Sub Total:		311	251	562
	Particular	Urbana	10	82	92
Total:			311	251	562
TOTAL MICRO CARIRI CENTRAL			7.766	19.998	27764
AURORA	Municipal	Rural	28	402	430
		Urbana	79	323	402
	SubTotal:		107	725	832
	Particular	Urbana	103	89	192
Total:			210	814	1.024
BARRO	Municipal	Rural	0	336	336
		Urbana	338	373	711
	SubTotal:		338	709	1.047
	Particular	Urbana	9	74	83
Total:			347	783	1.130
BREJO SANTO	Municipal	Rural	400	444	844
		Urbana	486	555	1.041
	SubTotal:		886	999	1.885
	Particular	Urbana	54	324	378
Total:			940	1.323	2.263
JATI	Municipal	Rural	94	126	220
		Urbana	66	114	180
	SubTotal:		160	240	400
	Particular	Urbana	18	13	31
Total:			178	253	431
MAURITI	Municipal	Rural	392	447	839
		Urbana	681	745	1.426
	SubTotal:		1.073	1.192	2.265
	Particular	Rural	0	12	12
		Urbana	29	255	284
	SubTotal:		29	267	296

Município	Rede	Zona	Educação Infantil		
Total:			1.102	1.459	2.561
MILAGRES	Municipal	Rural	373	424	797
		Urbana	158	110	268
	SubTotal:		531	534	1.065
	Particular	Rural	64	37	101
		Urbana	266	425	691
SubTotal:		330	462	792	
Total:			861	996	1.857
PENAFORTE	Municipal	Rural	64	95	159
		Urbana	146	146	292
	SubTotal:		210	241	451
	Particular	Urbana	0	15	15
Total:			210	256	466
PORTEIRAS	Municipal	Rural	346	258	604
		Urbana	227	185	412
	SubTotal:		573	443	1.016
	Particular	Urbana	29	49	78
Total:			602	492	1.094
TOTAL CARIRI LESTE			4450	6376	10826
ALTANEIRA	Municipal	Urbana	113	343	456
Total:			113	343	456
ANTONINA DO NORTE	Municipal	Rural	30	23	53
		Urbana	111	153	264
	SubTotal:		141	176	317
	Particular	Urbana	11	12	23
Total:			152	188	340
ARARIPE	Municipal	Rural	0	199	199
		Urbana	500	449	949
	SubTotal:		500	648	1.148
	Particular	Urbana	0	39	39
Total:			500	687	1.187
ASSARE	Municipal	Rural	70	224	294
		Urbana	139	314	453
	SubTotal:		209	538	747
	Particular	Urbana	25	42	67
Total:			234	580	814
CAMPOS SALES	Municipal	Rural	35	380	415
		Urbana	117	600	717
	SubTotal:		152	980	1.132
	Particular	Urbana	0	193	193
Total:			152	1.173	1.325
NOVA OLINDA	Municipal	Rural	0	192	192
		Urbana	0	377	377
	SubTotal:		0	569	569
	Particular	Urbana	0	103	103
Total:			0	672	672
POTENGI	Municipal	Rural	0	151	151
		Urbana	210	179	389

Município	Rede	Zona	Educação Infantil		
	SubTotal:		210	330	540
	Particular	Urbana	0	88	88
Total:			210	418	628
SALITRE	Municipal	Rural	186	402	588
		Urbana	152	192	344
	SubTotal:		338	594	932
Total:			338	594	932
SANTANA DO CARIRI	Municipal	Rural	147	226	373
		Urbana	327	331	658
	SubTotal:		474	557	1.031
	Particular	Urbana	0	82	82
Total:			474	639	1.113
TARRAFAS	Municipal	Rural	92	170	262
		Urbana	80	119	199
Total:			172	289	461
TOTAL CARIRI OESTE			2.345	5.583	7.928
TOTAL TERRITORIO CARIRI			14.561	31.957	46.518

Fonte: adaptado da tabela da SEDUC, 2009.

7.2.2. Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental tem caráter obrigatório e gratuito na escola pública, com duração de 9 (nove) anos, inicia-se aos 6 (seis) anos de idade, ou aos 5 anos, para as crianças que, segundo a Resolução nº1, de 14.01.2010, independentemente do mês do seu aniversário, que estiveram matriculadas e freqüentaram por mais de 2 (dois) anos a Pré-Escola, em caráter excepcional, podem prosseguir seus estudos no Ensino Fundamental. Este ensino se subdivide em dois períodos atendendo a duas faixas etárias, que inicia a partir dos 5 até os 10 anos denominada Ensino Fundamental I (1ª a 5ª), e a segunda faixa de 11 a 14 anos (6ª a 9ª) Ensino Fundamental II. Os currículos devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, composta de uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. Na oferta desta modalidade de ensino a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região (LDB, 1996).

Além dos aspectos de escolaridade e da infraestrutura educacional serão acrescentados nesta análise as informações sobre o Índice de

Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e a Formação Docente. No entanto, é necessária que a compreensão destes dois itens, somados aos anteriores, seja estabelecida através de seus significados.

O primeiro deles, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica mede a qualidade do ensino público no país, o IDEB, foi criado em 2007 pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Este índice é calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão) e no desempenho dos alunos no SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e na Prova Brasil. Revela se os alunos da escola pública estão aprendendo o que precisam na idade certa. Toda escola pública tem uma nota de 0 a 10 no IDEB. Quanto maior a nota, melhor a qualidade do ensino na escola. Uma nova nota do IDEB é divulgada a cada dois anos. O resultado mais recente do IDEB aponta uma média nacional de: 4,2 para as séries iniciais do ensino fundamental; 3,8 para as últimas séries do ensino fundamental; 3,5 para as do ensino médio. O índice indica a qualidade do ensino da escola do aluno, do seu município e do seu estado.

O outro item aborda a Formação de Professores da Educação Básica, exigida em nível superior que é regulamentada pela Resolução CNE/CP Nº1/2002, ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para esta formação em curso de licenciatura ou de graduação plena na Educação Básica. Na Educação Infantil e nos quatro primeiros anos do Ensino Fundamental, porém, os professores podem ter ensino médio completo com magistério. Esta Formação Docente é apoiada pelo Ministério da Educação que em conformidade a Lei 9.394/1996 (LDB), coordena e articula em regime de colaboração com o Conselho Nacional de Educação, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e representantes de Conselhos Municipais de Educação e das associações profissionais e científicas, a formulação de diretrizes para a organização de um sistema federativo de certificação de competência dos professores da Educação Básica. Os cursos de formação de professores para a educação

básica devem se adaptar a esta Resolução, no prazo de dois anos, ou seja, a partir do ano de 2004.

Sobre estas considerações iniciais e as informações fornecidas traçou-se o perfil do Ensino Fundamental no Território do Cariri: o número total de matrículas deste nível é de 176.193 estudantes, dos quais 98.029 freqüentam o Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e 78.164, o Fundamental II.

Observa-se que as matrículas continuam, como na tabela anterior, indicando a zona urbana como a preferida. Fator que se repete na rede particular, ao relacionar as matrículas desta entre os âmbitos rural e urbano, é constatado que ela é menos procurada na zona rural.

Apesar do Ensino Fundamental I ser prioridade da rede municipal, é possível verificar um número de matrículas deste nível do 6º ao 9º ano na rede estadual.

Na Tabela 20 sobre Ensino Fundamental, observa-se que mais de 50% da matrícula está concentrada no Fundamental I, gerando uma distancia significativa em relação ao Fundamental II. No Cariri Central, a diferença entre os dois períodos é em torno de 12mil alunos, representando 55,73%, com a exceção do município de Farias Brito, cujo número de matrícula é maior no Fundamental II. O Cariri Leste tem 54,59% das matrículas no 1º ao 5º ano e o Cariri Oeste 56,45%.

Segundo o relato dos comitês, essa diferença ocorre devido ao trabalho das crianças, principalmente na zona rural e à migração sazonal das famílias, quando elas mudam de cidade ou região na época das colheitas de café e cana-de-açúcar, por exemplo. Outro motivo apontado foi o fechamento de escolas na zona rural, muitas vezes por conta do número reduzido de estudantes e a necessidade de nucleação, ou seja, quando esses alunos de diferentes distritos são reunidos em uma escola com maior estrutura. Isso dificulta o acesso dos estudantes, que – nesta faixa etária – ainda são dependentes de seus responsáveis.

Acompanhando esses depoimentos, os números revelam que a concentração no Fundamental I é maior no campo. No Cariri Central, por exemplo, 62,23% das matrículas estão nesse período na zona rural, enquanto que na zona urbana, as matrículas no Fundamental I representam 53,56% do total da Educação Infantil nessa zona de moradia.

A partir dessas constatações, foi indicada a necessidade de pesquisa sobre a proporção do número de alunos e escolas na zona rural, para estudar a viabilidade de fechamento desses estabelecimentos e a nucleação. Além disso, seria necessário também investimento para a permanência das famílias no campo, no seu local de origem, e para programas de formação voltados para a família para que elas apoiem a as crianças nas escolas.

Tabela 20 - Ensino Fundamental - Número de matrículas nas escolas, por dependência administrativa e zona de moradia do Território do Cariri

Município	Rede	Zona	Ensino Fundamental		
			1° ao 5°	6° ao 9°	Total
VARZEA ALEGRE	Estadual	Urbana	0	418	418
	Municipal	Rural	984	403	1.387
		Urbana	2.433	1.822	4.255
	SubTotal:		3.417	2.225	5.642
	Particular	Urbana	382	158	540
Total:			3.799	2.801	6.600
CRATO	Estadual	Urbana	0	2.954	2.954
	Municipal	Rural	3.103	2.193	5.296
		Urbana	5.862	2.656	8.518
	SubTotal:		8.965	4.849	13.814
	Particular	Urbana	2.894	1.993	4.887
Total:			11.859	9.796	21.655
BARBALHA	Estadual	Urbana	0	614	614
	Municipal	Rural	1.660	764	2.424
		Urbana	3.217	2.320	5.537
	SubTotal:		4.877	3.084	7.961
	Particular	Urbana	1.098	691	1.789
Total:			5.975	4.389	10.364
CARIRIACU	Estadual	Urbana	0	217	217
	Municipal	Rural	1.445	604	2.049
		Urbana	1.587	1.798	3.385
	SubTotal:		3.032	2.402	5.434
	Particular	Urbana	196	110	306
Total:			3.228	2.729	5.957
FARIAS BRITO	Estadual	Urbana	0	138	138
	Municipal	Rural	963	561	1.524
		Urbana	706	1.144	1.850

Município	Rede	Zona	Ensino Fundamental		
			1° ao 5°	6° ao 9°	Total
	SubTotal:		1.669	1.705	3.374
	Particular	Urbana	176	102	278
Total:			1.845	1.945	3.790
GRANJEIRO	Municipal	Rural	555	286	841
		Urbana	176	215	391
	SubTotal:		731	501	1.232
Total:			731	501	1.232
JARDIM	Municipal	Rural	2.170	1.311	3.481
		Urbana	996	850	1.846
	SubTotal:		3.166	2.161	5.327
	Particular	Urbana	192	61	253
Total:			3.358	2.222	5.580
JUAZEIRO DO NORTE	Estadual	Urbana	0	4.366	4.366
	Municipal	Rural	2.342	1.848	4.190
		Urbana	15.920	9.297	25.217
	SubTotal:		18.262	11.145	29.407
	Particular	Urbana	5.822	3.555	9.377
Total:			24.084	19.066	43.150
MISSAO VELHA	Estadual	Urbana	0	108	108
	Municipal	Rural	2.050	1.280	3.330
		Urbana	1.278	1.356	2.634
	SubTotal:		3.328	2.636	5.964
	Particular	Rural	39	7	46
		Urbana	332	144	476
	SubTotal:		371	151	522
Total:			3.699	2.895	6.594
ABAIARA	Estadual	Urbana	0	102	102
	Municipal	Rural	103	97	200
		Urbana	618	601	1.219
	SubTotal:		721	800	1.521
	Particular	Urbana	134	50	184
Total:			855	850	1.705
TOTAL CARIRI CENTRAL			59.433	47.194	106.627
AURORA	Estadual	Urbana	0	671	671
	Municipal	Rural	1.137	527	1.664
		Urbana	1.312	1.016	2.328
	SubTotal:		2.449	1.543	3.992
	Particular	Urbana	178	46	224
Total:			2.627	2.260	4.887
BARRO	Estadual	Urbana	0	358	358
	Municipal	Rural	736	444	1.180
		Urbana	1.154	1.120	2.274
	SubTotal:		1.890	1.564	3.454
	Particular	Urbana	133	57	190
Total:			2.023	1.979	4.002
BREJO SANTO	Estadual	Urbana	0	244	244
	Municipal	Rural	1.673	1.195	2.868

Município	Rede	Zona	Ensino Fundamental		
			1° ao 5°	6° ao 9°	Total
		Urbana	1.923	1.666	3.589
	SubTotal:		3.596	2.861	6.457
	Particular	Urbana	732	523	1.255
Total:			4.328	3.628	7.956
JATI	Municipal	Rural	311	269	580
		Urbana	295	300	595
	SubTotal:		606	569	1.175
	Particular	Urbana	37	20	57
Total:			643	589	1.232
MAURITI	Estadual	Urbana	0	207	207
	Municipal	Rural	1.408	294	1.702
		Urbana	3.110	3.308	6.418
	SubTotal:		4.518	3.602	8.120
	Particular	Rural	41	0	41
		Urbana	487	246	733
SubTotal:		528	246	774	
Total:			5.046	4.055	9.101
MILAGRES	Municipal	Rural	1.456	963	2.419
		Urbana	686	874	1.560
	SubTotal:		2.142	1.837	3.979
		Urbana	650	296	946
SubTotal:		650	296	946	
Total:			2.792	2.133	4.925
PENAFORTE	Estadual	Urbana	0	33	33
	Municipal	Rural	303	214	517
		Urbana	553	494	1.047
	SubTotal:		856	708	1.564
	Particular	Urbana	36	15	51
Total:			892	756	1.648
PORTEIRAS	Municipal	Rural	788	483	1.271
		Urbana	682	664	1.346
	SubTotal:		1.470	1.147	2.617
	Particular	Urbana	83	5	88
Total:			1.553	1.152	2.705
TOTAL CARIRI LESTE			19904	16552	36456
ALTANEIRA	Estadual	Urbana	0	0	0
	Municipal	Rural	105	0	105
		Urbana	584	646	1.230
	SubTotal:		689	646	1.335
Total:			689	646	1.335
ANTONINA DO NORTE	Estadual	Urbana	0	139	139
	Municipal	Rural	171	0	171
		Urbana	662	644	1.306
	SubTotal:		833	644	1.477
	Particular	Urbana	50	0	50
Total:			883	783	1.666
ARARIPE	Estadual	Urbana	0	129	129

Município	Rede	Zona	Ensino Fundamental		
			1° ao 5°	6° ao 9°	Total
	Municipal	Rural	745	249	994
		Urbana	2.559	1.573	4.132
	SubTotal:		3.304	1.822	5.126
	Particular	Urbana	43	0	43
Total:			3.347	1.951	5.298
ASSARE	Estadual	Urbana	0	297	297
	Municipal	Rural	943	467	1.410
		Urbana	1.662	1.357	3.019
	SubTotal:		2.605	1.824	4.429
	Particular	Urbana	135	58	193
Total:			2.740	2.179	4.919
CAMPOS SALES	Estadual	Urbana	0	80	80
	Municipal	Rural	1.158	938	2.096
		Urbana	1.496	1.423	2.919
	SubTotal:		2.654	2.361	5.015
	Particular	Urbana	394	243	637
Total:			3.048	2.684	5.732
NOVA OLINDA	Estadual	Urbana	0	130	130
	Municipal	Rural	317	161	478
		Urbana	962	1.059	2.021
	SubTotal:		1.279	1.220	2.499
	Particular	Urbana	101	47	148
Total:			1.380	1.397	2.777
POTENGI	Estadual	Urbana	0	143	143
	Municipal	Rural	363	0	363
		Urbana	686	727	1.413
	SubTotal:		1.049	727	1.776
	Particular	Urbana	54	8	62
Total:			1.103	878	1.981
SALITRE	Estadual	Urbana	0	0	0
	Municipal	Rural	1.677	768	2.445
		Urbana	786	657	1.443
	SubTotal:		2.463	1.425	3.888
Total:			2.463	1.425	3.888
SANTANA DO CARIRI	Estadual	Urbana	0	58	58
	Municipal	Rural	633	311	944
		Urbana	1.332	1.288	2.620
	SubTotal:		1.965	1.599	3.564
	Particular	Urbana	143	62	205
Total:			2.108	1.719	3.827
TARRAFAS	Estadual	Urbana	0	0	0
	Municipal	Rural	501	0	501
		Urbana	430	756	1.186
Total			931	756	1687
TOTAL CARIRI OESTE			18692	14418	33110
TOTAL TERRITORIO CARIRI			98029	78164	176193

Fonte: SEDUC, 2009.

No Micro território Cariri Leste, a diferença entre esses dois períodos é menor, verificando-se uma variação entre rural e urbana: a matrícula do Fundamental I nas escolas rurais constitui 64,14% em relação ao Fundamental II e, nas escolas urbanas, essa porcentagem cai para 49,76%, praticamente a metade das matrículas.

No Micro território Cariri Oeste, essa diferença entre escolas rurais e urbanas se repete, sendo a matrícula na zona rural no Fundamental I 69,55% em relação ao Fundamental II e, na zona urbana, 52,41%.

Como exemplos de programas de incentivo às matrículas, principalmente do 6º ao 9º ano, segundo informações dadas pelos comitês, estão o Pró-jovem rural e urbano (para aqueles que já estão fora da faixa-etária ideal para cursar o Ensino Fundamental), Primeiro aprendiz, PETI, Amigos da Leitura.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a maioria dos municípios possui média em torno de 3,5, destacando-se os municípios de Várzea Alegre, com 4,4 nas séries iniciais; Jardim, com 4 nas séries finais; Granjeiro, com 4,4 nas séries iniciais e Abaiara com 6,5 nas séries iniciais e 4,8 nas séries finais. É possível verificar, também, um aumento das médias ao longo dos anos de avaliação do índice.

Tabela 21 - IDEB observado em 2005, 2007, 2009 e metas para rede municipal Micro Território Cariri Central.

Município	Ensino Fundamental	IDEB 2005 (N x P)	IDEB 2007 (N x P)	IDEB 2009 (N x P)	Projeções					
					2011	2013	2015	2017	2019	2021
ABAIARA	Séries iniciais	3,5	3,5	6,5	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5	5,8
	Séries finais	-	3,1	4,8	3,4	3,7	4,1	4,3	4,6	4,9
BARBALHA	Séries iniciais	3,0	3,9	3,9	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
	séries finais	3,0	3,3	3,6	3,4	3,8	4,2	4,5	4,7	5,0
CARIRIACU	séries iniciais	2,4	2,8	3,7	3,2	3,5	3,8	4,1	4,4	4,7
	séries finais	2,8	2,7	3,4	3,3	3,7	4,1	4,3	4,6	4,9
CRATO	séries iniciais	2,9	2,6	-	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2
	séries finais	2,9	3,2	3,6	3,3	3,7	4,1	4,4	4,6	4,9

Município	Ensino Fundamental	IDEB 2005 (N x P)	IDEB 2007 (N x P)	IDEB 2009 (N x P)	Projeções					
					2011	2013	2015	2017	2019	2021
FARIAS BRITO	séries iniciais	3,1	3,5	3,9	4,0	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
	séries finais	2,9	3,3	3,1	3,4	3,8	4,2	4,4	4,7	5,0
GRANJEIRO	séries iniciais	-	3,4	4,4	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,3
	séries finais	2,9	3,2	3,8	3,3	3,7	4,1	4,3	4,6	4,9
JARDIM	séries iniciais	3,0	3,4	3,8	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
	séries finais	3,2	3,7	4,0	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9	5,2
JUAZEIRO DO NORTE	séries iniciais	3,3	3,7	3,9	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6
	séries finais	3,2	3,4	3,6	3,7	4,1	4,4	4,7	5,0	5,2
MISSAO VELHA	séries iniciais	2,5	3,0	3,3	3,3	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8
	séries finais	2,9	2,8	3,5	3,3	3,7	4,1	4,4	4,7	4,9
VARZEA ALEGRE	séries iniciais	3,2	3,9	4,4	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5
	séries finais	3,0	3,1	3,6	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,0

Fonte: INEP, MEC, 2009²

No Micro território Cariri Leste, em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, verifica-se que as percentuais têm uma média de 3,5, assim como o Cariri Central. Com mais de 4, destacam-se os municípios de Penaforte, com 4 nas Séries Iniciais e 5 nas séries finais; Jati, com 4,3 e 4,1 nas séries iniciais e finais, respectivamente, Brejo Santo com 4,7 nas séries iniciais e Barro, com 4,2 nas séries finais. Esse resultado positivo pode ser consequência da experiência implantada no município de reforço no contra-turno no município de Barro, por exemplo, quando as possíveis deficiências do aluno são trabalhadas diretamente, segundo relato nos comitês.

Assim como o Cariri Central, o Cariri Leste também teve aumento expressivo ao longo das avaliações.

² Os resultados do Ideb 2009 para escola, município, unidade da Federação, região e Brasil são calculados a partir do desempenho obtido pelos alunos que participaram da Prova Brasil/Saeb 2009 e das taxas de aprovação, calculadas com base nas informações prestadas no Censo Escolar 2009. Dessa forma, cada uma dessas unidades de agregação tem seu próprio Ideb e metas estabelecidas ao longo do horizonte do PDE, ou seja, até 2021.

Tabela 22 - IDEBs Observados em 2005, 2007, 2009 e Metas para Rede Municipal – Micro Território Cariri Leste

Município	Ensino Fundamental	IDEB 2005 (N x P)	IDEB 2007 (N x P)	IDEB 2009 (N x P)	Projeções					
					2011	2013	2015	2017	2019	2021
AURORA	Séries iniciais	3,5	3,1	3,4	4,4	4,6	4,9	5,2	5,5	5,8
	Séries finais	3,5	3,4	3,5	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2	5,5
BARRO	Séries iniciais	3,3	3,2	3,7	4,1	4,4	4,7	4,9	5,2	5,5
	Séries finais	3,1	4,2	4,2	3,5	3,9	4,3	4,6	4,8	5,1
BREJO SANTO	Séries iniciais	2,9	3,0	4,7	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2
	Séries finais	2,8	3,0	3,4	3,2	3,6	4,0	4,2	4,5	4,8
JATI	Séries iniciais	3,3	3,6	4,3	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6
	Séries finais	3,2	3,2	4,1	3,7	4,1	4,5	4,7	5,0	5,3
MILAGRES	Séries iniciais	2,6	3,5	3,5	3,3	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8
	Séries finais	3,0	3,9	3,8	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,0
PENAFORTE	Séries iniciais	2,5	4,1	4,0	3,3	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8
	Séries finais	2,6	3,9	5,0	3,0	3,4	3,8	4,0	4,3	4,6
PORTEIRAS	Séries iniciais	3,3	3,3	3,8	4,1	4,4	4,6	4,9	5,2	5,5
	Séries finais	3,1	3,1	3,3	3,5	3,9	4,3	4,5	4,8	5,1

Fonte: INEP, MEC, 2009

No Micro território Cariri Oeste, a grande maioria dos municípios apresenta um número menor que a média do Estado de Ceará (4,4), assim como os outros micro territórios. Aqueles que têm menor índice são Potengi e Tarrafas, ambos com 2,9 nas séries finais. O mesmo município de Potengi possui 4,1 nas séries iniciais. Outros que se destacam com nota maior que 4 são Altaneira, também com 4,1 nas séries finais; Araripe e Nova Olinda, ambos com 4,4 nas séries iniciais.

Tabela 23 - IDEBS Observados em 2005, 2007, 2009 e Metas para Rede Municipal – Micro Território Cariri Oeste

Município	Ensino Fundamental	IDEB 2005 (N x P)	IDEB 2007 (N x P)	IDEB 2009 (N x P)	Projeções
-----------	--------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-----------

					2011	2013	2015	2017	2019	2021
ALTANEIRA	séries iniciais	3,1	5,2	3,7	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
	séries finais	3,4	3,7	4,1	3,9	4,3	4,6	4,9	5,2	5,4
ANTONINA DO NORTE	séries iniciais	2,8	3,4	3,9	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1
	séries finais	2,5	2,4	3,1	2,9	3,3	3,7	3,9	4,2	4,5
ARARIPE	séries iniciais	2,6	3,6	4,4	3,4	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9
	séries finais	2,4	3,1	3,3	3,0	3,4	3,8	4,0	4,3	4,6
ASSARE	séries iniciais	3,2	3,5	3,7	4,0	4,3	4,5	4,8	5,1	5,4
	séries finais	2,8	2,9	3,5	3,2	3,6	4,0	4,3	4,6	4,8
CAMPOS SALES	séries iniciais	2,9	3,5	3,7	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2
	séries finais	2,8	2,9	3,5	3,2	3,6	4,0	4,3	4,5	4,8
NOVA OLINDA	séries iniciais	2,7	4,0	4,4	3,5	3,7	4,0	4,3	4,6	5,0
	séries finais	2,2	2,9	3,8	2,8	3,3	3,7	3,9	4,2	4,5
POTENGI	séries iniciais	2,6	2,8	4,1	3,4	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9
	séries finais	2,6	3,0	2,9	3,1	3,5	3,8	4,1	4,4	4,6
SALITRE	séries iniciais	1,8	2,7	3,3	2,5	2,8	3,1	3,4	3,7	4,0
	séries finais	2,4	2,5	3,1	2,8	3,2	3,5	3,8	4,1	4,3
SANTANA DO ACARAU	séries iniciais	2,5	2,9	3,4	3,2	3,5	3,8	4,1	4,4	4,7
	séries finais	3,1	3,5	3,5	3,5	3,9	4,3	4,6	4,8	5,1
TARRAFAS	séries iniciais	-	3,3	4,7	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
	séries finais	3,1	2,6	2,9	3,5	3,9	4,3	4,6	4,8	5,1

Fonte: INEP, MEC, 2009

Outro fator preponderante que está muito ligado aos resultados do desempenho escolar dos alunos é a qualificação do corpo docente em sala de aula. Vimos acima as considerações sobre a legislação promulgada desde 2002 a este respeito e que a partir do ano de 2004 as medidas teriam que estar em funcionamento, ou seja, que o professor em sala de aula deveria ter licenciatura ou graduação plena, com exceção daqueles que trabalham na Educação Infantil e nos quatro primeiros anos do Ensino Fundamental.

As informações, que aqui estão apresentadas são referentes ao período de 2007 e 2008 e ao Ensino Fundamental, e revelam que a maior parte dos professores tem formação superior, porém, ainda existe um número grande de profissionais com ensino médio completo, na modalidade magistério. É interessante, portanto, uma avaliação quanto às medidas sobre a formação dos profissionais da educação: se houve investimento do professor em avançar na sua formação, ou concursos para professes capacitados, ou mesmo se os programas do governo federal, como a Plataforma Freire, estão efetivamente funcionando no território.

A situação deste requisito essencial no Território Cariri apresenta-se, segundo os Micro territórios, tendo como ano base 2008, da seguinte forma:

O Micro território Cariri Central possui um total de 4.935 professores, dentre eles 0,1% possui fundamental completo; 26,4% possui ensino médio completo e 73,37% possuem ensino superior com licenciatura.

Tabela 24 - Nível de Escolaridade dos Professores do Ensino Fundamental do Micro território Cariri Central

Município	Total	Fundamental		Médio		Superior	
		Incompleto	Completo	Magistério completo	Outra formação completa	Licenciatura completa	Completo sem licenciatura
Abaiara	89	-	-	23	6	60	-
Barbalha	462	-	4	86	40	332	-
Caririaçu	340	-	-	106	16	218	-
Crato	973	-	-	229	72	672	-
Farias Brito	218	-	-	11	35	172	-
Granjeiro	70	-	-	27	16	27	-
Jardim	235	-	-	64	-	171	-
Juazeiro do Norte	1.897	-	4	237	114	1.542	-
Missão velha	292	-	-	80	36	176	-
Várzea Alegre	359	-	1	75	32	251	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, SEDUC, 2009.

O Micro território Cariri Leste possui 1.884 professores, dentre eles 0,3% possuem ensino fundamental completo, 30,3%, ensino médio completo (a maioria sendo magistério completo) e 69,37% possui licenciatura completa.

Tabela 25 - Nível de Escolaridade dos Professores do Ensino Fundamental do Micro território Cariri Leste

Município	Total	Fundamental		Médio		Superior	
		Incompleto	Completo	Magistério completo	Outra formação completa	Licenciatura completa	Completo sem licenciatura
Aurora	215	-	-	70	22	123	-
Barro	238	-	4	64	13	157	-

Município	Total	Fundamental		Médio		Superior	
		Incompleto	Completo	Magistério completo	Outra formação completa	Licenciatura completa	Completo sem licenciatura
Brejo Santo	425	-	-	53	9	363	-
Jati	86	-	-	26	20	40	-
Mauriti	389	-	1	66	40	282	-
Milagres	286	-	1	80	19	186	-
Penaforte	99	-	-	22	3	74	-
Porteiras	146	-	-	59	5	82	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, SEDUC, 2009.

O Micro território Cariri Oeste possui 1.443 professores, dentre eles, um profissional tem o ensino fundamental incompleto; 0,76%, fundamental completo; 49,54% possui ensino médio completo (com exceção dos municípios de Assaré, Salitre e Santana do Cariri, a maioria possui magistério completo) e 49,61% tem a licenciatura completa.

Tabela 26 - Nível de Escolaridade dos Professores do Ensino Fundamental do Micro território Cariri Oeste

Município	Total	Fundamental		Médio		Superior	
		Incompleto	Completo	Magistério completo	Outra formação completa	Licenciatura completa	Completo sem licenciatura
Altaneira	42	-	-	2	6	34	-
Antonina do Norte	66	-	-	7	1	58	-
Araripe	148	-	-	7	7	134	-
Assaré	191	-	3	39	47	102	-
Campos Sales	327	-	1	184	14	128	-
Nova Olinda	133	-	-	26	25	82	-
Potengi	92	-	-	49	22	21	-
Salitre	232	1	7	122	48	54	-
Santana do Cariri	152	-	-	11	65	76	-
Tarrafas	60	-	-	14	19	27	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, SEDUC, 2009.

Segundo informações fornecidas nos comitês, existe a Plataforma Freire como programa nacional para a formação dos professores, ressaltando a importância do acesso à internet para tal. Outros exemplos de programa voltados para esse fim são o Pró-Infantil (para Educação Infantil) e o Pró-formação (para o 1º ao 5º ano). Outra observação feita foi a importância de consolidar e ampliar o acesso à Universidade por meio do ProUni e FIES.

Os integrantes dos comitês também ressaltaram a necessidade de ampliação da formação de profissionais (ensino superior) voltada para o campo, com intuito de que seja trabalhada a “pedagogia do campo”. Na URCA, por exemplo, existe o projeto de ensino superior “Universidade Pró-Campo”. O distrito de Campo Alegre, no município de Crato, tem um exemplo de aplicação dessa pedagogia com o ensino contextualizado no campo.

7.2.3 Ensino Médio

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), é prioridade dos Estados a oferta do Ensino Médio. Nos últimos anos, foi registrado um crescimento da matrícula deste nível de ensino na rede estadual cearense, o que pode ser comprovado por meio dos Censos Escolares realizados entre 2003 e 2006.

Um levantamento da Célula de Avaliação Institucional (Ceavi), da Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc), mostra que a expansão é da ordem de 12,4%. Os estudos apontam dois fatores como decisivos nesse processo: o aumento da demanda em função do processo de universalização do ensino fundamental e a maior valorização do ensino médio no mercado de trabalho.

Com o acesso garantido, o desafio da Seduc e de suas escolas é a permanência desses alunos nas unidades de ensino e a conclusão da educação básica com sólida formação geral, ampliando a participação popular. Para isso, é preciso assegurar uma escola de qualidade aos alunos que concluem o ensino fundamental. Nessa perspectiva, a Seduc apóia ações voltadas à melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

No Território do Cariri, as matrículas nesse nível de escolaridade totalizam 44.128, sendo 1.907 Integrado à EP. A matrícula das escolas particulares é reduzida e ambas as redes estão concentradas nas zonas urbanas. Só o Micro território do Cariri Central oferece escolas dependentes do governo Federal, IFET rural – escola agrotécnica em Crato e urbano em Juazeiro, segundo informação dada pelos integrantes dos comitês. Quanto ao ensino médio Integrado à Educação Profissional (EP), as matrículas são pouco representativas em relação às de ensino médio: Cariri Central representa 4,73%, Cariri Leste 4,74%, e Cariri Oeste 1,99%. A categoria de Normal é a menos escolhida no território analisado.

É possível destacar que na zona rural não há matrículas no ensino médio, exceto aquelas feitas no Integrado à EP no Micro território Cariri Central, na escola Federal Rural, com 360 matrículas, representando 1,2% do total de matrículas deste Micro-território.

A partir dessa constatação, para a formulação de projetos nesse setor, seria necessária uma avaliação da capacidade da infraestrutura dessas escolas, que recebem o público oriundo da zona rural, além do urbano onde elas se localizam e da qualidade do transporte escolar oferecido aos estudantes.

Tabela 27 - Ensino Médio - Número de matrículas nas escolas, por dependência administrativa e zona de moradia do Território do Cariri

Município	Rede	Zona	Ensino Médio Regular			
			Médio	Integrado a EP	Normal	Total
VARZEA ALEGRE	Estadual	Urbana	1.688	0	0	1.688
	Particular	Urbana	21	0	0	21
Total:			1.709	0	0	1.709
CRATO	Estadual	Urbana	5.197	260	0	5.457
	Federal	Rural	0	360	0	360
	Particular	Urbana	1.111	0	0	1.111
Total:			6.308	620	0	6.928
BARBALHA	Estadual	Urbana	1.837	309	0	2.146
	Particular	Urbana	355	0	0	355
Total:			2.192	309	0	2.501
CARIRIACU	Estadual	Urbana	1.169	0	147	1.316
Total:			1.169	0	147	1.316
FARIAS BRITO	Estadual	Urbana	1.184	0	0	1.184
Total:			1.184	0	0	1.184

Município	Rede	Zona	Ensino Médio Regular			
			Médio	Integrado a EP	Normal	Total
GRANJEIRO	Estadual	Urbana	276	0	0	276
Total:			276	0	0	276
JARDIM	Estadual	Urbana	1.324	0	362	1.686
Total:			1.324	0	362	1.686
JUAZEIRO DO NORTE	Estadual	Urbana	8.917	345	167	9.429
	Federal	Urbana	153	69	0	222
	Particular	Urbana	1.397	0	0	1.397
Total:			10.467	414	167	11.048
MISSAO VELHA	Estadual	Urbana	1.305	0	0	1.305
		Urbana	27	0	0	27
	SubTotal:		27	0	0	27
Total:			1.332	0	0	1.332
ABAIARA	Estadual	Urbana	376	0	0	376
Total:			376	0	0	376
TOTAL CARIRI CENTRAL			26337	1343	676	28356
AURORA	Estadual	Urbana	885	0	57	942
Total:			885	0	57	942
BARRO	Estadual	Urbana	1.414	0	63	1.477
Total:			1.414	0	63	1.477
BREJO SANTO	Estadual	Urbana	1.583	291	0	1.874
	Particular	Urbana	163	0	0	163
Total:			1.746	291	0	2.037
JATI	Estadual	Urbana	371	0	0	371
Total:			371	0	0	371
MAURITI	Estadual	Urbana	1.483	139	571	2.193
		Urbana	53	0	0	53
	SubTotal:		53	0	0	53
Total:			1.536	139	571	2.246
MILAGRES	Estadual	Urbana	788	0	0	788
	Particular	Urbana	88	0	0	88
	SubTotal:		88	0	0	88
Total:			876	0	0	876
PENAFORTE	Estadual	Urbana	468	0	0	468
Total:			468	0	0	468
PORTEIRAS	Estadual	Urbana	638	0	0	638
Total:			638	0	0	638
TOTAL CARIRI LESTE			7.934	430	691	9.055
ALTANEIRA	Estadual	Urbana	312	0	0	312
Total:			312	0	0	312
ANTONINA DO NORTE	Estadual	Urbana	334	0	0	334
Total:			334	0	0	334
ARARIPE	Estadual	Urbana	750	0	0	750
Total:			750	0	0	750
ASSARE	Estadual	Urbana	877	0	0	877
Total:			877	0	0	877
CAMPOS SALES	Estadual	Urbana	1.248	134	0	1.382

Município	Rede	Zona	Ensino Médio Regular			
			Médio	Integrado a EP	Normal	Total
	Particular	Urbana	61	0	127	188
Total:			1.309	134	127	1.570
NOVA OLINDA	Estadual	Urbana	678	0	0	678
	Particular	Urbana	19	0	0	19
Total:			697	0	0	697
POTENGI	Estadual	Urbana	314	0	0	314
Total:			314	0	0	314
SALITRE	Estadual	Urbana	619	0	0	619
Total:			619	0	0	619
SANTANA DO CARIRI	Estadual	Urbana	899	0	0	899
Total:			899	0	0	899
TARRAFAS	Estadual	Urbana	345	0	0	345
Total			345	0	0	345
TOTAL CARIRI OESTE			6456	134	127	6717
TOTAL TERRITORIO CARIRI			40.727	1.907	1.494	44.128

Fonte: SEDUC, 2009.

Segundo relato do Comitê de Educação do Território do Cariri, as matrículas de anexos de ensino médio na zona rural nos municípios de Santana do Cariri, Crato (Ponta da Serra e Santa Fé), Farias Brito são contabilizadas como zona urbana. Informaram também a necessidade de recursos nessas escolas.

Outro dado muito importante é a diferença entre as matrículas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio: o total daquele primeiro nível do território do Cariri é de 176.193 estudantes, representando 58,32% das matrículas do território e no Ensino Médio, 44.128 alunos, com somente 14,60% do total. Isso revela que muitos daqueles que terminam o nível fundamental não seguem o Ensino Básico, o que revela que se faz necessário a elaboração de projetos de motivação e incentivo à continuação da formação no Ensino Médio.

Como causas dessa descontinuidade observadas pelos comitês, estão a absorção dos jovens pelo mercado de trabalho informal, migração, gravidez na adolescência, uso de drogas, união conjugal, busca do ensino profissionalizante do sistema S (SESC, SENAC, SENAI, SESI), esta última principalmente nos centros urbanos maiores.

Como soluções apontadas pelo mesmo grupo estão a efetivação dos programas nacionais (de suas ideologias); o desenvolvimento de trabalhos e projetos nas escolas para torná-las mais atrativas aos adolescentes, ligados à arte, à cultura popular local, bem como a construção e manutenção de laboratórios de informática e ciências, quadras de esportes, oficinas de orientação sexual e espiritual (observando a diversidade religiosa e cultural). Foi apontada também a necessidade de contratação de especialistas na área de psicopedagogia, também para o atendimento à família.

Como programa de incremento das matrículas nesse nível de ensino já existente, foi apontado o Bolsa-jovem aprendiz.

8.2.4. Educação Especial

A Secretaria de Educação Especial (SEESP) desenvolve programas, projetos e ações a fim de implementar no país a Política Nacional de Educação Especial. A partir da nova política, os alunos considerados público-alvo da educação especial são aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades, como superdotação, por exemplo.

Dentre as ações desenvolvidas pela Seesp está o apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino para a oferta e garantia de atendimento educacional especializado, complementar à escolarização, de acordo com o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.

Para apoiar os sistemas de ensino, a secretaria desenvolve o programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial - presencialmente e a distância -, Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, Programa Escola Acessível (adequação de prédios escolares para a acessibilidade), Programa BPC na Escola e Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que forma gestores e educadores para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos.

Destacam-se ainda as ações de garantia de acessibilidade nos programas nacionais do livro, implementados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Como pode ser observado na Tabela 28, no Cariri Central existem 937 matrículas na Educação Especial, dentre elas, apenas duas estão localizadas na zona rural, que revela a necessidade de programas que incentivem a matrículas das crianças que se enquadram nas características assistidas pela Educação Especial. Não existe nenhuma matrícula nos outros Micro territórios, na zona rural.

Tabela 28 - Matrículas na Educação Especial no Território do Cariri

MUNICÍPIO	REDE	ZONA	EDUCAÇÃO ESPECIAL
VARZEA ALEGRE	Particular	Urbana	62
Total:			62
CRATO	Estadual	Urbana	60
	Particular	Urbana	133
Total:			193
BARBALHA	Particular	Urbana	86
Total:			86
CARIRIACU			
Total:			0
FARIAS BRITO	Estadual	Urbana	23
	Municipal	Urbana	10
Total:			33
GRANJEIRO			
Total:			0
JARDIM	Estadual	Urbana	51
Total:			51
JUAZEIRO DO NORTE	Estadual	Urbana	113
	Municipal	Rural	2
		Urbana	62
	SubTotal:		64
	Particular	Urbana	201
Total			378
MISSAO VELHA	Particular	Urbana	134
Total:			134
ABAIARA			
Total:			0
TOTAL CARIRI CENTRAL			937
AURORA	Municipal	Urbana	20
Total:			20
BARRO			
Total:			0
BREJO SANTO	Particular	Urbana	127
Total:			127
JATI			
Total:			0
MAURITI			
Total:			0

MUNICÍPIO	REDE	ZONA	EDUCAÇÃO ESPECIAL
MILAGRES	Particular	Urbana	101
Total:			101
PENAFORTE			
Total:			0
PORTEIRAS	Particular	Urbana	68
Total:			68
TOTAL CARIRI LESTE			316
ALTANEIRA			
Total:			0
ANTONINA DO NORTE			
Total:			0
ARARIPE	Estadual	Urbana	12
	Municipal	Urbana	5
Total:			17
ASSARE			
Total:			0
CAMPOS SALES	Municipal	Urbana	49
Total:			49
NOVA OLINDA	Estadual	Urbana	18
Total:			18
POTENGI	Municipal	Urbana	18
Total:			18
SANTANA DO CARIRI	Estadual	Urbana	19
Total:			19
TARRAFAS			
Total:			0
TOTAL CARIRI OESTE			121
TOTAL DO TERRITÓRIO DO CARIRI			1.374

Fonte: SEDUC, 2009.

A maior parte das matrículas estão concentradas na rede particular no Micro territórios Cariri Central e Leste, correspondendo a 65,74% do total e 93,67%, respectivamente. Já no Micro Cariri Oeste, não há matrículas na rede particular.

Segundo representantes dos comitês, para a educação inclusiva pretendida pelo governo brasileiro, são necessárias condições e infraestrutura adequadas, como laboratórios voltados para a Educação Especial, além de formação continuada para professores.

8.2.5 Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a modalidade de ensino nas etapas dos ensinos fundamental e médio da rede escolar pública brasileira e adotada por algumas redes particulares que recebe os jovens e adultos que não completaram os anos da Educação Básica em idade apropriada por qualquer motivo (entre os quais é freqüente a menção da necessidade de trabalho e participação na renda familiar desde a infância). No início dos anos 90, o segmento da EJA passou a incluir também as classes de alfabetização inicial.

No Brasil, o campo consolidou-se com influência ideológica das idéias do educador Paulo Freire e em forte relação com o movimento de educação popular. O segmento é regulamentado pelo artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da educação (a LDB, ou lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996). É um dos segmentos da Educação Básica que recebem repasse de verbas do Fundeb.

Em todo o Estado, 26 Centros de Educação de Jovens e Adultos dão oportunidade de voltar a estudar a quem não concluiu sua escolaridade em idade própria. Conforme a SEDUC, a Educação de Jovens e Adultos tem um papel fundamental no contexto da formação permanente do ser humano. Formar cidadãos participativos, respeitando as pluralidades e diversidades culturais, num processo contínuo de recuperação na deficiência de escolaridade, é o grande desafio da política educacional cearense.

Em relação à Tabela 29 sobre as matrículas de Educação de Jovens e Adultos, observa-se que elas somam 27.046 em todo o Território. No micro território do Cariri Central, elas se concentram na modalidade presencial nas zonas urbanas e predominantemente na rede municipal, seguida pela estadual. A matrícula semipresencial também se localiza predominantemente nas zonas urbanas.

A presença da rede particular nesta modalidade só existe no Micro território Cariri Central na zona urbana, nas categorias de:

- presencial, com uma pequena porcentagem em relação à mesma categoria oferecida pela rede pública (6,7%).

- E Integrado à Educação Profissional (EP) - com matrículas de maior número que a rede pública nesta categoria – 82,16%.

O restante das matrículas da EJA Integrada à EP encontra-se na rede pública oferecida no Micro-território Cariri Central por uma escola federal.

Dentro da categoria semipresencial, as matrículas estão concentradas nas zonas urbanas e nas escolas estaduais. A EJA semipresencial é quase inexistente na zona rural e, relacionando com a rede estadual, as matrículas das dependências municipais são bem menores nessa categoria. O Micro-território Cariri Central continua concentrando o maior número de matrícula nessa categoria, é seguido pelo Micro território Cariri Oeste e finalmente por Cariri Leste.

Tabela 29 - Educação de Jovens e Adultos, presencial e semi-presencial, número de matrículas e número de escolas por dependência administrativa e zona de moradia do Território do Cariri

Município	Rede	Zona	E.J.A.			
			Presencial	Semi	Integrado a EP	Total
VARZEA ALEGRE	Estadual	Urbana	120	0	0	120
	Municipal	Rural	429	0	0	429
		Urbana	804	36	0	840
	SubTotal:		1.233	36	0	1.269
Total:			1.353	36	0	1.389
CRATO	Estadual	Urbana	857	2.157	0	3.014
	Federal	Rural	0	0	41	41
	Municipal	Rural	726	0	0	726
		Urbana	1.036	0	0	1.036
	SubTotal:		1.762	0	0	1.762
	Particular	Urbana	265	0	0	265
Total:			2.884	2.157	41	5.082
BARBALHA	Estadual	Urbana	193	446	0	639
	Municipal	Rural	455	14	0	469
		Urbana	603	0	0	603
	SubTotal:		1.058	14	0	1.072
Total:			1.251	460	0	1.711
CARIRIACU	Estadual	Urbana	113	0	0	113
	Municipal	Rural	330	0	0	330
		Urbana	515	0	0	515
	SubTotal:		845	0	0	845
Total:			958	0	0	958
FARIAS BRITO	Estadual	Urbana	107	0	0	107
	Municipal	Rural	47	0	0	47
		Urbana	158	0	0	158
	SubTotal:		205	0	0	205

Município	Rede	Zona	E.J.A.			
			Presencial	Semi	Integrado a EP	Total
Total:			312	0	0	312
GRANJEIRO	Municipal	Rural	184	0	0	184
		Urbana	43	0	0	43
	SubTotal:		227	0	0	227
Total:			227	0	0	227
JARDIM	Municipal	Rural	222	0	0	222
		Urbana	164	0	0	164
	SubTotal:		386	0	0	386
	Particular	Urbana	0	0	0	0
Total:			386	0	0	386
JUAZEIRO DO NORTE	Estadual	Urbana	2.243	2.757	0	5.000
	Federal	Urbana	0	0	68	68
	Municipal	Rural	657	0	0	657
		Urbana	2.569	0	0	2.569
	SubTotal:		3.226	0	0	3.226
	Urbana	720	0	502	1.222	
Total:			720	0	502	1.222
MISSAO VELHA	Estadual	Urbana	299	0	0	299
	Municipal	Rural	335	0	0	335
		Urbana	92	0	0	92
	SubTotal:		427	0	0	427
Total:			726	0	0	726
ABAIARA	Estadual	Urbana	129	0	0	129
	Municipal	Rural	21	0	0	21
		Urbana	188	0	0	188
	SubTotal:		209	0	0	209
Total:			338	0	0	338
TOTAL CARIRI CENTRAL			9155	2653	611	12351
AURORA	Estadual	Urbana	0	214	0	214
	Municipal	Rural	190	27	0	217
		Urbana	109	274	0	383
	SubTotal:		299	301	0	600
Total:			299	515	0	814
BARRO	Estadual	Urbana	997	49	0	1.046
	Municipal	Rural	88	0	0	88
		Urbana	259	0	0	259
	SubTotal:		347	0	0	347
Total:			1.344	49	0	1.393
BREJO SANTO	Estadual	Urbana	480	637	0	1.117
	Municipal	Rural	1.175	0	0	1.175
		Urbana	978	0	0	978
	SubTotal:		2.153	0	0	2.153
Total:			2.633	637	0	3.270
JATI	Estadual	Urbana	102	0	0	102
	Municipal	Rural	132	0	0	132
		Urbana	35	0	0	35
	SubTotal:		167	0	0	167

Município	Rede	Zona	E.J.A.			
			Presencial	Semi	Integrado a EP	Total
Total:			269	0	0	269
MAURITI	Estadual	Urbana	112	165	0	277
	Municipal	Rural	267	0	0	267
		Urbana	414	117	0	531
	SubTotal:		681	117	0	798
Total:			793	282	0	1.075
MILAGRES	Estadual	Urbana	401	170	0	571
	Municipal	Rural	233	0	0	233
		Urbana	75	0	0	75
	SubTotal:		308	0	0	308
Total:			709	170	0	879
PENAFORTE	Estadual	Urbana	214	0	0	214
	Municipal	Rural	425	0	0	425
		Urbana	260	33	0	293
	SubTotal:		685	33	0	718
Total:			899	33	0	932
PORTEIRAS	Estadual	Urbana	134	0	0	134
	Municipal	Rural	461	0	0	461
		Urbana	311	0	0	311
	SubTotal:		772	0	0	772
Total:			906	0	0	906
TOTAL CARIRI LESTE			7852	1686	0	9538
ALTANEIRA	Municipal	Urbana	240	0	0	240
Total:			240	0	0	240
ANTONINA DO NORTE	Municipal	Urbana	33	0	0	33
Total:			33	0	0	33
ARARIPE	Estadual	Urbana	0	308	0	308
	Municipal	Rural	226	0	0	226
		Urbana	398	0	0	398
	SubTotal:		624	0	0	624
	Particular	Urbana	0	0	0	0
Total:			624	308	0	932
ASSARE	Estadual	Urbana	0	554	0	554
	Municipal	Rural	190	0	12	202
		Urbana	160	0	0	160
	SubTotal:		350	0	12	362
Total:			350	554	12	916
CAMPOS SALES	Estadual	Urbana	0	711	0	711
	Municipal	Rural	121	0	0	121
		Urbana	105	0	0	105
	SubTotal:		226	0	0	226
Total:			226	711	0	937
NOVA OLINDA	Estadual	Urbana	0	0	0	0
	Municipal	Rural	37	0	0	37
		Urbana	149	0	0	149
	SubTotal:		186	0	0	186
Total:			186	0	0	186

Município	Rede	Zona	E.J.A.			
			Presencial	Semi	Integrado a EP	Total
POTENGI	Estadual	Urbana	71	0	0	71
	Municipal	Rural	141	0	0	141
		Urbana	254	94	0	348
	SubTotal:		395	94	0	489
Total:			466	94	0	560
SALITRE	Municipal	Rural	244	0	0	244
		Urbana	19	167	0	186
	SubTotal:		263	167	0	430
Total:			263	167	0	430
SANTANA DO CARIRI	Municipal	Rural	166	0	0	166
		Urbana	198	0	0	198
	SubTotal:		364	0	0	364
Total:			364	0	0	364
TARRAFAS	Municipal	Rural	293	0	0	293
		Urbana	198	0	0	198
Total			491	0	0	491
TOTAL CARIRI OESTE			3243	1834	12	5089
TOTAL TERRITORIO CARIRI			20250	6173	623	27046

Fonte: SEDUC, 2009.

Nessa categoria Integrada à EP existem matrículas somente na rede federal e na rede particular na zona urbana no Micro território Cariri Central. Não existe matrícula no Cariri Leste dessa categoria e no Cariri Oeste, as matrículas existem somente na rede municipal rural, porém em pequeno número. Em números percentuais, só os micro territórios do Cariri Central (87,15%) e Cariri Oeste (1,92%) apresentam matrícula.

Diante desses números reduzidos quanto à Integrada à EP, seria necessário, portanto, investir na estruturação dessa categoria na EJA, para que esses jovens e adultos que não tiveram a oportunidade da formação básica na faixa etária ideal possam também ter a opção de acesso a uma educação profissionalizante. Para tal, poderia haver um aproveitamento dos prédios de pequenas escolas rurais que foram fechadas devido à nucleação, levando em consideração a necessidade de cada comunidade e os saberes populares locais.

Em síntese, a maioria das matrículas, nos diferentes micro-territórios, concentra-se na categoria presencial; sendo Cariri Central o micro território que

possui maior quantidade de matrícula, em seguida Cariri Leste e finalmente Cariri Oeste.

Segundo o depoimento de integrantes dos comitês, alguns grupos de EJA funcionam de maneira precária: não existem salas de aula ou funcionam de forma informal, na casa dos professores. Na maioria dos casos, a EJA funciona nas Escolas de Ensino Fundamental no período da noite, com merenda escolar específica. Também é destacada a importância do trabalho com a pedagogia popular nessas escolas, a partir do conhecimento do jovem, adulto ou idoso e das idéias de Paulo Freire.

8.2.6 Ensino Superior

A Educação Superior no Território do Cariri destaca-se por contar com um bom número de instituições se comparado ao quantitativo do Estado, como consta na Tabela 30 o Cariri Central conta com treze instituições de ensino superior que oferecem cursos de graduação em várias áreas, com destaque em especial para cursos com destaque na área de saúde como Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, e outras ofertas de cursos de graduação; na Pós Graduação em especial para Cursos de Especialização as universidades e faculdades ali localizadas também ofertam diferentes modalidades de cursos. Pelas instituições se encontrarem basicamente concentradas em algumas cidades do MicroTerritório do Cariri Central, é recomendável pensar em ofertar meios de acesso da população habitante em zonas mais distantes.

Tabela 30 - Instituições de Ensino Superior – IES – cadastradas no E-MEC no Território do Cariri

MICROS	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÕES ENSINO SUPERIOR cadastradas no E-MEC
Cariri Central	Abaiara	Sem IES cadastrada
	Barbalha	Universidade Luterana do Brasil –ULBRA
		Universidade Norte do Paraná – UNOPAR
	Caririaçu	Sem IES cadastrada
	Crato	Faculdade Católica do Cariri
		Faculdade Educacional da Lapa – FAEL
		Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE		
	Universidade Anhembi Morumbi – UAM	

MICROS	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÕES ENSINO SUPERIOR cadastradas no E-MEC	
		Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	
		Universidade de Tocantins – UNITINS	
		Universidade Paulista – UNIP	
	Farias Brito	Sem IES cadastrada	
	Granjeiro	Sem IES cadastrada	
	Jardim	Sem IES cadastrada	
	Juazeiro do Norte		Faculdade Paraíso do Ceara – FAP
			Instituto Centro de Ensino Tecnológico – Cariri – CENTEC
			Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE
			Universidade Anhanguera – UNIDERP
			Universidade Estácio de Sá – UNESA
			Universidade Federal do Ceará – UFC
			Universidade Regional do Cariri – URCA
			Universidade Salvador - UNIFACS
			Faculdade de Ciências Aplicadas Doutor Leão Sampaio - FLS
		Faculdade de Juazeiro do Norte - FJN	
		Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte - FMJ	
	Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC		
	Faculdade de Tecnologia CENTEC – Cariri - CENTEC		
Missão Velha	Sem IES cadastrada		
Várzea Alegre	Sem IES cadastrada		
Cariri Leste	Aurora	Sem IES cadastrada	
	Barro	Sem IES cadastrada	
	Brejo Santo	Sem IES cadastrada	
	Jati	Sem IES cadastrada	
	Mauriti	Sem IES cadastrada	
	Milagres	Faculdade de Milagres Ceará - FAMICE	
	Penaforte	Sem IES cadastrada	
	Porteiras	Sem IES cadastrada	
Cariri Oeste	Antonina do Norte,	Sem IES cadastrada	
	Araripe,	Sem IES cadastrada	
	Assaré,	Sem IES cadastrada	
	Altaneira,	Sem IES cadastrada	
	Campos Sales,	Sem IES cadastrada	
	Nova Olinda	Sem IES cadastrada	
	Potengi,	Sem IES cadastrada	
	Salitre	Sem IES cadastrada	
	Santana do Cariri	Sem IES cadastrada	
Tarrafas	Sem IES cadastrada		

Fonte: Sistema E-MEC, 2010

A categoria Educação a Distância (EaD) está se desenvolvendo e ampliando sua oferta no estado, em que se destaca a Universidade Aberta do Brasil. Outra categoria que possibilitou a oferta de cursos de ensino superior no interior do estado foi a de regime especial, em que as aulas acontecem nos finais de semana e meses de férias. Nesse sentido, a Universidade Estadual Vale do Acaraú possui pólos por meio de institutos da rede particular em diversos municípios localizados no território em questão.

8.3 Infraestrutura educacional

A infraestrutura educacional é muito importante na hora de oferecer aos estudantes uma educação de qualidade. Esta qualidade está vinculada com aspectos físicos-materiais, mas também contém aspectos qualitativos e imateriais, como a formação dos professores, a qualidade das aulas destes, a qualidade da gestão educativa, etc.

Com relação à infraestrutura, a grande maioria das escolas públicas recebe merenda escolar, no caso do MicroTerritório Cariri Central, só duas escolas rurais não recebem merenda, como está demonstrado na Tabela 31. Não acontece o mesmo em relação às escolas particulares, onde se observa praticamente a ausência da merenda.

Tabela 31 - Ensino Fundamental, número de escolas, biblioteca, escolas com laboratório de informática, laboratório de ciências, por dependência administrativa e zona de moradia do Território do Cariri

Município	Rede	Zona	Estabelecimentos					
			Total de Escolas	Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
VARZEA ALEGRE	Estadual	Urbana	2	2	2	1	1	2
	Municipal	Rural	38	1	0	0	0	38
		Urbana	16	4	5	0	8	16
	SubTotal:		54	5	5	0	8	54
	Privada	Urbana	4	2	1	0	1	1
Total:			60	9	8	1	10	57
CRATO	Estadual	Urbana	8	8	8	3	5	8
	Municipal	Rural	30	5	3	0	3	29
		Urbana	21	14	10	0	8	21

Município	Rede	Zona	Estabelecimentos					
			Total de Escolas	Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
	SubTotal:		51	19	13	0	11	50
	Privada	Urbana	36	26	9	5	15	2
Total:			95	53	30	8	31	60
BARBALHA	Estadual	Urbana	1	1	1	0	0	1
	Municipal	Rural	23	2	3	0	1	23
		Urbana	12	9	4	0	3	12
	SubTotal:		35	11	7	0	4	35
	Privada	Urbana	14	12	7	4	6	0
Total:			50	24	15	4	10	36
CARIRIACU	Estadual	Urbana	1	1	1	0	0	1
	Municipal	Rural	40	0	0	0	1	40
		Urbana	8	5	1	0	1	8
	SubTotal:		48	5	1	0	2	48
	Privada	Urbana	3	1	0	0	1	0
Total:			52	7	2	0	3	49
FARIAS BRITO	Estadual	Urbana	1	1	1	0	0	1
	Municipal	Rural	18	4	0	0	0	18
		Urbana	7	2	2	0	2	7
	SubTotal:		25	6	2	0	2	25
	Privada	Urbana	3	3	0	0	0	0
Total:			29	10	3	0	2	26
GRANJEIRO	Municipal	Rural	11	0	1	0	0	11
		Urbana	1	0	1	0	0	1
Total:			12	0	2	0	0	12
JARDIM	Municipal	Rural	35	11	1	0	2	35
		Urbana	2	2	2	0	2	2
	SubTotal:		37	13	3	0	4	37
	Privada	Urbana	2	2	1	1	2	1
Total:			39	15	4	1	6	38
JUAZEIRO DO NORTE	Estadual	Urbana	11	11	11	6	8	11
	Municipal	Rural	29	7	5	0	9	29
		Urbana	36	22	16	0	21	36
	SubTotal:		65	29	21	0	30	65
	Privada	Urbana	76	65	42	8	29	4
Total:			152	105	74	14	67	80
ABAIARA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
	Municipal	Rural	1	0	1	0	0	1
		Urbana	2	0	2	0	1	2
	SubTotal:		3	0	3	0	1	3
	Privada	Urbana	2	2	1	1	0	1
Total:			6	3	5	2	2	5
MISSAO VELHA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	0	1
	Municipal	Rural	35	0	0	0	0	34
		Urbana	7	3	1	0	3	7
	SubTotal:		42	3	1	0	3	41

Município	Rede	Zona	Estabelecimentos					
			Total de Escolas	Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
	Privada	Rural	1	1	0	0	1	0
		Urbana	4	4	3	1	1	1
	SubTotal:		5	5	3	1	2	1
Total:			48	9	5	2	5	43
TOTAL CARIRI CENTRAL			543	235	148	32	136	406
AURORA	Estadual	Urbana	3	3	3	3	1	3
	Municipal	Rural	23	3	0	0	0	23
		Urbana	7	5	2	0	1	7
	SubTotal:		30	8	2	0	1	30
	Privada	Urbana	2	1	0	0	1	0
Total:			35	12	5	3	3	33
BARRO	Estadual	Urbana	2	2	2	2	2	2
	Municipal	Rural	33	2	2	0	0	33
		Urbana	7	2	3	0	2	7
	SubTotal:		40	4	5	0	2	40
	Privada	Urbana	2	2	0	0	0	0
Total:			44	8	7	2	4	42
BREJO SANTO	Estadual	Urbana	2	2	2	2	1	2
	Municipal	Rural	32	3	2	0	5	32
		Urbana	7	2	4	0	2	7
	SubTotal:		39	5	6	0	7	39
	Privada	Urbana	11	7	2	3	2	0
Total:			52	14	10	5	10	41
JATI	Municipal	Rural	6	3	5	2	3	6
		Urbana	2	1	2	0	1	2
	SubTotal:		8	4	7	2	4	8
	Privada	Urbana	1	1	0	0	0	0
Total:			9	5	7	2	4	8
MAURITI	Estadual	Urbana	1	0	0	0	0	1
	Municipal	Rural	19	2	1	0	1	19
		Urbana	17	8	4	0	6	17
	SubTotal:		36	10	5	0	7	36
	Privada	Rural	1	1	0	0	0	0
		Urbana	3	3	1	2	1	0
	SubTotal:		4	4	1	2	1	0
Total:			41	14	6	2	8	37
MILAGRES	Municipal	Rural	37	0	3	0	1	37
		Urbana	4	1	2	0	0	4
	SubTotal:		41	1	5	0	1	41
	Privada	Urbana	8	5	2	1	1	2
Total:			49	6	7	1	2	43
PENAFORTE	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
	Municipal	Rural	11	1	0	0	5	11
		Urbana	2	2	0	0	1	2
	SubTotal:		13	3	0	0	6	13

Município	Rede	Zona	Estabelecimentos					
			Total de Escolas	Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
	Privada	Urbana	1	1	1	0	0	0
Total:			15	5	2	1	7	14
PORTEIRAS	Municipal	Rural	23	4	1	0	2	23
		Urbana	5	3	4	0	3	5
	SubTotal:		28	7	5	0	5	28
	Privada	Urbana	2	2	0	0	0	0
Total:			30	9	5	0	5	28
TOTAL CARIRI LESTE			275	73	49	16	43	246
ALTANEIRA	Municipal	Rural	2	0	0	0	0	2
		Urbana	2	2	2	0	1	2
Total:			4	2	2	0	1	4
ANTONINA DO NORTE	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
	Municipal	Rural	6	0	0	0	0	6
		Urbana	3	1	2	0	1	3
	SubTotal:		9	1	2	0	1	9
	Privada	Urbana	1	0	0	0	0	0
Total:			11	2	3	1	2	10
ARARIPE	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
	Municipal	Rural	8	0	1	0	0	8
		Urbana	6	2	3	0	1	6
	SubTotal:		14	2	4	0	1	14
	Privada	Urbana	1	0	0	0	0	0
Total:			16	3	5	1	2	15
ASSARE	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
	Municipal	Rural	13	0	2	0	1	13
		Urbana	7	3	4	0	3	7
	SubTotal:		20	3	6	0	4	20
	Privada	Urbana	2	2	0	0	0	0
Total:			23	6	7	1	5	21
CAMPOS SALES	Estadual	Urbana	1	1	1	1	0	1
	Municipal	Rural	41	3	4	0	2	41
		Urbana	7	3	3	0	1	7
	SubTotal:		48	6	7	0	3	48
	Privada	Urbana	4	4	3	0	3	1
Total:			53	11	11	1	6	50
NOVA OLINDA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
	Municipal	Rural	3	0	0	0	0	3
		Urbana	4	3	3	0	2	4
	SubTotal:		7	3	3	0	2	7
	Privada	Urbana	3	3	0	0	0	0
Total:			11	7	4	1	3	8
POTENGI	Estadual	Urbana	1	1	1	1	0	1
	Municipal	Rural	14	1	0	0	1	14
		Urbana	3	2	1	0	2	3
	SubTotal:		17	3	1	0	3	17

Município	Rede	Zona	Estabelecimentos					
			Total de Escolas	Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
	Privada	Urbana	2	1	0	0	0	0
Total:			20	5	2	1	3	18
SALITRE	Municipal	Rural	28	1	2	0	0	28
		Urbana	4	1	2	0	1	4
Total:			32	2	4	0	1	32
SANTANA DO CARIRI	Estadual	Urbana	1	1	1	1	0	1
	Municipal	Rural	14	1	0	0	0	14
		Urbana	7	6	2	0	1	7
	SubTotal:		21	7	2	0	1	21
	Privada	Urbana	2	1	1	0	0	0
Total:			24	9	4	1	1	22
TARRAFAS	Municipal	Rural	10	0	0	0	0	10
		Urbana	3	1	1	0	0	3
Total:			13	1	1	0	0	13
TOTAL CARIRI OESTE			207	48	43	7	24	193
TOTAL TERRITORIO CARIRI			1025	356	240	55	203	845

Fonte: SEDUC, 2009.

O maior número de escolas estão nas zonas rurais da rede municipal, mas apresentam escassez de equipamentos socioeducativos e culturais. Dos equipamentos contemplados na pesquisa revelada na tabela, aquele que é mais escasso nas escolas é o laboratório de ciências, seguido da quadra de esporte, do laboratório de informática e da biblioteca, sendo esta a mais freqüente nas escolas.

As escolas estaduais localizadas em zonas urbanas encontram-se em melhores condições, pelo menos em relação aos equipamentos. As escolas da rede particular concentram-se nas zonas urbanas dos micro territórios, sendo também carentes da infraestrutura física acima listada.

Comparando com a tabela da matrícula de ensino fundamental encontramos uma oposição: a grande maioria das matrículas se encontra nas zonas urbanas e o maior número de escolas, nas zonas rurais. Neste sentido, é necessária uma avaliação em relação à capacidade das escolas urbanas, que parecem abrigar um grande número de alunos, e se essa locomoção dos estudantes é viável para a comunidade.

Segundo relatos do comitê de educação do Território, existe um grande número de escolas, mas elas são via de regra pequenas e comportam um número reduzido de estudantes. Já as escolas urbanas funcionam também à noite, por isso o número mais elevado de matrículas. Mas foi observado o fechamento de algumas escolas rurais devido à nucleação, o que dificulta o acesso à escola por conta da necessidade de locomoção das crianças.

Estas instituições de Ensino Fundamental deveriam apresentar espaços de laboratórios multidisciplinares, além da informática e das ciências para o desenvolvimento dos alunos que aprendem, através de jogos lúdicos e corporais, a maioria dos conhecimentos aplicados ao seu desenvolvimento, como as brinquedotecas, parquinhos, hortas, áreas livres.

Outro equipamento de grande importância são as Salas de Leitura adequadas a esta etapa educacional, pois é a base para a formação de leitores e conseqüentemente escritores competentes nesta etapa de aprendizagem. A partir da literatura, é possível realizar atividades também ligadas ao teatro, à dramatização e outros aspectos culturais, também da tradição local. Segundo a observação dos integrantes dos comitês, é necessária a efetivação das políticas de incentivo à leitura, além da capacitação de professores nesse sentido, para que a infraestrutura construída seja eficientemente utilizada.

O Programa Arca das Letras é um programa do Governo Federal em parceria com os estados e municípios, consistindo em uma pequena biblioteca rural, onde comunidades do meio rural são beneficiadas com o móvel: arca e livros em diversas áreas de estudo, possibilitando aos trabalhadores, jovens, mulheres e demais públicos beneficiários o acesso a fontes de informações e entretenimento no meio rural. A Figura 6, conforme sistema de monitoramento do programa pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, expressa a demanda de projetos já instalados no Território do Cariri.

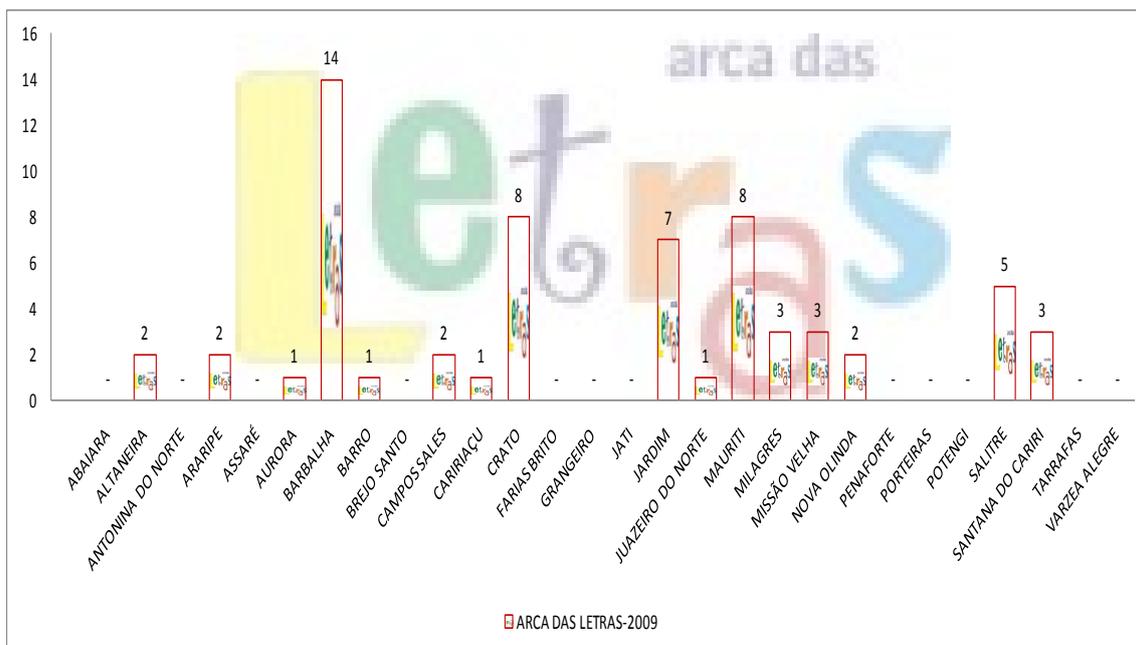


Figura 6: Programa Arca das Letras, Cariri/CE
Fonte: MDA/SDA, 2009.

Quanto à merenda escolar, seus cardápios são elaborados por nutricionistas, com o auxílio do Conselho da Merenda Escolar (CME) para a aquisição da merenda. Existe um só cardápio para todas as escolas, mas varia de acordo com o nível de ensino e da necessidade de cada comunidade. Diversos produtos são adotados, dentre industrializados e provenientes da agricultura familiar (esta fonte obedece a um mínimo de 30%, como é defendido legalmente). Existem merendas baseadas em produtos orgânicos, mas nem sempre isso acontece, já que a produção da agricultura familiar pode utilizar agrotóxicos.

O comitê de educação do Território do Cariri, observou a necessidade de construção de refeitórios, já que poucas escolas do território usufruem desse equipamento.

Tabela 32 - Ensino Médio, número de escolas, biblioteca, escolas com laboratório de informática, laboratório de ciências por dependência administrativa e zona de moradia do Território do Cariri

Município	Rede	Zona	Estabelecimentos					
			Total de Escolas	Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
VARZEA ALEGRE	Estadual	Urbana	2	2	2	1	1	2
	Privada	Urbana	1	1	1	0	1	1
Total:			3	3	3	1	2	3
CRATO	Estadual	Urbana	10	9	10	7	5	10
	Federal	Rural	1	1	1	1	1	0
	Privada	Urbana	7	7	5	5	6	0
Total:			18	17	16	13	12	10
BARBALHA	Estadual	Urbana	3	3	3	2	1	3
	Privada	Urbana	3	3	3	3	3	0
Total:			6	6	6	5	4	3
CARIRIACU	Estadual	Urbana	2	2	2	1	0	1
FARIAS BRITO	Estadual	Urbana	2	2	2	1	1	1
GRANJEIRO	Estadual	Urbana	1	1	1	1	0	1
JARDIM	Estadual	Urbana	2	2	2	2	2	2
JUAZEIRO DO NORTE	Estadual	Urbana	11	11	11	7	8	11
	Federal	Urbana	1	1	1	1	1	0
	Privada	Urbana	8	8	6	4	7	1
Total:			20	20	18	12	16	12
ABAIARA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
MISSAO VELHA	Estadual	Urbana	2	2	2	2	1	2
	Privada	Urbana	1	1	1	0	1	0
Total:			3	3	3	2	2	2
TOTAL CARIRI CENTRAL			58	57	54	39	40	36
AURORA	Estadual	Urbana	3	3	3	3	1	3
BARRO	Estadual	Urbana	2	2	2	2	2	2
BREJO SANTO	Estadual	Urbana	3	3	3	3	1	3
	Privada	Urbana	1	1	1	1	0	0
Total:			4	4	4	4	1	3
JATI	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	0
MAURITI	Estadual	Urbana	4	1	2	1	1	3
	Privada	Urbana	1	1	0	1	0	0
Total:			5	2	2	2	1	3
MILAGRES	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
	Privada	Urbana	1	1	1	1	1	0
Total:			2	2	2	2	2	1
PENAFORTE	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
PORTEIRAS	Estadual	Urbana	1	1	1	1	0	1
TOTAL CARIRI LESTE			19	16	16	16	9	14
ALTANEIRA	Estadual	Urbana	1	0	0	1	0	0
ANTONINA DO NORTE	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
ARARIPE	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
ASSARE	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1

Município	Rede	Zona	Estabelecimentos					
			Total de Escolas	Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
CAMPOS SALES	Estadual	Urbana	2	2	2	2	0	2
	Privada	Urbana	2	2	1	0	2	1
Total:			4	4	3	2	2	3
NOVA OLINDA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
	Privada	Urbana	1	1	0	0	0	0
Total:			2	2	1	1	1	1
POTENGI	Estadual	Urbana	1	1	1	1	0	1
SABOIRO	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
SALITRE	Estadual	Urbana	1	1	1	0	1	1
SANTANA DO CARIRI	Estadual	Urbana	1	1	1	1	0	1
TARRAFAS	Estadual	Urbana	1	1	1	0	1	1
TOTAL CARIRI OESTE			15	14	12	10	9	12
TOTAL TERRITORIO CARIRI			92	87	82	65	58	62

Fonte: SEDUC, 2009.

Assim como as escolas municipais, a merenda escolar também está presente nas escolas da rede estadual e federal, só que esta última conta com a única escola rural federal de ensino médio que se registra nos dados apresentados anteriormente. Esta escola rural possui todos os recursos e espaços registrados na tabela como parte do equipamento pedagógico e conta com 360 estudantes matriculados no ensino integrado a educação profissionalizante.

Comparando esta tabela com o número de matrícula do Ensino Médio, existe uma coerência na localização das matrículas e as escolas, mas estas não são contabilizadas na zona rural, agrupando-se somente na zona urbana. Segundo informações dadas pelos comitês, a locomoção dos estudantes se dá muitas vezes de forma precária, com D-20 ou pau-de-arara, como são conhecidas. Seria necessário implantar e efetivar o projeto “Caminho da Escola”, com a compra de ônibus escolar.

Porém, segundo os comitês, seria mais interessante a reestruturação de escolas na zona rural – principalmente no Ensino Médio – para que as pessoas tenham a opção de permanecer no seu local de origem. Além da importância da adoção das pedagogias populares do campo.

O Território do Cariri é beneficiado pelos seguintes programas do governo e resultados de eventos realizados a nível nacional, estadual, regional e estadual

- Brasil Alfabetizado
- Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adulto (PNLA)
- Educação Ambiental
- Escola Que Protege
- Escola Aberta
- Mais Educação
- Programa Saúde na Escola
- Acompanhamento da Freqüência Escolar
- Escola Ativa (salas multiseriadas zona rural em alguns municípios)
- Projovem Campo - Saberes da Terra
- Procampo
- Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena
- III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente
- Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares
- Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)
- Plano de Ações Articuladas (PAR)
- Programa Caminho da Escola
- Programa Dinheiro Direto na Escola
- Brasil Alfabetizado
- Programas - Biblioteca da Escola / Arcas das letras
- Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)

8.4 Analfabetismo

No Ceará, os cinco municípios que apresentam os índices mais elevados de analfabetismo atingem quase a metade da população. Não será fácil reverter esses índices, uma vez que, desde a década de 1970, discute-se a erradicação do analfabetismo no País. Mesmo assim, nenhum programa governamental foi capaz de atingir este objetivo, pois para que isso aconteça os programas devem ser elaborados de acordo com a realidade de cada região ou mesmo do Estado.

Apesar da taxa de analfabetismo no Estado do Ceará ter diminuído 33,20% na década passada, o Estado ainda necessita melhorar seu desempenho para poder se aproximar da média nacional que ficou situada em

13,6% neste período. Ressalta-se que o combate ao analfabetismo é muito importante, pois o conhecimento da leitura e da escrita são requisitos indispensáveis para o exercício da cidadania.

A educação pode ser bastante prejudicada quando não recebe atenção necessária, incluindo investimentos financeiros, capacitação de professores e estrutura nas escolas. Como resultado desta circunstância, os jovens concluem o Ensino Médio sem os conhecimentos almejados pela LDB e sem perspectivas de um futuro promissor, com emprego e renda garantidos, já que eles não tiveram acesso às condições básicas de aprendizado e não foram qualificados para assumir um posto de trabalho.

A Tabela 33 mostra a taxa de analfabetismo da população do estado do Ceará por gênero e zona de moradia no ano de 2008.

Tabela 33 - Taxa de analfabetismo da população - por gênero e zona de moradia

Grupos de Idade	Taxa de Analfabetismo (%)				
	2008				
	Total	Situação do Domicílio		Sexo	
		Urbana	Rural	Homens	Mulheres
7 a 14 anos	12,5	9,8	19,8	14,5	10,4
15 a 19 anos	3,9	3,0	6,6	5,8	1,9
20 anos ou mais	19,1	15,0	33,5	21,7	16,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, 2003/2008.

9 ASPECTOS CULTURAIS

Os aspectos culturais são refletidos nos patrimônios materiais, como construções de cunho histórico e outras que retratam a identidade cultural da população local; além dos patrimônios imateriais como a tradição oral, as danças, a música, a literatura, a gastronomia, etc.

É possível notar que, em alguns municípios, este tipo de patrimônio é mais valorizado que em outros. Dai a importância de haver um investimento com o intuito de diminuir essa desigualdade.

A região do Cariri é palco das mais diversas manifestações artísticas, frutos da miscigenação, das tradições religiosas, da diversidade cultural de indígenas, europeus e africanos. Conhecida como celeiro cultural do Ceará, pelo grande número de artistas eruditos e populares, escritores, músicos, a região é memória do patrimônio material e imaterial do país. O seu artesanato possui uma diversidade e tipologias bastante peculiares, sendo exportado para diversos países. O artesanato, feito de couro, rendas, cerâmicas e madeiras, é um exemplo dessas expressões artísticas populares da região.

O território conta com diversas manifestações culturais, dentre as quais destacamos as que são comuns a todos os municípios, como a comemoração do dia do padroeiro ou da padroeira, santo da igreja católica, que figura dentre os principais eventos. Revela a influência da cultura cristã iniciada desde a época da ocupação desses territórios. Muitos municípios também organizam festas no aniversário de sua fundação e as destacam no seu calendário de eventos.

Na grande maioria dos municípios também são comuns as festas de vaquejada, que agregam pessoas dos arredores com apresentações musicais, comidas e bebidas. Estes eventos retratam o desenvolvimento da pecuária bovina e a cultura que se manifestou a partir daí. Alguns grupos, porém, criticam a violência praticada contra os animais nessas competições.

Outra festa bastante popular não só no Território do Cariri, mas em todo o Ceará e nordeste brasileiro são as festas juninas. No mês de junho, festejando Santo Antonio, São Pedro e São João, são organizadas as quadrilhas, que são grupos de dança típicos do período em que as pessoas vestem-se com roupas coloridas, ao som do arrasta-pé, xote e baião, que são os ritmos tradicionais, além das comidas típicas, como milho e seus derivados (pamonha, canjica, mungunzá), bolos (batata-doce, milho, pé-de-moleque), baião-de-dois e paçoca, aluá.

Durante a Semana Santa, ou Páscoa, são realizados festejos típicos do período, como a malhação do Judas, quando um boneco de pano, papel e folhagens é feito e representará Judas (ou outro personagem de má popularidade da época). Então, em um dia específico da Semana Santa, o boneco é açoitado e, finalmente, queimado.

Os informantes do comitê observaram a necessidade de criação de uma federação de entidades culturais do território do Cariri, para o levantamento do patrimônio histórico e cultural local, além da possibilidade de associação de artistas e grupos culturais no território.

a) MicroTerritório I – Cariri Central

No MicroTerritório Cariri Central, destaca-se a Festa do Pau da Bandeira em Barbalha: um tradicional rito praticado desde os tempos do Império para homenagear Santo Antônio no mês de junho, padroeiro da cidade.

O ritual se divide em duas fases. Na primeira, *corte do pau*, dezenas de devotos se embrenham na chapada do Araripe, onde cortam uma árvore de grande porte. O tronco é deixado no meio da floresta para secar. Alguns dias depois começa a segunda fase, a *procissão do pau*: os devotos pegam o tronco cortado, carregam-no nos próprios ombros até o centro da cidade e erguem-no diante da igreja matriz de Santo Antônio com uma bandeira do santo. Milhares de pessoas ocupam as ruas de Barbalha para presenciar a procissão.

O Pau da Bandeira mescla o sagrado e o profano, pois além das homenagens ao padroeiro, cuja festa é comemorada no dia 13 de junho,

acontecem também forrós e bebedeiras. Tanto que durante toda a procissão uma carroça carregada de cachaça acompanha o cortejo: é a tradicional *cachaça do senhor vigário*.

Como grupo de expressão cultural, destaca-se nesse mesmo município, o grupo religioso dos Penitentes, que em datas comemorativas seguem um ritual cultuando Benditos. O grupo foi criado em 1860 pelo Padre Ibiapina e tem suas raízes no período medieval, nas irmandades flagelantes. Conforme orientação da Igreja, os açoites não são mais praticados, além disso, a identidade dos integrantes do grupo agora é revelada. Também no município de Granjeiro existe um grupo de penitentes, os religiosos de São Vicente, estes de caráter mais secreto.

Os grupos dos Caretas são também exemplo de expressão cultural, com uma mistura de sagrado e profano, marcante na cidade de Jardim. Na Semana Santa, algumas pessoas se vestem e colocam máscaras de forma a não serem reconhecidas, organizam bebedeiras e a malhação do Judas.

Sobre a gastronomia, além das comidas típicas citadas das festas juninas que também são consumidas durante todo o ano como o baião-de-dois, a paçoca, a rapadura, o alfinim, os bolos de macaxeira, batata-doce, milho, carimã, o pão-de-ló, os variados do milho, como a pamonha, a canjica, o mugunzá, o cuscuz, a tapioca, o queijo coalho, destaca-se no micro-território do Cariri Central a produção de arroz e seus derivados (cuscuz de arroz, por exemplo), em Várzea Alegre, e o fubá em Farias Brito, onde é comemorado no dia 9 de Julho a Festa do Fubá, quando as crianças se pintam de marrom e saem pelas ruas pregando peças nos outros;

No município do Crato, destaca-se a famosa EXPOCRATO, feira agropecuária que inclui também shows com bandas e cantores famosos e regionais e atrai milhares de visitantes à cidade todo mês de julho, EXPROAF, exposição dos produtos da agricultura familiar, que acontece em junho/julho e Berro Cariri exposição da ovinocaprinocultura, que é realizada em abril, ambos no Parque de exposição Pedro Felício Cavalcante.

No Crato também se destacam como grupos de expressão cultural a tradicional Sociedade de Cultura Artística do Crato (SCAC), que funciona no Teatro Rachel de Queiróz, onde no mês de novembro de cada ano a unidade

SESC da cidade promove uma mostra de teatro com companhias de todo país e a banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto, grupo famoso não só na região como internacionalmente, tendo feito parcerias com muitos outros artistas.

Juazeiro do Norte é uma cidade de grande efervescência cultural. Pesquisa feita pela UFRJ em todo o país e divulgada em março de 2009, constatou que a cidade de Juazeiro do Norte é a maior em população envolvida em atividades culturais. Foi registrado junto à Secretaria de Cultura do Estado, 72 grupos de cultura popular: vários grupos folclóricos de reisado, maneiro-pau e malhação de Judas, entre outros. A literatura de cordel e a xilografia também são bastante difundidas, especialmente em função da Academia de Cordelistas de Juazeiro do Norte e a Lira Nordestina da Universidade Regional do Cariri.

Na música, o forró sobressai como ritmo predominante, destacando-se Alcymar Monteiro, Luiz Fidélis e Santanna, músicos juazeirenses consagrados em todo o Nordeste do Brasil. Em 2001 Alcymar Monteiro, na época secretário de cultura, criou o Juaforró, uma festa junina que hoje está entre as maiores do gênero. O repente é muito popular, especialmente em época de romaria, ocasião em que os violeiros saem pelas ruas fazendo versos e desafios de rimas. Outros ritmos conquistaram espaço em Juazeiro, como o rock, axé e Música eletrônica, existindo várias bandas independentes. As escolas públicas de Juazeiro mantêm a tradição das fanfarras, sendo que nas comemorações da independência do Brasil elas desfilam pela cidade. Outra tradição mantida é a da rabeca, instrumento arcaico semelhante ao violino, havendo inclusive uma orquestra de rabeças em Juazeiro.

O artesanato é um dos maiores expoentes culturais do município, tendo inclusive grande participação na economia de Juazeiro. O Centro Cultural Mestre Noza abriga um vasto acervo de peças artesanais.

O teatro se desenvolveu bastante a partir do final dos anos 90. Até então, não existia nenhum teatro, atualmente são três. Além disso, os grupos teatrais se proliferam.

A dança é extremamente representada pela cultura popular dos reisados, bandas cabaçais e lapinhas. Desde 2005, a Alysson Amâncio Companhia de Dança desenvolve um trabalho de dança contemporânea. Com a criação da Associação Dança Cariri, várias ações foram iniciadas para

pesquisa e produção da dança cênica, ganhando editais estaduais e nacionais, como Prêmio Klauss Vianna 2008 e 2009.

A religiosidade popular é marcante. Milhões de romeiros se dirigem a Juazeiro para orar e para pagar promessas. Para se ter uma idéia da importância da religião para o município, todos os museus da cidade são de cunho religioso e existem, ainda, várias casas de milagres (locais onde os fiéis depositam peças representativas de milagres que acreditam ter alcançado). Na colina do Horto, ponto mais alto de Juazeiro, foi erguida uma estátua do Padre Cícero com 27 metros de altura, a quarta maior do mundo. Ainda no Horto, está o Museu Vivo do Padre Cícero, com réplicas em cera de personalidades do município como Maria de Araújo, José Marrocos, Floro Bartolomeu, Aureliano Pereira e o próprio Padre Cícero.

Também no município de Juazeiro do Norte existem dois centros culturais: o Centro Cultural Banco do Nordeste, mantido pelo Banco do Nordeste, que possui teatro, centro de exposições e biblioteca e realiza diariamente apresentações teatrais e musicais, além de exposições de artes plásticas, fotos e peças artesanais; além do Centro Cultural Mestre Noza, localizado no prédio da antiga cadeia pública, que abriga artesãos do município e promove exposição permanente de suas obras.

O micro território conta com duas emissoras de rádio Emissoras de Rádio: Rádio Cidade de Crato Ltda-FM, Rádio Sociedade Educadora do Cariri Ltda-OM, na cidade do Crato, e oito na cidade de Juazeiro, sendo quatro Fm's - Rádio Tempo FM 101,5 MHz, Rádio Vale FM 99,9 MHz, Rádio Juazeiro FM 105,9 MHz, Rádio Salesiana Padre Cícero 104,9 MHz, três AM's - Rádio Iracema AM 850 kHz, Rádio Progresso AM 1310 kHz e Rádio Verde Vale AM 570 kHz e a Web Rádio Cariri Hitz, com transmissão via internet.

Juazeiro do Norte também conta com uma emissora de televisão de caráter educativo, a TV Verde Vale; e desde 1º de outubro de 2009, com a TV Verdes Mares Cariri, emissora comercial pertencente ao Sistema Verdes Mares de Comunicação. A Imprensa escrita local conta com o Jornal do Cariri, Gazeta de Notícias e a Folha da Manhã. Entretanto, a liderança neste segmento é dividida pelos jornais O Povo e Diário do Nordeste, ambos de Fortaleza.

Na Tabela 34 é possível observar alguns equipamentos que favorecem a expressão cultural, como bibliotecas públicas, teatros, museus e bandas de música, dentre elas aquelas contempladas pelo Projeto Pró-Bandas (promovido pelo governo do estado do Ceará).

Tabela 34– Bibliotecas Públicas, Teatros, Museus, Bandas de Música e bandas de música do projeto Pró-Bandas. Micro território Cariri Central

Municípios	Bibliotecas Públicas	Teatros	Museus	Bandas de Música	Bandas de música do Projeto Pró-Bandas
Abaiara	1	-	-	1	1
Barbalha	1	1	-	1	-
Caririaçu	1	-	1	1	-
Crato	2	4	3	1	-
Farias Brito	1	-	-	1	-
Granjeiro	1	-	-	1	1
Jardim	1	-	2	1	-
Juazeiro do Norte	1	1	4	2	-
Missão Velha	1	-	-	1	-
Várzea Alegre	1	-	-	1	-

Fonte: Anuário Estatístico, IPECE, 2008.

Apesar da riqueza de festejos populares e grupos de expressão do território, observamos que existem poucos equipamentos com o intuito de apoiar e difundir a cultura local. E estes ainda se concentram em alguns municípios, como Crato e Juazeiro do Norte, enquanto que outros como Abaiara, Missão Velha e Várzea Alegre necessitam de maior investimento nesse sentido.

Quanto ao esporte, o governo do Estado promove projetos de incentivo à prática esportiva com o intuito de atrair jovens, como no Projeto Viva +, para com o intuito de diminuir o número de pessoas envolvidas com drogas; além dos projetos Mão Amiga, Esporte na Escola, Esporte na Minha Cidade e da construção de pistas de skate, tendo como objetivo a inclusão social e a difusão da prática esportiva no estado.

Juazeiro possui dois clubes profissionais de futebol: Icasa e Guarani. O duelo entre as duas equipes é conhecido no Ceará como "Clássico do Interior"

ou "Derby Juazeirense" (menos usado). Os dois clubes também ostentam rivalidade com o Crato, com quem fazem clássicos regionais.

O estádio municipal Romeirão é o local onde os dois clubes mandam seus jogos. O Icasa está construindo o Praxedão, um estádio menor que aquele. Atualmente, a sede do Icasa já oferece aos jovens do município uma *Escolinha de Futebol*, promovendo os estudos além da prática do esporte.

O *Jiu-Jitsu* é praticado há pouco tempo no município, mas vem ganhando cada vez mais adeptos. Destaque para a equipe "Nova União Cariri" que possui inclusive títulos nacionais.

Juazeiro possui diversas academias de *Kung-Fu*, destacando-se a do SESC, que possui muitos alunos concorrendo em torneios regionais e nacionais.

No Karatê, a Associação de *Karate Okinawa Goju-Ryu* do Brasil *Shobukan (AKOGBS)* destaca-se em campeonatos nacionais pela liga Interestilos, possuindo vários troféus de competições de nível municipal, regional e nacional. O estilo praticado é o *Goju-ryu Shobukan* tradicional.

b) MicroTerritório II – Cariri Leste

No município de Mauriti destaca-se a fabricação e restauração de violinos, violoncelos, contrabaixos e violas pelo *luthier* Antônio Gomes da Silva, conhecido como seu Totonho, considerado como Mestre do Mundo em 2007 pelo Governo do Estado do Ceará junto ao Ministério da Cultura. Seu trabalho é feito em uma oficina improvisada no quintal de sua casa por onde já passaram alguns alunos interessados na função, mas a prefeitura está reformando um prédio para instalação da Fábrica Escola de Violinos em São Félix.

No artesanato, destacam-se a argila e o barro. Como elementos da expressão cultural, grupos de balé, grupos de teatro, grupo de reisado e a banda cabaçal Couro do Boi Preto.

Por conta da riqueza de fosséis da região, existe o Sítio Paleontológico da *Massalin* no município de Aurora.

No município de Aurora é possível encontrar patrimônios materiais como a antiga estação ferroviária do início do século XX e o Casarão Coronel Xavier, que data de 1731; além da Igreja Imaculada Conceição no município de Mauriti.

Sobre a gastronomia, além daquelas já citadas anteriormente presentes em todo Ceará, existe no município de Mauriti a fábrica de féculas e uma grande produção de bananas, o que possibilita a produção de derivados desta fruta.

O Micro-território Cariri Leste possui algumas emissoras de rádio, como a Rádio FM de Barro e Rádio Boa Esperança, Sul Cearense Ltda-OM, no município de Brejo Santo e a União FM no município de Mauriti.

Sobre os esportes, o município de Barro possui dois principais times locais, o Clube Atlético Barrense e o Criciúma, além de várias outras equipes da sede e de toda zona rural. Todos os anos é realizado o Campeonato Municipal de Futebol, onde as equipes disputam o torneio no campo municipal do Bitão. As equipes também participam de jogos realizados em outras cidades. O futsal também é praticado, na quadra poliesportiva da E.E.F.M. Mauro Sampaio e no C.S.U. Há ainda o handbol, basquete, que são praticados pelos alunos do Programa Segundo Tempo, quando os alunos utilizam o espaço da escola no período contrário ao das aulas. Capoeira e Karatê também são praticados na cidade.

Apesar da riqueza cultural do povo do Território do Cariri e, mais especificamente do Cariri Leste, observamos uma desigualdade em relação a este Micro território em razão dos equipamentos voltados para a difusão e manifestação da cultura e tradição local. Em todo este micro território, não há teatros ou bandas de música contempladas pelo Projeto Pró-Bandas do Governo do Estado, como mostra a Tabela 35.

Tabela 35 - Bibliotecas Públicas, Teatros, Museus, Bandas de Música e bandas de música do projeto Pró-Bandas. Micro território Cariri Leste

Municípios	Bibliotecas Públicas	Teatro	Museu	Bandas de Música	Bandas de Música do Projeto Pró-Bandas
Aurora	1	-	-	1	-
Barro	1	-	-	1	-
Brejo Santo	1	-	1	1	-
Jati	1	-	-	1	-
Mauriti	1	-	-	1	-
Milagres	1	-	-	1	-
Penaforte	1	-	-	1	-
Porteiras	1	-	-	1	-

Fonte: Anuário Estatístico, 2008.

No Micro território Cariri Central, por exemplo, existem 6 teatros e 10 museus, enquanto que no Micro território Cariri Leste existe somente um museu no município de Brejo Santo. Isso indica que é necessário maior investimento no intuito de diminuir essa desigualdade.

Quanto às Bibliotecas Públicas Municipais, os números são bem parecidos, indicando um investimento do governo de forma homogênea nos municípios do Território do Cariri nesse setor.

c) MicroTerritório III – Cariri Oeste.

O Micro território Cariri Oeste possui uma rica agenda cultural, além daquelas já citadas comuns dos três, como o festival de música Canta Nova Olinda e o Baile Popular de Réveillon, no município de Nova Olinda; o Assaré em Arte e Cultura - Festa do aniversário do poeta Patativa do Assaré, dia 5 de março, na cidade de Assaré. A Festa do Peixe no município de Potengi traz também elementos da gastronomia típica.

Aproveitando os festejos juninos, os municípios organizam festas como o Arraia Xique-Xique, na cidade de Potengi e o Assaré Junino e Arraia do Patativa – Junho, na cidade de Assaré, prestando homenagem ao poeta cearense natural desta cidade.

O Fequaripe - Festival de Quadrilhas de Araripe - é um dos eventos da Administração Municipal de Araripe, realizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento Social, Esporte e Juventude, e demais parcerias consolidadas junto ao público.

O evento conta com um número significativo de presença popular. Durante uma noite as quadrilhas das escolas públicas municipais e estaduais apresentam suas performances, numa festa que evidencia as danças típicas, músicas, vestimentas, coreografias, criatividade, animação e encenação de casamento das quadrilhas juninas.

Durante a Semana Santa pode ser destacada a festa dos caretas no município de Altaneira. Os caretas pedem donativos para a festa e para organizar uma brincadeira em que colocam dinheiro no interior de um boneco de Judas e o colocam no centro de um círculo dessas figuras fantasiadas. As pessoas, então, tentam pegar o boneco do Judas posicionado dentro do círculo sob chicotadas dadas pelos caretas. Os penitentes são grupos que também atuam durante a Semana Santa, porém de caráter mais religioso, ligados aos rituais de martírio e autoflagelação, em Assaré, por exemplo, existem os Penitentes de Genezaré.

São grupos de expressão cultural no município de Salitre o Reisado da Lagoa dos Paulinos, reisado do Boi Crioulo, forró da concertina do Mestre Né Chagas, festa de Mãe Aparecida dos crioulos. Em Altaneira existe o Grupo CULTURARTE, com capoeira, maculelê, samba de roda; a banda de música Pe. David Moreira e o Grupo nos Trilhos da Música. Em Assaré são destacados os grupos da Banda Cabaçal Mestre Zé Lino, o Grupo de coco dos Beliscos e o Reisado Bois de Caretas, além da Academia da Poesia Popular com relação à literatura. No município de Campos Sales é também feito o resgate do Casimiro Coco, baseado nesse ritmo típico cearense.

Com relação ao artesanato, no município de Altaneira destacam-se os trabalhos a partir da palha e do cipó e, no município de Campos Sales, o artesanato de fibras, além da pintura e bordado em Salitre. A cidade de Potengi é conhecida nacionalmente como a terra dos ferreiros, devido ao grande quantitativo de oficinas artesanais e produção de materiais à base de ferro, como roçadeiras, foices e enxadas exportadas para todo o país.

Quanto ao patrimônio material, no município de Altaneira existem prédios de arquitetura antiga, como a Igreja Matriz de Santo Antônio (Século XIX), o Casarão Colonial de seu Carlinho, a Casa de Pitia, o Mercado Público Municipal. Em Santana do Cariri são construções de importância histórica a

Igreja matriz de Senhora Sant'Ana, centenária e em estilo neo clássico, e o Casarão Cultural Felinto da Cruz Neves e Generosa Amélia da Cruz. Há, neste mesmo município, o Pontal da Santa Cruz a 750m de Altitude acima do nível do mar com mirante e restaurante na Chapada do Araripe.

Em homenagem à Dona Bárbara de Alencar, considerada heroína, defensora da Revolução Pernambucana de 1817 e da Confederação do Equador, mãe do político Tristão Gonçalves e avó do escritor José de Alencar, seus restos mortais estão neste município.

O Micro território Cariri Leste é rico também em fósseis e inscrições rupestres. Por isso, existem muitos parques e sítios arqueológico, como o Sítio Furna Pintada, no município de Nova Olinda, além do Museu do Homem Cariri – Fundação Casa Grande, para preservação de fósseis, escrituras rupestres e outras riquezas pré-históricas típicas da região.

A zona do município de Araripe é conhecida no mundo da paleontologia pela qualidade dos fósseis de pteurossauros das rochas de Araripe, onde se destaca a Gruta do Brejinho uma das mais importantes cavernas areníticas do Estado, revestida com exuberante vegetação. Já o município de Santana do cariri destaca-se por possuir a maior reserva fossilífera mundial do período cretáceo. Existe um vasto sítio arqueológico, onde já foram descobertas várias espécies de animais extintos e abriga o Museu de Paleontologia da Universidade Regional do Cariri.

No esporte, é praticado o *Kung Fu* no município de Altaneira e estão sendo construídas quadras poliesportivas nos municípios de Antonina do Norte e Tarrafas.

Tabela 36 - Bibliotecas Públicas, Teatros, Museus, Bandas de Música e bandas de música do projeto Pró-Bandas. Micro território Cariri Oeste.

Municípios	Bibliotecas Públicas Municipais	Teatros	Museus	Bandas Municipais de Música	Bandas de Música do Projeto Pró-Bandas
Altaneira	1	-	-	1	1
Antonina do Norte	1	-	1	1	1
Araripe	1	1	-	1	-
Assaré	1	-	1	1	-
Campos Sales	1	1	-	1	-
Nova Olinda	2	1	1	1	-
Potengi	1	-	-	1	1
Salitre	1	-	-	1	1
Santana do Cariri	1	-	2	1	-
Tarrafas	1	-	-	1	1

Fonte: Anuário Estatístico, IPECE, 2008.

10 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL

O diagnóstico da Dimensão Sociocultural Educacional possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 11, conforme áreas trabalhadas, quais seja: aspectos sociais, aspectos da saúde, aspectos educacionais e culturais, que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
<ol style="list-style-type: none"> 1. Deficiências no funcionamento do Programa Saúde da Família, incluindo a alta rotatividade dos profissionais médicos; 2. Inexistência de NASF em oito municípios do Território; 3. Presença de lixões em vários núcleos urbanos e rurais da região, contribuindo para o agravamento da poluição do solo, rios e lençol freático, dentre outras questões; 4. Fragilidade da infra-estrutura de apoio à saúde preventiva, incluindo a ausência de abatedouros públicos, a carência de saneamento básico, especialmente na zona rural, poluição de rios e outras fontes d'água e unidades de saúde sucateadas; 5. Poucas unidades do SAMU; 6. Baixa oferta de Centros de Apoio à Saúde do Trabalhador; 7. Alta Taxa de Mortalidade Infantil (média dos municípios do Território); 8. Má remuneração, em alguns municípios, dos profissionais de saúde que compõem a equipe multidisciplinar; 9. Ausência de unidades de Casa do Diabético e do Idoso; 10. Dificuldade de garantia da alimentação do hiperdia; 11. Carência de acompanhamento da gestante com sífilis; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Boa articulação do movimento de mulheres no combate de violência contra a mulher 2. Presença de CEREST, que incitou a discussão da política de saúde ao trabalhador 3. Presença de banco de leite humano em Juazeiro do Norte 4. UTI Neonatal 5. Cobertura de Agentes Comunitário de Saúde 6. Cuidado com a primeira infância através do incentivo ao aleitamento materno exclusivo e cobertura vacinal 7. Existência de Unidade Pronto Atendimento à Saúde 8. Farmácia Popular 9. Melhoria da infra estrutura de apoio à saúde, a exemplo dos CAPs, CEOs, Postos de Saúde, Centros de Saúde 10. Implantação da Ronda do Quarteirão 11. Sinalização de Trânsito nos municípios (Cultura da Paz) 12. Equipes de Saúde da família desenvolveram ações comunitária com relação a política de saúde do adolescente 13. NASF, resgate da dimensão educativa em saúde 14. Implantação do Saúde e Prevenção na Escola (SPE) 15. Existência do Programa do Leite 16. Avanço no abastecimento de água, devido ao Projeto São José

AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
<p>12. Fragilidade das ações preventivas de combate à TB, incluindo a busca ativa de sintomáticos respiratórios;</p> <p>13. Ausência de ações intersetoriais de combate à dengue;</p> <p>14. Fragilidade na busca ativa de pessoas com suspeita de hanseníase;</p> <p>15. Carência de ações de prevenção e combate ao sedentarismo;</p> <p>16. Altos índices de realização de partos cesarianos, motivadas por conveniência ou preferência dos profissionais e/ou unidades de saúde envolvidas nos procedimentos, em detrimento do parto natural;</p> <p>17. Descontinuidade das ações/programas com as mudanças de gestores municipais;</p> <p>18. Dificuldade de manter profissionais com especialidades;</p> <p>19. Incapacidade de atendimento da demanda por serviços de saúde, com agravamento do quadro no município de Juazeiro do Norte, em decorrência do crescimento da população sazonal (períodos de romaria);</p> <p>20. Carência de saneamento básico e rios transformados em esgotos a céu aberto;</p> <p>21. Carência e/ou baixa oferta de equipamentos sociais como CAPS (Sad e geral), CREAS, Casa de Apoio às vítimas de violência, Casa Abrigo, Centro de Convivência da Pessoa Idosa, Centro de Atenção à Criança e ao Adolescente e Centro de Apoio a Usuários de Drogas;</p> <p>22. Pouca integração das equipes dos CRAS com outras áreas de políticas públicas</p> <p>23. Inexistência de processo seletivo para escolha dos gestores nas escolas municipais;</p> <p>24. Precariedade na infra-estrutura das</p>	<p>(Cisternas)</p> <p>17. Lixo hospitalar incinerado por empresa privada</p> <p>18. Experiências pontuais de coleta de lixo</p> <p>19. O CadÚnico existente em cada município é um instrumento importante de controle e de inclusão social</p> <p>20. Existência de espaços sociais (fórum, comitê, ONG) de discussão e formulação de proposição de intervenção para segmentos cultura, juventude e mulheres</p>

AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
<p>escolas, especialmente nas zonas rurais, e baixa qualidade do ensino, principalmente o público;</p> <p>25. Oferta de transporte escolar irregular e de baixa qualidade;</p> <p>26. Insuficiência de oferta de bibliotecas, laboratórios de ciência e de informática;</p> <p>27. Ausência ou carência de ensino contextualizado e formação cidadã;</p> <p>28. Inexistência de Sistemas Locais de Cultura em alguns municípios (Secretaria e Plano, Fundo e Conselho);</p> <p>29. Carência de equipamentos públicos de cultura e centralização dos poucos existentes em áreas urbanas.</p>	
AMBIENTE EXTERNO	
AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de acompanhamento dos programas por parte dos gestores públicos externo do território; 2. Descontinuidade do Programa PROJOVEM (urbano/rural) 3. Deficiência de uma política pública que reduza o crescimento desordenado das cidades e estimule ações sustentáveis de geração de renda no meio rural 4. Deficiência das “políticas” para inclusão de pessoas com deficiência 5. Deficiência de políticas voltadas para os segmentos juventude e mulheres 6. Carência de políticas públicas de saúde para comunidades tradicionais; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. O Fundo Desenvolvimento da Educação – FUDEF e FUNDEB fundo nacional de desenvolvimento da educação básica vem melhorando a qualidade da educação; 2. Construção do hospital Regional, Policlínicas e CEOs; 3. Plano de Ações Articuladas – PAR vem contribuindo para a melhoria do atendimento à saúde; 4. O Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE traz uma grande oportunidade para a melhoria da qualidade da alimentação Escolar e para geração de renda nos municípios; 5. Financiamento para atendimentos em CAPS, CEO, UPA (Unidade de Pronto Atendimento); 6. Existência de Universidades / Faculdades nas áreas da saúde

Quadro 11- Análise do Ambiente Interno e Externo Dimensão Sociocultural Educacional

Fonte: Oficina de Validação do PTDRS, Comitê Temático de Ações Sociais, Saúde, Saneamento e Acesso à Água, Educação e Cultura do Território do Cariri, 2010.

Parte II b
DIMENSÃO AMBIENTAL

Aspectos Geoambientais
Aspectos Antrópicos

11 ASPECTOS GEOAMBIENTAIS

O diagnóstico a seguir traz uma série de informações sobre as características ambientais visando à preservação de espaços naturais ainda não conservados e a manutenção de espaços já considerados de preservação ambiental garantidos por lei, como as Unidades de conservação existentes e as áreas de preservação permanente. Tal diagnóstico ainda tem por objetivo apontar as potencialidades do território para que o mesmo tenha um desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável.

11.1 Características Geoambientais do Território

O Território da Cidadania do Cariri compreende vinte e oito municípios: Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jati, Jardim, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas e Várzea Alegre. As feições da paisagem são marcadas pelas Depressões Sertanejas, pelos Maciços Residuais e pela exuberância da Chapada do Araripe. Privilegiado pela Natureza, o Território abriga percentuais representativos da Bacia Sedimentar do Araripe, da Floresta Nacional do Araripe, da Área de Proteção Ambiental da Chapada do Araripe e o Geopark Araripe que possui um bloco de nove geoparques de proteção e preservação de registros geológicos, paleontológicos e paisagens naturais.

O Território destaca-se ainda pela intensa atividade comercial, turística e cultural liderada pelos municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha.

11.1.1 Identificação do Patrimônio Ambiental

O Patrimônio Ambiental é representado pela Floresta Nacional do Araripe, Área de Proteção Ambiental da Chapada do Araripe – APA, Parque Ecológico das Timbaúbas e pelo *Geopark*, um parque que se estende pela

área de seis municípios cearenses integrantes do Território do Cariri, são eles: Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. O *Geopark* perebenta um vasto patrimônio biológico, geológico e paleontológico. Compõe a Rede Mundial de Geoparques desde setembro de 2006 e tem como objetivo preservar as riquezas naturais da Chapada do Araripe (*Geopark, on line, 2010*).

O Cariri apresenta em sua constituição sítios geológicos e paleontológicos, destacando-se a presença de dois sítios: o membro Crato e o membro Santana (unidade superior) que fazem da Formação Santana um dos mais impressionantes e diversificados sítios paleontológicos do mundo, reconhecido tanto pela diversidade quanto pelo excelente estado de conservação dos espécimes.

11.1.1.1 TERRAS INDÍGENAS

De acordo com os aspectos históricos de formação do Cariri, as terras localizadas no sopé da Chapada do Araripe, eram habitadas pelos índios Kariri, antes da chegada dos portugueses, no interior brasileiro, durante o século XVII, entretanto os conflitos pela posse das terras, a influência exercida sobre os hábitos ocasionando a perda dos costumes entre outros fatores proporcionaram a extinção destes povos no Território.

Hoje, muitos pesquisadores ainda tentam identificar comunidades indígenas, objetivando resgatar a memória dos Kariri, porém, por processo de autoreconhecimento, foi identificada apenas uma comunidade remanescente de índios descendentes da tribo Kariri, composta por 50 famílias e localizada a cerca de 25 quilômetros do município de Crato, no Sitio Poço Dantas.

A comunidade indígena ainda mantém hábitos semelhantes aos de seus ancestrais. Vivem da pesca tradicional no Açude Thomás Osterne e da agricultura de subsistência, sendo que o milho continua sendo à base da alimentação. Produzem também objetos de cipó (cestos e balaios), utensílios de barro (potes e panelas) e remédios tradicionais utilizados em seu dia-a-dia.

Muitos deles, derivados da imburana, da quina-quina, do alecrim, da malva-corama, da erva cidreira, entre outras espécies.

As terras dos Kariri ainda não estão demarcadas nem regulamentadas. A comunidade não está localizada em área de reserva ambiental. Sofre processos de degradação decorrentes do próprio sistema de produção empregado por sua cultura indígena. Contudo, não se identificou ameaça de terceiros quanto a invasões da área ou impactos ambientais provocados pela especulação imobiliária, mineradoras, cerâmicas, entre outros. Não foram identificados quaisquer tipo de conflito social envolvendo a comunidade.

A sociedade caririense reconhece a Comunidade Kariri e se solidariza com seus interesses.

11.1.1.2 COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOLAS

No Estado do Ceará existem comunidades remanescentes de quilombolas identificadas e com processos ainda em aberto, aguardando reconhecimento e homologação de sua condição sócio-racial. Contudo, de acordo com os dados disponibilizados no Sistema de Informações do INCRA, o Território da Cidadania do Cariri cearense possui hoje, com o processo de reconhecimento também ainda em aberto, apenas três comunidades, sendo estas: Serra dos Chagas, localizadas no município de Salitre; Sitio Arruda, localizada no município de Araripe e a Comunidade Sousa, localizada no município de Porteiras.

Fontes primárias informaram que, no Território, além das três comunidades citadas, há outras vinte e sete com características semelhantes; todavia, as populações não se reconhecem como quilombolas.

A entidade católica CARITAS vem nos últimos anos acompanhando as comunidades negras no sentido de criar uma consciência de raça. Nesse sentido, já identificou três comunidades que se enquadram no perfil social de quilombolas: Comunidade Extrema, no Município de Mauriti; Comunidade Carcará no Município de Potengi e outra comunidade no Município de Aurora.

As terras das comunidades negras ainda não estão demarcadas nem regulamentadas. As comunidades não estão localizadas em área de reserva ambiental. Sofrem processos de degradação decorrentes do próprio sistema de produção. Em Carcará, Potengi, há um conflito envolvendo as famílias negras e proprietários confrontantes que teimam em invadir suas áreas. Nas demais comunidades, não foram identificados quaisquer tipo de conflito. Não foram detectados impactos ambientais provocados pela especulação imobiliária, mineradoras, cerâmicas, entre outros.

A sociedade cariense ainda não reconhece as comunidades como quilombolas.

11.2 Unidades de Conservação

As unidades de conservação, em sua essência, são os espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, aos quais se aplicam garantias adequadas de proteção (Lei N.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC). As unidades de conservação (UCs) podem ser classificadas em dois grandes grupos, de acordo com a forma de uso dos seus recursos naturais: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável (Constituição, 1988).

As unidades de proteção integral permitem apenas o uso indireto dos recursos naturais, como a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Inclui as seguintes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.

As unidades de uso sustentável permitem o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, em compatibilidade com a conservação da natureza. Inclui as seguintes categorias: Área de proteção Ambiental, Área de Relevante interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva extrativista,

Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular de Patrimônio Natural.

As Unidades de Conservação do Território são a Floresta Nacional do Araripe, a Área de Proteção Ambiental da Chapada do Araripe – APA, o Parque Ecológico das Timbaúbas (Juazeiro do Norte), o Parque Estadual Sítio Fundão, a RPPN Arajara *Park* e ainda o *Geopark* Araripe.

A Floresta Nacional do Araripe – FLONA, mais conhecida como *Flona Araripe*, é uma unidade de conservação brasileira situada na Chapada do Araripe, administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e integrante do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Sendo um dos últimos redutos da Mata Atlântica, ocupa uma extensa área que atravessa a fronteira do Ceará com Pernambuco, abrangendo partes dos municípios de Barbalha, Crato, Jardim e Santana do Cariri, numa área total de 39.262,326 ha.

Os solos da FLONA são originários do período Cretáceo, predominando o tipo latossolo. Solos do período Cretáceo costumam apresentar fósseis, não sendo diferente na FLONA Araripe, onde apresenta um vasto sítio arqueológico em sua área e onde foram descobertas algumas espécies de animais somente encontradas na região, como o *Santanaraptor placidus* (em latim - Predador de Santana, dinossauro terópode (carnívoro), bípede e de tamanho modesto que viveu há cerca de 110 milhões de anos no nordeste do Brasil, mais precisamente na formação Santana).

Foram listadas 193 espécies de aves distribuídas em 33 famílias, dentre as quais quatro são ameaçadas de extinção: ferreiro (*Procnias averano*), zabelê (*Crypturellus noctivagus*), jacú (*Penelope jacucoca*) e bico-virado-da-caatinga (*Megaxenops parnaguae*). Foi descrita na região uma espécie endêmica (distribuição geográfica se limita a uma determinada área) conhecida como lavadeira-da-mata ou soldadinho do araripe (*Antilophia bokermanni*). Destaca-se a presença do jacu (penelope superciliares), do abre-fecha (*Coryphospingus pileatus*), do murucututu (*Pulsatrix perspicillata*), do sabiá-da-mata (*Turdus leucomelas*) e sanhaçu-macaco (*Tangara cayana*) (NASCIMENTO et al, 2000).

Quanto aos mamíferos, a mastofauna é bem diversificada, sendo notável a presença da suçuarana (*Puma concolor*), do gato-marajá (*Leopardus tigrinus*), da raposa (*Cerdocyon thous*) e da cutia (*Dasyprocta prymnolopha*), além de outras espécies de roedores, marsupiais (presença, na fêmea, de uma bolsa abdominal, conhecida como marsúpio, onde se processa grande parte do desenvolvimento dos filhotes) e morcegos. Os diversos ambientes ecológicos existentes na FLONA promovem uma fauna variada, tendo sido registradas 27 espécies de ofídios, 20 de lagartos, 03 de anfisbenídeos e 15 de anfíbios. Entre os mais comuns da região, tem-se a jibóia (*Boa constrictor*), o calango-cego (*Polycrus acutirostris*), o papa-vento (*Anolis gr.brasiliensis*) e a rã de bananeira (*Phrynoias venulosa*). Destaca-se, no endemismo local, o calango-liso (*Mabuya arajara*).

Quanto à vegetação, a FLONA apresenta diferentes fisionomias, classificadas em: Floresta Subperenifólia Tropical Pluvial-Nebular (MATA UMIDA – 12,34%), Floresta Subcaducifólia Xeromorfa (Cerradão – 37,32%), Cerrado (42,67%), Carrasco (6,67%), Mata secundária (0,07%), Áreas sem cobertura florestal (0,93%),

Quanto aos aspectos socioeconômicos a FLONA cumpre importante papel fornecendo alimento (pequi, cajuí, mangaba), energia (lenha) e remédios (janaguba, barbatimão, favereira), bem como atrai atividades como pesquisa científica, manejo florestal e ecoturismo.

Já a Área de Proteção Ambiental da Chapada do Araripe – APA foi criada pelo Decreto Federal de 04 de agosto de 1997, abrange uma área de 1.063.000 ha, sendo 47% no Estado do Ceará, 36% no Estado do Pernambuco e 17% no Estado do Piauí.

No contexto da realidade turística regional, a APA da Chapada do Araripe ocupa posições privilegiadas, tanto pela situação geográfica, que a torna como um portão de entrada para os diversos atrativos da região nordeste, quanto pela própria infraestrutura de que dispõe. A APA possui quatro grandes marcos que concorrem, em escala mundial, em termos de vantagem competitiva: a situação geográfica privilegiada: um grande oásis, no polígono das secas, as jazidas fossilíferas do cretáceo, a Floresta Nacional do Araripe

(Barbalha, Crato, Jardim, Santana do Cariri); e o museu de paleontologia (Santana do Cariri).

O Geopark Araripe é um parque que se estende pela área de seis municípios cearenses integrantes do Território do Cariri, apresentando um vasto patrimônio biológico, geológico e paleontológico. Compõe a Rede Mundial de Geoparques desde setembro de 2006 e tem como objetivo preservar as riquezas naturais da Chapada do Araripe. É formado por uma rede de 9 geoparques de proteção e preservação de registros geológicos, paleontológicos e paisagens naturais, conforme Tabela 37 abaixo.

Todos os locais são representativos de estratos geológicos e em quatro deles existem formações fossilíferas. A contextualização do *Geopark* Araripe pretende:

- Proteger e preservar estas “janelas educativas” da História da evolução da Terra e da vida;
- Intensificar interfaces entre atividades científicas e aspectos culturais, turísticos e econômicos;
- Validar as relações entre aspectos da História da ocupação do território, a cultura regional e suas manifestações e as formas de apropriação dos recursos naturais da Região.

Tabela 37 – Rede de Geoparques do Território do Cariri, 2009.

GEOTOPE	MUNICÍPIO
Geotope EXU	Santana do Cariri
Geotope ARAJARA	Barbalha
Geotope SANTANA9	Santana do Cariri
Geotope IPUBI	Santana do Cariri
Geotope NOVA OLINDA	Nova Olinda
Geotope BATATEIRAS	Crato
Geotope MISSÃO VELHA	Missão Velha
Geotope DEVONIANO	Missão Velha
Geotope GRANITO	Juazeiro do Norte

Fonte: URCA, 2010.

O parque estadual Sítio Fundão está localizado na cidade do Crato, a 576Km de Fortaleza. Atende a finalidades ambientais e culturais de preservação de recursos naturais e históricos. Possui uma beleza exuberante, apresentando na flora nativa representantes dos biomas da Caatinga e do Cerrado, corpos d'água de grande valor para a população local e uma fauna silvestre variada. Além disso faz parte do Geossítio Batateira, vinculado ao *Geopark Araripe*. Possui edificações de importante valor histórico (SEMACE, 2010).

No território ainda existe uma RPPN conhecida como RPPN Arajara Park com 27,81 ha, situada na cidade de Barbalha.

11.3 Áreas Prioritárias para a Conservação

Como áreas primordiais para a conservação, o Território apresenta: o Caldeirão, no Município do Crato, local histórico onde aconteceu o massacre de camponeses inocentes liderados pelo beato José Lourenço, por meio da ação das forças armadas nacionais e que apresenta grande devastação da vegetação original, a Serra do Joá, no Município do Crato, área representativa da mata úmida, porém muito degradada em função dos desmatamento, incêndios freqüentes e atuação das olarias e empresas de cerâmica.

Fontes primárias demonstraram interesse das populações locais em realizar a revitalização dos rios: Salgado, Batateiras, Granjeiro, Salamanta, Lobo, Carás e Riacho dos Porcos.

As mesmas fontes alegaram que é de extrema importância a realização de estudos e implantação de programas ambientais voltados à identificação das áreas de preservação permanente, demarcação das áreas de reserva legal e preservação das encostas dos morros, principalmente na APA da Chapada do Araripe.

11.4 Biomas

O Bioma mais representativo do Território é a Caatinga, seguido de áreas de domínio do Cerrado. Na APA, apresentam-se as zonas testemunhas da Mata Úmida.

O bioma Caatinga é o principal ecossistema existente na Região Nordeste, e também no território do Cariri. O termo Caatinga é originário do tupi-guarani e significa mata branca. É um bioma único, pois, apesar de estar localizado em área de clima semi-árido, apresenta grande variedade de paisagens, relativa riqueza biológica e endemismo. A ocorrência de secas estacionais e periódicas estabelece regimes intermitentes aos rios, o que deixa a vegetação sem folhas. A folhagem, no entanto, volta a brotar e fica verde nos curtos períodos de chuvas (FERNANDES, 2000).

A Caatinga é dominada por tipos de vegetação com características xerofíticas – formações vegetais secas, que compõem uma paisagem cálida e espinhosa – com extratos compostos por gramíneas, arbustos e árvores de porte baixo ou médio (3 a 7 metros de altura), caducifólias (folhas que caem), com grande quantidade de plantas espinhosas (exemplo: leguminosas), entremeadas de outras espécies como as cactáceas e as bromeliáceas (MARTINS, 1993).

A Caatinga tem sido ocupada desde os tempos do Brasil Colônia com o regime de sesmarias e sistema de capitânicas hereditárias, por meio de doações de terras, criando-se condições para a concentração fundiária. De acordo com o IBGE (2006), 27 milhões de pessoas vivem atualmente no polígono das secas. A extração de madeira, a monocultura da cana-de-açúcar e a pecuária nas grandes propriedades (latifúndios) deram origem à exploração econômica. Na região da Caatinga, ainda é praticada a agricultura de sequeiro (plantações onde há poucas chuvas). Em relação à Fauna, ela é composta por mamíferos, aves de pequeno e médio porte, roedores, lagartos, todos típicos das áreas semiáridas. A fauna aquática, também é peculiar a situação hídrica do ambiente natural com anfíbios e peixes que mesmo quando os reservatórios estão com sua capacidade de uso da água limitada em anos de grandes estiagens estes reaparecem, povoando novamente os mesmos, garantindo a

complementação protéica e a segurança alimentar das populações existentes. As espécies mais comuns de peixes são: Curimatã, Cará, Traíra, Piau.

O cerrado também presente no território é a segunda maior vegetação brasileira. Típico de regiões tropicais, o cerrado apresenta duas estações bem marcadas: inverno seco e verão chuvoso. Com solo de savana tropical, deficiente em nutrientes e rico em ferro e alumínio, abriga plantas de aparência seca, entre arbustos esparsos e gramíneas, e o cerradão, um tipo mais denso de vegetação, de formação florestal. Pequenas árvores de troncos torcidos e recurvados e de folhas grossas, esparsas em meio a uma vegetação rala e rasteira, misturando-se, às vezes, com campos limpos ou matas de árvores não muito altas. Entre as espécies vegetais que caracterizam o Cerrado estão o barbatimão, o pau-santo, a gabioba, o pequizeiro, o araçá, a sucupira, o pau-terra, a catuaba e o indaiá. Debaxo dessas árvores crescem diferentes tipos de capim, como o capim-flecha, que pode atingir uma altura de 2,5m. Onde corre um rio ou córrego, encontram-se as matas ciliares, ou matas de galeria, que são densas florestas estreitas, de árvores maiores, que margeiam os cursos d'água. Nos brejos, próximos às nascentes de água, o buriti domina a paisagem e forma as veredas de buriti. Estima-se que 10 mil espécies de vegetais, 837 de aves e 161 de mamíferos vivam ali (Cerrado *on line*, 2010).

11.4.1 Características Geoclimáticas

O Território do Cariri é caracterizado por duas estações distintas: uma chuvosa e outra seca. A precipitação média anual é da ordem de 1.000 mm, sendo que de janeiro a abril se concentram 80% das chuvas. A temperatura média anual fica entre 24°C e 26°C, com mínima de inverno (julho) entre 21°C e 23°C, e máxima de verão (janeiro) entre 25°C e 27°C. A variação expressa por município é apresentada na Tabela 38.

Tabela 38 – Variação Climática entre os municípios integrantes do Território do Cariri, 2009.

Município	Temperatura Média (°c)	Pluviosidade (Mm)	Altitude (M)	Período Chuvoso	Clima
ABAIARA	24° a 26°	668,6	400	janeiro a abril	Tropical quente semiárido brando a tropical quente semi-árido
ALTANEIRA	24° a 26°	974,3	670	fevereiro a abril	Tropical Quente Semiárido
ANTONINA DO NORTE	26° a 28°	977,2	366,7	fevereiro a abril	Tropical Quente Semiárido
ARARIPE	22° a 24°	633,4	605,8	janeiro a maio	Tropical Quente Subúmido
ASSARÉ	24° a 26°	680,7	470	fevereiro a abril	Tropical Quente Semiárido
AURORA	26° a 28°	884,9	283	fevereiro a abril	Tropical Quente Semiárido
BARBALHA	24° a 26°	1.153,00	415,7	janeiro a abril	Tropical Quente Semiárido Brando
BARRO	24° a 26°	934,3	362,1	fevereiro a abril	Tropical Quente Semiárido
BREJO SANTO	24° a 26°	895,8	381,3	janeiro a abril	Tropical Quente Semiárido Brando a Tropical Quente Semiárido
CAMPOS SALES	24° a 26°	670	567,1	fevereiro a abril	Tropical Quente Semiárido
CARIRIAÇU	24° a 26°	1.127,10	715,27	janeiro a abril	Tropical Quente Semiárido a Tropical Quente Semiárido Brando
CRATO	24° a 26°	1090,9	426,9	janeiro a maio	Tropical Quente Semiárido Brando a Tropical Quente Subúmido
FARIAS BRITO	26° a 28°	896,5	320	janeiro a abril	Tropical Quente Semiárido a Tropical Quente Semiárido Brando
GRANJEIRO	24° a 26°	1.236,60	350	janeiro a maio	Tropical Quente Semiárido Brando
JARDIM	22° a 24°	790,4	652	janeiro a maio	Tropical Quente Subúmido a Tropical Quente Semiárido Brando
JATI	24° a 26°	668,6	435,04	janeiro a abril	Tropical Quente Semiárido Brando a Tropical Quente Semiárido

Município	Temperatura Média (°c)	Pluviosidade (Mm)	Altitude (M)	Período Chuvoso	Clima
JUAZEIRO DO NORTE	24° a 26°	925,1	377,3	janeiro a maio	Tropical Quente Semiárido a Tropical Quente Semiárido Brando
MAURITI	24° a 26°	872,3	373,8	fevereiro a abril	Tropical Quente Semiárido
MILAGRES	24° a 26°	938,8	334,1	fevereiro a abril	Tropical Quente Semiárido
MISSÃO VELHA	24° a 26°	987,3	361	janeiro a abril	Tropical Quente Semiárido Brando a Tropical Quente Semiárido
NOVA OLINDA	24° a 26°	682,7	445	janeiro a maio	Tropical Quente Sub-úmido, Tropical Quente Semiárido Brando e Tropical Quente Semiárido
PENAFORTE	24° a 26°	668,6	506,93	janeiro a abril	Tropical Quente Semiárido a Tropical Quente Semiárido Brando
PORTEIRAS	24° a 26°	904,2	538	janeiro a abril	Tropical Quente Semiárido Brando
POTENGI	24° a 26°	682,7	557	janeiro a abril	Tropical Quente Semiárido a Tropical Quente Semiárido Brando
SALITRE	22° a 24°	852,6	600	janeiro a abril	Tropical Quente Semiárido e Tropical Quente Semiárido Brando
SANTANA DO CARIRI	24° a 26°	972,8	475	janeiro a maio	Tropical Quente Semiárido, Tropical Quente Semiárido Brando, Tropical Quente Subúmido
TARRAFAS	26° a 28°	965	300	janeiro a abril	Tropical Quente Semiárido
VARZEA ALEGRE	26° a 28°	965,3	300	janeiro a abril	Tropical Quente Semiárido Brando e Tropical Quente Semiárido

Fonte: IBGE (2009).

Por apresentar-se localizado em zona semiárida, o Território do Cariri apresenta como característica predominante o Clima Tropical Quente Semiárido, entretanto, parte do Micro território Cariri Central, apresenta uma

faixa verde destacada na Figura 7, onde visualizamos a influência da presença da Floresta Nacional do Araripe nos municípios que compõe este micro território, passando a apresentar o Clima Tropical Quente Subúmido. Na mesma figura ainda é possível visualizar que os municípios localizados na faixa de transição entre a região quente subúmida e a região quente semiárida, apresentam uma temperatura quente semiárida branda, na qual alguns municípios integrantes dos micro territórios Cariri Leste e Cariri Oeste ainda são beneficiados.

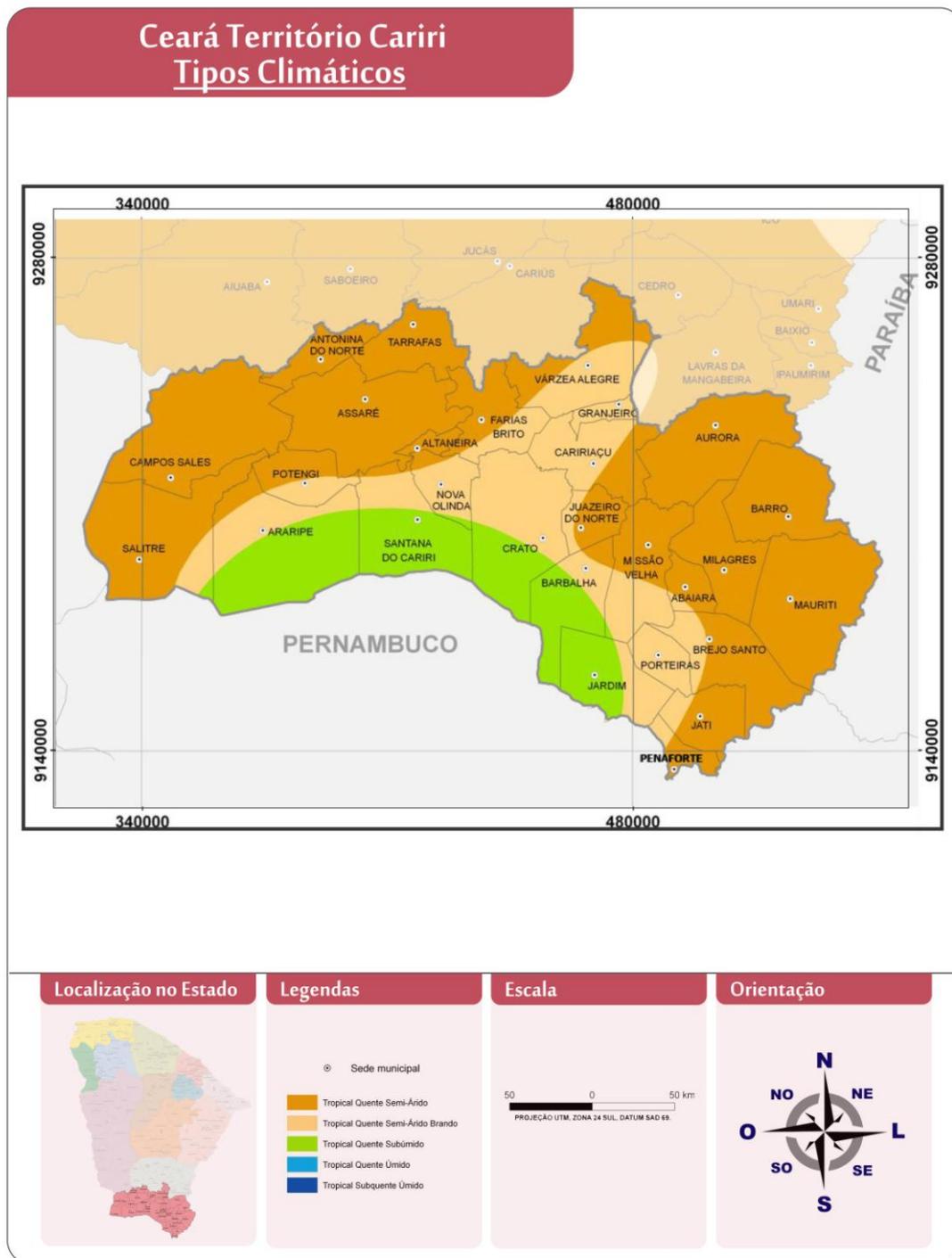


Figura 7 – Mapa com os tipos climáticos predominantes no Território do Cariri, 2009.
Fonte: IPECE (2009).

Em relação à Precipitação Pluviométrica no Território é apresentada por micro território, a variação ocorrida ao longo do intervalo entre 2002 a 2008,

sendo esta expressa através da Figura 8, Cariri Leste, Figura 9, Cariri Central e Figura 10 o Cariri Oeste.

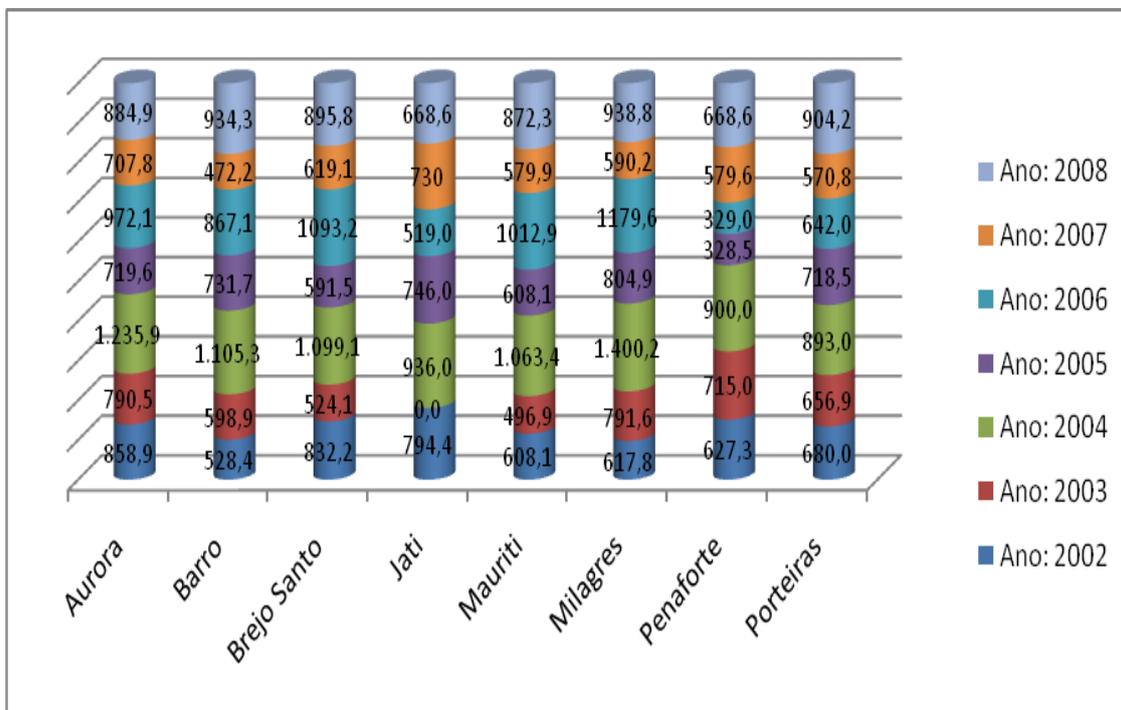


Figura 8 – Variação pluviométrica, Micro território Cariri Leste, 2009.
Fonte: IBGE (2009)

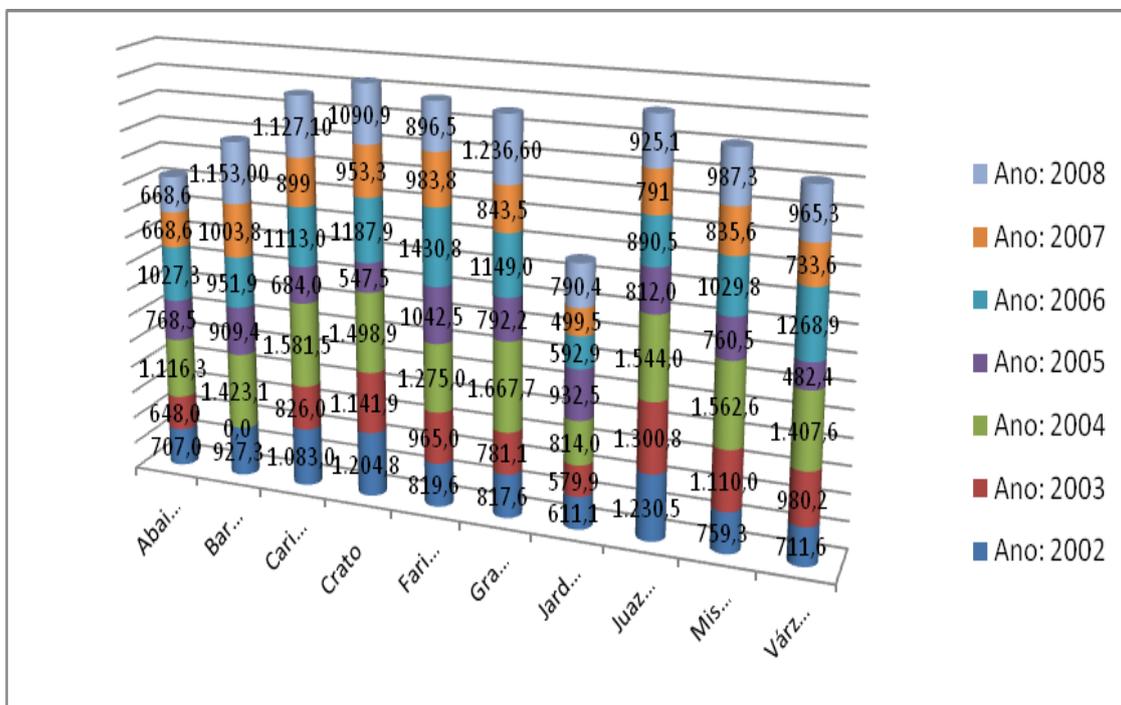


Figura 9 – Variação pluviométrica, Micro território Cariri Central, 2009.
Fonte: IBGE (2009).

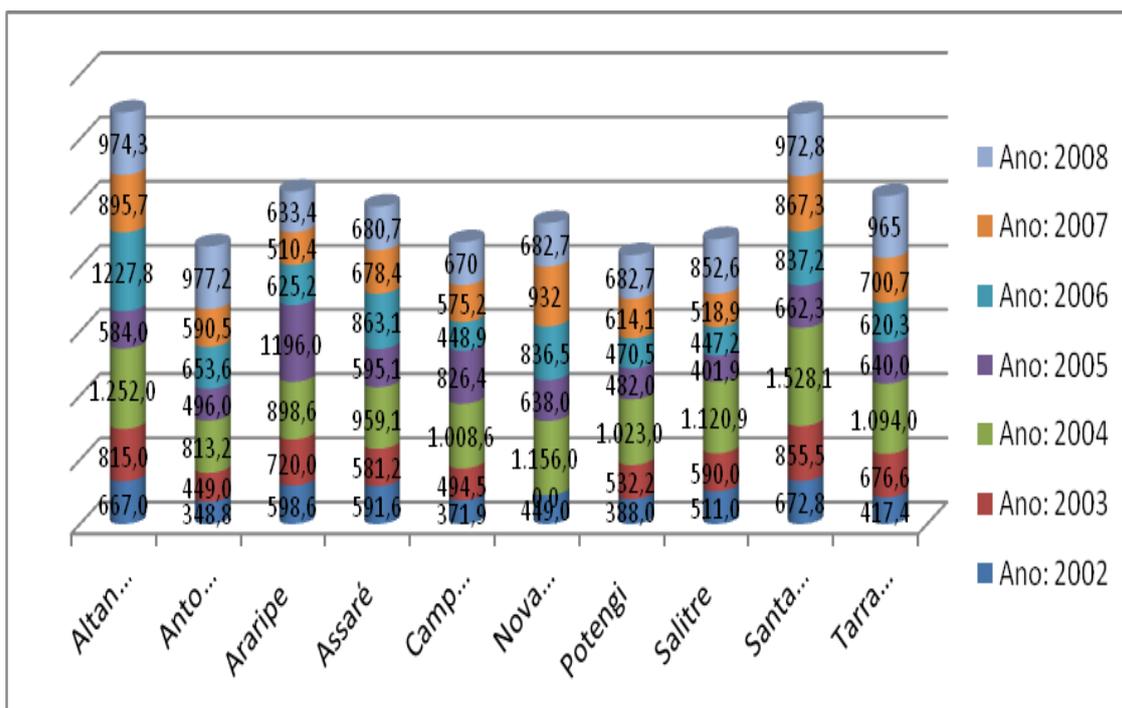


Figura 10 - Variação pluviométrica, Micro território Cariri Oeste, 2009.
Fonte: IBGE (2009)

Observando as Figuras 8, 9 e 10, constata-se que ao longo de sete anos a precipitação pluviométrica tem apresentado grandes variações, desde valores consideráveis - acima de 1000 mm a precipitações muito baixas, entre 300 e 400 mm.

Analisando o biênio 2002 e 2003 no Território da Cidadania do Cariri, verifica-se que a média observada por município corresponde a 694,10 mm por município, enquanto que em 2003, correspondeu a 665,02 mm por município, apresentando um déficit entre os dois anos de 29,07 por município.

No biênio 2004/2005 houve uma variação de grande impacto, haja vista os fenômenos ocorrido em 2004, conhecido como os sistemas ZITC (Zona de Convergência Intertropical) - composta de um aglomerado de nuvens distintas que trazem chuvas para as regiões Norte e Nordeste do País, a frente fria do Sul que está se deslocando com facilidade para o Nordeste e a alta da Bolívia que transporta a umidade do Amazonas para as regiões Centro-Oeste e sertão do Nordeste. Neste período a precipitação observada superou a precipitação média considerada no Território que é de 882,13 mm por município, chegando a 1192,03 mm, apresentando uma diferença de 309,90 mm. Já em 2005,

observou-se uma média de 696,5 mm por município, entretanto, a menor precipitação observada foi de 328 mm no município de Penaforte, enquanto que a maior precipitação ocorrida foi no município de Farias Brito, correspondendo a 1.042 mm.

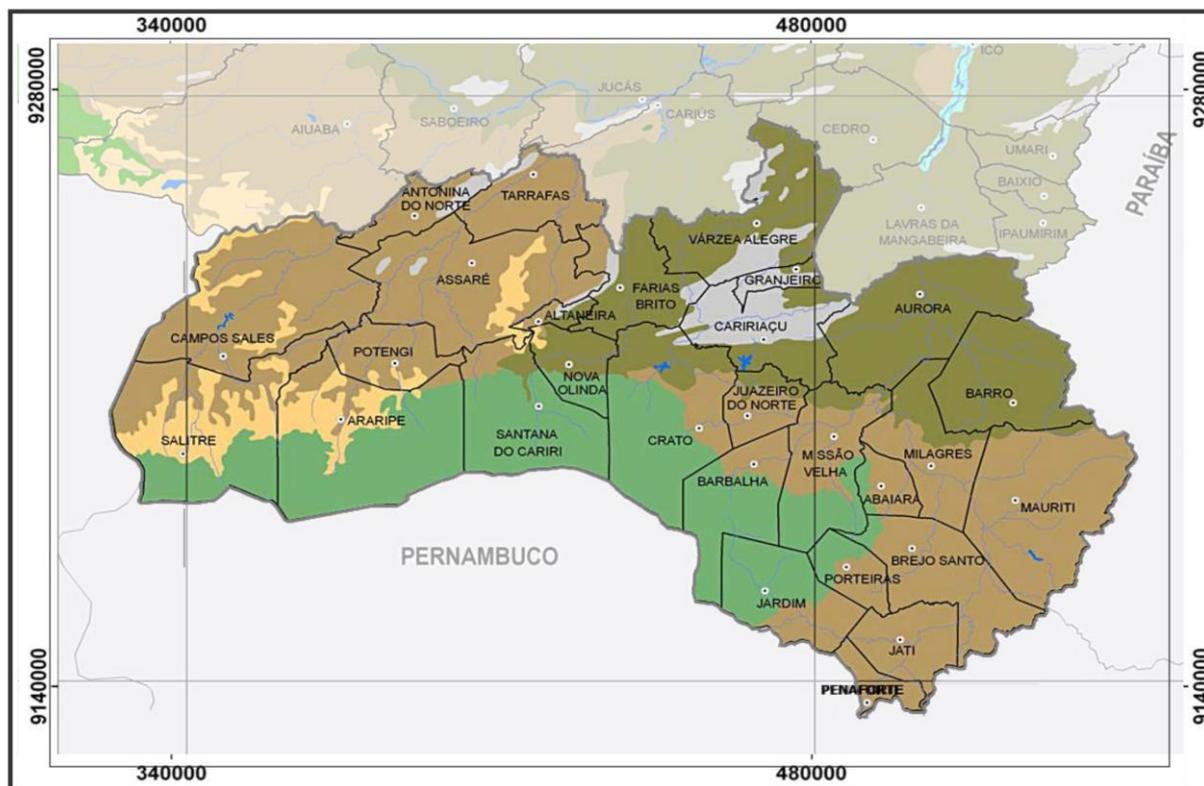
O triênio 2006-/2008 apresentou uma variação média por município de 820,61 mm, sendo a maior precipitação observada registrada no Município de Crato, com 1077 mm e no município de Granjeiro, com 1076 mm, enquanto a media observada de menor precipitação ocorreu no município de Campos Sales, correspondendo a 564,7 mm.

Os aspectos climáticos permitem ao Território a médio e longo prazo dotar-se de infraestrutura hídrica auto-suficiente como também implementar diversas atividades produtivas agrícolas, não-agrícolas e industriais, com destaque para a fruticultura irrigada, a piscicultura, o turismo ecológico e um parque de agroindústrias, entre outras.

11.4.2 Características Geomorfológicas

O mapa retratado na Figura 11 representa a Compartimentação Geoambiental, esta se refere a divisão observada do ponto de vista de uma análise geoecológica (geológica, morfológica, hidrológica, climatológica...), nesse caso, representa as características geomorfológicas do Território do Cariri.

Ceará Território Cariri Compartimentação Geoambiental



Localização no Estado



Legendas

- ⊙ Sede municipal
 - Corpos d' água
 - Drenagens
- Unidade Geoambiental**
- Tabuleiros interiores
 - Planície flúvio marinha
 - Chapada do Apodi
 - Chapada do Araripe
 - Glaciais de acumulação
 - Planalto da Ibiapaba
 - Planície litorânea
 - Planície ribeirinha
 - Serras secas
 - Serras úmidas
 - Sertão ocidental Ibiapaba
 - Sertão centro ocidental
 - Sertão pré litorâneo
 - Sertão sul ocidental

Escala



Orientação



Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

Figura 11 - Compartimentação Geoambiental do Território do Cariri.
Fonte: Adaptado do IPECE, 2000.

As formas que predominam no relevo brasileiro são as depressões, planaltos e planícies. Destas, o Território apresenta apenas duas, sendo as depressões e planaltos. A partir das três macro unidades brasileiras foram originadas 28 unidades de formas de apresentação do relevo, ocorrendo três destas formações no Território, sendo: Depressões Sertanejas, Maciços Residuais e Chapada do Araripe, presentes de acordo com as características geomorfológicas de cada município integrante do Território, conforme Tabela 39.

Tabela 39 - Classificação do Relevo no Território do Cariri, 2009.

MUNICÍPIO	RELEVO
ABAIARA	Chapada do Araripe
ALTANEIRA	Depressão Sertaneja e Maciços Residuais
ANTONINA DO NORTE	Depressões Sertanejas
ARARIPE	Depressão Sertaneja, Chapada do Araripe
ASSARÉ	Maciço Residual, Depressão Sertaneja
AURORA	Depressões Sertanejas
BARBALHA	Chapada do Araripe
BARRO	Depressão Sertaneja
BREJO SANTO	Chapada do Araripe
CAMPOS SALES	Depressões Sertanejas e Maciços Residuais
CARIRIAÇU	Depressão Sertaneja, Maciços Residuais
CRATO	Chapada do Araripe e Depressões Sertanejas
FARIAS BRITO	Depressão Sertaneja e Maciços Residuais
GRANJEIRO	Depressões Sertanejas e Maciços Residuais
JARDIM	Chapada do Araripe
JATI	Chapada do Araripe e Depressões Sertanejas
JUAZEIRO DO NORTE	Chapada do Araripe e Depressões Sertanejas
MAURITI	Chapada do Araripe e Depressões Sertanejas
MILAGRES	Chapada do Araripe e Depressões Sertanejas
MISSÃO VELHA	Chapada do Araripe e Depressões Sertanejas
NOVA OLINDA	Depressões Sertanejas e Chapada do Araripe
PENAFORTE	Chapada do Araripe
PORTEIRAS	Chapada do Araripe

MUNICÍPIO	RELEVO
POTENGI	Depressão Sertaneja
SALITRE	Depressão Sertaneja, Chapada do Araripe
SANTANA DO CARIRI	Depressão Sertaneja, Chapada do Araripe
TARRAFAS	Depressão Sertaneja, Maciços Residuais
VARZEA ALEGRE	Depressões Sertanejas e Maciços Residuais

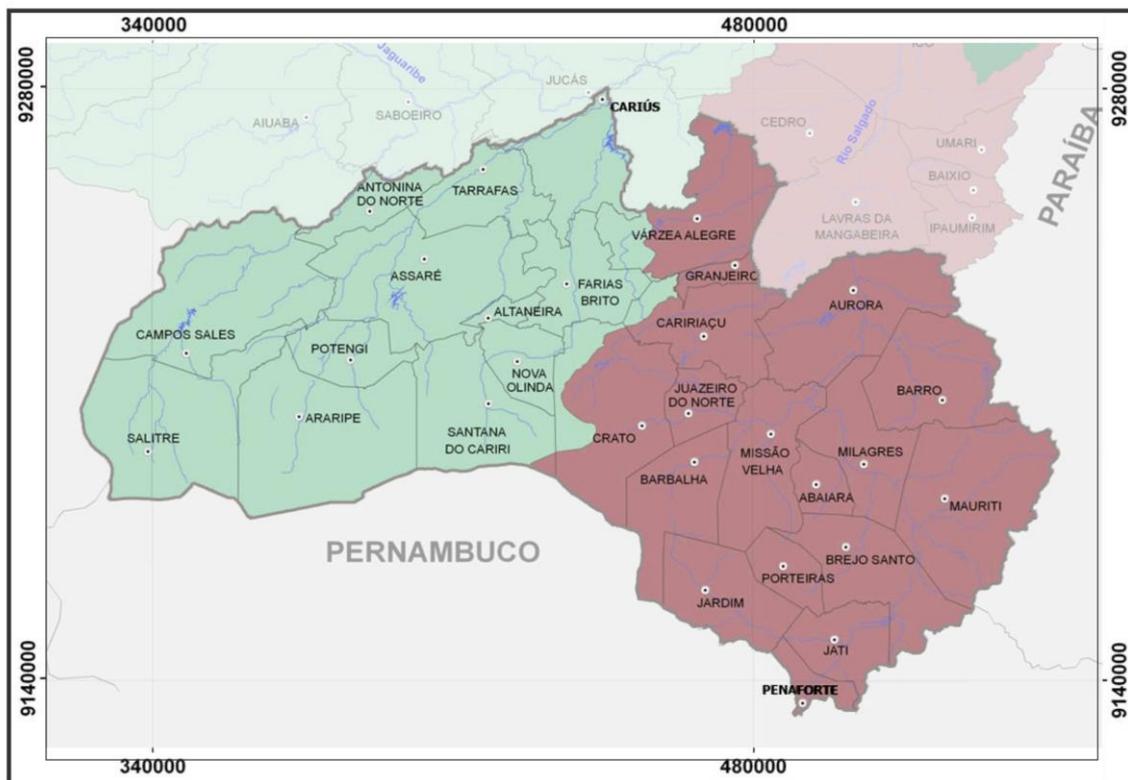
Fonte: IPECE (2009).

As conformações do relevo e a natureza geomorfológica permitem ao Território um leque de atividades produtivas capaz de conferir ocupação produtiva, empregabilidade e geração de renda nas áreas rurais, todavia, torna-se de fundamental importância restrições de utilização de áreas declivosas, das encostas, de zonas especiais das depressões sertanejas (áreas de preservação permanente) e da maior parte da Chapada do Araripe.

11.4.3 Características Hidrológicas

Quanto à cobertura hídrica, o Território do Cariri encontra-se banhado por duas bacias hidrográficas: a Bacia do Salgado e a Bacia do Alto Jaguaribe, conforme Figura 12 apresentada a seguir:

Ceará Território Cariri Bacias Hidrográficas



Localização no Estado



Legendas

- ⊙ Sede municipal
- Drenagens
- Açudes e lagoas
- Bacias hidrográficas
 - Acaraú
 - Alto Jaguaribe
 - Baixo Jaguaribe
 - Banabuiú
 - Coreaú
 - Curu
 - Litoral
 - Metropolitana
 - Médio Jaguaribe
 - Paraíba
 - Salgado

Escala



PROJEÇÃO UTM, ZONA 24 SUL, DATUM SAD 69.

Orientação



Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

Figura 12 – Bacias Hidrográficas do Território do Cariri- Salgado e Alto Jaguaribe.
Fonte: Adaptado do IPECE (2009).

De acordo com o zoneamento utilizado pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH, os municípios integrantes destas bacias são:

- **Bacia Hidrográfica do Salgado:** Aurora, Barro, Mauriti, Brejo Santo, Porteiras, Jati, Penaforte, Barbalha, Crato, Missão Velha, Juazeiro do Norte, Abaiara, Milagres, Granjeiro, Caririaçu, Jardim e Várzea Alegre;

- **Bacia Hidrográfica do Alto Jaguaribe:** Tarrafas, Campos Sales, Antonina do Norte, Salitre, Araripe, Potengi, Assaré, Santana do Cariri, Nova Olinda, Altaneira e Farias Brito.

O Território do Cariri apresenta também, em sua área espacial, importantes reservatórios hídricos, sendo estes monitorados tecnicamente pelo Departamento Nacional de obras Contra a Seca - DNOCS e pela Companhia de Gerenciamento dos Recursos Hídricos - COGERH, servindo como fonte de abastecimento para consumo humano, atividades agrícolas, esportivas e de lazer. A Tabela 40 apresenta os açudes monitorados na Bacia do Salgado.

Tabela 40 - Açudes Monitorados - Bacia do Salgado, Ceará, 2009.

Município	Açude	Capacidade (m3)	Cota (m)	Volume (m3)	Volume (%)	Vazão (L/s)*
BREJO SANTO	Atalho	108.250.000	422.97	94.490.000	87.3	450
AURORA	Cachoeira	34.330.000	303.71	29.420.000	85.7	120
MAURITI	Gomes	2.390.000	422.43	1.788.620	74.8	0
JUAZEIRO DO NORTE	Manoel Balbino (Carneiros)	37.180.000	422.41	20.890.000	56.2	80
VÁRZEA ALEGRE	Olho d'Água	21.000.000	348.25	17.650.000	84.0	80
BARRO	Prazeres	32.500.000	97.08	30.450.000	93.7	150
MAURITI	Quixabinha	31.780.000	406.8	11.224.800	35.3	110
CRATO	Thomás Osterne (Umari)	28.780.000	439.92	24.520.000	85.2	350
TOTAL	09 açudes	299.110.000		232.813.420		

Fonte: COGERH, 2009.

Outros reservatórios hídricos são destacados na Tabela 41, correspondente aos açudes monitorados na Bacia do Alto Jaguaribe:

Tabela 41 - Açudes Monitorados - Bacia do Alto Jaguaribe, Ceará, 2009.

Município	Açude	Capacidade (m3)	Cota (m)	Volume (m3)	Volume (%)	Situação	Vazão (L/s)*
ASSARÉ	Canoas	69.250.000	392.25	63.632.500	91.9	-	400
ANTONINA DO NORTE	Do Coronel	1.770.000	333.03	1.333.500	75.3	-	0
POTENGI	Pau Preto	1.808.767	997.81	1.720.000	95.1	-	0
CAMPOS SALES	Poço da Pedra	52.000.000	537.66	23.521.560	45.2	-	0
ALTANEIRA	Valério	2.020.000	53.19	1.809.400	89.6	-	0
TOTAL	05 açudes	126.848.767		92.016.960			

Fonte: COGERH, 2009.

O Território do Cariri também apresenta outros reservatórios, além dos descritos anteriormente, tidos como de responsabilidade dos municípios, além de poços e adutoras, sendo estas fontes de disponibilidade hídrica também utilizadas para fins de consumo humano, uso agrícola e praticas de esporte e/ou lazer, conforme Tabela 42 a seguir:

Tabela 42 – Reservatórios Hídricos Municipais do Território do Cariri

Municípios	Quantidades		
	Açudes	Poços	Adutoras
ABAIARA	0	39	0
ARARIPE	Açude Rio Grande	66	0
	Cachoeira	38	1
	Calumbi		
AURORA	Catingueira		
	Barro Vermelho		
	Martins		
	Mocó		
ASSARÉ	Canoas (bacia do Alto Jaguaribe)	73	1
BARBALHA		153	0
BARRO	Tavares	79	2

Municípios	Quantidades		
	Açudes	Poços	Adutoras
	Prazeres (bacia do Salgado)		
BREJO SANTO	Atalho (bacia do Salgado)	189	0
CARIRIRAÇU	São Domingos	27	0
CRATO	Tomás Osterne (bacia do Salgado)	137	0
FARIAS BRITO	0	39	0
GRANJEIRO	Açude Junco	16	0
JATI	Joãozinho	43	0
JARDIM	Taquari	32	1
	Mina		
JUAZEIRO DO	Padre Cicero	296	0
NORTE	Manoel Balbino		
	Gomes	229	1
MAURITI	Quixabinha (bacia do Salgado)		
MILAGRES	Rio Salgado	126	0
	Rio Salgado	85	0
MISSÃO VELHA	Rio Seco		
NOVA OLINDA	0	25	0
PENA FORTE	0	33	0
PORTEIRAS	0	46	1
	Açude Pau Preto	56	0
POTENGI	Rio Ipueiras		
SALITRE	0	76	0
SANTANA DO	Açude Anjinho	20	0
CARIRI	Sangaraú		
TARRAFAS	0	26	0
VÁRZEA ALEGRE	Açude Olho	53	2

Fonte: Perfil Municipal dos Municípios, *on line*, 2007.

A bacia sedimentar do Araripe localiza-se no alto sertão nordestino e tem uma área de aproximadamente 11.000 km², englobando parte dos Estados de Pernambuco, Ceará e Piauí, constituindo-se no divisor de águas das bacias hidrográficas dos rios Jaguaribe (CE) ao norte, São Francisco (PE) ao sul e Parnaíba (PI) a oeste. É constituída por um vasto planalto - Chapada

do Araripe, e por planícies que circundam a chapada com desníveis que chegam a 400m. Nesta região, o recurso hídrico subterrâneo é a mais importante fonte de água potável para abastecimento público e privado, bem como para diversas atividades, tais como práticas agrícolas, industriais e lazer.

O Estado do Ceará, dentre os estados integrantes da bacia sedimentar do Araripe, sobretudo o Território do Cariri, possui o maior número de fontes naturais – 294 unidades que, corresponde a 85% do total de fontes cadastradas. As vazões das fontes do Cariri, são sempre bem maiores que as dos Estados de Pernambuco e Piauí, sendo que 13 delas ultrapassam 100 m³/h, conforme Tabela 43. Observa-se ainda que a área entre Crato e Barbalha oferece as melhores vazões, abrangendo nove das treze fontes com vazão superior a 100 m³/h (HISSA, 2005).

Tabela 43 – Principais Fontes Naturais da Chapada do Araripe

Classificação	Denominação	Município	Vazão (m³/h)
1	Batateira	Crato	376,00
2	Pendência	Missão velha	352,00
3	Farias	Barbalha	348,00
4	Cocos	Barbalha	182,37
5	Sítio Roncador	Porteiras	182,37
6	Saco	Santana do Cariri	181,46
7	Caldas	Barbalha	180,00
8	Bica do Sozinho	Crato	154,00
9	Coqueiro	Crato	140,00
10	Boca da Mata	Jardim	132,98
11	Camelo	Barbalha	120,00
12	Água Grande	Crato	113,00
13	Santa Rita	Barbalha	102,00

Fonte: Mont'Alverne, (1994 apud BRITO, 2001), citado por HISSA (2005).

Embora o Território abrigue grande riqueza de corpos hídricos, fontes primárias identificaram um conjunto de limitantes que se impõem à estrutura hídrica quanto ao abastecimento humano, dessedentação dos animais e lazer:

- Verifica-se grande desperdício de água doce potável por usuários que a utilizam na limpeza de calçadas e ruas, como meio de controlar a circulação de poeiras;
- Todos os municípios do Território se inserem precariamente quanto ao volume de abastecimento, sendo comum, na paisagem do Território, pessoas transportando latas d água na cabeça ou carregando baldes e ainda realizando o transporte dos utensílios de coleta d água em animais e veículos rudimentares improvisados. Também é muito freqüente a presença de carros-pipa nas comunidades e sedes urbanas, logo quando se dá o início da estação seca, prorrogando-se até a chegada das chuvas. O abastecimento através de carros-pipas cria uma dependência dos moradores em relação aos líderes políticos, fortalecendo relações de subjugação e dominação Há, inclusive, casos de distribuição desigual dos serviços de carros-pipas nas localidades carentes: a rota de distribuição prioriza moradores que comungam dos mesmos idéias políticos da liderança que recruta o carro-pipa (prefeito, vereador ou cabo eleitoral);
- O Município de Campos Sales, entre os demais do Território, é um dos que apresentam maior dificuldade de acesso à água potável, abastecendo-se as famílias, com expressiva representação quantitativa, de águas provenientes do Estado de Pernambuco;
- Em Milagres, a maior dificuldade das comunidades rurais é a pouca disponibilidade de água potável. Há, no Município, 14 comunidades que são anualmente atendidas pelos carros-pipas, embora o volume fornecido mostre-se abaixo das necessidades apresentadas pelos moradores. Há necessidade de se cavar poços, implantar adutoras e sistemas de abastecimento domiciliar para um grande número de famílias do campo;
- As grandes vilas e sedes de distritos não possuem abastecimento regular e sustentável d água;
- Não são realizadas análises sistemáticas da água quanto à presença de excesso de nutrientes, efluentes dos esgotos e agrotóxicos prejudiciais aos

organismos humano e animal. Quando ocorrem tais análises, não são divulgados os resultados por parte dos órgãos públicos responsáveis pela gestão e monitoramento das águas;

- Os rios e demais recursos hídricos estão sendo contaminados por esgotos e agrotóxicos, como também estão sofrendo processos de assoreamento;

- Verifica-se, em quase todos os corpos hídricos, o acúmulo de lixo, contaminando a água;

- Na Bacia do Salgado, constata-se uma perda de 90% da mata ciliar;

- Os grandes rios não são mais considerados “caminhos da água”, mas, caminhos de esgoto e com grande desmatamento da mata ciliar;

- As margens do Rio Salgado acham-se plenamente degradadas. Por sinal, as águas deste Rio são desperdiçadas e poluídas pelos irrigantes que as utilizam sem critérios técnicos de aproveitamento quantitativo e as contaminam com agrotóxicos;

- Os moradores das periferias urbanas não são atendidos satisfatoriamente nas suas necessidades de abastecimento diárias. Há situações em que as áreas urbanas apresentam topografia que dificulta o abastecimento por gravidade, prejudicando a população;

- No Município de Farias Brito, as águas das barragens de abastecimento público acham-se poluídas com a deposição de esgotos e resíduos fecais;

- As barragens do Território que se encontram encravadas nas vilas e sede distritais estão se tornando receptáculos de esgotos;

- Um problema grave constatado é o desmatamento das cabeceiras dos rios e do entorno das fontes naturais d água;

- As taxas rurais cobradas pelo serviço de tratamento e disponibilização de água potável, em algumas comunidades rurais dos municípios caririenses, são consideradas altas; inclusive, a qualidade da gestão desse serviço é questionada pelos usuários;

- Há certa dependência dos moradores com relação à administração pública, quando da necessidade de manutenção dos equipamentos de captação da água (conserto de bombas e motores);
- Em alguns casos, projetos de agricultura irrigada de grande vulto conduzem à concentração da água;
- Uma preocupação se refere ao elevado número de poços cavados em certos municípios , pois, já se pode verificar a diminuição do estoque subterrâneo e rebaixamento do lençol freático;
- Em alguns municípios, a Agricultura convencional está devastando as matas ciliares e contaminando os corpos hídricos com agrotóxicos;
- A gestão dos comitês de bacias hidrográficas precisa ser repensada quanto às problemáticas já enumeradas;
- Muitas localidades rurais necessitam de Estação de Tratamento de Água- ETA e Estação de Tratamento de Esgoto- ETE.
- O tratamento da água com cloro e hipoclorito de sódio é questionado, em razão de causar danos à saúde humana, animal e vegetal.Há necessidade de identificar-se alternativas de tratamento da água.

Como pode ser visto, são inúmeros os problemas relacionados aos recursos hídricos e Infraestrutura de abastecimento, requerendo que os atores do Território detenham-se mais demoradamente no debate das questões, de modo a encontrar as alternativas viáveis.

11.4.4 Características Edafológicas

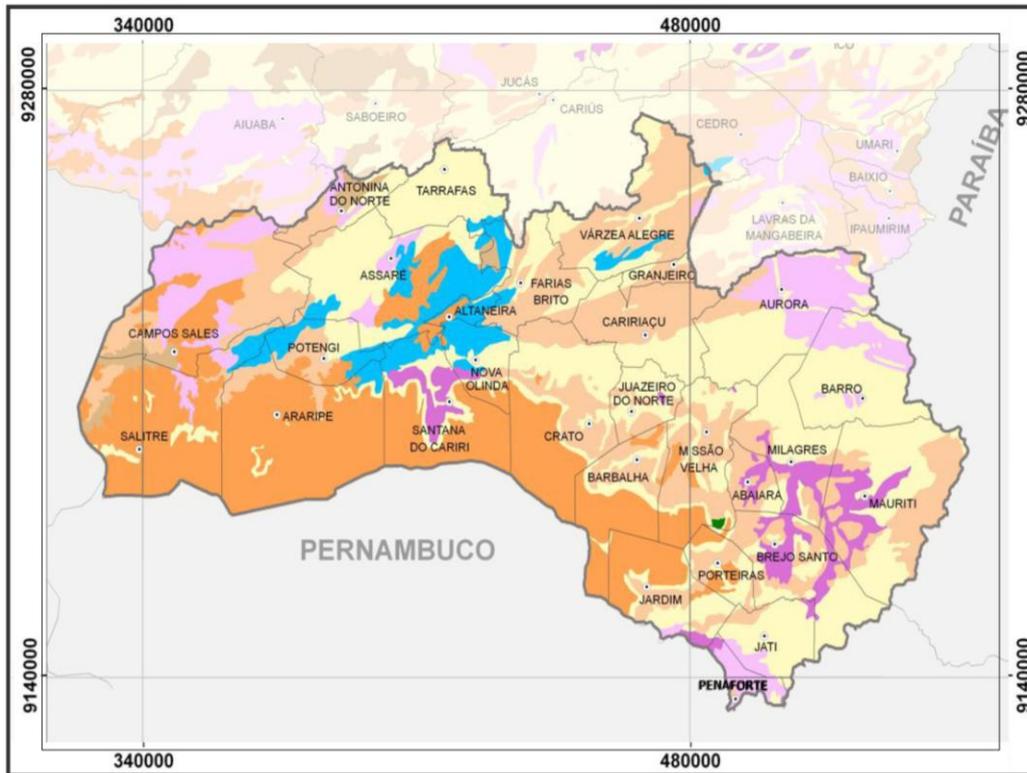
Os solos predominantes no Território do Cariri apresentam-se bastante diversificados, sendo identificados solos Litólicos, Podzólicos, Vertissolos, Nitossolos e Latossolos, conforme especificação do Quadro 12 abaixo:

Tipo de Solo	Características
Solos Litólicos (Neossolos Litólicos)	Apresentam-se como solos rasos, associados a muitos afloramentos de rocha. São pouco evoluídos, com horizonte A assentado diretamente sobre a rocha (R) ou sobre o horizonte C pouco espesso. Normalmente, ocorrem em áreas bastante acidentadas, relevo ondulado, forte-ondulado até montanhoso.
Solos podzólicos vermelho-amarelo (Argissolos)	Caracterizam-se pela baixa atividade da argila; apresentam acidez variando entre forte a moderada nas áreas com ocorrência deste tipo de solo.
Latossolos vermelho-amarelo	Apresentam avançado estágio de intemperização, pois são destituídos (virtualmente) de minerais primários e secundários; normalmente são muito profundos.
Vertissolos	São solos compostos por material mineral com horizonte vértico entre 25 e 10 cm de profundidade. Variam de pouco profundos a profundos com ocorrência de solos rasos.
Terra Roxa Estruturada (Nitossolo Vermelho)	São solos minerais, não-hidromórficos, apresentando cor vermelho-escuro tendendo à arroxeadada. São derivados do intemperismo de rochas básicas e ultra básicas, ricas em minerais ferromagnesianos. Na sua maioria, são eutróficos com ocorrência menos freqüentes de distróficos e raramente álicos.
Solos aluviais (Neossolos Flúvicos)	São solos constituídos por material mineral ou orgânico pouco espessos (30 cm). Não modificam seu material originário por apresentarem resistência ao intemperismo, a composições químicas e também devido ao relevo que pode impedir ou limitar sua evolução.

Quadro 12 - Solos do Território do Cariri
Fonte: FUNCEME/IPECE, 2009.

O Território é favorecido com solos do tipo latossolos, terra roxa e podzólicos vermelho amarelo, vocacionados para diferentes tipos de culturas agrícolas, desde que sejam atendidas as condições de drenagem e os requisitos de conservação. Os solos se adequam ao cultivo de frutíferas, culturas anuais de ciclo curto, hortaliças e capineiras. O mapa a seguir apresenta a distribuição dos solos ao longo dos municípios do Território.

Ceará Território Cariri Classes de Solos



Localização no Estado



Legendas

- Sede municipal
- Argissolos
- Cambissolos
- Chernossolos
- Gleissolos
- Latosolos
- Luvissolos
- Necossolos
- Mossolos
- Organossolos
- Planossolos
- Plintossolos
- Vertissolos

Obs: Classificação de acordo com o sistema brasileiro de classificação de solos (BRSC) para o 1º nível categorial.

Escala



PROJEÇÃO UTM, ZONA 24 SUL, DATUM SAD 69.

Orientação



Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

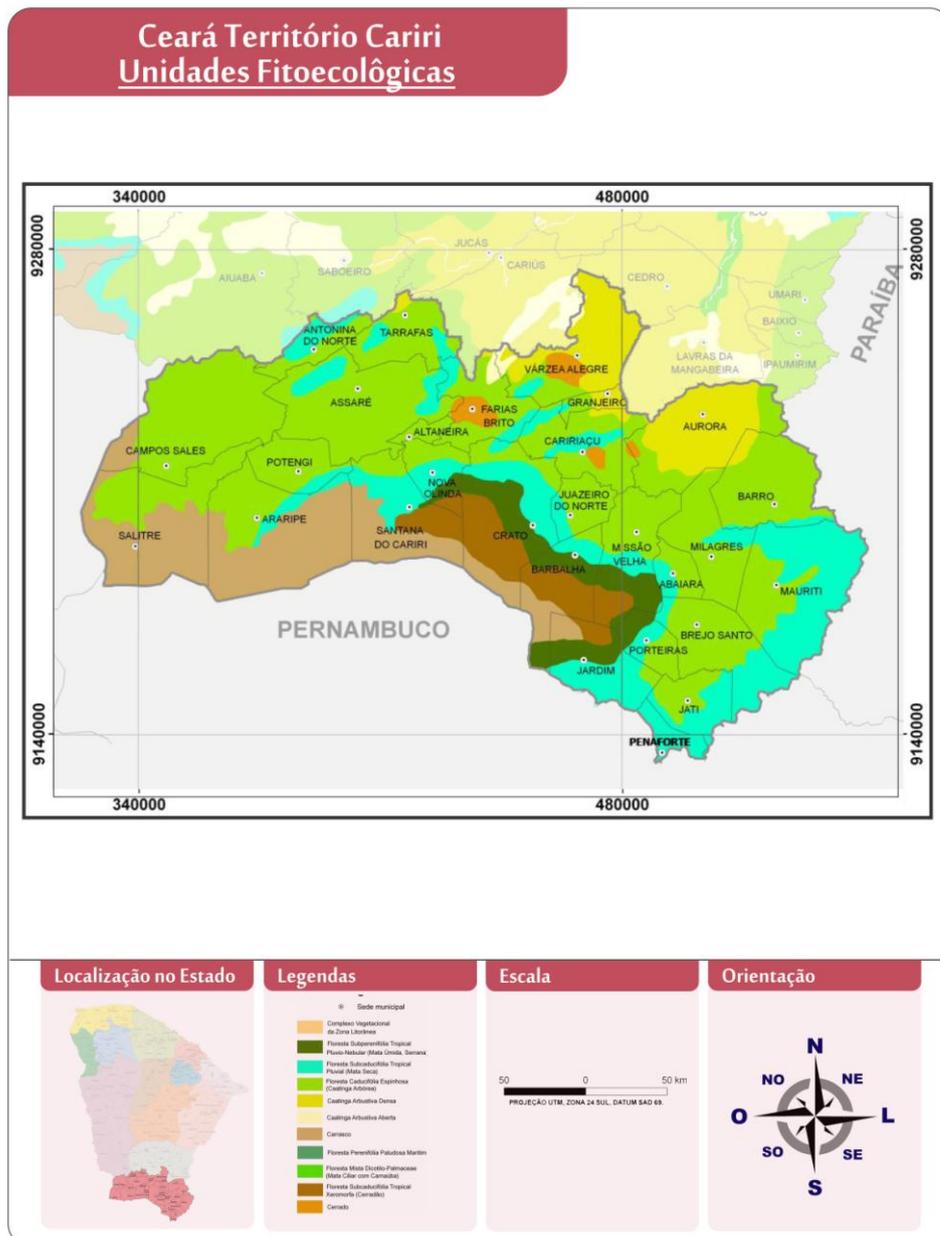
Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

Figura 13 - Classes de Solos do Território do Cariri.

Fonte: Adaptado do IPECE, 2000.

11.4.5 Características Vegetais

A Vegetação do Território do Cariri apresenta-se bastante diversificada em função das condições de solo e clima presentes em cada município integrante do Território, entretanto, mesmo com toda a diversidade, pode-se perceber predominância das seguintes vegetações: Floresta Caducifolia Espinhosa, Caatinga Arbustiva e Vegetação de Cerrado. O mapa abaixo demonstrado.



Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

Figura 14 - Unidades Fitoecológicas do Território do Cariri.

Fonte: Adaptado do IPECE, 2000.

O mapa retratado pela Figura 14 representa a fitoecologia do Território do Cariri. A Vegetação apresenta-se bastante diversificada em função das condições de solo e clima presentes em cada município integrante do Território, entretanto, mesmo com toda a diversidade, pode-se perceber predominância das seguintes vegetações: Floresta Caducifolia Espinhosa, Caatinga Arbustiva e Vegetação de Cerrado.

O Quadro 13 caracteriza as principais unidades fitoecológicas do Território.

Tipo de Vegetação	Características
Floresta Caducifolia Espinhosa	Caracterizada como uma formação vegetal, típica do nordeste brasileiro, apresentando um conjunto de arbustos e de árvores espontâneas, densas, baixas, de aspecto seco, de folhas pequenas, caducas no verão, com raízes penetrantes e desenvolvidas [plantas xerófilas].
Caatinga Arbustiva	Caracterizada por apresentar mata seca, constituída por arbustos, árvores de pequeno porte e cactos, podendo apresentar-se aberta com árvores espaçadas e isoladas, bem como densa, com arvores mais próximas. Esta vegetação é adaptada ao clima semiárido, com chuvas irregulares e pluviosidade média em torno de 700 mm/ano
Vegetação de Cerrado	Apresentando-se composta por arbustos e árvores de porte pequeno, aspecto tortuoso, cortiça espessa, folhas coriáceas (duras), raízes profundas, entremeadas por gramíneas. Atribui-se estas características da vegetação à acidez dos solos onde as mesmas ocorrem, bem como à freqüência de queimadas nestas áreas.
Carrasco	Caracterizado por mata anã, de arbustos duros e esguios, de altura raramente superior a um metro, apresenta-se como vegetação típica do Nordeste, sendo mais atrofiada do que a Caatinga.

Quadro 13 - Vegetação do Território do Cariri.

Fonte: FUNCEME/IPECE, 2009.

12 ASPECTOS ANTRÓPICOS

12.1 Desmatamento e Queimadas

A Caatinga, apesar de corresponder à única grande região natural brasileira, cujos limites se restringem inteiramente ao território nacional, não tem recebido a devida atenção quanto à conservação de sua paisagem. O sistema agropastoril condicionou, ao longo dos séculos, a redução de sua área de cobertura nativa. Atualmente o Bioma apresenta somente 1% de sua área protegida por unidades de Conservação de Proteção Integral e 6,4% de área protegida por Unidade de Conservação de Uso Sustentável.

Estudos do Ministério do Meio Ambiente, no ano de 2009, demonstraram que no período compreendido entre os anos de 2002 a 2008, 45,39% do Bioma Caatinga estavam antropizados, restando 53,62% de vegetação remanescente. No período considerado, os estados que mais desmataram foram Bahia (restando-lhe 46,88% de vegetação remanescente), seguido do Ceará (restando-lhe 59,77% de vegetação remanescente), conforme Quadro 14 e o Quadro 15 a seguir.

UF	Área de Caatinga (Km ²)	Área Antropizada antes de 2002 (Km ²)	Área Antropizada entre 2002 e 2008 (km ²)	% do Bioma antropizado entre 2002 e 2008
BA	300.967	149.619	4.527	0,55
CE	147.675	54.735	4.13	0,50
PI	157.985	45.754	2.586	0,31
PE	81.141	41.159	2.204	0,27
RN	49.402	21.418	1.142	0,14
PB	51.357	22.342	1.013	0,12
MG	11.100	5.371	359	0,04
AL	13.000	10.320	353	0,04
SE	10.027	6.683	157	0,02
MA	3.753	1.134	97	0,01

Quadro 14 - Percentual de remanescente por estado em 2008, referente a área original da Caatinga em cada estado (Adaptado)

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2008.

UF	Área de Caatinga (Km ²)	Remanescente 2002 (Km ²)	Remanescente 2008 (Km ²)	% de remanescente na UF em 2008
BA	300.967	147.468	141.108	46,88
PI	157.985	111.964	109.446	69,28
CE	147.675	91.964	88.272	59,77
PE	81.141	38.812	36.841	45,4
RN	49.402	27.350	26.487	53,62
PB	51.357	28.697	27.573	5,69
MG	11.100	5.530	5.292	47,68
AL	13.000	2.522	2.293	17,64
SE	10.027	3.255	3.177	31,68
MA	3.753	2.531	2.632	70,13

Quadro 15 - Situação do grau de antropismo por estado entre 2002 e 2008, referente a área original da Caatinga (Adaptado).

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2008.

Os municípios brasileiros que mais desmataram a Caatinga, no período de 2002 a 2008, estão listados no Quadro 16, a seguir:

Município	UF	Área do Bioma no Município (Km ²)	Área Antropizada no período 2002-2008 (Km ²)	% de antropismo do bioma no município no período 2002-2008
Acopiara	CE	2.264	183	8,0
Tauá	CE	4.020	173	4,3
Bom Jesus da Lapa	BA	2.648	158	5,9
Campo Formoso	BA	6.806	137	2,0
Boa Viagem	CE	2.840	135	4,7
Tucano	BA	2.802	130	4,6
Mucugê	BA	2.483	127	5,1
Serra Talhada	PE	2.981	122	4,1
Crateús	CE	2.985	121	4,0
São José do Belmonte	PE	1.481	115	7,7
Morro do Chapéu	BA	5.531	112	1,1%
Casa Nova	BA	9.658	110	1,1

Município	UF	Área do Bioma no Município (Km ²)	Área Antropizada no período 2002-2008 (Km ²)	% de antropismo do bioma no município no período 2002-2008
Santa Quitéria	CE	4.260	99	2,3
Petrolina	PE	4.558	99	2,1
Barro	CE	710	98	13,9
Mossoró	RN	2.110	95	4,5
Saboeiro	CE	1.383	91	6,5
Touros	RN	603	90	14,9
Euclides da Cunha	BA	2.331	85	3,6
Pedra	PE	802	84	10,5

Quadro 16 - Municípios que mais sofreram desmatamento entre o período de 2002 a 2008, referente a área total da Caatinga em cada Município (Adaptado).

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2008.

Constata-se uma situação preocupante, ao verificar-se que entre os 20 municípios que mais antropizaram o Bioma Caatinga, sete (07) deles pertencem ao Estado do Ceará, achando-se dois (02) deles liderando o ranking do desmatamento a nível nacional. O Município de Barro, que integra o Território do Cariri, encontra-se em décimo quinto lugar na ordem da destruição.

De acordo com fontes primárias, no Território do Cariri, as áreas mais críticas de desmatamentos são as margens dos cursos d água, onde se dá a eliminação da mata ciliar. A vegetação de proteção é retirada para o cultivo de pastagens e culturas alimentares irrigadas. Como consequência ocorrem cheias e assoreamento dos corpos d água. Outro problema referido pelas mesmas fontes refere-se à multiplicação das unidades carvoeiras, de exploração de cal, olarias e cerâmicas que contribuem com as ações antrópicas de desmatamento. São relatados casos de “morte” das fontes d água e nascentes em decorrência do desflorestamento.

Não foram identificadas ações significativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas. Fontes primárias informaram que em Nova Olinda, Potengi e Crato existem experiências de Agroflorestação conduzidas

por agricultores familiares agroecológicos e acompanhados pela organização não governamental ACB- Associação Comunitária de Base.

Uma das maiores preocupações dos atores que atuam na implantação da política de desenvolvimento do Território é a preservação e conservação da Chapada do Araripe e do seu entorno, no Cariri Central. Recomendam que as atividades produtivas a serem implantadas nessas áreas sejam todas elas referendadas na Legislação Ambiental e de caráter eminentemente sustentável. Assim, exortam para que não sejam praticadas a bovinocultura (de carne ou de leite), a ovinocaprinocultura comercial (com elevado efetivo) e a agricultura irrigada, principalmente a fruticultura. Isso por que tais atividades seriam danosas ao ambiente, causando efeitos irreversíveis ao longo dos tempos. Em contrapartida, aconselham cultivos orientados pelos desenhos dos sistemas de produção agroflorestais, a criação de abelhas **Apis** e meliponária, a criação de pequenos núcleos de ovinos e caprinos e aves caipiras, além do extrativismo do pequi e do babaçu. O cultivo de plantas alheias ao ecossistema (uva, maçã, abacaxi, pêssego, etc.) também não é recomendado.

Quanto às queimadas, dados da FUNCEME apontam que, no ano de 2009, entre os 20 municípios cearenses que mais concentraram focos de calor, destacam-se cinco municípios do Território do Cariri: Aurora, Várzea Alegre, Barro, Assaré e Araripe, conforme o Quadro 17 abaixo.

Município	Ranking	Focos de Calor
Acopiara	1º	762
Mombaça	2º	464
Jucás	3º	240
Cariús	4º	214
Pedra Branca	5º	213
Saboeiro	6º	192
Cedro	7º	184
Piquet Carneiro	8º	168
Aurora	9º	161
Tauá	10º	158

Município	Ranking	Focos de Calor
Várzea Alegre	11º	157
Barro	12º	151
Solonópole	13º	150
Assaré	14º	146
Araripe	15º	132
Deputado Irapuan Pinheiro	16º	131
Lavras da Mangabeira	17º	130
Aiuaba	18º	119
Icó	19º	113
Crateús	20º	111

Quadro 17 – Número de Focos do Calor por Municípios do Ceará (Adaptado).
 Fonte: PREVINA/FUNCEME, 2009.

O uso do fogo para limpeza do terreno e implantação das culturas agrícolas e pastagens é largamente empregado pelos agricultores e pecuaristas em toda a extensão do Território. Dados primários alertam que são freqüentes os incêndios na APA da Chapada do Araripe provocados por caçadores, agricultores e pecuaristas, sendo os primeiros mais responsabilizados pela ação. Os pecuaristas valem-se do fogo para plantio e/ou renovação do pasto.

A ausência de ações de Educação Ambiental e a pouca difusão das técnicas agroecológicas de produção corroboram com a “cultura do fogo”.

12.2 Tipos de Poluição e Contaminação

Os municípios do Território registram baixo número de domicílios dotados de esgotamento sanitário, acarretando problemas de poluição tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais devido à exposição de esgotos “ a céu aberto”. . Em contrapartida, os sistemas de abastecimento d água potável atingem entre 68,3 % a 72% dos domicílios. O Quadro 18 a seguir ilustra essa situação.

Município	% de Domicílios com Abastecimento de Água	% de Domicílios com Esgotamento Sanitário
Abaiara	83,6	0,0
Altaneira	85,5	18,6
Antonina do Norte	99,2	0,0
Araripe	67,5	0,0
Assaré	83,5	0,0
Aurora	79,7	28,9
Barbalha	97,4	58,7
Barro	87,7	4,6
Brejo Santo	95,5	87,5
Campos Sales	81,7	3,5
Caririaçu	95,4	0,0
Crato	94,4	25,2
Farias Brito	63,5	0,0
Granjeiro	99,7	28,5
Jati	99,2	0,0
Jardim	86,1	77,5
Juazeiro do Norte	97,6	52,2
Mauriti	68,3	13,7
Milagres	82,4	0
Missão Velha	88,5	7,8
Nova Olinda	98,9	0,0
Penaforte	88,0	0,0
Poteiras	81,6	0,0
Potengi	94,4	0,0
Salitre	98,2	65,4
Santana do Cariri	82,7	0,0
Tarrafas	97,8	2,8
Várzea Alegre	89,8	0,0

Quadro 18 – Percentual de Municípios com Abastecimento d água e com esgotamento sanitário dos Municípios do Território do Cariri (Adaptado)
Fonte: IPECE/SEINFRA, 2006.

O abastecimento de água das comunidades rurais e sedes distritais assumido pelo Projeto São José/Governo do Estado do Ceará, no período de 2000 a 2009, compreende 271 obras hídricas, entre sistemas simplificados com ligações domiciliares diretas ou com chafarizes. As obras beneficiaram, no período, 17.363 famílias.

Apesar do grande número de domicílios favorecidos com o abastecimento de água, há de questionar-se a qualidade da água, uma vez que nem todas as residências são atendidas com a rede pública que comumente disponibiliza também Estação de Tratamento de Água - ETA. Tomando-se como referência a fragmentação Micro territorial, observa-se que no Micro território Cariri Leste, a média dos domicílios que se abastecem de água proveniente do sistema público (rede geral) é de 40,6%; enquanto 31% abastecem - se de fontes e nascentes e 28% de outras fontes não reveladas. Já no Micro território Cariri Central, as proporções chegam a 48%, 29% e 23%, respectivamente. Por fim, no Micro território Cariri Oeste, os percentuais são 39%, 22% e 39%, respectivamente. A esse respeito, consulte-se as tabelas da Dimensão Saúde neste documento. São denotadamente representativos os domicílios que se abastecem de estruturas hídricas alheias à rede geral. Questiona-se a qualidade das águas de fontes, nascentes e outras, quando se cruza essas informações com aquelas referentes à destruição da vegetação de proteção e do uso de agrotóxicos tão marcantes no Território. Seriam realmente potáveis as águas provenientes de tais unidades?

Realizando o mesmo exercício com o esgotamento sanitário, constatou-se que no Micro território Cariri Leste, somente 10% dos domicílios se conectam à rede geral de esgotos, menos de 2% deles possuem fossas sépticas, enquanto 36,6% utilizam fossas rústicas e 39% não possuem qualquer tipo de instalação para destinar os dejetos . No Micro território Cariri Central, somente 8% dos domicílios se conectam à rede geral de esgotos, 3,17% deles possuem fossas sépticas, enquanto 44% utilizam fossas rústicas e 43% não possuem qualquer tipo de instalação para destinar os dejetos . No Micro território Cariri Oeste, 5% dos domicílios se conectam à rede geral de esgotos, 4% deles possuem fossas sépticas, enquanto 28% utilizam fossas rústicas e 50% não possuem qualquer tipo de instalação para destinar os

dejetos. Conforme os dados, é baixíssimo os percentuais de moradores que se utilizam do esgotamento sanitário público e de fossas sépticas, enquanto, por outro lado, é bastante representativo o percentual dos moradores que fazem uso de valas rudimentares ou não dispõem de qualquer meio de deposição de dejetos. Infere-se dessa situação a grande probabilidade de contaminação do solo e dos corpos de água, mormente os superficiais, ocasionando eutrofização dos mananciais e a proliferação de doenças junto às populações.

Informações de fontes primárias questionam o fato de que os sistemas de abastecimento de algumas comunidades rurais não possuem estações de tratamento da água. Uma proposição apresentada coloca como regra a ser seguida pelos órgãos responsáveis pela implementação da infraestrutura hídrica (DNOCS, Projeto São José, SOHIDRA, CAGECE e, SISAR) que cada vez que instalem um sistema de abastecimento (ligação direta de um manancial local, adutora ou chafariz), montem concomitantemente uma Estação de Tratamento de Água- ETA e uma Estação de Tratamento de Esgotos- ETE. No geral, são mais presentes as ETAs; enquanto os ETES não existem. Um dos relatos acusa que o descaso com respeito ao tratamento da água é tão sério que, em uma das comunidades rurais do Município de Mauriti já foi constatada a presença de gordura humana na água.

Por outro lado, a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará – COGERH, no ano de 2009, divulgando resultados do Plano de Monitoramento e Gestão dos Aquíferos da Bacia do Araripe, Estado do Ceará, demonstrou que as águas de alguns poços dos principais municípios da Região do Cariri (Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha e Missão Velha) apresentavam níveis avançados de poluição.

Os resultados do Monitoramento demonstraram que os poços estavam contaminados com nitrito, nitrato e amônia, apresentando, alguns deles concentrações desses três produtos acima do VMP por legislação. A maioria dos poços monitorados situava-se em áreas urbanas onde a cobertura com esgotamento sanitário é ainda muito baixa. Embora se verifique um avanço do saneamento, poucas ligações foram efetuadas, implicando no lançamento de efluentes de esgotos nos corpos hídricos.

Com relação ao uso Agrícola, o monitoramento realizado demonstrou que 92% das águas são apropriadas para a irrigação de qualquer cultura, 3% podem ser utilizadas sem restrição para irrigação e 5%, somente em casos excepcionais.

Quanto à qualidade bacteriológica, é importante lembrar que esta análise é realizada através da identificação de bactérias do grupo Coliformes. A presença de coliformes indica a possibilidade de contaminação das águas por esgotos domésticos. A presença de coliformes representa risco para a Saúde, pois denunciam que microorganismos patogênicos se fazem presentes, podendo gerar doenças de veiculação hídrica. Os resultados do Monitoramento acusam que, em amostras analisadas, seis delas apresentaram contaminação por coliformes.

É importante ressaltar que o abastecimento público dos municípios estudados é efetuado por águas subterrâneas captadas de um dos principais sistemas de aquífero do Estado do Ceará, tornando-se crucial sua conservação com vistas à qualidade ambiental. Noutra via, há de esclarecer-se que as águas para o consumo humano não podem conter coliformes. Assim, as águas analisadas necessariamente terão que passar por processo de tratamento para atingir padrão de potabilidade.

Outro elemento contaminante das águas são os metais pesados (cromo, cobre, cádmio, chumbo, zinco e bário). São constituintes tóxicos e cancerígenos que podem provocar doenças caso haja ingestão contínua de água com excesso dessas substâncias. No estudo realizado, a COGERH não identificou a presença de cromo, cobre, cádmio chumbo nas amostras obtidas dos poços dos quatro municípios do Cariri. O zinco apareceu em todas as amostras, mas em níveis abaixo do limite de potabilidade exigido pelo CONAMA. O bário apareceu em todas as amostras, apresentando em valores acima do permitido pelo CONAMA, denunciando situação de contaminação. Os valores correspondem a 4,5 vezes mais o limite legal. A presença de bário em níveis elevados é fator de preocupação, pois é sabido que o elemento causa intoxicação com sintomas de náuseas, vômitos, diarreias, dor abdominal, tremores, convulsão, arritmia cardíaca, hipertensão, paralisia muscular,

dispnéia, insuficiência respiratória, hemorragias internas e coma, podendo o paciente ir a óbito.

No que diz respeito aos os resíduos sólidos sobre o ambiente, tem-se observado, nas últimas décadas, grande relevância do tema no debate nacional, em função de diferentes variáveis: pela sua vinculação aos aspectos patogênicos, constitui-se uma questão de Saúde Pública, pela contaminação dos cursos de água e lençóis freáticos, tomando uma abordagem marcadamente ambiental e pelos problemas sociais relacionados aos catadores, precipuamente pela presença de crianças nos lixões. A questão mobilizou a Sociedade Civil e tornou-se agenda prioritária dos setores governamentais, resultando na formulação da Política Nacional de Resíduos Sólidos pelo Governo do Presidente Lula. Alguns programas governamentais de âmbito estadual e federal vêm se alinhando com a execução das estratégias de gestão integrada de resíduos sólidos, cabendo aos municípios responsabilidade maior por prestar serviços de limpeza urbana e disposição final do lixo.

Contudo os municípios enfrentam grande desafios quanto à substituição dos lastimosos lixões pela construção de aterros sanitários, quanto à escolha da localização dos aterros bem mais distantes dos espaços de valor ambiental, quanto ao maior alcance da coleta diária de lixo, ao ordenamento da coleta seletiva ainda muito distante da consciência coletiva e à implantação de unidades de reciclagem e reaproveitamento dos resíduos.

No Território do Cariri, com respeito ao destino dos resíduos sólidos, tem-se o seguinte perfil micro territorial;

- Micro território Cariri Leste: 35,5% dos moradores têm seu lixo coletado pela administração pública; 23,6% dos moradores incineram-no; 1,5% enterram-no e 36% depositam-no em terrenos baldios;- Micro território Cariri Central: 35,5% dos moradores têm seu lixo coletado pela administração pública; 17,5% dos moradores incineram-no; 0,5% enterra-o e 36,3% depositam-no em terrenos baldios; - Micro território Cariri Oeste: 32,5% dos moradores têm seu lixo coletado pela administração pública; 14,2% dos moradores incineram-no; 1,0% enterram-no e 48,8% depositam-no em terrenos baldios.

Como se pode constatar, a grande maioria dos moradores do Território Cariri depositam o lixo nos terrenos baldios ou espaços públicos, podendo originar problemas de entupimento de bueiros, assoreamento de canais de drenagem urbana, enchentes e poluição das águas. A dificuldade dos governos municipais em operar com serviço sistemático de coleta de resíduos aliada ao pequeno alcance da Educação Ambiental possivelmente poderão estar influenciando a conduta dos moradores. Dados primários dão conta que nas comunidades rurais do Território não existe coleta de lixo. Outra afirmação diz que 80% dos municípios do Território não possuem aterro sanitário, portanto, os resíduos se acumulam em lixões a céu aberto. De acordo com os dados primários torna-se muito oneroso para os municípios realizarem individualmente a construção de aterro sanitário, por isso algumas experiências de consórcio estão sendo ensaiadas para equacionar o problema.

Há, no Território, pequenas empresas que compram metais, papéis e garrafas PET para reciclagem em fundo de quintal. Contudo não causam grandes repercussões sobre o montante de resíduo acumulado. A entidade CARITAS está capacitando e organizando os catadores de material reciclável, em Juazeiro do Norte e Crato, qualificando-os no manuseio correto, em técnicas de reciclagem, em comercialização e na conquista de seus direitos de cidadão. No Território está sendo organizado o Movimento Regional de Catadores de Material Reciclável.

Na compreensão dos atores territoriais, todos os lixões devem ser extintos do Território e substituídos por aterros sanitários. Existe também uma discussão sobre educar para o consumo consciente e responsável, evitando o consumismo produtor de lixo.

É grande a preocupação dos atores sociais com a qualidade da água uma vez que constataram a contaminação dos açudes e barragens com agrotóxicos, excrementos animais e humanos e esgotos. Nesse sentido, já existe um consenso em excluir o uso de agrotóxicos nos sistemas de produção das comunidades rurais.

Na Agricultura, a utilização de agrotóxicos tornou-se um problema de saúde comunitária e pública. No ano de 2005, estimativas da Organização Mundial da Saúde – OMS e da Organização Internacional do Trabalho – OIT,

dão conta de ocorrência de 7 milhões de intoxicações severas anuais no mundo, das quais resultam cerca de 70.000 mortes, a maioria delas referentes a exposições ocupacionais. Os agrotóxicos provocariam 25 mil casos de seqüelas neurocomportamentais, 37 mil casos de câncer e 700 mil casos de dermatose.

O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos no mundo, com volumes de 673.862 toneladas em 2008 e de mais de 1 milhão de toneladas em 2009. No Ceará, de acordo com os dados divulgados pelo Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas – SINDAG, em relação às vendas de agrotóxicos por unidades da federação no período de 2005 a 2009, ocorreu aqui o aumento de cerca de 100%, passando de 1.649 toneladas de produtos comerciais de todas as classes em 2005, para 3.284 toneladas em 2009. Já em relação aos ingredientes ativos, o acréscimo no mesmo período é de 963,3%, passando de 674 toneladas em 2005 para 6.493 toneladas em 2009. Os valores comercializados passaram de U\$ 11,244.00 em 2005 para U\$ 22,678.00 e o total geral da comercialização no período alcançou U\$ 89,330.00. Segundo os dados do Censo Agropecuário 2006, o Ceará é o quarto Estado do Brasil em número de estabelecimentos que usam agrotóxicos (112.154 em 2008), ficando atrás apenas do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

No ano de 2009, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária- ANVISA, através do seu Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos – PARA, realizou estudo sobre o monitoramento de resíduos de agrotóxicos nos alimentos nos estados de Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins. Foram monitorados 20 alimentos: abacaxi, alface, arroz, banana, batata, cebola, cenoura, feijão, laranja, maçã, mamão, manga, morango, pimentão, repolho, tomate, uva, couve, beterraba e pepino. A escolha dos alimentos foi atribuída a dados do Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE) que demonstrou a permanente disponibilidade desses alimentos nos supermercados dos diferentes estados da União como também no uso intensivo de agrotóxicos recebido pelas culturas. Das 3.130 amostras

analisadas, 907 (29,0%) foram consideradas insatisfatórias em função das seguintes irregularidades:

- Presença de agrotóxicos em níveis acima do Limite Máximo de Resíduos

 - (LMR) em 88 amostras, representando 2,8% do total;

- Utilização de agrotóxicos não autorizados (NA) para a cultura em 744 amostras, representando 23,8% do total;

- Resíduos acima do LMR e NA mesma amostra em 75 amostras, representando 2,4% do total.

12.3 Práticas Agrícolas e Tipos de Erosão

Dados expostos por fontes primárias denunciam a ocorrência de intensos processos de erosão dos solos nas áreas de serras, encostas, morros, no entorno das fontes e nascentes hídricas, ao longo das cabeceiras e margens dos rios, cuja origem reside nas práticas agropecuárias de desmatamento, queimadas e revolvimento do solo por máquinas agrícolas, em especial, tratores. Os sedimentos transportados pelas águas são responsáveis pelo assoreamento dos corpos d'água, atingindo principalmente os açudes, barragens, riachos e rios.

Em estudo da EMBRAPA (maio, 2002) sobre os limites de uso de solos do Estado do Ceará por suscetibilidade à erosão, usando-se os critérios de Nulo, Ligeiro, Moderado, Forte e Muito Forte, chegou-se a seguinte conclusão: O Estado do Ceará tem 150.630 km², deduzidos 8,5% de áreas de espelho d'água, obtém-se uma área de solos de ordem de 137.825 km², destes, 9,7%, ou seja, 13.369 km² estão enquadrados no grau de limitação Nulo; 15,6% (21.600 km²) enquadram-se no grau de limitação Ligeiro; 54,1% (74.425 km²) enquadram-se no grau de limitação Moderado; 6,7% (9.096 km²) são enquadrados como grau de limitação Forte e 13,9% (19.019 km²) são enquadrados como grau de limitação Muito Forte. Os dados apontam que a extensão das áreas com solos enquadrados nos graus Moderado e Muito Forte, 54,1% e 13,9%, respectivamente, requerem a implantação de uma

política conservacionistas em curto prazo, de maneira a conter o processo erosivo e viabilizar de modo sustentável sua utilização agrícola.

Somadas as áreas dos solos onde a erosão é Forte e Muito Forte, totaliza-se 20,6% do total da área ocupada com solos no Estado do Ceará, atribuindo-se a alta erodibilidade à ocorrência do relevo ondulado e montanhoso que favorece os fenômenos de deslizamento e desmoronamento, com graves perdas à Agricultura.

Em razão das características geomorfológicas do Território da Cidadania do Cariri, onde se apresentam em amplas áreas o domínio dos maciços residuais e a chapada, qualquer projeto de uso e ocupação do solo agrícola deverá ter em mira a execução de medidas conservacionistas enquanto estratégia de manutenção da sustentabilidade socioambiental e produtiva. O desgaste do solo é também atribuído à retirada de argilas pelas olarias e cerâmicas.

12.4 Desequilíbrios Ambientais

Traçando metodologias de identificação de Índices de Propensão à Desertificação (IPD), no Estado do Ceará, RODRIGUES (2006), formulou modelos teóricos com diversas variáveis que permitiram obter IPD Agropecuário, IPD Econômico, IPD Social e IPD Natural, culminado com a conjugação de todos eles, sintetizando o Índice de Propensão à Desertificação – IPD. Definido cinco (5) classes de IPD, autora consegue agrupar 184 municípios do Ceará nas diferentes escalas de propensão à Desertificação.

De acordo com a classificação, o Território do Cariri apresenta a seguinte distribuição quanto ao Índice de Propensão à Desertificação:

Classe de IPD	Índice de IPD	Município
1	0,1694-0,3253 (Baixa)	Caririaçu
2	0,3303-0,3876 (Moderada)	Tarrafas, Assaré, Milagres, Barbalha, Mauriti, Várzea Alegre, Granjeiro, Abaiara e Missão Velha
3	0,3892-0,4490 (Média)	Altaneira, Santana do Cariri, Porteiras, Farias Brito,

Classe de IPD	Índice de IPD	Município
		Potengi, Araripe, Antonina do Norte, Aurora, Barro e Juazeiro do Norte
4	0,4531-0,5499 (Alta)	Jati, Jardim, Campos Sales, Nova Olinda, Crato, Brejo Santo e Penaforte,
5	0,6000-0,6610 (Muito Alta)	Nd

Quadro 19 – Indicadores de Desertificação dos Municípios do Território do Cariri

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

ND – Não disponibilizado

Pelo menos, 26% dos municípios do Território apresentam elevado Índice de Propensão à Desertificação, requerendo cuidados especiais para a contenção e reversão do processo de degradação ambiental.

A Degradação Ambiental é compreendida como impacto prejudicial ao Meio Ambiente, atingindo em certo horizonte de tempo, o esgotamento dos recursos naturais de maneira irreversível. A degradação ambiental provoca a diminuição da qualidade de vida de toda a população e acarreta graves problemas de ordem socioeconômica para os governantes. Em estudo do Instituto Agropolos (2007), sobre a Degradação Ambiental nos 18 pólos de Desenvolvimento Agrícolas do Estado do Ceará, aplicou-se metodologia que considerava um conjunto de fatores ou causas do fenômeno, definido a partir de Queiroz (2007), Bianchi (2005), Governo da Índia, Ministério das Finanças (1998-1999), Silva (1995), FAO (1994) e *World Bank* (1992).

Foram selecionados 22 indicadores sendo 10 econômicos, 6 sociais e 6 ambientais. Os fatores **econômicos** foram: PIB *per capita*, número de bovinos, número de ovinos, número de caprinos, consumo industrial de energia elétrica, consumo rural de energia elétrica, total de indústrias, produção de carvão vegetal, produção de lenha e produção de madeira. Os fatores **sociais** foram: densidade demográfica, taxa de urbanização, rede rodoviária, taxa de abastecimento de água, taxa de esgotamento sanitário e taxa de escolarização no ensino médio. Os Fatores **ambientais** foram: percentagem de áreas de lavoura em relação à área do município, salinidade média da água, percentagem de área colhida com culturas de subsistência, escoamento

superficial da água, índice de aridez e área com imóveis rurais em relação ao total da área do município.

Para estruturar a hierarquização dos agropolos regionais, conforme a degradação ambiental, foram construídos, a partir dos indicadores, o Índice de Degradação Segundo Aspectos Econômicos (IDAE), o Índice de Degradação Segundo Aspectos Sociais(IDAS), o Índice de Degradação Segundo Aspectos Ambientais (IDAA) e o Índice Geral de Degradação Ambiental (IGDA) que relaciona os demais índices citados. De acordo com as análises efetuadas, os agropolos atingiram o Índices Geral de Degradação Ambiental de acordo com o Quadro 20 abaixo. É importante lembrar que quanto mais se aproxima da unidade, maior é o IGDA.

AGROPOLOS	IGDA	Ordem
Litoral Leste	0,4680	1
Sertão de Canindé	0,4550	2
Inhamuns Norte	0,4463	3
Inhamuns Sul	0,4459	4
Sertão Central	0,4416	5
Cariri Oeste	0,4406	6
Ibiapaba	0,4383	7
Cariri Leste	0,4376	8
Extremo Norte	0,4295	9
Médio Jaguaribe	0,4273	10
Centro Sul	0,4183	11
Cariri Central	0,4113	12
Baixo Acaraú	0,4060	13
Maciço de Baturité	0,4034	14
Sobral	0,4023	15
Baixo Jaguaribe	0,3971	16
Litoral Oeste	0,3892	17
Metropolitano	0,3379	18

Quadro 20 – Índice Geral de Degradação Ambiental dos Agropolos Cearenses.

Fonte: Instituto Agropolos do Ceará/SOBER, 2007.

De acordo com o Quadro 19 apresentado, os municípios do Território do Cariri ocupam a 6^a , 8^a e 12^a posições, revelando elevados índices de degradação ambiental.

12.5 PROGRAMAS AMBIENTAIS NO TERRITÓRIO

Os dados primários revelam que o Território já apresenta um número bastante significativo de cisternas de placas que propiciam a oferta de água de qualidade, fruto do Programa Um Milhão de Cisternas- P1MC. O Programa Uma Terra, Duas Águas está viabilizando a construção de cisternas “calçadões” – estruturas que armazenam água suficiente para o consumo humano, animal e irrigação de hortaliças e frutas.

Não foram identificados na pesquisa diagnóstica outros programas relevantes quer sejam de Convívio com o Semiárido quer sejam de controle da Desertificação. O Programa Estadual de Prevenção, Monitoramento, Controle de Queimadas e Combate aos Incêndios Florestais – PREVINA não está implementado no Território. Também, não há brigadas contra incêndios. A Agenda 21 foi formulada em diversos municípios, todavia, nenhum deles chegou a implementá-la, os municípios que já apresentam iniciativas de agendas 21 no território são: Barbalha, Crato, Granjeiro, Jardim e Missão Velha. No território existe outra iniciativa de agenda 21 elaborada pelo Parque Estadual Sítio do Fundão, em Barbalha.

As entidades de gestão ambiental são os Conselhos Municipais de Desenvolvimento do Meio Ambiente- CONDEMAS e o IBAMA que possui um núcleo de acompanhamento da APA da Chapada do Araripe, sediado em Crato.

13 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO AMBIENTAL

O diagnóstico da Dimensão Ambiental possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 21, conforme as áreas trabalhadas, quais seja: aspectos geoambientais e aspectos antrópicos, que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO AMBIENTAL	
AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desmatamento através de queimadas e outros métodos, causando desequilíbrio ambiental, inclusive a extinção de espécies animais e vegetais; 2. Uso inadequado do solo, causando a degradação dos mananciais, erosão e contaminação das águas por agrotóxicos e outros resíduos; 3. Carência de programas de educação ambiental, inclusive quanto ao uso adequado da água e a coleta seletiva de resíduos sólidos; 4. Ineficiência dos sistemas municipais de coleta convencional dos resíduos sólidos; 5. Especulação imobiliária na Chapada do Araripe e na zona rural. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Potencial para o desenvolvimento Turismo Ecológico; 2. Diversidade de riquezas naturais; 3. Patrimônio genético; 4. Produção agrícola diversificada; 5. Experiências bem sucedidas em praticas agroecológicas; 6. Riquezas em fontes d'água e a Bacia Sedimentar do Araripe;
AMBIENTE EXTERNO	
AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
<ol style="list-style-type: none"> 1. Transposição do Rio São Francisco de forma desordenada pode ser prejudicial para o território; 2. O desenvolvimento do Turismo de forma desordenado vem causando danos ao meio ambiente; 3. A venda de pacotes agrícolas sem controle vem contribuindo com a degradação ambiental; 4. Fragilidade da Legislação quanto aos 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programas de Convivência com o Semiárido ofertados pelo governo federal e governo do estado; 2. Programa SISAR; 3. Projeto GEOPARQUE; 4. Monitoramento através do cinturão de fogo; 5. Vinda do gasoduto para região.

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO AMBIENTAL

- processos de preservação ambiental;
5. Má distribuição das chuvas;
 6. Falta de política pública adequada a preservação do patrimônio ambiental.

Quadro 21 - Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Ambiental

Fonte: Oficina de Validação do PTDRS, Comitê Temático do Meio Ambiente do Território do Cariri, 2010.

Parte II c

DIMENSÃO SOCIOECONOMICA

Aspectos Socioeconômicos

Aspectos do Setor Produtivo

Serviços, Comércio e Indústria

Situação Fundiária

Financiamento e Comercialização da Produção

Assessoria e Assistência Técnica

14 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

O modelo estratégico da organização sustentável da produção e comercialização do Território do Cariri e suas características foram analisadas a partir dos Micro territórios que o constituem: o Cariri Central, o Cariri Leste e o Cariri Oeste.

O Micro território Cariri Central tem sua característica principal marcada pelos grandes centros urbanos onde se encontram os municípios de economias mais dinâmicas como Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha (CRAJUBAR).

No Micro território Cariri Leste, em 21% do território predominam os serviços, a agropecuária e indústria.

No Micro território Cariri Oeste, a semelhança do Cariri Leste, em menor percentual, 16%, predominam também os serviços, a agropecuária e indústria.

Nesta ótica, trataremos ainda das questões envolvidas com as características do setor produtivo, os serviços, comércio e indústria, da situação fundiária do território, dos sistemas de financiamento e comercialização e produção, da infraestrutura hídrica, turística, elétrica e viária, dos sistemas de assessoria técnica no território e ao final uma análise territorial da dimensão socioeconômica debatida em Oficina Territorial com os Comitês Temáticos da Organização Sustentável da Produção, Ações Fundiárias e Infraestrutura, que resultou num planejamento que tem como ensejo proporcionar ao território um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável as futuras gerações .

14.1 População Economicamente Ativa

No Brasil, a População em Idade Ativa - PIA é composta por toda população com 10 ou mais anos de idade e subdivide-se em População Economicamente Ativa - PEA (compreendendo o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada) e a População Não Economicamente Ativa - PNEA (pessoas não classificadas como ocupadas ou desocupadas, ou seja, pessoas que não exercem nenhum tipo de atividade remunerada ou que desistiram de buscar trabalho ou não querem mesmo trabalhar). Assim, o conjunto de pessoas com menos de 10 anos de idade corresponde à População em Idade Economicamente Não-Ativa (PINA). Contudo, apesar da proibição legal, o trabalho infantil é considerado pelo IBGE para o cálculo da PEA, a partir de 10 anos de idade, por ser uma prática ainda explorada.

Em relação à População Economicamente Ativa do Território do Cariri, a Tabela 44 a seguir apresenta os dados sistematizados a partir do censo realizado pelo IBGE (ano base - 2010), sendo identificada um total de população ativa de 697.537 pessoas, das quais 337.790 correspondem a homens e 359.747 correspondem ao sexo feminino. Dado que a população total do Território foi de 931.000 habitantes (Tabela 3) pode-se inferir que 75% desta estão na faixa etária considerada como população ativa.

Tabela 44 – População Economicamente Ativa por faixa etária e gênero do Território do Cariri.

Municípios	10 a 14		15 a 29		30 a 44		45 a 59		60 a 64		População Ativa
	Homem	Mulher									
Abaiara	579	558	1477	1406	726	1023	598	644	158	212	7381
Altaneira	421	361	826	876	649	690	368	468	136	171	4966
Antonina do Norte	442	384	797	918	592	684	401	539	145	183	5085
Araripe	1303	1227	2865	2858	1844	1958	1151	1247	322	338	15113
Assaré	1284	1277	2943	2778	1986	2194	1459	1601	405	458	16385
Aurora	1237	1280	3288	3221	2409	2475	1738	1772	435	477	18332
Barbalha	2820	2657	8059	8085	5401	5958	3160	3731	749	908	41528
Barro	1064	1019	2914	2824	2165	2196	1402	1585	394	436	15999
Brejo Santo	2311	2162	6584	6827	4467	4825	2730	3148	623	776	34453
Campos Sales	1435	1425	3409	3601	2297	2649	1598	1965	411	496	19286

Municípios	10 a 14		15 a 29		30 a 44		45 a 59		60 a 64		População Ativa
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	
Caririçu	1663	1657	3334	3500	2307	2560	1553	1813	431	512	19330
Crato	5892	5737	16844	17908	12081	13706	7258	9147	1743	2155	92471
Farias Brito	1021	910	2596	2589	1774	1812	1162	1377	354	385	13980
Granjeiro	277	253	614	529	425	456	271	313	72	94	3304
Jardim	1535	1374	3639	3808	2483	2537	1539	1702	393	480	19490
Jati	370	353	1061	1045	770	742	504	539	125	163	5672
Juazeiro do Norte	12846	12538	35207	37294	24816	28330	13613	17393	3131	4291	189459
Mauriti	2562	2411	6305	6126	4352	4376	2653	2929	655	714	33083
Milagres	1435	1387	3960	3823	2797	2987	1752	1965	455	468	21029
Missão Velha	1924	1757	4806	4786	3274	3287	1956	2181	497	658	25126
Nova Olinda	783	736	2106	2072	1319	1380	780	967	221	224	10588
Penaforte	469	394	1175	1153	796	849	486	551	107	125	6105
Porteiras	792	731	2154	2121	1379	1443	928	1063	230	275	11116
Potengi	558	537	1277	1388	905	1006	633	672	180	184	7340
Salitre	1002	886	2207	2113	1339	1389	831	892	232	221	11112
Santana do Cariri	1145	975	2382	2273	1480	1506	975	1043	286	296	12361
Tarrafas	477	447	1199	1210	810	832	626	684	168	162	6615
Várzea Alegre	1837	1800	4940	5098	5097	4837	2699	2950	716	854	30828
Total Genero	49484	47233	128968	132230	90740	98687	54824	64881	13774	16716	697537
Total Geral	96717		261198		189427		119705		30490		

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará (Org.), 2010.

Em relação à arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS a Figura 15 apresenta os principais valores identificados entre os municípios do Cariri entre os anos de 2002 a 2008, sendo destaque os municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha e Brejo Santo:

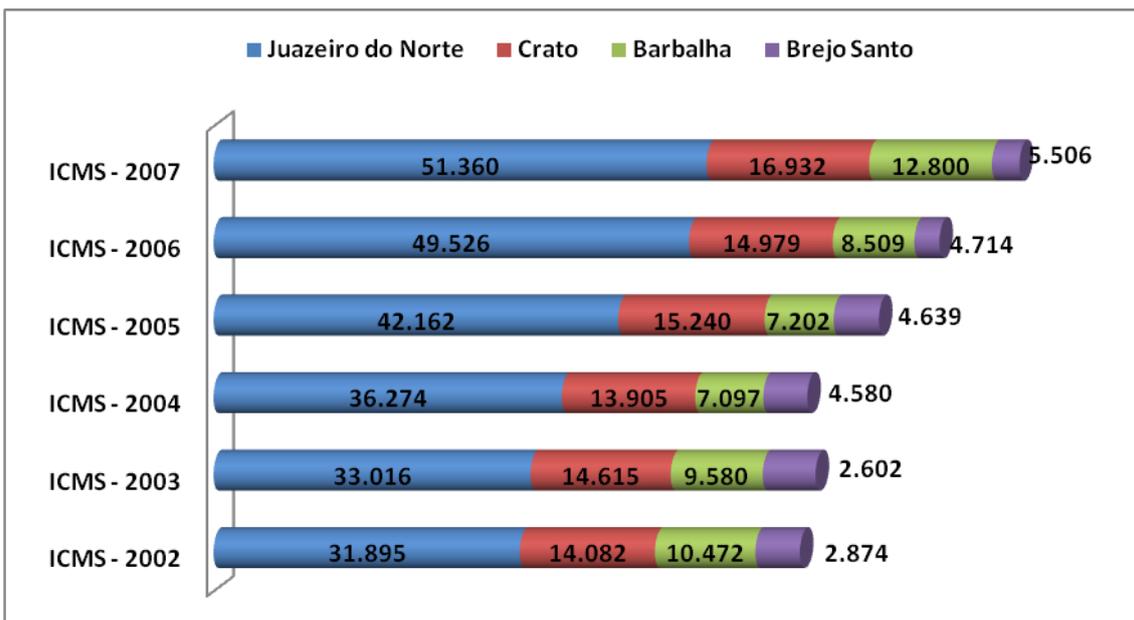


Figura 15 – ICMS dos principais valores identificados entre municípios do Território do Cariri.

Fonte: IPECE – Ceará em Números 2008/Finanças Públicas (2009).

A partir da Figura 15 apresentada, quanto ao município de Juazeiro do Norte, observa-se uma evolução de 38% na incrementação do ICMS recolhido no mesmo; para o município de Crato, observa-se um aumento de 16,83%, enquanto que o ICMS arrecadado no município de Barbalha correspondeu a 18,13% e em Brejo Santo, a 47,80%. O ICMS apresenta-se como a maior fonte de recursos financeiros e, para que o Governo possa atender adequadamente às necessidades da população, é importante que o cidadão exija sempre a nota fiscal ou o cupom fiscal e que esteja atento para defender o uso adequado dos recursos públicos.

Quanto ao Produto Interno Bruto – PIB *per capita* do Território do Cariri, o PIB a preço de mercado - R\$ mil na Figura 16, pode-se dizer que esta variável consiste na soma de todos os serviços e bens produzidos num período (mês, semestre, ano) numa determinada região (país, estado, cidade, continente), sendo expresso em valores monetários (que no caso do Brasil é em Reais). Corresponde a um importante indicador da atividade econômica da região, representando o crescimento econômico. Vale dizer que no cálculo do PIB não são considerados os insumos de produção (matérias-primas, mão-de-obra, impostos e energia).

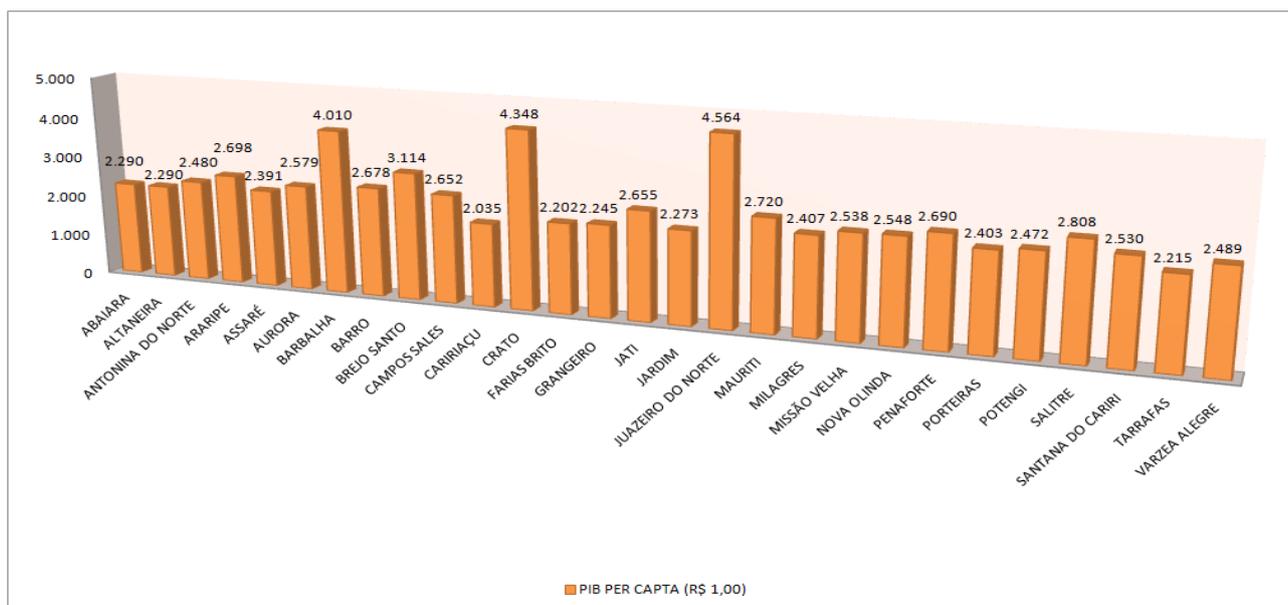


Figura 16 - PIB per capita do Território do Cariri – 2006 (R\$ 1,00)
Fonte: IPECE (2006).

Observa-se na Figura 16 apresentada acima, que os municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha apresentam a maior concentração do PIB *per capita* no Território. Em relação à média do PIB *per capita* do Território, esta correspondeu (ano 2007) a R\$ 2.690, sendo o índice médio do Estado do Ceará (ano 2007) de R\$ 6.149.

Ao longo dos anos de 2003 a 2007, foi observado uma evolução no Território do Cariri e no Estado do Ceará quanto a variável em análise, representado na Figura 17 :

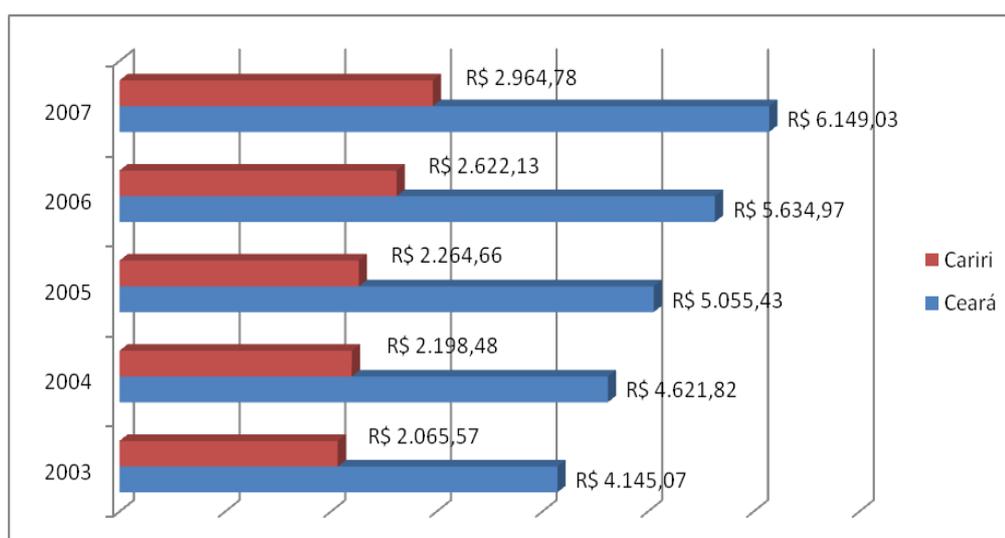


Figura 17 – Comparação da evolução do PIB per capita no Ceará com o Território do Cariri (2003-2007).
Fonte: IPECE/IBGE, 2009 (Adaptado).

Em relação ao Produto Interno Bruto – PIB Geral no Estado do Ceará (IPECE – 2006) este correspondeu a R\$ 46.309.883,80, deste total, o PIB por setor de produção, corresponde a R\$ 3.380.621,5 referente à agropecuária, R\$ 10.929.132,6, referente ao setor da indústria e R\$ 32.000.129,7 referente ao setor de serviço.

O PIB Geral do Território do Cariri em relação ao Estado do Ceará representa 6,15%, correspondendo a um total de R\$ 2.847.908. Deste total, o PIB por setor de produção é composto por R\$ 282.675 referente ao setor da agropecuária, R\$ 449.934 correspondente ao setor da indústria e R\$ 2.115.299 referente ao setor de serviço. Será apresentada, ainda neste documento, uma variação de valores por setor nos municípios integrantes do Território, sendo os dados organizados em gráficos por micro territórios.

Vale ressaltar que o PIB *per capita*, baseado na renda *per capita*, é obtido ao utilizarmos o PIB de uma região, dividindo-o pelo número de habitantes desta região. É um indicador que facilita a identificação do grau de desenvolvimento de um país ou região e consiste na divisão da renda nacional (produto nacional bruto menos os gastos de depreciação do capital e os impostos indiretos) pela sua população.

15 ASPECTOS DO SETOR PRODUTIVO

O Setor produtivo do território está inserido no diagnóstico, no tocante ao desempenho dos setores pecuário (ovinocaprinocultura, bovinocultura e suinocultura), tendo em vista o potencial da criação de pequenos animais no micro território Cariri Oeste e o desempenho da bovinocultura leiteira no Cariri Leste. Quanto à fruticultura, também é apresentado o diagnóstico das principais culturas trabalhadas no Território, como a banana, cajucultura, através da produção de castanha, o pequi e a cana-de-açúcar, tendo em vista que o Cariri apresenta potencial quanto ao desenvolvimento destas cadeias, principalmente, nos micro territórios Cariri Central e Leste, com áreas propícias ao desenvolvimento e implementação do cultivo de fruteiras. Assim, estas cadeias são apresentadas pelas seguintes eixos: culturas de subsistência, fruticultura e pecuária.

Em se tratando da dimensão socioeconômica o território tem grande potencial agropecuário, e em respeito às diversidades dos micro territórios, as principais atividades desenvolvidas são:

Micro território Cariri Central: na agropecuária vem se destacando pela exploração da bovinocultura de leite.

Micro território Cariri Oeste: predominam os serviços, agropecuária e indústria.

Micro território Cariri Leste: destaca-se na exploração da ovinocaprinocultura e mandiocultura.

15.1 Produção Agrícola

Quanto aos aspectos produtivos são apresentadas as principais culturas de subsistência e médias de produção por micro território, sendo estas: arroz, milho, feijão, fava e mandioca, sendo destaque, a mandiocultura no Micro território Cariri Leste. Apresentamos a seguir as principais cadeias produtivas do território no que refere às atividades da agricultura.

15.1.1 Produção de mandioca no Território do Cariri

O Território do Cariri se destaca na produção de mandioca, sendo o Micro território Cariri Oeste o principal produtor. A Tabela 45, expressa a produção por município, sendo destaque os municípios de Salitre, Araripe e Mauriti, entretanto, os dois primeiros municípios são os maiores produtores do Território.

Conforme os dados apresentados, confirma-se a importância da atividade para todo o território, com destaque para o Cariri Oeste. Porém, mesmo sendo o maior produtor de mandioca em volume e valor.

Tabela 45 – Produção de mandioca no Território do Cariri, 2009.

Município	Mandioca			
	Área Plantada (Ha)	Rendimento Médio (Kg/Ha)	Quantidade Total Produzida (T)	Valor da Produção (1000 R\$)
MICROTERRITÓRIO CARIRI CENTRAL				
Abaiara	11	10638	117	21
Barbalha	300	10000	3000	502
Caririaçu	230	10434	2400	419
Crato	250	8500	2125	401
Farias Brito	50	7500	375	36
Granjeiro	40	9000	360	66
Jardim	780	9743	7600	1397
Juazeiro do Norte	46	10326	475	87
Missão Velha	200	9500	1900	350
Várzea Alegre	2	12000	24	4000
Total	1909	9764	18376	7279
MICROTERRITÓRIO CARIRI OESTE				
Altaneira	15	8000	120	25
Antonina do Norte	15	8000	120	25
Araripe	3213	10000	32130	7396
Assaré	45	8511	383	81
Campos Sales	90	10000	900	185
Nova Olinda	80	8500	680	142
Salitre	4320	8500	36720	7160
Santana do Cariri	400	9000	3600	680
Tarrafas	10	9000	90	19
Total	8188	8835	74743	15713
MICROTERRITÓRIO CARIRI LESTE				
Aurora	8	9625	77	13
Brejo Santo	80	11875	950	166
Jati	32	10937	350	67

Município	Mandioca			
	Área Plantada (Ha)	Rendimento Médio (Kg/Ha)	Quantidade Total Produzida (T)	Valor da Produção (1000 R\$)
Mauriti	703	10455	7350	1466
Milagres	280	9642	2700	490
Penaforte	70	11142	780	154
Porteiras	85	10564	898	121
Total	1258	10605	13105	2477
TOTAL TERRITÓRIO	11355	29204	106224	25469

Fonte: IBGE, 2006.

Dentre os micro territórios, o Cariri Oeste se destaca em área produzida, apresentando uma área plantada de mandioca cerca de 4,3 e 6,5 vezes superior as áreas plantadas nos outros dois micros. Quando consideramos os municípios que compõem o Território Cariri na produção de mandioca, o município de Salitre é o que possui maior área plantada, com 4.320 ha.

Analogamente, o micro que apresenta maior produção de mandioca é o Cariri Oeste, com uma produção de, aproximadamente, 75.000 toneladas. A produção desse micro é muito superior a dos outros dois (Central e Leste), cerca de 4,1 e 5,7 vezes superior, respectivamente. Essa tendência foi verificada ao analisarmos a área plantada, assim, podemos concluir que a produtividade dos micros apresentam também uma mesma tendência, em torno de 10.000 kg/ha. Ainda assim, vale ressaltar que o micro que apresenta maior produtividade na produção de mandioca é o Cariri Oeste. Todos apresentam uma produtividade em torno de 10.000 kg/ha. Apesar disso, no município de Araripe, existem exemplos de agricultores que com a adoção de manejo adequados conseguem obter elevadas produtividade, chegando a 20.000 kg/ha.

Quanto ao valor da produção, podemos verificar que a diferença entre os micros Cariri Central e Cariri Leste é pouco significativa quando comparamos com a quantidade produzida, isso se deve ao fato de que a qualidade do produto no Cariri Oeste ser superior, resultando em um maior valor agregado. Os municípios de Salitre e Araripe possuem o maior valor de

produção de mandioca do território, valor total de R\$ 7.130.000,00 e R\$ 7.396,00.000.

Outros entraves limitam o desempenho econômico da atividade, em virtude, mais uma vez, do nível tecnológico precário na pós-produção: a maioria das casas de farinha são rudimentares, o que prejudica a qualidade da farinha produzida.

Além da baixa produtividade e qualidade, o setor vem enfrentando outro problema sério, no que se refere ao impacto ambiental com a produção de manipueira, efluente da casa de farinha que não tem destino adequado e acaba contaminando solo e água.

Para tanto, o território destaca alguns pontos a serem potencializados para melhorar a situação da cadeia produtiva como um todo, dentre elas: reformar as casas de farinha para melhorar a qualidade da produção, investir em tecnologia de transformação para aproveitamento adequado da manipueira, assim como, da parte aérea da mandioca para ração animal.

15.1.2 Produção de cana de açúcar no Território do Cariri

Em relação à produção de cana de açúcar, a Tabela 46 expressa a produção por micro território, sendo destacado o Cariri Central como o maior produtor. Os municípios de Crato, Barbalha e Missão Velha, apresentam a maior área plantada e quantidade produzida. A variação do rendimento médio por hectare se atribuir à utilização de novas variedades e adoção de novas práticas de cultivo.

A história da cana de açúcar no território, com a implantação de engenhos de grande porte e a concentração da gestão do setor na mão de alguns produtores patronais, apesar de ser tradicionalmente difundida pelos agricultores de base familiar, acabou gerando um certo descontentamento destes, isso devido ao desmantelamento progressivo da cadeia. Hoje, as usinas estão paradas, e a produção dos pequenos engenhos gera custos altos, o que desmotiva o setor.

Nessa perspectiva, os agricultores de base familiar, tentando reverter o prejuízo, apresentaram propostas de re-organização da cadeia produtiva no

sentido de diversificar a atividade com beneficiamento e transformação. Um exemplo seria a produção de cachaça.

A área total plantada de cana-de-açúcar é de 4.126 ha. Deste total, 91% da área plantada esta no Cariri Central, o que significa que o Cariri Oeste e o Cariri Leste apresentam área plantada pouco representativa no território. Provavelmente, isso se deve ao incentivo no Cariri Central, pela introdução e produção dessa cultura, além do mais, apresenta condições edafoclimáticas favoráveis ao seu cultivo, e também pela tradição da região na produção de rapadura e cachaça. Dentre os municípios, Barbalha e Crato são os que apresentam maior área plantada, 1400 e 1300 ha, respectivamente.

Tabela 46 – Produção de cana de açúcar no Território do Cariri, 2009.

Município	Cana de Açúcar			
	Área Plantada (Ha)	Rendimento Médio (Kg/Ha)	Quant. Total Produzida (T)	Valor da Produção (1000 R\$)
Micro território Cariri Central				
Abaiara	42	33333	1400	58
Barbalha	1400	35714	50000	2093
Caririaçu	28	35714	1000	42
Crato	1300	40000	52000	2080
Farias Brito	40	32000	1280	49
Granjeiro	2	32500	65	3
Jardim	50	38000	1900	79
Juazeiro Do Norte	3	35000	105	4
Missão Velha	900	36666	33000	1378
Várzea Alegre	10	40000	400	24
Total	3775	35900	141150	5810
Micro território Cariri Oeste				
Altaneira	7	31000	217	8
Araripe	20	30000	600	23
Nova Olinda	15	29000	435	16
Potengi	5	26000	130	5
Santana Do Cariri	7	35000	245	9
Tarrafas	8	27000	216	8
Total	62	29700	1843	69
Micro território Cariri Leste				
Aurora	40	31250	1250	52
Barro	45	33333	1500	61
Brejo Santo	30	33333	1000	42
Jati	3	36333	109	5
Mauriti	58	33620	1950	82
Milagres	40	34000	1360	56
Penaforte	3	32000	96	4
Porteiras	70	35714	2500	104
Total	289	33700	9765	406
Total Território	4126	99300	152758	6285

Fonte: IBGE (2006).

Na quantidade produzida, verificamos que os três municípios que apresentam maior volume de produção são: Barbalha, Crato e Missão Velha, totalizando 135.000 toneladas, praticamente, 85 % da produção total do território. A produção advinda dos outros dois micros são insignificantes quando comparadas a produção total do Território.

Da mesma forma, verificamos que o valor da produção é mais representativo no Cariri Central, detendo um valor total da produção de R\$ 5.810.000,00, aproximadamente, 92 % do valor total da produção do Território Cariri.

15.1.3 Produção de pequi no Território do Cariri

A coleta do pequi no Território do Cariri é realizada em grande parte por um grande número de famílias que residem nos municípios de Crato, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. Durante a safra, muitas pessoas das intermediações se deslocam até a Chapada do Araripe com o objetivo de incrementar ou gerar a renda familiar, que nesse período é formada em maior parte pela comercialização do fruto.

A partir do Censo do IBGE (2006), verifica-se que o município de Crato se destaca como o maior produtor, com uma produção média de 1.870 toneladas e uma renda média de R\$ 1.272 por tonelada do fruto. De modo geral, o Cariri (especificamente a Chapada do Araripe), é único produtor do Estado, responde por 33% da produção nacional, com um volume acumulado (1975-2006) de 23 mil toneladas, o que faz do Ceará o maior produtor do Brasil.

O município do Crato, maior produtor do país, apresentou um comportamento instável ao longo da história. Entre 1975 e 1982, o Cariri ocupou posição de maior produtora, com média anual de 473 toneladas. No período de 1983 a 1995, registrou-se um declínio abrupto da produção no Cariri. Vale ressaltar dois momentos importantes do aumento da produção, em 1996 e 2003, resultante de novas técnicas de exploração e beneficiamento.

O Cariri produz 2,3 milhões de toneladas de pequi por safra, de janeiro a abril. O maior produtor da região é o município do Crato com 1.684

toneladas. Em seguida vem Santana do Cariri com 295 toneladas, Jardim com 135 toneladas, Barbalha com 99 toneladas e Missão Velha com 95 toneladas. Esta produção representa uma injeção de recursos de recursos na região no valor de R\$ 1,62 milhão.

15.1.4 Principais Culturas de Subsistência do Território do Cariri

Em relação à produção de arroz, o Cariri Central concentra a produção, com uma área total de 6.459 hectares e uma produção de 4.956 toneladas, sendo destaque na produção os municípios de Várzea Alegre, Caririaçu e Farias Brito. A produção total de arroz no Território Cariri é de, aproximadamente, 20.000 t em 2009, isso cultivado numa área total de 10.449 ha. Essa produção gerou um valor total da cadeia produtiva em torno de R\$ 13.353.000,00. Vale ressaltar que no período de 2006-2009 a área plantada praticamente não sofreu variação, entretanto, para esse mesmo período, houve uma queda na produção de 25.000 t para 20.000 t. O mesmo não aconteceu com o valor da produção, que saiu de R\$ 11.000.000,00 para R\$ 13.000.000,00. É provável que isso esteja relacionado com melhorias nos preços de mercado do produto.

Quanto à produção de milho, feijão e fava, o Território do Cariri caracteriza-se por apresentar uma grande área de produção, além do que, faz parte da cultura do agricultor familiar cultivar essas plantas. O cultivo do milho no Território do Cariri é muito expressivo quando se considera a produção do estado do Ceará. Somente em área, o milho ocupa uma área total de 33.000 ha, com uma produção total no território de 52.000 t, gerando um valor total de, aproximadamente, R\$ 20.000.000,00. No período acima citado (2006-2009), o crescimento da área plantada com milho foi bastante significativa, cerca de 6.000 ha. Para esse mesmo período, o aumento na quantidade produzida não acompanhou a tendência do aumento de área plantada, resultando em um aumento de apenas 3.000 t. O valor total da produção de milho no território saiu de R\$ 15.575.000,00 em 2006 para R\$ 20.257.000,00 em 2009. Observa-se que a produção de milho no Território apresentou maior desempenho no micro territórios Cariri Leste, com uma produção total de 81.210 toneladas,

sendo destaque o município de Mauriti, com uma área de 2.500 hectares plantados e uma produção de 55.000 toneladas.

Outra cultura que se destaca no território é o feijão, sendo um dos maiores produtores do Ceará. Somente no território do Cariri essa cultura responde por um montante de R\$ 45.676.000,00, em 2009. A área plantada de feijão no território é de 63.390 ha, e o total produzido para esse mesmo ano foi de 30.000 t. Tanto a área plantada quanto a quantidade produzida de feijão, se mantiveram praticamente constantes para o período de 2006-2009. Entretanto, o valor da produção foi superior em R\$ 15.000.000,00 para esse mesmo período. Quanto ao cultivo de feijão, também o município de Mauriti apresenta-se como o maior produtor, com uma área de 9.762 hectares e uma produção de 9.762 toneladas. Em seguida, o município de Aurora apresenta uma área plantada de 5.451 hectares, com uma produção de 662 toneladas.

Apesar de o cultivo da fava não apresentar um valor de produção significativo, cerca de R\$ 2.524.000,00, ela é cultivada tradicionalmente na região, inclusive chega a ser comercializada em todo estado do Ceará a fava produzida no Território Cariri. A área plantada de fava no território chega a 6.065 ha em 2009, resultando em uma produção de 1.766 toneladas. Já em relação à produção de fava, o micro território Cariri Oeste apresenta a maior área plantada e conseqüente produção, sendo destaque o município de Assaré, com uma área de 1.100 hectares e uma produção de 231 toneladas.

Tabela 47 – Área, produção e valor das lavouras permanentes e temporárias no Território do Cariri, 2006-2009.

Produto	Produtos das lavouras permanentes e temporárias											
	Área Colhida (ha)				Produção							
					Quantidade (t)				Valor (R\$ mil)			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Abacate	17	17	20	18	172	160	201	185	81	139	167	186
Abacaxi (2)	57	55	86	100	1.140	1.100	1.720	2.000	719	770	1.235	1.220
Algodão herbáceo (em caroço) (2)	610	327	213	74	857	453	347	97	686	429	347	97
Alho (2)	6	5	6	5	29	24	29	20	80	72	87	60
Amendoim (em casca) (2)	689	571	673	779	930	401	1.000	951	1.056	496	1.693	1.271
Arroz (em casca) (2)	10.449	9.615	9.698	10.084	24.929	6.351	21.801	20.373	11.004	3.811	15.719	13.353
Banana (cacho) (1)	2.584	2.842	2.852	2.949	40.124	36.188	43.304	45.428	21.855	21.277	27.792	30.436
Batata-doce (2)	35	40	45	50	210	240	270	300	100	122	159	180
Café (em grão) (1)	30	35	35	35	23	27	26	22	63	81	87	87
Cana-de-açúcar (2)	5.106	4.126	4.175	4.369	208.574	152.758	187.761	195.105	8.772	6.285	6.505	6.742
Castanha de caju (1)	2.154	2.405	3.040	3.220	871	671	1.456	1.788	749	535	1.682	1.642
Coco-debaia (1)	351	358	379	393	2.183	2.011	2.448	2.694	563	488	554	637
Fava (em grão) (2)	5.844	5.810	6.271	6.065	866	1.313	1.522	1.766	1.473	2.427	3.257	2.524
Feijão (em grão) (2)	63.132	64.927	65.401	66.390	32.142	14.072	28.986	30.265	29.079	17.355	47.703	45.676
Fumo (em folha) (2)	190	211	230	259	176	266	293	341	1.356	2.028	2.132	2.709
Goiaba (1)	21	21	21	23	236	216	241	271	219	186	217	350
Laranja (1)	126	126	144	142	1.332	1.240	1.568	1.587	535	557	593	684
Mamão (1)	44	58	65	72	1.244	1.489	1.775	1.944	432	645	892	1.200
Mamona (2)	883	426	2.292	1.352	528	118	598	469	277	81	546	510
Mandioca (2)	7.036	5.174	4.505	4.961	86.887	51.162	57.671	44.239	7.275	10.818	10.114	5.935
Milho (em grão) (2)	26.817	30.216	31.201	33.185	49.295	15.518	51.667	52.623	15.575	6.301	25.004	20.257
Sisal ou agave (1)	430	430	450	450	710	755	765	801	822	806	989	927
Tangerina (1)	6	6	7	8	36	40	47	50	20	22	26	28
Tomate (2)	10	12	15	18	345	379	537	672	316	339	473	547
Uva (1)	45	53	53	61	1.983	1.922	2.289	2.652	3.272	3.760	4.093	6.684
Total	126.682	127.886	131.877	135.072	455.842	288.874	408.322	406.643	106.429	79.830	152.066	143.942

Fonte: Ipaca, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal 2006-2007 e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola 2008 e 2009

(1) Lavoura permanente.

(2) Lavoura temporária.

15.2 Produção Pecuária

Em relação à exploração da atividade de pecuária no Território do Cariri, foram analisados os seguintes rebanhos, de acordo com o censo agropecuário do IBGE (2006): bovinos, suínos e ovinocaprinos, sendo considerado o rebanho efetivo. Nesta sessão os dados estão disponibilizados sob a forma de Tabelas 48, 49 e 50 e as Figuras 18, 19 e 20 onde as variáveis são apresentadas por micro territórios a seguir

Tabela 48 – Quantitativo da Produção Pecuária no Micro território Cariri Central

Municípios	Aves	Bovinos	Caprinos	Ovinos	Suínos	Produção de Mel (KG)
Crato	144.707	13.083	1.132	1.657	5.421	179.975
Juazeiro do Norte	68.700	8.557	1.559	3.179	555	9.631
Barbalha	101.381	7.946	1.144	1.685	3.416	60.944
Jardim	75.527	9.816	1.332	2.578	8.781	4.096
Caririaçu	59.504	10.932	3.213	3.193	6.576	1.709
Missão Velha	68.255	13.340	1.477	1.840	6.186	5.451
Farias Brito	53.018	11.488	1.843	1.541	6.085	6.901
Granjeiro	11.652	1.506	846	234	1.286	-
Abaiara	15.156	6.163	274	756	619	1.639
Várzea Alegre	72.953	17.281	1.421	2.637	8.807	6.690

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Tabela 49 – Quantitativo da Produção Pecuária no Micro território Cariri Oeste

Municípios	Aves	Bovinos	Caprinos	Ovinos	Suínos	Produção de Mel (KG)
Mauriti	70.542	20.412	4.050	7.104	11.497	52.327
Barro	49.173	13.973	2.330	2.491	5.890	6.071
Milagres	53.294	15.173	626	1.386	4.116	6.075
Porteiras	51.285	11.335	356	704	2.689	2.972
Brejo Santo	108.747	24.910	612	1.737	2.655	6.884
Jati	8.393	6.095	218	803	1.554	1.161
Penaforte	9.004	4.526	383	1.276	783	964
Aurora	121.446	20.715	3.715	4.004	10.864	11.909

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Tabela 50 – Quantitativo da Produção Pecuária no Micro território Cariri Leste

Municípios	Aves	Bovinos	Caprinos	Ovinos	Suínos	Produção de Mel (KG)
Campos Sales	17.383	6.562	4.004	16.169	6.201	19.172
Santana do Cariri	31.172	8.374	589	1.244	2.576	392.177
Altaneira	32.966	1.348	222	149	982	3.572
Tarrafas	34.208	7.186	322	1.519	2.646	2.842
Potengi	14.021	5.076	658	3.651	2.771	2.292
Araripe	3.400	9.306	1.199	1.329	4.036	27.978
Assaré	53.357	14.438	1.992	5.656	6.988	6.775
Antonina do Norte	11.741	3.174	1.122	3.785	925	1.307
Salitre	44.206	7.969	2.429	6.133	4.499	10.417
Nova Olinda	21.134	4.310	235	339	1.552	3.294

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

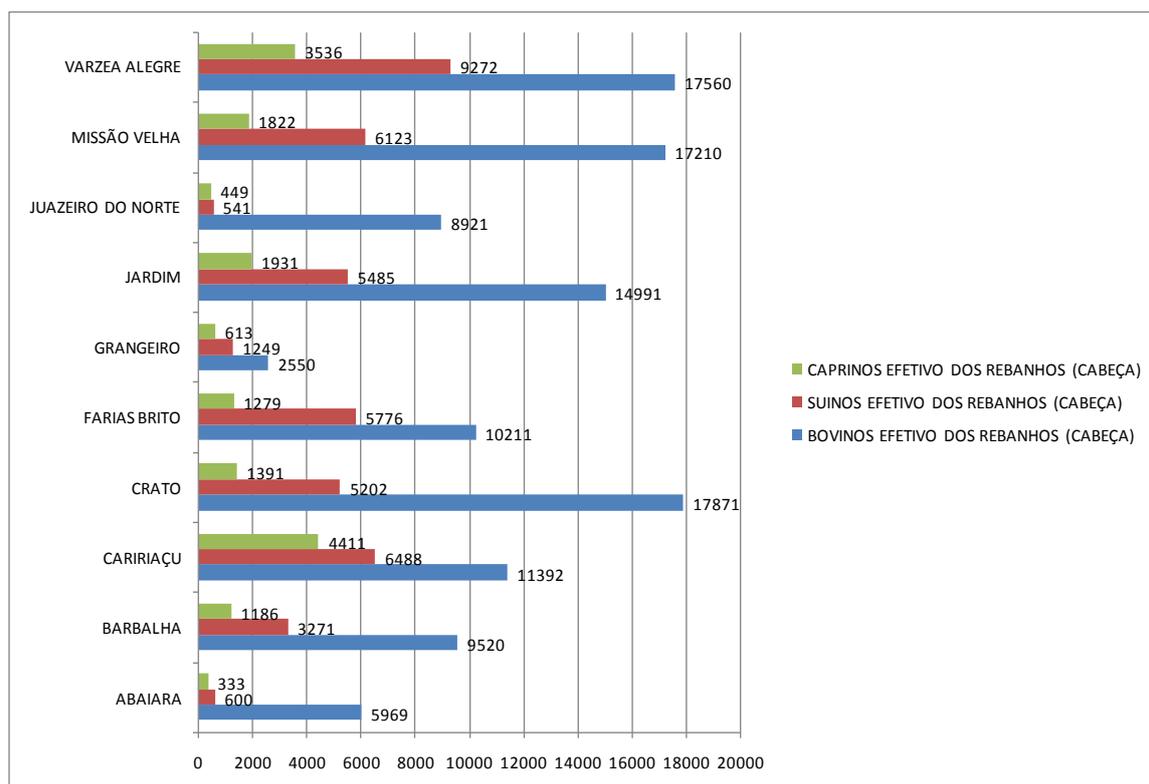


Figura 18 – Efetivo de rebanho de caprinos, suínos e bovinos do Cariri Central

Fonte: IBGE, 2006.

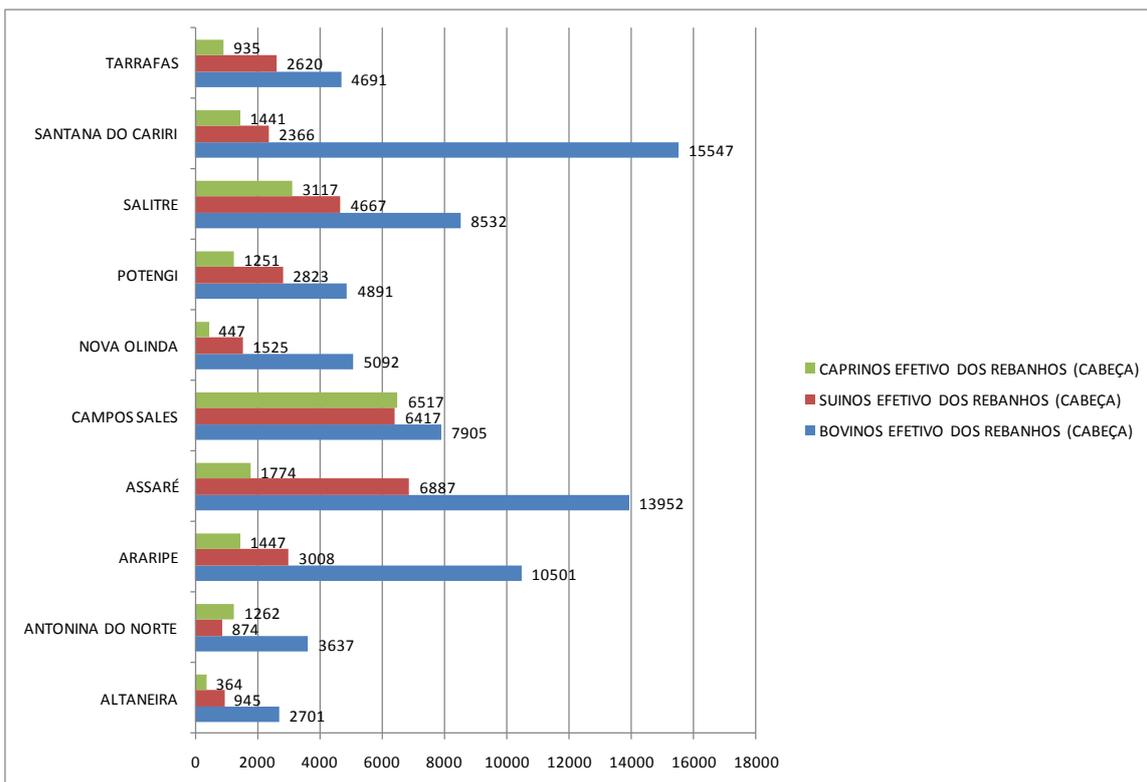


Figura 19 – Efetivo de rebanho de caprinos, suínos e bovinos do Cariri Oeste
 Fonte: IBGE, 2006.

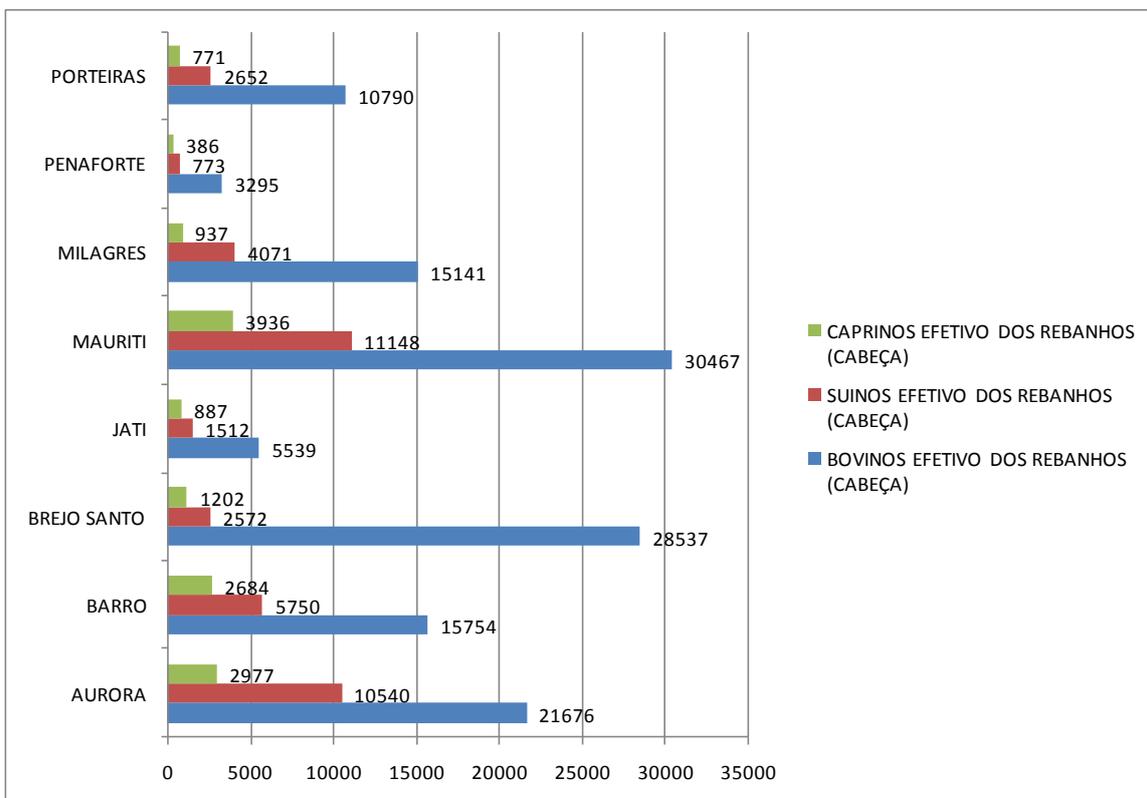


Figura 20 – Efetivo de rebanho de caprinos, suínos e bovinos do Cariri Leste.
 Fonte: IBGE (2006).

De acordo com os dados apresentados, observa-se que o micro território Cariri Oeste apresenta o maior rebanho efetivo de ovinocaprilinos, com uma produção total de 18.555 cabeças, correspondendo a 1,86% da produção total do Estado do Ceará, que corresponde a 998.787 cabeças. Nos municípios, destacam-se com maior ênfase, os municípios de Campos Sales, com um rebanho de 20.000 cabeças, Salitre com 10.000 cabeças e Mauriti com 11.000 cabeças.

Quanto à bovinocultura de leite, de acordo com o senso agropecuário (2006), o Território apresenta um efetivo de 170.000 cabeças de bovinos, tendo 64.127 cabeças de vacas ordenhadas. O Território apresenta uma produção média de 43.108 mil litros de leite, cerca de 10,35% da produção total do Estado do Ceará.

Já o micro território Cariri Leste apresenta o maior rebanho efetivo de bovinos, correspondendo a uma produção de 131.199 cabeças, equivalendo a 5,33% do rebanho efetivo do Estado, de 2.460.523 cabeças. Destacam-se nos micro territórios os municípios de Mauriti, com um efetivo de 30.467 cabeças, o município de Brejo Santo, com um efetivo de 28.537 cabeças e o município de Aurora, com 21.676 cabeças.

Quanto aos dados da suinocultura, o micro territórios Cariri Central apresenta-se como a maior região produtora do Território, com um rebanho efetivo de 44.007 cabeças. Em seguida vem o micro territórios Cariri Leste, como o segundo maior produtor, com um rebanho efetivo de 39.018 cabeças.

O diagnóstico realizado junto aos atores do território permitiu identificar os principais entraves do setor pecuário. De forma geral, notou-se uma deficiência no manejo alimentar dos rebanhos com falta de reserva estratégica de forragens que permita garantir a regularidade da alimentação, e conseqüentemente, da produção de leite e carne. As cinco associações de ovinocaprilinos estruturadas no território levantaram preocupações em relação à falta de assistência técnica principalmente para manejo genético do rebanho. Outro grande desafio da cadeia de ovinocaprilinocultura é a sanidade do processo de abate já que ainda domina o sistema de moita. Na cadeia produtiva do leite, a sanidade da produção foi bastante melhorada com o

programa dos tanques de resfriamento, distribuídos pela SDA para atender a Instrução Normativa N° 51 do MAPA.

A cadeia produtiva do leite tem forte orientação para produção de queijo, ainda que, produzindo de forma artesanal nos fundos de quintais. Assim, o setor reivindica investimentos em unidades de beneficiamento com estrutura adequada às exigências sanitárias (SIM, SIE e SIF). Vale ressaltar que já existe uma unidade de pasteurização funcionando no Assentamento Malhada, município de Crato.

15.2.1 Cadeia produtiva do Mel (apicultura)

A produção de mel no Ceará e no Cariri se apresenta da seguinte forma:

Mel no Ceará (2009)	Pólo do Cariri
- 2º exportador do Brasil	
- 1º exportador do Nordeste	
- 8 Pólos com 135 municípios	- 37 Municípios
- 77 associações	- 13 Associações
- 5,4 mil toneladas de produção	- Produção: 1,800 t
- 6 empresas com SIF	- 2 Empresas com SIF
- US\$ 14,4 milhões de exportação	
- R\$ 24,5 milhões de valor da produção	

A produção brasileira de mel natural, presente em todo o território nacional, cresceu 70% entre 1999 e 2005, estimulada pela atratividade do mercado externo. Em 2001, o Brasil exportou apenas 2,8 milhões de dólares e sequer aparecia na lista dos maiores exportadores mundiais (com 1% ou pouco mais do total). Ao fim de 2003, as exportações de mel brasileiro ultrapassaram a casa dos 45 milhões de dólares, e mesmo com a queda registrada nos anos subseqüentes o País ainda figura entre os líderes do mercado mundial. No período de 199-2005, a produção nordestina cresceu cerca de 290%. Os principais produtores do Nordeste são os Estados do Piauí, Ceará e Bahia. O principal município produtor é Santana do Cariri, com 330 mil kg em 2005.

A apicultura cearense se caracteriza pela presença elevada de pequenos produtores, que exploram até 150 colméias, utilizam mão-de-obra familiar e mantêm atividades paralelas, seja como principal ou como complementar à apicultura. Durante os períodos de colheita e migração, muitos pequenos produtores trabalham em parceria com outros produtores, dividindo custos e trabalho sem deixar de ser independentes; é comum a contratação de trabalhadores temporários.

Um dos principais problemas que o setor enfrenta é ausência de uma programação estratégica, que defina metas meios, compromissos entre os vários agentes envolvidos. Os produtores também indicam a insuficiência dos atuais mecanismos de coordenação no interior da cadeia e a dificuldade enfrentadas para a definição de normas claras e específicas que possam guiar as ações de desenvolvimento da apicultura nacional. Menciona-se a necessidade de uma rotulagem de produtos mais clara, certificação de origem e qualidade, falta de reavaliação das normas técnicas aplicadas aos produtos e inadequação à realidade da conjuntura em que o setor está submetido.

Os principais fatores críticos enfrentados pela cadeia do mel são os seguintes:

- (i) Investimentos em pesquisas voltadas para a cadeia do mel, em particular a exploração de mel orgânico e da criação de produtos com identidades locais e regionais, são insuficientes;
- (ii) O setor não conta com mecanismos de financiamento adequados. Os agricultores familiares contam com o apoio do Pronaf, claramente insuficiente, em particular no quesito investimentos de maior prazo de maturação.
- (iii) A capacitação é um atributo essencial para o sucesso da cadeia, cujo nível de exigência tecnológica e de qualidade é crescente. Parte dos produtores brasileiros é amador, outra parte é composta de produtores pobres, descapitalizados e sem experiência anterior na produção do mel.
- (iv) O mel não é uma commodity e, por isso, precisa de estratégia e política de promoção comercial, criação de marcas, desenvolvimento de identidade nacional, regional e local.

Os atores envolvidos na cadeia do Mel no Território do Cariri levantaram os seguintes problemas: a dependência de atravessadores para comercialização do mel, a desarticulação dos apicultores de base familiar na produção, a descontinuidade da ATER, a falta de unidades de beneficiamento e transformação para agregação de valor.

As sugestões de investimentos priorizam a efetivação do plano de gestão dos 2 entrepostos de mel já existentes no Território, investimento em apoio logístico para comercialização, instalação de unidades de beneficiamento e transformação da matéria prima para agregar valor (exemplo: máquina de saches).

15.3 Fruticultura no Território do Cariri

A Fruticultura desenvolvida no Território do Cariri, em especial o cultivo da banana e da castanha de caju foram retratadas através das Tabelas 51 e 52 a seguir.

Tabela 51 – Cultivo da banana no Território do Cariri, 2009.

Banana			
Município	Área Plantada (Ha)	Rendimento Médio (Kg/Ha)	Quant. Total Produzida (T)
Micro território Cariri Central			
Abaiara	35	11857	415
Barbalha	315	12739	4013
Caririaçu	85	12352	1050
Crato	60	7000	420
Farias Brito	40	8000	320
Granjeiro	35	11857	415
Jardim	88	12000	1056
Juazeiro do Norte	35	12571	440
Missão Velha	310	32258	10000
Várzea Alegre	30	18000	540
Total Micro I	1.033	13.860	18.669
Micro território Cariri Oeste			
Altaneira	28	6500	182
Antonina do Norte	15	4933	74
Araripe	30	7500	225
Assaré	30	6500	195
Campos Sales	30	6900	207
Nova Olinda	20	7000	140
Potengi	60	6500	0
Salitre	2	6000	12

Banana			
Município	Área Plantada (Ha)	Rendimento Médio (Kg/Ha)	Quant. Total Produzida (T)
Santana do Cariri	90	8000	720
Tarrafas	50	6500	325
Total	355	6630	2.080
Micro território Cariri Leste			
Aurora	73	11671	852
Barro	105	11333	1190
Brejo Santo	120	12500	1500
Jati	29	12586	365
Mauriti	330	12424	4100
Milagres	100	12690	1269
Penaforte	20	12750	255
Porteiras	155	12516	1940
Total	932	12.300	11.471
Total do Território	2320	32790	32220

Fonte: IBGE, 2006.

Assim, podemos observar que o micro território Cariri Central é o que apresenta a maior área plantada, rendimento e valor de produção de banana, sendo os municípios de Missão Velha e Barbalha os que apresentam maior área plantada e, conseqüente, produção. O micro território Cariri Leste ocupa o segundo lugar quanto ao rendimento e quantidade produzida, sendo que, neste micro território os municípios de Mauriti, Porteiras e Brejo Santo os maiores produtores.

Tabela 52 – Produção de Castanha de Caju no Território do Cariri, 2009.

Castanha de Caju				
Município	Área Plantada (Ha)	Rendimento Médio (Kg/Ha)	Quant. Total Produzida (T)	Valor da Produção (1000 R\$)
Micro território Cariri Central				
Abaiara	10	300	3	-
Barbalha	160	462	74	59
Caririaçu	60	500	30	24
Crato	130	153	20	16
Farias Brito	5	200	1	1
Granjeiro	8	500	4	3
Jardim	160	462	74	59
Juazeiro do Norte	82	548	45	36
Missão Velha	200	330	66	52
Várzea Alegre	23	260	6	5
Total	838	371	323	255

Castanha de Caju				
Município	Área Plantada (Ha)	Rendimento Médio (Kg/Ha)	Quant. Total Produzida (T)	Valor da Produção (1000 R\$)
Micro território Cariri Oeste				
Altaneira	5	200	1	1
Antonina do Norte	7	1421	1	
Araripe	200	120	25	19
Assaré	75	106	8	6
Campos Sales	150	100	15	12
Nova Olinda	10	100	1	1
Potengi	40	100	4	3
Salitre	300	90	27	22
Santana do Cariri	170	117	20	16
Tarrafas	5	200	1	1
Total	962	255	103	81
Micro território Cariri Leste				
Aurora	4	250	1	1
Barro	13	538	7	6
Brejo Santo	75	520	39	31
Jati	4	500	2	2
Mauriti	400	540	216	172
Milagres	190	200	38	30
Penaforte	4	250	1	1
Porteiras	70	185	13	10
Total	760	373	317	253
Total Território	2560	999	743	589

Fonte: IBGE, 2006.

Quanto à produção de castanha de caju no território do Cariri, conforme SDA (2008), este se apresenta como o quinto maior pólo de produção no Estado do Ceará, com uma área plantada de 1.472 ha e de potencial de produção de 60,20% na produtora do Estado do Ceará. A produção total do território, de acordo com o senso agropecuário de 2006 (IBGE), correspondeu a 743 toneladas e um rendimento médio de 9.252 kg/ha.

Verifica-se que a produção de castanha apresenta maior relevância no micro território Cariri Central, mesmo no rendimento por hectare, quantidade produzida e valor da produção. Ainda assim, a maior área plantada esta localizada no micro território Cariri Oeste.

15.4 Horticultura

A horticultura no Território do Cariri é uma atividade explorada pelos agricultores de base familiar e as culturas que se destacam são: cebolinha, coentro, pimentão e tomate. A horticultura é uma atividade que requer maiores cuidados com relação ao cultivo em função do uso indiscriminado de agrotóxicos.

As hortaliças cultivadas no Território Cariri são comercializadas, diariamente pelos feirantes, e nas feiras orgânicas com destaque para os municípios de Jardim e Barbalha. É sabido que boa parte da área do cultivo de hortaliças se dá através das áreas úmidas ou vazantes. Apesar do seu grande potencial a horticultura, essa é uma atividade pouco cultivada, necessitando de um processo de difusão e incentivo mais intenso no Território do Cariri.

O Território tem como garantia da comercialização o Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE e PAA.

15.5 Artesanato

O Território do Cariri tem uma tradição cultural muito forte em razão do seu artesanato possui uma diversidade e tipologias bastante peculiares, sendo exportado para diversos países. O artesanato expressa riquezas expressas em seu ecletismo e na criatividade das peças. O artesanato, feito de couro, rendas, cerâmicas e madeiras, é um exemplo dessas expressões artísticas populares da região.

Inúmeros são os produtos oferecidos pelos artesãos da região do Cariri. Desde presépios, castiçais em flandres, placas de barro, xilogravuras para quadros, cartões, blocos, literatura de cordel, até placas de cerâmica com temáticas do cotidiano, das festas folclóricas, bolsas, cartões, imãs, caixas, móveis, luminárias e cestas.

15.5.1 Couro

Quanto ao couro são produtos vendidos em maior escala: Chapéu, botas, sapatos, selas, cintos, sandálias, calçados de um modo geral.

Encontram-se os Pontos de venda no Mercado Central, no Centro de Cultura Mestre Noza e no Centro de Comercialização da cidade. Destaca-se como principal núcleo produtor o município de Juazeiro do Norte.

Os demais produtos que utilizam o couro: cintos, malas de couro, objetos decorativos, tapetes de couro.

15.5.2 Cestarias

As cestarias utilizam como matéria prima: Junco, palha, bambu, cipós, raízes e folhas de palmeira. Estas são usadas na confecção de cestas, bolsas, chapéus, esteiras, chinelos, etc. Todos os trabalhos são feitos em folhas. O artesão usa a palha colorida ou natural e o material é natural ou envernizado. Como Núcleo Produtor destaca-se o município de Juazeiro do Norte.

15.5.3 Madeira

Os produtos artesanais que utilizam a madeira desenvolvem as ferramentas que se transformam em utensílios básicos de mercearia.

Em relação a produtos de maior porte são construídos móveis, desde os mais simples e rústicos até os mais finos; máquinas de engenhos, tonéis, talhas e esculturas. Como Núcleo Produtor o município que se destaca é Juazeiro do Norte.

15.5.4 Cerâmica

As principais peças construídas com a cerâmica são as quartinhas, jarras, potes, gamelas, pratos, filtros, bacias, jarros, mealheiros e a captação de pé de cana (bonecos de barros, etc.).

15.5.5 Artes Gráficas

São os principais produtos: a xilogravura para ilustração de capas de folhetos de cordel, na figura de cantadores, vaqueiros cangaceiros, etc.

15.5.6 Imaginários

Os produtos encontrados da paixão do povo juazeirense por suas crenças e seus santos. Materializam-se em imagens de santos e ex-votos. Juazeiro é um centro que se destaca como local de peregrinação mística religiosa.

15.5.7 Lembranças

São produtos encontrados nas casas de santos, próximo à igreja do Socorro e próximo a igreja do Socorro e próximo a igreja da Matriz que materializam objetos que representam símbolos da cidade, dos locais, de pontos turísticos, etc.

15.5.8 Pólo cerâmico do Crato

O Território conta com um Pólo Cerâmico que conta com a capacidade de produção mensal de cerca de 5000 milheiros, 9 empresas todas situadas no Crato. Todavia o Território enumera alguns problemas neste setor a serem enfrentados, tais como: alta informalidade, mineração em áreas não legalizadas, mineração sem licenciamento ambiental, geração de rejeitos sem tratamento adequado. Quanto aos Recursos Humanos: baixo nível de Qualificação Gerencial, baixa escolaridade da Mão-de-obra, baixa remuneração dos Empregados e ausência de Treinamentos de Capacitação Técnica e Gerencial. Em razão da Produção e Tecnologia: baixa Produção e Produtividade, Carência de acesso à informação, Falta de Controle de Qualidade dos Bens Produzidos, Elevado Nível de Perdas nas Etapas de Lavra e Beneficiamento, Ausência de Tecnologias Apropriadas de Métodos de Lavra e Beneficiamento no aproveitamento do Bem Mineral (sem técnicas e segurança adequada).

15.5.9 Pólo calcário do Cariri (Santana do Cariri e Nova Olinda)

A região vem apresentando um grande potencial mineral de dois tipos de calcário, o sedimentar laminado (pedra cariri) e o cristalino, utilizado de forma rudimentar em caieiras para fazer cal virgem e hidratada. A produção da pedra cariri em Nova Olinda e Santana do Cariri é a principal atividade da economia dos dois municípios. Já em Farias Brito e Altaneira, a extração do calcário cristalino constitui uma das principais fontes de renda. Predomina a produção artesanal, sem emprego de tecnologia mecanizada.

15.6 Turismo

Neste contexto apresentamos quais são e onde estão às empresas voltadas para o turismo no território, fluxo de turismo, rotas turísticas, a rede de hotelaria qualidade dos serviços, os atrativos culinário, e artesanato, qual é o impacto econômico, social e ambiental da atividade turística no território

A Infraestrutura turística de transporte, estradas, etc. A mão de obra qualificada.

15.6.1 Turismo religioso (Padre Cícero)

O turismo religioso em Juazeiro do Norte movimenta aproximadamente 2 milhões de visitantes por ano. Essas visitas são distribuídas ao longo do ano principalmente nas festas de Nossa Senhora das Candeias, de aniversário de nascimento e morte do Padre Cícero, da padroeira Nossa Senhora das Dores, dia de Finados e Todos os Santos. Nesses períodos de três a quatro dias cada, a população do Município mais que duplica. Dentre os pontos turísticos principais, estão a estátua do Padre Cícero, na Serra do Horto, a antiga residência do Padre Cícero, hoje transformada em museu, a Igreja de Nossa Senhora do Socorro, que abriga o jazigo do Padre Cícero, o memorial do Padre Cícero e a Igreja Matriz, a dos Franciscanos e a dos Salesianos, sendo apenas estas duas últimas fora da área de passagem dos turistas religiosos.

Outro setor potencial para o turismo da região é o Ecoturismo nos municípios de Crato, Barbalha, Jardim, Santana do Cariri e Nova Olinda. A

beleza paisagística e as fontes de água da Chapada do Araripe são atrativos naturais que a região oferece para exploração turística. A Floresta Nacional do Araripe, primeira reconhecida no país em 1946, é um grande patrimônio de espécies vegetais. Abriga também uma das maiores reservas fossilíferas do mundo, cujo centro está no Município de Santana do Cariri, atraindo pesquisadores de várias partes do mundo. Embora o município de Barbalha já conte com o Balneário de Caldas criado em meados dos anos de 1970 para aproveitar seu potencial turístico, ainda não houve uma consolidação do município como pólo turístico. Existe a possibilidade dessa consolidação com a recente implantação do *Arajara Park*, empreendimento de parque temático aquático e ecológico privado, às margens da CE-386, condicionado à melhoria da infraestrutura de acesso e de utilidades. A cidade do Crato tem como atrativos os clubes serranos, onde se destaca o Granjeiro e o Serrano, com fontes de águas minerais e, em Juazeiro do Norte foi construído o Parque Aquático Verdes Vales.

Em Juazeiro do Norte também se encontra o Museu de Paleontologia de Santana do Cariri, construído num prédio edificado na década de 1920. Hoje o museu pertence à Universidade Regional do Cariri.

Juazeiro do Norte é a segunda maior cidade do Ceará só perdendo para Fortaleza. Em 1872 era apenas um arraial com algumas poucas casas de tijolo e uma rústica capela. No dia 11 de Abril daquele ano, cavalgando num jumento, como um nazareno sertanejo, o Padre Cícero Romão Batista entrou em Juazeiro e, deste dia em diante, nem Juazeiro e nem o seminarista seriam o mesmo.

Segundo dados da prefeitura local que admite não ter um controle absoluto sobre o número de pessoas que visitam a cidade anualmente em um ano aproximadamente dois milhões de romeiros visitaram o túmulo de padre Cícero.

Juazeiro vive à sombra do romeiro. Suas indústrias, prédios modernos, progresso e até um estádio de futebol (o Romeirão) estão intrinsecamente ligados à presença do romeiro.

O artesanato atrai os turistas que procuram as imagens do Padre Cícero, construídas em diversos tamanhos, desde miniaturas até o tamanho

natural. graças a *Padinho Padre Cícero* , como é chamado na região.

15.6.2 Atrativos Culturais

A romaria em Louvor ao Padre Cícero. O Padre Cícero Romão Batista introduziu uma política de fé, amor e trabalho na região, tornando-se um mito para o povo nordestino. A sua festa data desde a época de seu falecimento, em 20 de julho de 1934. É uma das mais impressionantes e consagradas romarias do Nordeste e, nessa ocasião, a cidade se converte não só num centro de devoção com missas, bênçãos de imagens, procissões, novenas, peregrinações e visitas aos locais de interesse religioso, mas, também, num extraordinário mercado de artesanato regional e artigos religiosos.

15.6.3 Locais de Visitação Religiosa

- ✓ Serra do Horto (estátua de 25 m do Padre Cícero, via sacra, Casa do Horto, Santo Sepulcro, Muralha da Guerra de 14, painel da Ceia Larga – 17x4m);
- ✓ Igreja Matriz Nossa Senhora das Dores;
- ✓ Santuário do Coração de Jesus;
- ✓ Santuário dos Franciscanos;
- ✓ Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro;
- ✓ Memorial do Pe. Cícero;
- ✓ Casa dos Milagres;
- ✓ Memorial do Pe. Cícero;
- ✓ Basílica de São Francisco;
- ✓ Paróquia de N.S^a de Lourdes.

15.6.4 Geopark Araripe

O Geopark Araripe foi encaminhado à verificação da UNESCO pelo Governo do Estado do Ceará e a Universidade Regional do Cariri – URCA, ainda em 2005, representando nessa ação o Governo do Estado do Ceará e o Governo Alemão, através do intercâmbio de cooperação do DAAD/ *Deutscher*

Akademischer Austausch Dienst, que deu apoio à iniciativa.

Em 21 de setembro de 2006, após se submeter aos procedimentos padrões de vistoria e avaliação pela comissão oficial da UNESCO, Divisão de Ciências da Terra o *Geopark Araripe* foi aprovado e oficializado na II Conferência Mundial dos *Geopark's (II World Conference on Geopark's)*, realizada na Irlanda do Norte, em *Belfast*.

O conceito do *Geopark Araripe* está baseado no estabelecimento de uma rede de 09 Geosítios de valor histórico, geológico, paleontológico que possuem características únicas, singulares e que merecem atenção por proteção integral, em virtude de suas peculiaridades. Ele permite ao visitante uma abrangente compreensão da origem, evolução e estrutura atual da Chapada do Araripe.

O *Geopark Araripe* está localizado no sul do estado do Ceará, na porção cearense da Bacia Sedimentar do Araripe e abrange 06 municípios da região do Cariri. Possui uma área de aproximadamente 3.520,52 km² e que corresponde ao contexto territorial das cidades de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri.

Sua função está além da proteção e preservação dos registros geológicos, paleontológicos, antropológicos, ambientais, paisagísticos e culturais. As visitas exploratórias originadas desta ação e a infraestrutura de apoio ainda em consolidação proporcionam um processo natural e desejável de inclusão social, onde a participação da sociedade se constitui em um pilar importante para o funcionamento pleno do *Geopark Araripe*.

De uma maneira geral podemos sintetizar como características gerais do *Geopark Araripe*:

- ✓ Proteger e preservar legalmente os principais sítios selecionados, nomeados cientificamente como Geosítios, verdadeiras “janelas” educativas da história da evolução do planeta e da vida;
- ✓ Proporcionar à população local e visitantes oportunidades adicionais de conhecer e compreender tanto os contextos científicos selecionados das várias eras geológicas componentes do Período Cretáceo, como outros contextos regionais existentes, como o ecoturismo ambiental na FLONA (Floresta Nacional do Araripe);

- ✓ Possibilitar o contato com registros arqueológicos, próprios do povoamento ancestral da região e característicos de cultura própria até hoje impressiva;
- ✓ Intensificar relações com todo um espectro de atividades – científicas, culturais, turísticas e econômicas, com ênfase na história evolutiva da Terra e da vida, e das ciências do ambiente e da natureza, das humanidades e da cultura;
- ✓ Validar as relações entre aspectos da história da ocupação do território, a cultura regional e suas manifestações e as formas de apropriação dos recursos naturais da região.

Vale ressaltar que o *Geopark Araripe* deverá ser ampliado, passando a incorporar e promover as localizações que apresentam importantes registros arqueológicos, como pinturas rupestres, materiais cerâmicos e artefatos líticos.



Figura 21 – Mapa do *Geopark Araripe* e Bacia Sedimentar, Cariri.
Fonte: Arqueologia.Piauí *online*, novembro 2010.

O *Geopark Araripe* desenvolve projetos inovadores de caráter social, buscando para isso o apoio e a participação de entidades públicas, privadas, não governamentais e do conjunto da sociedade. O despertar da curiosidade, do anseio de participação e da consciência, para a grandeza das riquezas naturais e culturais que nos cercam, surge como principal meta destes projetos.

O *Geopark Araripe* é formado por nove locais de interesse, definidos pela relevância geológica e paleontológica, que receberam a denominação de Geossítios, distribuídos pelo Cariri. São os locais mais representativos de seus estratos geológicos e de suas formações fossilíferas.

16 SERVIÇOS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Em relação ao número de empregos gerados por setor vale destacar que o Território do Cariri é responsável por 14.857 empregos gerados no setor industrial, correspondendo a 7,14% do total do Estado do Ceará, que corresponde a 208.149 empregos. Quanto ao setor de comércio, o Cariri é responsável por 13.354 empregos, respondendo por 8,59% do total do Estado, de 155.512 empregos. O setor de serviço no Cariri, com 13.939 empregos, corresponde a 4,88% do total do Estado, de 285.363 empregos. Já o setor agropecuário no Cariri, apresenta 350 empregos declarados, correspondendo a 1,45% do total declarado do Estado, de 24.076 empregos.

Nesse contexto, a região tem agroindústrias de derivados da cana de açúcar como aguardente, açúcar e rapadura; agroindústrias algodoeiras; de processamento de frutas e de produtos derivados do couro e pasteurização/processamento do leite e derivados.

Visualizando mais profundamente os municípios, verifica-se que Juazeiro do Norte, do Cariri Central é o município declarado que mais emprega pessoal, sendo responsável por 8.375 empregos no setor industrial, 7.534 empregos no comércio e 6.203 empregos no setor de serviço, no entanto, o número de empregos gerados no setor agropecuário não atingiu a base mínima de cálculos considerada pelo IBGE, não sendo estimada no Censo considerado (ano de 2007).

16.1 APL de calçados do Cariri

Os arranjos produtivos locais no setor de calçados do Cariri, localizado nos municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, tem como natureza a atividade de: Produção de calçados femininos, masculinos e infantis.

16.2 Histórico da Atividade Produtiva

A origem desse arranjo está associada ao dinamismo do comércio de Juazeiro do Norte. A cidade se despontou como o segundo maior centro

comercial do Ceará, durante a década de 1960, originando por meios próprios algumas empresas produtoras de sandálias microporosas e de placas de borracha de E.V.A., matéria prima básica para a fabricação dos calçados. Atualmente, a região se destaca como maior produtora de E.V.A. do Brasil, contando com 9 empresas do setor.

Com a existência de matéria prima básica no local, alguns comerciantes de calçados passaram a montar suas fábricas para produzir os calçados, passando seus conhecimentos de pai para filho. Outras empresas, de maior porte, foram atraídas para região devido à aglomeração que estava se formando e pela subvenção fiscal oferecida pelo Estado. Atualmente, vários elos da cadeia produtiva de calçados já estão localizados na região, identificando o local como um “pólo calçadista”. Por sua vez, o pólo passou a atrair profissionais técnicos da área que também resolveram abrir unidades fabris.

16.3 Nível de organização dos atores

O nível educacional dos empresários é bastante heterogêneo, variando entre semi-analfabetos a superior completo. A mão-de-obra tem um nível de instrução formal geralmente baixo, mas é caracterizada por ser bastante especializada e flexível para o setor calçadista.

16.4 Produtos

As fábricas são especializadas em calçados abertos, de material sintético e de plásticos injetados para os segmentos B, C e D. Os preços variam bastante, geralmente entre R\$ 3,00 e R\$ 30,00.

Para as pequenas, médias e a grande empresa a distribuição é feita através de representantes comerciais, já para as micros e algumas pequenas empresas as vendas são feitas na própria Fábrica.

16.5 Produção / produtividade (mensal/anual)

A produção varia muito de fábrica para fábrica, dependendo do porte da empresa. As maiores empresas chegam a produzir até 90 milhões de pares/ano, enquanto que os micro fabricam em torno de 92 mil pares/ano e as pequenas 650 mil pares/ano. As grandes empresas utilizam processos mais automatizados e esteiras rolantes. Já as pequenas, utilizam processos mais manuais, onde a mão-de-obra é fator determinante para o ritmo de trabalho e qualidade do produto.

16.6 Principais matérias primas utilizadas/ origem dos fornecedores

As micro e pequenas empresas geralmente adquirem matérias-primas de “coureiros”, no comércio de Juazeiro do Norte, enquanto que as empresas de porte maior compram de fornecedores no Sul/Sudeste do Brasil.

16.7 Processo de produção/ organização da produção

As empresas da região são fabricantes de calçados e todo o processo de produção se dá dentro da fábrica. Nas empresas de grande porte, a parte de comercialização, marketing e P&D estão localizados no local de origem das fábricas, geralmente na região Sul do Brasil.

16.8 Número de produtores na comunidade, de inativos e de famílias

Não há uma estatística oficial, mas estima-se a existência de 300 a 400 produtores ativos e 200 inativos no setor de calçados, empregando aproximadamente 8.000 pessoas em posto formais e informais. Deste total, estima-se quanto ao porte das empresas que: 70% são micro, 25% pequenas e 5% grandes empresas. O número crescente de fechamento de empresas se acentuou nos últimos 5 anos, tendo como justificativa a alta concorrência e falta de qualidade do produto frente às grandes indústrias.

16.9 Renda média mensal (sazonalidade)

A renda média dos trabalhadores do arranjo varia de 1 a 4 salários mínimos. Os salários para o pessoal ligado diretamente com a montagem dos calçados, gira entre 1 e 2 salários mínimos, sendo que na grande empresa, eles ainda recebem cestas básicas mensais.

16.10 Forma de organização comunitária

O nível de cooperação do arranjo é satisfatório. Os empresários têm um bom relacionamento entre si, chegando inclusive a trocar informações sobre o setor, sobre a produção, fornecedores e etc. Quando há necessidade, eles emprestam máquinas e matérias primas aos demais.

Em 1986 foi criada a AFABRICAL, associação dos fabricantes de calçados. Nela, apenas são trocadas informações sobre o ramo e prestação de serviços de corte de solados, por dispor de 4 máquinas (balacins). A associação não atua como central de compras de matérias primas conjuntas ou venda do produto final.

A região ainda conta com o SINDINDÚSTRIA, sindicato das indústrias de calçados e vestuário do Cariri, que possui 46 associados.

16.11 Afinidades

É importante ressaltar que em Juazeiro do Norte há um número aproximadamente de 100 fabricantes de jóias. Esse setor tem uma estreita ligação com o setor de calçados, e poderia fornecer fivelas, galvanoplastia, fabricação de matrizes e prensas para os calçadistas.

17 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

Este tema analisa dados sobre as questões agrárias do território incluindo as Comunidades rurais, os Assentamentos rurais federais e os rurais estaduais, as Comunidades Quilombolas e as Comunidades indígenas no Território do Cariri – CE.

17.1 Regularização Fundiária

De acordo com o IDACE (2009) o Governo do Estado do Ceará está realizando a maior e pioneira política de cadastramento de imóveis rurais e regularização fundiária do País, beneficiando a agricultura familiar do Estado. As metas são arrojadas, ao abranger 141 municípios, área de quase 13 mil hectares de terras, com o cadastro de aproximadamente 220 mil imóveis e beneficiando 253.000 famílias.

Foram executados os programas Transposição do Rio São Francisco e Projetos Especiais do Governo Estadual, beneficiando 15 municípios, com entrega de 25.620 títulos.

Estão em execução os programas da Transnordestina e Gestão Territorial, abrangendo 21 municípios, com previsão de entrega de 58.768 títulos.

17.2 Transposição do Rio São Francisco

Doze municípios foram beneficiados com o projeto Transposição do Rio São Francisco. São eles: Icó, Umari, Baixio, Ipaumirim, Lavras da Mangabeira, Aurora, Barro, Mauriti, Brejo Santo, Porteiras, Jati e Penaforte.

17.3 Projeto Transnordestina

A área cadastrada no Projeto Transnordestina foi de 530 mil hectares, beneficiando 17.600 famílias, com o cadastro de 15.600 imóveis e a regularização de 9.800 propriedades rurais. Foram contemplados oito

municípios: Milagres, Abaiara, Missão Velha, Barbalha, Crato, Jardim, Iguatu e Cedro.

17.4 Regularização nos Territórios da Cidadania

O projeto de regularização fundiária nos Território do Cariri foi dividido em seis áreas e será executado em dois anos, 2009 e 2010. Em 2009 o programa foi executado em 38 municípios, de um total de 85. Os demais – 47 municípios - estão programados para o ano de 2010. Ao todo o projeto prevê a entrega de 65.231 mil títulos, beneficiará 75.015 famílias, regularizará 108.675 mil imóveis e cadastrará uma área de 7.923.968 hectares. A área beneficiada no Território do Cariri é de 840.600 hectares, estimativa de cadastrar 19.360 imóveis, previsão de 11.616 títulos e benefício de 13.358 famílias. Para 2010 estão previstos para o Território do Cariri o beneficiamento a 7 municípios: Campos Sales, Salitre, Antonina do Norte, Assaré, Tarrafas, Araripe e Potengi.

O Território do Cariri apresenta, conforme Tabela 53, um total de 57.493 estabelecimentos da agricultura familiar. Deste total, 52.030 estabelecimentos são da agricultura familiar, correspondendo a uma área de 399.639 hectares. Já agricultura considerada não familiar apresenta 5.463 estabelecimentos, correspondendo a uma área total de 353.631 hectares.

Tabela 53 – Número e área dos estabelecimentos rurais da agricultura familiar e não-familiar no Território Cariri, 2009.

Município	Agricultura Familiar		Não Familiar	
	Estabelecimentos	Área (Ha)	Estabelecimentos	Área (Ha)
Abaiara	755	4.651	52	3.632
Altaneira	501	2.747	9	521
Antonina do Norte	487	7.149	68	7.078
Araripe	1.717	24.264	89	30.456
Assaré	2.239	30.995	184	19.217
Aurora	2.984	31.754	260	28.727
Barbalha	2.127	6.758	164	14.409
Barro	2.069	22.843	161	16.788
Brejo Santo	1.598	13.640	230	13.695
Campos Sales	1.342	24.177	204	11.622
Caririaçu	3.072	10.105	458	21.930
Crato	3.003	10.579	321	21.195
Farias Brito	2.156	13.267	70	9.015
Granjeiro	620	2.874	23	1.247

Município	Agricultura Familiar		Não Familiar	
	Estabelecimentos	Área (Ha)	Estabelecimentos	Área (Ha)
Jati	480	8.833	44	15.134
Jardim	3.400	12.899	159	9.301
Juazeiro do Norte	1.699	4.119	428	8.377
Mauriti	3.113	26.165	288	14.900
Milagres	2.554	14.556	257	13.374
Missão Velha	3.469	13.622	780	23.419
Nova Olinda	853	6.111	66	2.934
Penaforte	491	5.576	76	4.008
Porteiras	1.387	7.565	190	8.578
Potengi	1.050	10.679	52	6.502
Salitre	1.909	29.336	204	10.931
Santana do Cariri	1.544	17.234	136	14.693
Tarrafas	1.589	12.365	95	6.158
Várzea Alegre	3.822	24.776	395	15.790
Total Geral	52.030	399.639	5.463	353.631

Fonte: IBGE, 2006.

A Figura 22 possibilita a visualização dos municípios do Território que apresentam as diferenças mais significativas referentes ao número de estabelecimentos e à área.

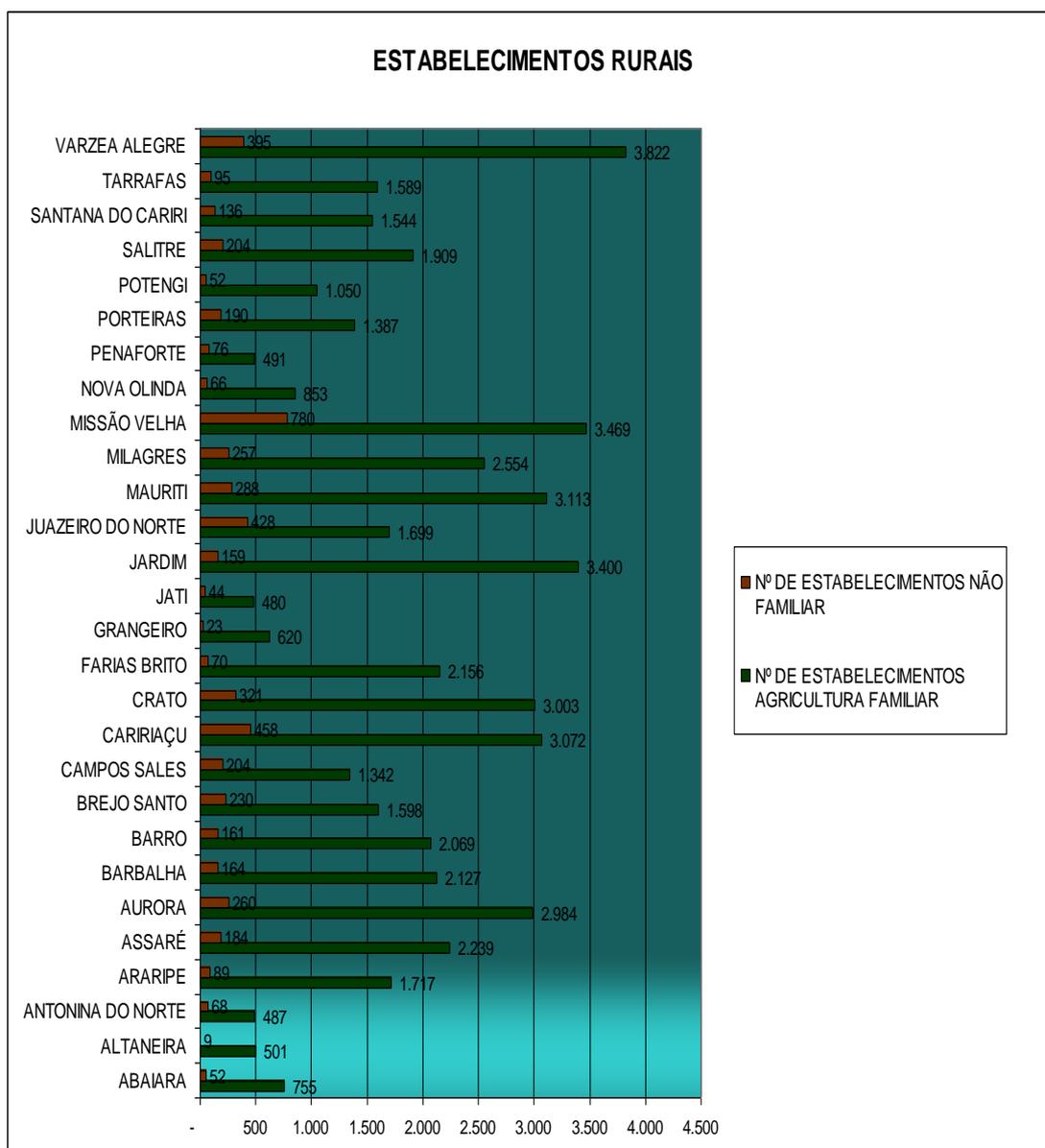


Figura 22 - Número e área dos estabelecimentos rurais da agricultura familiar e não-familiar no Território Cariri, 2009.

Fonte: IBGE, 2006.

Em relação à agricultura familiar, o número de agricultores familiares no Território, sendo apresentada também o numero de declarações de aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, bem como o tipo de acesso/modalidade do Programa Aquisição de Alimentos – PAA.

De acordo com os dados disponibilizados na tabela abaixo, o Território do Cariri apresenta um efetivo de 29.141 agricultores familiares, correspondendo a 8,53% dos total de agricultores do Estado do Ceará, cujo

total corresponde a 341.510 agricultores familiares. Também pela tabela, observa-se que a maior concentração de agricultores encontra-se nos municípios de Várzea Alegre com 3.822 agricultores, Missão Velha, com 3.469 agricultores, Jardim com 3.400 agricultores e Mauriti, com 3.113 agricultores.

Em comparação com os dados sobre o número de estabelecimentos da agricultura familiar, observa-se que o Território do Cariri apresenta um total de 52.030 estabelecimentos, em uma área total de 399.639 hectares.

Tabela 54 – Número de agricultores familiares, número de DAP' s e tipo de acesso ao PAA no Território do Cariri, 2009.

Município	Nº de Agricultores Familiares	Nº de DAPs	Tipo de Acesso ao PAA
Abaiara	755	596	PAA LEITE
Altaneira	501	296	PAA LEITE
Antonina do Norte	487	416	PAA LEITE
Araripe	1.717	930	PAA LEITE/DS/CD
Assare	2.239	1.642	PAA LEITE
Aurora	2.984	1.558	PAA LEITE
Barbalha	2.127	996	
Barro	2.069	1.107	PAA LEITE
Campos Sales	1.342	1.380	PAA LEITE
Caririacu	3.072	1.218	PAA LEITE
Crato	3.003	1.390	
Farias Brito	2.156	2.087	PAA LEITE/DS
Granjeiro	620	305	PAA LEITE
Jardim	3.400	1.806	PAA LEITE
Jati	480	490	PAA LEITE
Juazeiro do Norte	1.699	782	PAA LEITE/CDLAF
Mauriti	3.113	1.146	PAA LEITE/CDLAF
Milagres	2.554	1.397	PAA LEITE/CD
Missão Velha	3.469	2.363	PAA LEITE
Nova Olinda	853	663	PAA LEITE
Penaforte	491	430	
Porteiras	1.387	1.251	PAA LEITE/DS
Potengi	1.050	188	PAA LEITE
Salitre	1.909	1.257	PAA LEITE/CD
Tarrafas	1.589	782	PAA LEITE/DS
Várzea Alegre	3.822	2.665	PAA LEITE
Total	48.888	29.141	

Fonte: FNDE e SAF/MDA, 2009.

Em relação à distribuição das famílias assentadas da reforma agrária por tipo de posse, o mapa que segue abaixo - Figura 23 apresenta a localização por municípios, sendo identificados Assentamentos Federais sob a responsabilidade processual do Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária – INCRA, Assentamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF e Assentamentos de Responsabilidade Processual do Governo do Estado do Ceará e a Figura 24 por tipo de posse.

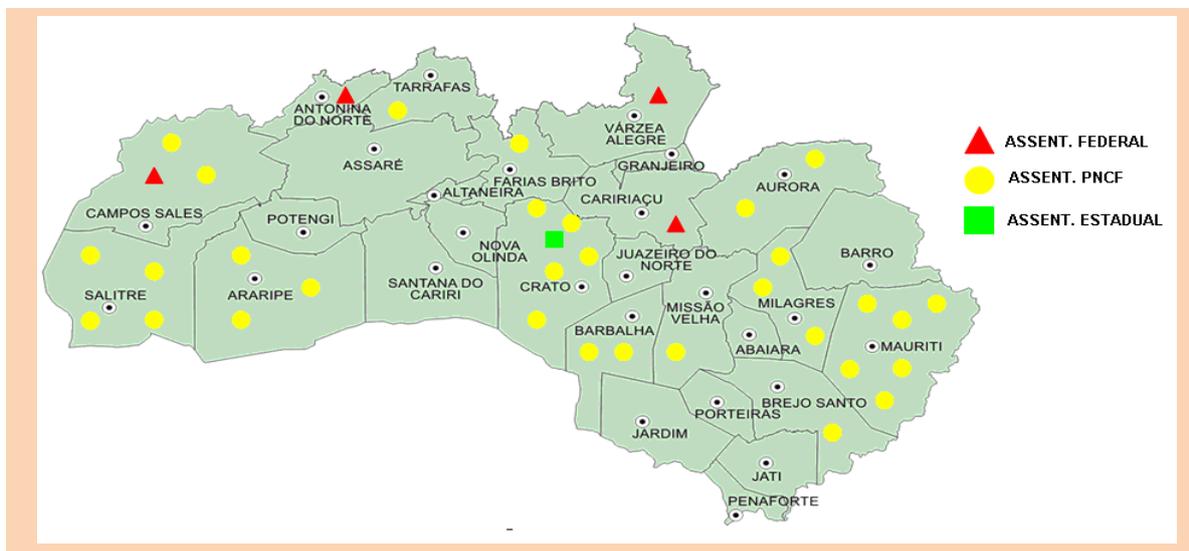


Figura 23 – Mapeamento dos Assentamentos no Território Cariri.
 Fonte: SDA/COCREC, 2008.

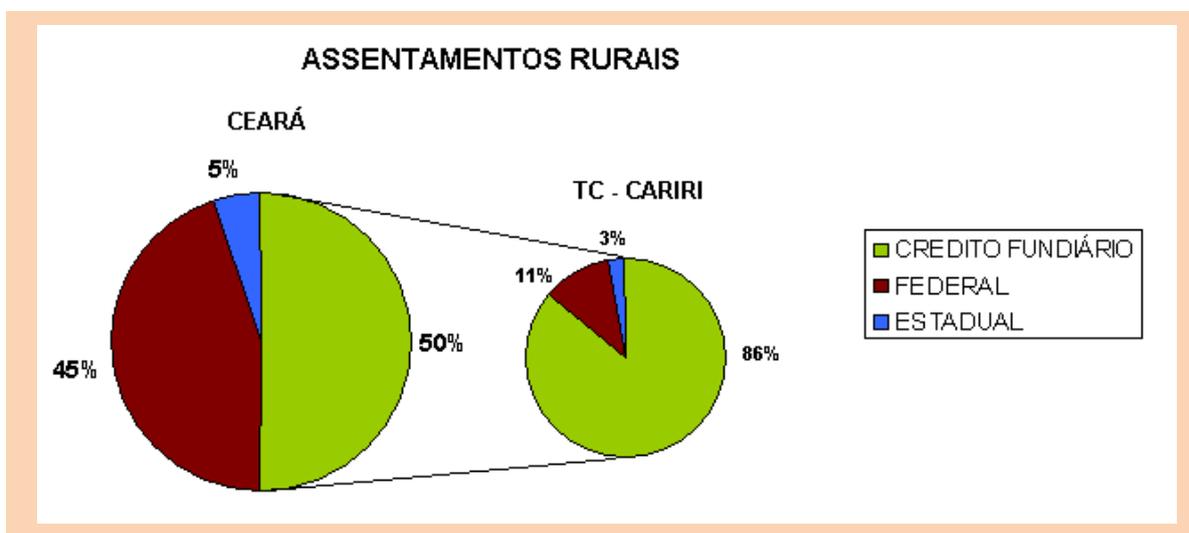


Figura 24 - Representação gráfica de assentamentos rurais no Estado do Ceará e Território do Cariri, por tipo de posse.
 Fonte: SDA/COCREC, 2008 e INCRA/MDA, 2007.

17.5 Comunidades Quilombolas no Território do Cariri

Quanto à localização das Comunidades Quilombolas no Território da Cidadania do Cariri, de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, as comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas.

O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A partir do Decreto 4883/03 ficou transferida do Ministério da Cultura para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do INCRA a competência para a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como a determinação de suas demarcações e titulações.



Figura 25 – Mapeamento dos assentamentos em fase de homologação no Território Cariri.

Fonte: SDA/COCRED, 2008.

No Estado do Ceará, atualmente identificadas e com processos ainda em aberto esperando reconhecimento e homologação existem cerca de 21 comunidades. O Território do Cariri possui hoje, de acordo com os dados disponibilizados no Sistema de Informações do INCRA, com o processo de reconhecimento também ainda em aberto apenas três comunidades, sendo estas: Serra dos Chagas, localizadas no município de Salitre, Sitio Arruda, localizada no município de Araripe e Comunidade Sousa, localizada no município de Porteiras, conforme Figura 25.

17.6 Comunidades indígenas no Território do Cariri – CE

De acordo com os aspectos históricos de formação do Cariri, as terras localizadas no sopé da Chapada do Araripe, eram habitadas pelos índios Kariri, antes da chegada dos portugueses no interior brasileiro durante o século XVII, entretanto os conflitos pela posse das terras, a influência exercida sobre os hábitos ocasionando a perda dos costumes entre outros fatores proporcionaram a extinção destes povos no Território.

Hoje, muitos pesquisadores ainda tentam identificar comunidades indígenas, objetivando resgatar a memória destes povos no Território da Cidadania do Cariri, porém, por processo de autoreconhecimento, foi identificada apenas uma comunidade de remanescentes de índios, sendo estes descendentes da tribo Kariri, composta por 50 famílias e localizadas a cerca de 25 quilômetros do município de Crato, no Sitio Poço Dantas.

Esta comunidade ainda mantém hábitos semelhantes aos de seus ancestrais, eles vivem da pesca tradicional no Açude Thomás Osterne e da agricultura de subsistência, sendo que o milho continua como base da alimentação. Produzem também objetos de cipó (cestos, balaios), utensílios de barro (potes, panelas) e remédios tradicionais utilizados em seu dia-a-dia. Muitos deles, derivados da imburana, da quinaquina, do alecrim, da malva-corama, da erva cidreira, entre outras espécies.



Figura 26 - Comunidade indígena Poço Dantas, Município de Crato–CE.
Fonte: Diário do Nordeste, 2009.

17.7 Projetos e Programas de Reforma Agrária no Território

Quanto aos dados da reforma agrária, de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Estado do Ceará conta com 343 projetos, beneficiando cerca de 19.138 famílias. Deste total, o Território do Cariri representa 2,06% das famílias assentadas, correspondendo a 396 famílias, em 3 projetos, conforme descrição abaixo:

Tabela 55 – Assentamentos Federal/INCRA no Território do Cariri

Municípios	Assentamento	Número de Famílias
Antonina do Norte	Sítio São Paulo	20
Campos Sales	Accoci	280
Caririaçu	Serra Verde	70
Várzea Alegre	Olho D'água	26

Fonte: Relatório nº 0228/SIPRA, 2007/INCRA/MDA.

Ainda no âmbito das ações de reforma agrária do Governo Federal, junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Território apresenta assentamentos ordenados através do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, sendo relacionados os seguintes:

Tabela 56 – Assentamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF no Território do Cariri, 2009.

Município	Programa	Associação	Nº de Famílias
Araripe	Crédito Fundiário	Assoc. Com. do Sítio Cajueiro	11
	Crédito Fundiário	Associação Comunitária dos Assentados da Faz. São Vicente	8
	Crédito Fundiário	Assoc. Com. dos Jovens Assentados da Serra de São Vicente	18
Aurora	Ced. Terra - Fundo de Terra	Ass. dos Prod. R. do Sítio Pedra de Fogo	35
	Ced. Terra - Fundo de Terra	Ass. Com. Peq. Prod. Com. de Patos	12
Barbalha	Crédito Fundiário	Associação Comunitária do Assentados da Faz. Boa Vista	16
	Crédito Fundiário	Assoc. dos Prod. de Frutas do Distrito Estrela	10
Brejo Santo	Crédito Fundiário	Assoc. dos Prod. do Condom. Rural da Vila Padre Cícero do Jenipapeiro	16
Campo Sales	Crédito Fundiário	Assoc. Com. dos Assentados de Itaguá	8
	Ced. Terra - Fundo de Terra	Ass. Civil União Pop. pela Vida de Carmelópolis	7
Crato	Crédito Fundiário	Assoc. Comunitária Padre Frederico	18
	Crédito Fundiário	Assoc. dos Trab. Rurais da Agric. Familiar-Alegre Fruta	10
	Crédito Fundiário	Associação Com. dos Assentados da Faz. Caldeirão Bom Sucesso	15
	Crédito Fundiário	Assoc. Condomínio Rural Sítio Jenipapo	12
	Crédito Fundiário	Assoc. dos Téc. Agrícolas do Sítio Malhada	10
Farias Brito	Credito Fundiário – Caf	Manoel Machado Menezes	1
Mauriti	Crédito Fundiário	Assoc. dos Prod. e Criadores dos Paus Branco	10
	Crédito Fundiário	Assoc. dos Prod. e Criadores do Sítio Bananeira / Catingueira	10
	Crédito Fundiário	Associação dos Produtores do Sítio Açude de Pedra	13
	Crédito Fundiário	Associação Comunitária Agrícola Riacho do Mel	10
	Crédito Fundiário	Associação dos Produtores e Criadores do Coité	25
	Crédito Fundiário	Assoc. do Assent. Rural do Sítio Cajueiro do Coité	12
Milagres	Crédito Fundiário	Assoc. Cond. Rural Ebenezer	16
	Crédito Fundiário	Assoc. Com. do Logradouro	15
	Crédito Fundiário	Associação Comunitária dos Assentados da Faz. Junco	12

Município	Programa	Associação	Nº de Famílias
Missão Velha	Ced. Terra - Fundo de Terra	Associação dos Assentados de Duas Passagens	14
Salitre	Ced. Terra - Fundo de Terra	Ass. Protetora ao Povo de Salitre	12
	Ced. Terra - Fundo de Terra	Ass. Com. dos Trab. R. da Serra do Baixo do Mocó	12
	Crédito Fundiário	Assoc. Comunitária de Lagoa dos Crioulos	9
	Ced. Terra- Incra	Ass. Com. dos Moradores do Sítio Pedrosa	8
Tarrafas	Crédito Fundiário	Assoc. do Assent. Rural Santa Luzia	6

Fonte: SDA/COCRED, 2009.

No Território do Cariri também existem assentamentos rurais ordenados a partir da ação direta do Governo Estadual, a saber 52 famílias através da portaria 448/93, de 16 de junho de 2003 adquiriram no Crato um assentamento conhecido como Pequenos Produtores do Assentamento 10 de abril (IDACE/COTEP/CEDEF, 2007).

17.8 Infraestrutura de Apoio a Produção

O Cariri detém considerável potencial natural de recursos hídricos, minerais, de clima e solo que favorece tanto a agricultura diversificada como implantação de agroindústrias.

O Pólo Cariri ocupa uma área de 6.342,3 km² correspondente aos municípios de Abaiara, Barbalha, Brejo Santo, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Porteiras e Santana do Cariri, apresentando áreas de irrigação com produção de frutícolas (banana, mamão, manga, uva, pinha, acerola, graviola e coco, dentre outras) bem como olerícolas e grãos. Há também atividades de metalurgia, ourivesaria, agropecuária, avicultura e ovinocaprinocultura.

17.9 Estabelecimentos de Produção

As tabelas abaixo apresentam o número de estabelecimentos por setor de produção e por micro território integrante do Território do Cariri, sendo destacados os setores de construção civil, indústria, comércio, serviços e agropecuária.

Tabela 57 – Número de estabelecimentos por setor de produção, micro território Cariri Leste, 2009.

Município	Agências Bancárias	Construção Civil	Indústria	Comércio	Serviços	Agropecuário
Aurora	1	3	13	247	12	3244
Barro	1	2	10	223	15	2230
Brejo Santo	4	8	40	445	41	1828
Jati	-	-	3	69	9	524
Mauriti	2	3	19	311	24	3401
Milagres	2	5	18	233	22	2811
Penaforte	-	-	-	85	11	567
Porteiras	1	4	3	105	7	1577

Fonte: IPECE/IBGE (2006).

Tabela 58 – Número de estabelecimentos por setor de produção, micro território Cariri Oeste, 2009.

Municípios	Variáveis					
	Agências Bancárias	Construção Civil	Indústria	Comércio	Serviços	Agropecuário
Altaneira	-	-	2	61	6	510
Antonina do Norte	-	-	4	83	8	555
Assaré	2	-	11	173	12	2423
Campos Sales	2	-	19	353	28	1546
Nova Olinda	-	-	54	135	7	919
Potengi	-	-	5	105	6	1102
Salitre	-	-	4	73	4	2113
Santana do Cariri	1	1	48	98	6	1680
Tarrafas	-	-	-	43	4	1684

Fonte: IPECE/IBGE, 2006.

Tabela 59 – Número de estabelecimentos por setor de produção, micro território Cariri Central, 2009.

Municípios	Variáveis					
	Agências Bancárias	Construção Civil	Indústria	Comércio	Serviços	Agropecuário
Abaiara	-	1	1	76	5	807
Barbalha	3	14	54	475	54	2291
Caririaçu	1	-	3	134	10	3530
Crato	5	40	158	1239	140	3324
Farias Brito	2	5	16	179	10	2226
Granjeiro	-	1	-	13	3	643
Jardim	1	3	20	197	19	3559
Juazeiro Do Norte	9	84	457	3151	243	2127
Missão Velha	2	3	13	274	13	4249
Várzea Alegre	2	7	31	367	31	2417

Fonte: IPECE/IBGE, 2006.

Analisando as tabelas dos micro territórios integrantes do Cariri, verifica-se que o maior número de estabelecimentos de produção são pertencentes ao setor agropecuário, sendo o município de Missão Velha, localizado no micro território Cariri Central responsável por 4.249 estabelecimentos, equivalendo a 7,39% do total do Território, que apresenta 57.493 estabelecimentos agropecuários. Este último total corresponde a 15,01% do total de estabelecimentos do Estado do Ceará, que corresponde a 383.010 unidades.

Quanto aos demais setores de produção, verifica-se que a segunda maior variável corresponde ao número de estabelecimentos de comércio, com 9.083 estabelecimentos, equivalentes a 10,44% do total do Estado, sendo o município de Juazeiro do Norte, o principal destaque entre os demais municípios integrantes do Território nos demais setores, com 9 agências bancárias, 84 estabelecimentos da construção civil, 457 indústrias de pequeno a grande porte, 3.151 estabelecimentos do setor de comércio e 243 estabelecimentos do setor de serviço.

18 FINANCIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

18.1 Programa Garantia Safra

O Programa Garantia Safra consiste em um seguro que permite ao agricultor familiar do semi-árido plantar com uma garantia a mais, em caso de perda de safra por seca ou enchente na região. Ocorrendo perda de pelo menos 50% da safra do município em que vivem, os agricultores cadastrados recebem o seguro, com valor definido ano a ano.

No Território do Cariri, na safra 2008/2009, foram cadastrados 43.159 agricultores, correspondendo a 16,55% do total de agricultores cadastrados no Estado do Ceará, que foi de 260.687 agricultores. A Figura 27 apresenta a demanda do número de agricultores cadastrados por município:

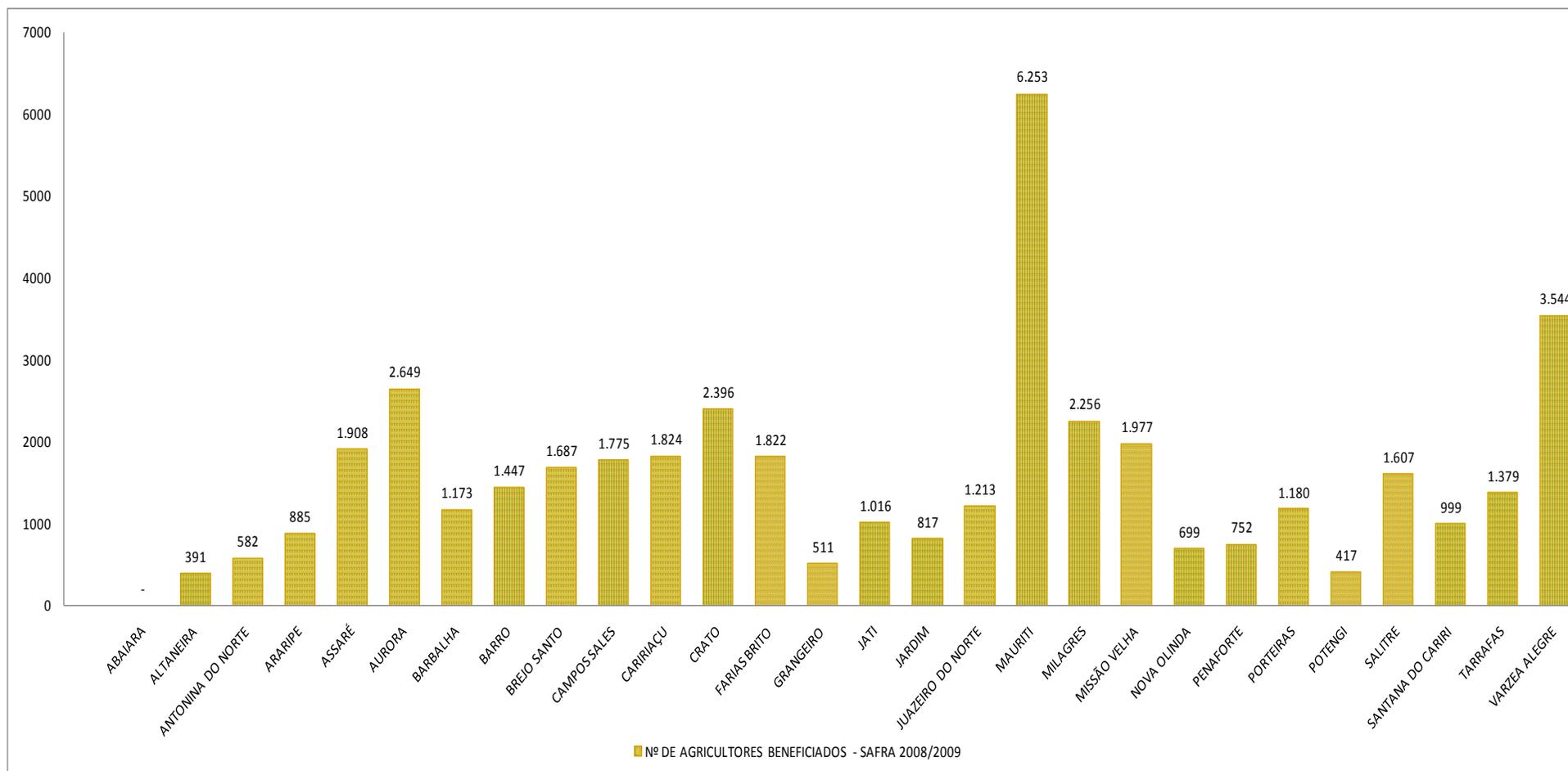


Figura 27- Demanda do número de agricultores cadastrados por município integrante do Território do Cariri, 2009.
Fonte: Sistema de Informações e Monitoramento do Garantia Safra/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

18.2 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura – PRONAF

O Crédito do PRONAF é um sistema de crédito rural de acesso simplificado para a promoção do aumento da renda familiar, criação de novos postos de trabalho no campo e estímulo à produção de alimentos. É dirigido aos diferentes perfis da agricultura familiar, por isso se apresenta em forma de linhas de crédito específicas, como: PRONAF Mulher, PRONAF Agroecologia, PRONAF Eco, PRONAF Floresta, PRONAF Jovem, PRONAF Microcrédito, PRONAF Mais Alimentos, entre outros. Abaixo é apresentada a tabela 4 que expressa o número de projetos por município, no intervalo de 2003 a 2009, equivalendo a um total de 62.991 contratos, movimentando um volume total de recursos no valor de R\$ 143.895.124,27 (cento e quarenta e três milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, cento e vinte e quatro reais e vinte e sete centavos).

19.3 Programa Aquisição de Alimentos – PAA

O PAA – Programa Aquisição de Alimentos é uma das ações do Fome Zero, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. É um programa do Governo Federal que adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até os limites estabelecidos pelo Decreto nº 6.447 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, exceto na modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite, cujo limite é semestral.

Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais e demais cidadãos em situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens. A tabela abaixo apresenta a relação de contratos por municípios

integrantes do Território do Cariri e o número de agricultores beneficiados, de acordo com informações repassadas pelo escritório regional da CONAB no Território do Cariri, vale ressaltar que os dados são referentes ao ano de 2009 e 2010, tendo em vista que nos anos de 2007 e 2008 o escritório regional da CONAB não operacionalizava o compra direta em virtude dos preços do mercado estarem acima do preço de referencia da CONAB. Veja na Tabela 60 a relação de contratos e o número de famílias beneficiadas com o programa aquisição de alimentos no Território do Cariri.

Tabela 60 - Número de contratos e montante do crédito rural por municípios do Território do Cariri, 2003-2008.

Municípios	Contratos	Montante (R\$ 1,00)
Abaiara	1335	3.200.897,64
Antonina do Norte	375	1.071.667,18
Altaneira	309	415.623,83
Araripe	3921	7.369.692,66
Assaré	2746	5.660.075,66
Aurora	1963	5.079.056,85
Barbalha	1578	3.268.883,33
Barro	2462	6.465.496,90
Brejo Santo	5919	15.224.720,36
Campos Sales	1658	6.513.739,22
Caririaçu	2036	4.195.576,89
Crato	2035	5.653.384,73
Farias Brito	2142	3.916.955,62
Granjeiro	710	821.637,55
Jardim	5148	11.033.841,04
Jati	1456	4.293.547,78
Juazeiro do Norte	998	1.374.405,42
Mauriti	7047	19.022.493,71
Milagres	2832	7.657.323,46
Missão Velha	3461	6.911.101,84
Nova Olinda	956	1.875.421,92
Penaforte	1581	3.322.939,05
Porteiras	3531	6.883.327,07
Potengi	1369	2.378.345,20
Salitre	2662	5.883.355,33
Santana do Cariri	2331	3.876.054,28
Tarrafas	430	525.559,75
Várzea Alegre	Nd	Nd
Total Geral		

Fonte: Sistema de Avaliação e Monitoramento do PRONAF/SAF, 2009.

Tabela 61 – Relação de contratos e número de famílias beneficiadas com o PAA no Território do Cariri, 2010

Municípios	Agricultores	Modalidade	Valor R\$
Araripe	215	COMPRA DIRETA	688.000,00
	30	CPR-DOAÇÃO	65.520,00
Aurora	32	CPR-DOAÇÃO	82.500,00
Assaré	33	CPR-DOAÇÃO	115.500,00
Brejo Santo	145	CPR-DOAÇÃO	507.500,00
Crato	28	CPR-DOAÇÃO	84.000,00
Campos Sales	06	CPR-DOAÇÃO	21.000,00
Farias Brito	75	CPR-DOAÇÃO	262.500,00
	38	CPR-DOAÇÃO	95.000,00
Mauriti	52	COMPRA DIRETA	130.000,00
Milagres	20	COMPRA DIRETA	35.000,00
Nova Olinda	12	CPR-DOAÇÃO	28.000,00
Porteiras	325	CPR-DOAÇÃO	975.000,00
Salitre	463	COMPRA DIRETA	1.389.000,00
Várzea Alegre	43	CPR-DOAÇÃO	147.500,00
Total	1.517	Total	4.626.020,00

Fonte: Escritório Regional da CONAB – Cariri/CE, 2010

17.4 Projeto São José

O Projeto São José tem como objetivo geral efetivar ações que promovam o desenvolvimento no meio rural, apoiando grupos de agricultores/as familiares na implantação de infraestrutura e de atividades sustentáveis geradoras de ocupação e renda. Neste contexto, de acordo com o relatório de implantação, acompanhamento e monitoramento de projetos da Coordenadoria de Projetos Especiais – COPE da Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, abaixo é apresentada a Figura 28 com um levantamento quanto ao número de famílias atendidas por município do Território em relação aos projetos com convênio formalizado, considerando o período de 2002 a 2010.

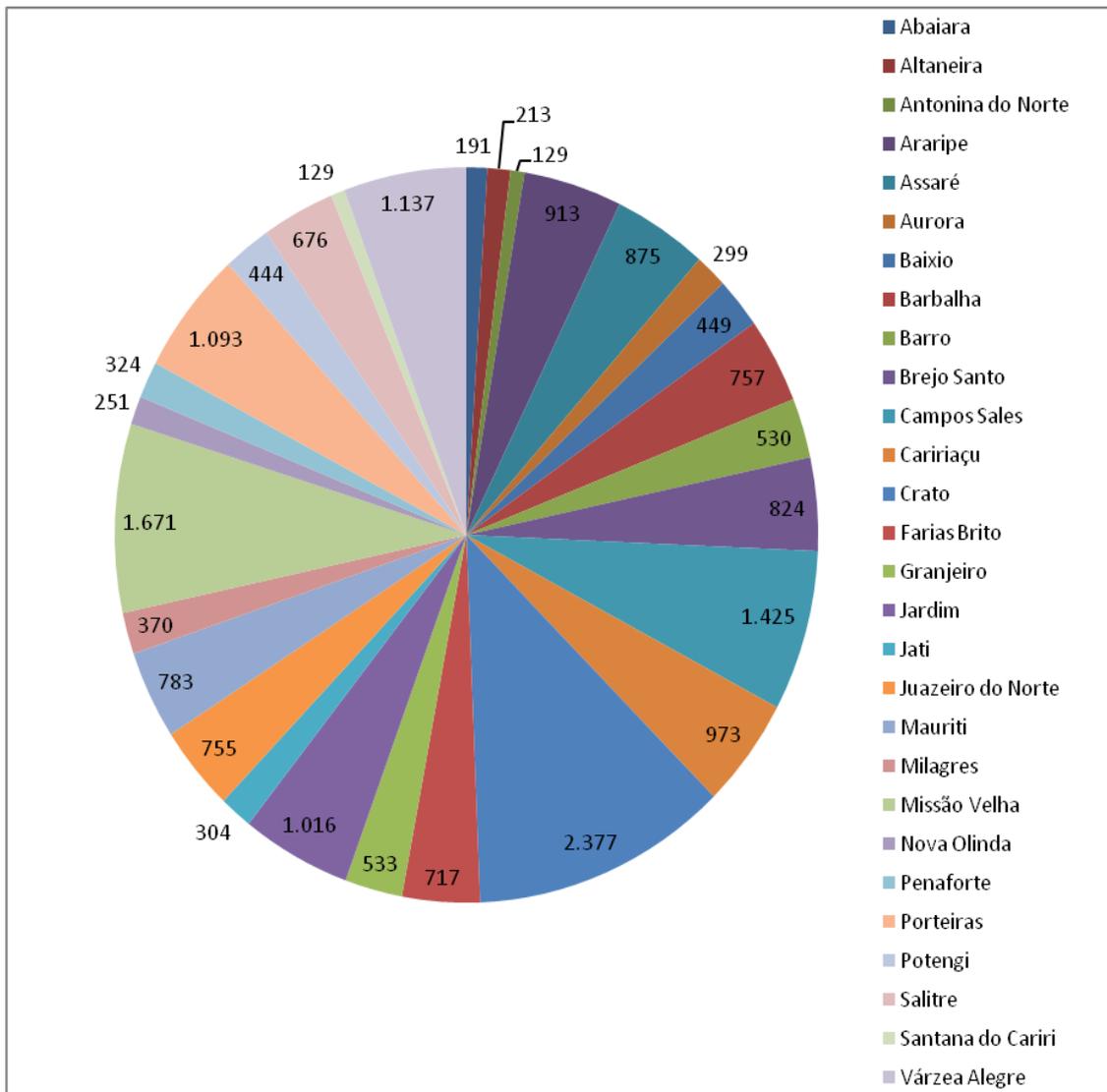


Figura 28 - Famílias atendidas com o Projeto São José no Território do Cariri.

Fonte: Projetos São José, COPE/DAS, 2010.

19 ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Considerando os serviços de assessoria e assistência técnica, identificamos as organizações não governamental (ONG) e as Organizações Governamentais OG, que tem como missão apoiar e fortalecer as ações estruturantes, trabalhar as políticas públicas e as cadeias produtivas das unidades familiar e de assistência técnica permanente focada na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural PNATER- que na avaliação dos membros as maiores dificuldades apresentadas, são:

- Descontinuidade de ATER junto às famílias rurais agricultores e assentados;
- Baixo nível de Organização de agricultores familiares quanto à organização das cadeia produtivas territoriais;
- N° de técnicos reduzidos nas entidades de ATER;

No entanto o território apresenta como proposta:

- Ampliar o numero de técnicos de campo, promovendo concursos públicos e inclusive primar pela a Universalização de Assistência Técnica;
- Ação de apoio para geração de renda não agrícola: turismo rural, artesanato;
- Apoiar Novas rendas rurais – à agroindustrialização familiar; orientação para a certificação de orgânicos;
- Apoiar projetos ambientais – sistemas agroflorestais, produtos da sociobiodiversidade, educação ambiental, etc..
- Entre as entidades de ATER territoriais.

Tabela 62 – Entidades de Assessoria e ATER conveniada com a SDA no Território do Cariri

Entidades de ATER	Área de Atuação (Municípios)	Nº de Técnicos	Nº de Beneficiários	Principais Atividades
Instituto Agropolos	28	47	3500	Apicultura Bovinocultura, Piscicultura, Ovinocaprinocultura Horti Fruticultura
Ematerce	13	109	10853	Cadeias Produtivas, Ações Estruturantes
Associação Comunitária de Base	28	8	488	Prestação de ATER e Acompanha Grupo de Produtores Agroecológicos
ACACE	28	8	85	Prestação de ATER nos Assentamentos Federais

Fonte: SDA – Secretaria de Desenvolvimento Agrário, 2010.

O Território possui um número total de estabelecimentos da agricultura familiar de 52.030 estabelecimentos, sendo que 14.926 estabelecimentos são assistidos por entidades de assessoria e ATER conveniadas com a SDA. Dessa forma, aproximadamente, 30% dos empreendimentos da agricultura familiar no Território Cariri são assistidos. Quando comparado ao estado do Ceará, que possui um percentual de aproximadamente 34% dos estabelecimentos da agricultura familiar são assistidos, verifica-se que o território acompanha uma tendência de melhoria na qualidade e na quantidade de famílias atendidas.

20 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SÓCIO ECONÓMICA

O diagnóstico da Dimensão Socioeconômica possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 22, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: os aspectos socioeconômicos, os aspectos do Setor Produtivo, Serviços, Comércio e Indústria, Situação Fundiária, Sistemas de Financiamento e Comercialização da Produção, Sistema de Assessoria e Assistência Técnica que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	
AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
<ol style="list-style-type: none"> 1. Insuficiência e baixa qualidade de ATER à população rural e pouca integração das instituições de ATER; 2. Problemas de regularização e organização interna das Associações e carência de capacitação para a elaboração de projetos e mobilização de recursos e parcerias; 3. Carência de informações sobre aspectos geoclimáticos e acesso limitado das comunidades locais às tecnologias de convivência com o semi-árido; 4. Falta de regularização fundiária de imóveis rurais; 5. Baixo nível tecnológico da agricultura familiar e pouca agregação de valor à produção agropecuária da Região; 6. Dificuldade de acesso às políticas específicas para mulheres e jovens (ATER, crédito rural, crédito fundiário, etc.) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Solos férteis e agricultáveis; 2. Riqueza na vegetação, incluindo o potencial florestal (chapada do Araripe); 3. Clima potencial, com maior foto período em relação a outras regiões e estações bem definidas; 4. Grande número de estabelecimentos familiares; 5. Espaços para apresentação e comercialização de produtos (feiras, etc.); 6. Criação da região metropolitana traz oportunidades de geração de emprego e renda; 7. O território apresenta grande potencial para o Turismo ecológico e científico.
AMBIENTE EXTERNO	
AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
<ol style="list-style-type: none"> 1. Má distribuição das chuvas; 2. Introdução de pragas e doenças no território; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Políticas públicas de incentivo de Alternativa de convivência com o semi-árido;

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	
<ul style="list-style-type: none"> 3. Falta de reconhecimento das atividades produtivas (profissionais); 4. Descumprimento da lei de aquisição de produtos por gestores municipais; 5. Falta de incentivo a participação do ensino do pré-escolar na área rural; 6. Falta de políticas para incrementar e fortalecimento dos Museus. 	<ul style="list-style-type: none"> 2. Intercâmbio de conhecimentos para visualização de experiências; 3. Implantação de projetos destinados à agricultura familiar (quintais produtivos, mandalas, sistema pais, cisternas, etc.); 4. A metodologia implantadas pelas Escolas Família Agrícola poder trazer vivência prática de educação do campo para o território; 5. Políticas públicas para comercialização da agricultura familiar (PAA, PNAE e bases de serviço); 6. A nova lei de ATER criará possibilidades de melhoria da assistência técnica; 7. Políticas públicas para inclusão no campo (gênero, geração, raça e etnia) disponibilizadas pelo MDA; 8. A instalação das bases de serviço nos territórios; 9. PRONAF e o PGPAF traz grandes oportunidades de geração de emprego e renda; 10. Projeto Cidades do Ceará trará grandes oportunidades na geração de emprego e renda.; 11. O programa regularização fundiária de todos os municípios (áreas titularizadas dos agricultores familiares).

Quadro 22 - Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Socioeconômica.

Fonte: Oficina de Validação do PTDRS, Comitê Temático Organização Sustentável da Produção, Ações Fundiárias, Infraestrutura do Território, 2010.

O Território compartilha a promoção do desenvolvimento sustentável, integrando as políticas públicas, via a implementação de projetos sociais, produtivos, ecológicos, e organização das cadeias produtivas nos diversos seguimentos de produção com práticas da preservação ambiental, conservação e incentivo às tradições culturais, com respeito aos saberes populares e crenças religiosas, proporcionando a inclusão de gênero, geração, raça e etnia e a elevação dos índices de desenvolvimento humano, com saúde e educação de qualidade, entre os demais componentes promotores da qualidade de vida.

Durante a composição do referido plano, identificou-se quatro pontos a considerar estrategicamente como instrumentos facilitadores do processo de gestão:

1- Desenvolvimento dos setores produtivos, com base na produção e sustentabilidade sócio ambiental;

2- Apoiar e fortalecer ações de comercialização dos produtos da agricultura familiar e de assistência técnica permanente focada na política Nacional de ATER-PNATER;

3 - Promoção do acesso à terra, regularização fundiária e estruturação, de maneira a promover qualidade de vida no meio rural;

4 - Assegurar a infraestrutura básica como suporte de apoio ao desenvolvimento social, produtivo e ambiental do território.

Parte II d
DIMENSÃO POLITICO
INSTITUCIONAL
Territorialização e Gestão Publica
Infraestrutura Institucional
Governabilidade e Gestão Social

21 TERRITORIALIZAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

Cabe ao Estado brasileiro, em todas as suas instâncias (municipal, estadual e federal) fomentar e executar uma política pública de desenvolvimento territorial rural que garanta a estrutura e recursos orçamentários capazes de viabilizar a idéia-conceito de desenvolvimento territorial rural que, segundo a 1ª Conferencia Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (1ª CNDRSS 2008), pode ser compreendido como:

“um processo que articula e busca conciliar os diversos interesses de atores e grupos sociais, setores econômicos, práticas culturais, bem como diversas realidades e disponibilidade de recursos ambientais em nome de uma melhor qualidade de vida para esta e para as futuras gerações que vivem em regiões rurais”.

Esta idéia-conceito se materializa nos eixos estratégicos: (1) Combinação do econômico-produtivo com o territorial; (2) Democratização do acesso à renda e das riquezas existentes no rural brasileiro, compreendido como campo e cidade; (3) Ampliação dos investimentos sociais para as populações, o que significa falar em previdência social, saneamento, habitação, energia, saúde, segurança, estradas, transporte, informação, esporte e lazer e (4) Organização social e participação política que, entre outras coisas, refere-se à articulação político-institucional, a relação entre a União - Estados e municípios, as novas institucionalidades e a participação da sociedade.

Considerando este marco referencial e, em especial, os componentes da idéia-conceito de desenvolvimento territorial rural, principalmente no que se refere ao eixo estratégico Organização social e participação política, esta dimensão do Plano pretende explorar um conjunto de elementos de diagnóstico que possam caracterizar o atual arranjo político-institucional do território, que consiste na análise das estruturas de poder existentes, visando o fortalecimento das novas institucionalidades e sua governabilidade socioterritorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública, ampliada e democrática.

De posse desse conjunto de elementos de diagnóstico, esta dimensão deve gerar os objetivos estratégicos no sentido de aperfeiçoar o atual arranjo político-institucional, que vai ser concretizado nos eixos temáticos, programas e projetos da referida dimensão.

É importante salientar que a dimensão político-institucional deve dialogar com as demais dimensões do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) à medida que ela é um dos alicerces que dá sustentação ao próprio Plano, principalmente no que diz respeito à construção de uma ambiência político-institucional e sociocultural favoráveis à participação da sociedade civil na formulação, implantação, monitoramento e avaliação de políticas públicas (ou ações sociais públicas), bem como na concretização das intenções inscritas no referido Plano.

21.1 Estrutura do Poder Local e Territorial

A construção democrática dos espaços públicos no contexto da estratégia de desenvolvimento territorial, no Brasil de hoje e, mais especificamente no Nordeste brasileiro, requer ampliar o olhar para entender a complexidade e multiplicidade de fatores inerentes a tal construção. Este olhar deve permitir caminhar pela natureza das relações entre Estado e sociedade civil, pela questão da representatividade, pelas matrizes culturais e pelos formatos institucionais que os encontros vão assumindo e, a depender da convergência de intenções e propósitos entre Estado e sociedade civil, as relações serão movidas ora por projetos políticos compartilhados, ora por projetos políticos orientados pelo ajuste neoliberal que exige, cada vez mais, o encolhimento das responsabilidades sociais do Estado.

Tem que se ter claro que o Território da Cidadania do Cariri constitui um corpo dinâmico no tempo, no espaço e no novo contexto global. A contribuição aportada pelo consultor da SDT/MDA Carlos Humberto Osório Castro (2007), pontua que para se lograr o desenvolvimento territorial com sustentabilidade é exigido do território, entre outros desafios, (1) o surgimento social de novas institucionalidades e uma nova forma de fazer política; (2) o estímulo à cultura da participação como aspecto fundamental para uma nova cultura política que

expresse a diversidade da estrutura social territorial; (3) o surgimento de atores sociais críticos, contributivos e abertos à afirmação da estratégia de desenvolvimento sustentável do território com políticas públicas mais amplas, eficazes e coladas à realidade territorial; (4) uma nova postura de articulação e cooperação entre as instituições e entidades de base municipal, estadual e federal para a construção de sinergias includentes, da governabilidade e de uma estrutura de coordenação das forças sociais (esfera pública) do território com legitimidade para qualificar os espaços de participação co-responsável, tanto em nível dos “entes” público-privados, quanto dos “entes” da sociedade civil; (5) a horizontalização política e socioterritorial dos processos de descentralização e ordenamento territorial para colocar o novo Estado a serviço dos cidadãos e (6) a construção de uma nova cultura do território, baseada no território como um ativo não renovável, uma realidade complexa e frágil, como patrimônio coletivo e sustentável.

Nesse contexto, refletir sobre a estrutura do poder local e a governabilidade territorial é uma exigência apontada pelo território à medida que se reconhece que o “sujeito” do desenvolvimento territorial são as forças sociais, econômicas e político-institucionais, operando na forma de autogestão e, sobremaneira, atuando em redes sociais, econômicas e institucionais (arranjos), o que significa dizer legitimada de expressão conferida pela participação cidadã co-responsável.

Os Quadros 23, 24 e 25 dimensionam a representação político-partidária do território, considerando os processos eleitorais de três mandatos (e com informações disponíveis para consulta 2009-2012, 2005-2008 e 2001-2004), ao tempo reflete o desenho das forças partidárias no âmbito do poder executivo e suas relações de aliança (espaço de diálogo e poder de negociação como aliado) ou oposição (espaço de diálogo e poder de negociação como oposição) com o governo estadual e federal, no período de três processos eleitorais, ou seja, 2007-2010, 2003-2006 e 1999-2002.

MICROTERRITÓRIO CARIRI CENTRAL

Municípios	Representação Partidária da Gestão Municipal																	
	Mandato 2009-2012					Mandato 2005-2008				Mandato 2001-2004								
	Nº Eleitores	Partidos					Nº Eleitores	Partidos				Nº Eleitores	Partidos					
		PT	PMDB	PSB	PSL	PSDB		PTB	PMDB	PPS	PSDB		PP	PFL	PSDB	PSD		
Abaiara	5.798					X	5.798					X	5.277					X
Barbalha	37.376	X					34.131	X					30.965				X	
Caririaçu	21.923			X			20.172			X			18.541				X	
Crato	78.994					X	73.709					X	69.631	X				
Farias Brito	15.421				X		14.447					X	13.699				X	
Granjeiro	4.723					X	30.397					X	28.866					X
Jardim	20.817		X				19272					X	18.541				X	
Juazeiro do Norte	15.1199	X					138455					X	132.978		X			
Missão Velha	25.818			X			23604					X	22.450					X
Várzea Alegre	28.205		X				24217		X				26.624	X				
TOTAL	390.274						384.202						367.572					367.572

Quadro 23: Eleitores e Representação Partidária da Gestão Municipal do Cariri Central

Fonte: Anuário Estatístico 2002, 2005 e 2009 / Tribunal Superior Eleitoral, eleições 2000, 2004 e 2008

MICROTERRITÓRIO CARIRI LESTE

Municípios	Representação Partidária da Gestão Municipal																					
	Mandato 2009-2012							Mandato 2005-2008							Mandato 2001-2004							
	Nº Eleitores	Partidos						Nº Eleitores	Partidos						Nº Eleitores	Partidos						
		PP	PMDB	DEM	PSB	PSDB	PT		PTB	PSB	PMDB	PP	PFL	PPS		PSDB	PT	PMDB	PSB	PSDB	PPS	PSD
Aurora	19.619					X		18.668		X							17.749		X			
Barro	16.268			X				15.070					X				14.058				X	
Brejo Santo	30.939					X		28.258					X				26.845		X			
Jati	6.156	X						5.607				X					5.215					X
Mauriti	31.226						X	27.901								X	26.787		X			
Milagres	21.643		X					20.809			X						19.852	X				
Penaforte	5.210				X			5.723	X								5.098			X		
Porteiras	12.360				X			11.412							X		10.789					X
TOTAL	143421							13.3448									126.393					407.573

Quadro 24: Eleitores e Representação Partidária da Gestão Municipal do Cariri Leste

Fonte: Anuário Estatístico 2002, 2005 e 2009 / Tribunal Superior Eleitoral, eleições 2000, 2004 e 2008

MICROTERRITÓRIO CARIRI OESTE

Municípios	Representação Partidária da Gestão Municipal														
	Mandato 2009-2012					Mandato 2005-2008					Mandato 2001-2004				
	Nº Eleitores	Partidos				Nº Eleitores	Partidos			Nº Eleitores	Partidos				
		PT	PSDB	PC do B	PSB		PPS	PSDB	PT		PSB	PSDB	PTB	PFL	PP
Altaneira	5.299		X			4.533		X		4.041		X			
Antonina do Norte	6.234				X	5.461		X		4.814		X			
Assaré	16.864		X			15.548		X		15.074		X			
Campos Sales	19.523		X			17.358		X		16.406				X	
Nova Olinda	10.752		X			9.114		X		8.225		X			
Potengi	7.054			X		6.276		X		5.774			X		
Salitre	11.047	X				9.532			X	8.177					X
Santana do Cariri	12.784		X			11.828		X		11.405		X			
Tarrafas	6.762		X			5.797	X			5.480	X				
TOTAL	143.421					85.447				79.396					407.573

Quadro 25: Eleitores e Representação Partidária da Gestão Municipal do Cariri Oeste

Fonte: Anuário Estatístico 2002, 2005 e 2009 / Tribunal Superior Eleitoral, eleições 2000, 2004 e 2008

(*) Não pesquisado o município de Araripe.

Micro Territórios	Representação Partidária da Gestão Municipal e Territorial																							
	Mandato 2009 - 2012							Mandato 2005 - 2008							Mandato 2001-2004									
	PT	PMDB	PSB	PSL	PSDB	PP	DEM	PCdoB	PTB	PMDB	PPS	PSDB	PSB	PP	PFL	PT	PP	PFL	PSDB	PSD	PMDB	PSB	PPS	PTB
Cariri Central	02	02	02	01	03	-	-	-	01	01	01	07	-	-	-	-	02	01	04	03	-	-	-	-
Cariri Leste	01	01	02	-	02	01	01	-	01	01	01	01	01	01	01	01	-	-	01	02	01	03	01	-
Cariri Oeste	01	-	01	-	06	-	-	01	01	-	01	07	-	-	-	-	01	01	05	-	-	01	-	01
TOTAL	04	03	05	01	11	01	01	01	03	02	03	15	01	01	01	01	03	02	10	05	01	04	01	01

Quadro 26: Eleitores e Representação Partidária da Gestão Municipal e Territorial

Fonte: Anuário Estatístico 2002, 2005 e 2009 /Tribunal Superior Eleitoral, eleições 2000, 2004 e 2008

(*) Não pesquisado o município de Araripe do Micro território Cariri Oeste.

Totalizando o quadro 26, apresentado por território, constata-se a presença significativa de gestores municipais do partido PSDB nos três mandatos consecutivos, seguido pelos partidos PSB, PMDB, PP e PFL/DEM, indicando um cenário político-partidário ora de aliança, ora de oposição com o governo estadual e federal, principalmente nos três períodos mais recentes destes, ou seja, 2007-2010, 2003-2006 e 1999-2002. Observa-se, ainda a presença de outros partidos em dois mandatos consecutivos, a exemplo dos partidos PT, PTB e PPS.

Segundo informações dos atores locais, por ocasião dos eventos com as instâncias do colegiado territorial (plenária geral e comitês temáticos), a mudança de poder ocorrida nas esferas estadual e federal tem contribuído para a construção de uma nova postura política dos gestores municipais, o que significa dizer que já se registra avanços na participação desses atores nas dinâmicas desencadeadas pelo território. Outra constatação é que essa diferença de partido entre as três esferas de governo não tem prejudicado a base de diálogo e negociação na direção das transferências de recursos e do estabelecimento de convênios de interesse dos municípios/território.

Contudo, essa participação precisa ser ampliada e qualificada no sentido de consolidar uma ambiência de governança favorável a articulação e cooperação entre as esferas de governo com vistas à implantação de políticas públicas mais amplas e eficazes na perspectiva da superação dos grandes desafios apontados pelo diagnóstico territorial e, conseqüentemente, na concretização das proposições inscritas no Plano.

OS Quadros 27, 28 e 29 dimensionam , por micro território, a representação político-partidária do legislativo municipal e sua influência no cenário político do território, considerando os processos eleitorais de três mandatos (e com informações disponíveis para consulta 2009-2012 a 2001-2004), ao tempo reflete o desenho das forças partidárias no âmbito do poder legislativo e suas relações de aliança (espaço de diálogo e poder de negociação como aliado) ou oposição (espaço de diálogo e poder de negociação como oposição) com o governo estadual e federal, no período de três processos eleitorais, ou seja, 2007-2010, 2003-2006 e 1999-2002.

MICROTERRITORIO CARIRI CENTRAL

Municípios	Mandato 2009-2012																				
	Total Habitantes	Total Vereadores	Representação Partidária do Legislativo Municipal																		
			PR	PTN	PPS	PP	PHS	PMDB	PRB	PTB	PSC	PSB	PSDB	PT	DEM	PSL	PC do B	PDT	PTC	PRP	PSDC
Abaiara	10.835	09	0	0	0	0	0	01	01	0	0	0	07	0	0	0	0	0	0	0	0
Barbalha	52.496	10	0	0	0	01	0	02	0	0	0	0	02	02	0	01	0	01	0	0	01
Caririaçu	27.249	09	0	01	0	0	0	02	0	02	0	04	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crato	115.724	11	0	0	0	02	0	0	0	0	01	03	03	01	0	0	0	0	01	0	0
Farias Brito	19.687	11	0	01	0	0	0	0	0	01	0	01	0	0	0	04	0	0	0	01	03
Granjeiro	5.031	09	01	0	0	01	0	01	0	0	01	0	04	0	01	0	0	0	0	0	0
Jardim	26.584	09	0	0	0	0	0	01	0	0	0	01	04	01	0	0	01	0	01	0	0
Juazeiro do Norte	246.515	13	0	0	02	01	01	0	0	01	01	01	0	0	01	02	01	0	0	01	01
Missão Velha	34.926	09	01	0	0	0	01	0	0	0	0	02	03	01	01	0	0	0	0	0	0
Várzea Alegre	39.379	09	01	0	02	01	0	02	0	0	0	0	02	01	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	578.426	99	03	02	04	06	02	09	01	04	03	12	25	06	03	07	02	01	02	02	05

Quadro 27: Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal, 2009-2012

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2009 e Tribunal Superior Eleitoral eleições, 2008.

MICROTERRITÓRIO CARIRI CENTRAL

Municípios	Mandato 2005-2008																		
	Total Habitantes	Total Vereadores	Representação Partidária do Legislativo Municipal																
			PL	PTN	PP	PMDB	PSCD	PTB	PSL	PTC	PSDB	PT	PPS	PRP	PAN	PDT	PFL	PMN	PV
Abaiara	8.696	09	0	0	0	02	0	01	0	0	03	0	01	02	0	0	0	0	0
Barbalha	52.420	10	0	0	0	02	0	0	01	0	04	01	0	0	0	01	01	0	0
Caririçu	28.499	09	0	01	0	02	0	02	0	0	02	0	02	0	0	0	0	0	0
Crato	113.497	11	03	0	01	03	0	0	0	0	02	0	0	0	0	0	0	01	01
Farias Brito	22.000	09	0	0	0	01	01	01	0	0	05	0	0	01	0	0	0	0	0
Granjeiro	5.641	09	01	0	0	0	0	0	0	0	06	0	02	0	0	0	0	0	0
Jardim	27.949	09	0	0	0	02	0	0	0	0	06	01	0	0	0	0	0	0	0
Juazeiro do Norte	236.926	13	0	0	01	0	01	01	0	0	01	01	01	01	01	01	04	0	0
Missão Velha	34.690	09	0	0	0	0	0	02	0	01	02	0	04	0	0	0	0	0	0
Várzea Alegre	37.045	09	0	0	0	02	0	0	0	0	04	01	02	0	0	0	0	0	0
Total	567.363	97	04	01	02	14	02	07	01	01	35	04	12	04	01	02	05	01	01

Quadro 28: Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal Mandato 2005-2008.
Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2005 e Tribunal Superior Eleitoral eleições, 2004.

MICROTERRITORIO CARIRI CENTRAL

Municípios	Mandato 2001-2004																		
	Total Habitantes	Total Vereadores	Representação Partidária do Legislativo Municipal																
			PV	PSD	PP	PMDB	PL	PTB	PFL	PSB	PSDB	PT	PPS	PSTU	PHS	PDT	PHS	PAN	PSDC
Abaiara	8.441	09	0	06	0	02	0	0	0	0	0	01	0	0	0	0	0	0	0
Barbalha	48.049	17	0	01	01	02	0	01	02	02	05	0	01	0	0	02	0	0	0
Caririçu	26.274	15	0	0	02	03	0	0	04	0	06	0	0	0	0	0	0	0	0
Crato	106.078	21	02	02	01	02	03	0	0	0	05	02	01	0	0	03	0	0	0
Farias Brito	20.657	13	0	0	03	0	0	01	0	0	08	0	01	0	0	0	0	0	0
Granjeiro	5.366	09	0	05	0	0	0	0	03	0	01	0	0	0	0	0	0	0	0
Jardim	26.770	15	0	0	0	00	0	03	01	0	09	0	0	0	0	02	0	0	0
Juazeiro do Norte	216.560	21	0	04	0	01	0	01	04	0	01	0	02	01	03	0	02	01	01
Missão Velha	32.569	17	0	08	0	0	0	04	0	0	04	0	0	0	01	0	0	0	0
Várzea Alegre	35.230	17	0	0	07	02	0	0	0	0	06	0	0	0	0	02	0	0	0
TOTAL	525.994	154	02	26	14	12	03	10	14	02	46	02	05	01	04	09	02	01	01

Quadro 29: Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal, Mandato 2001-2004.

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2002 e Tribunal Superior Eleitoral eleições, 2000.

MICROTERRITÓRIO CARIRI CENTRAL

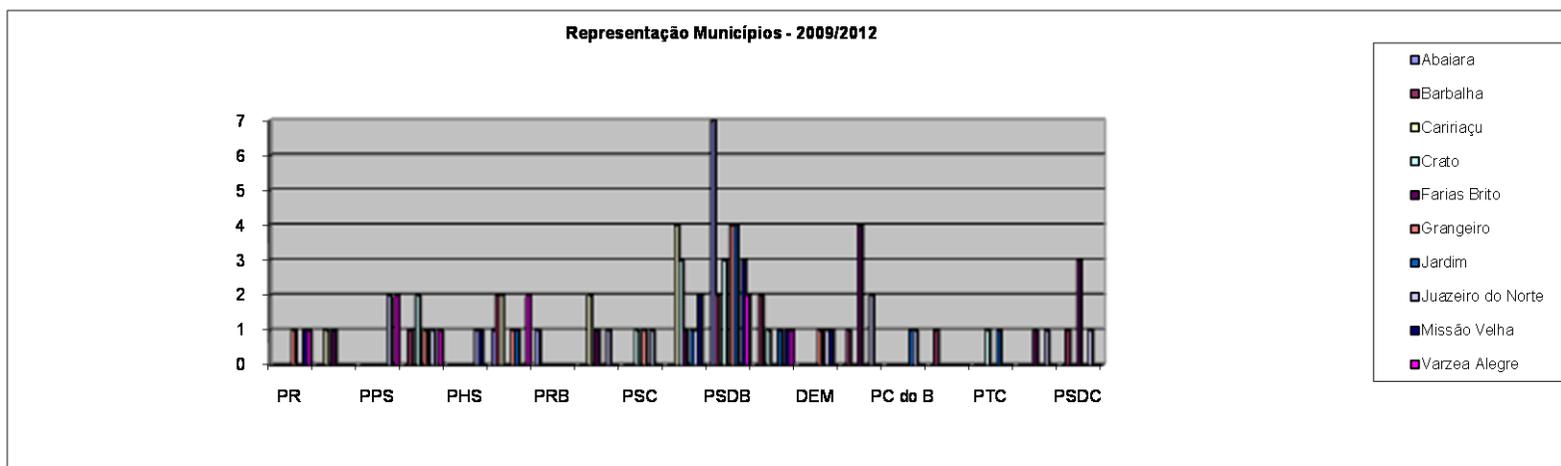


Figura 29: Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Central, 2009-2012.
Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2009 e Tribunal Superior Eleitoral eleições, 2008.

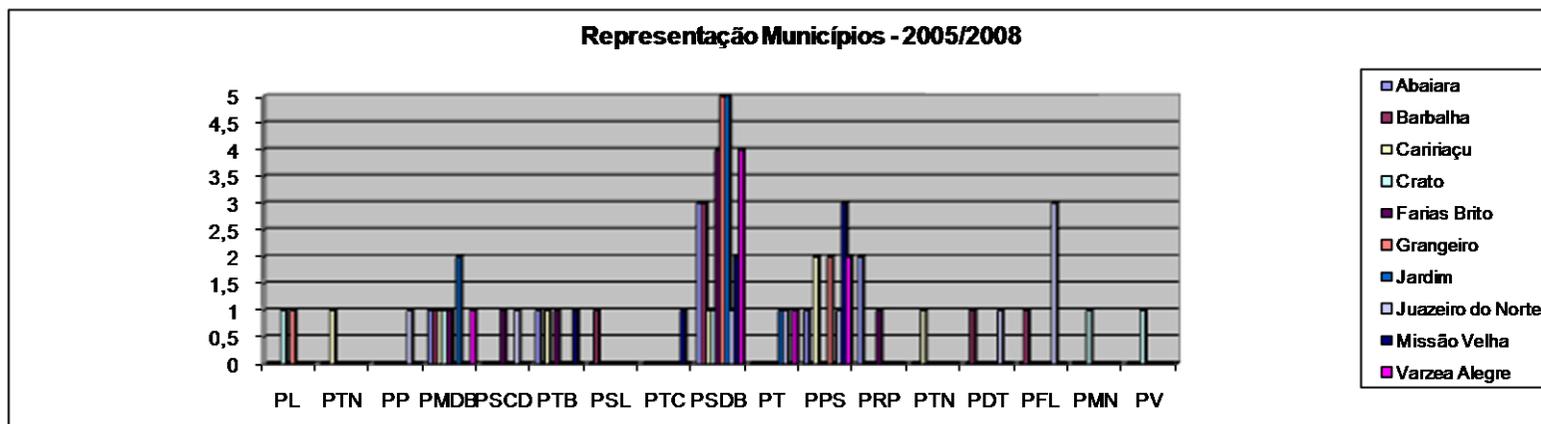


Figura 30: Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Central, 2005-2008
Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2005 e Tribunal Superior Eleitoral eleições, 2004.

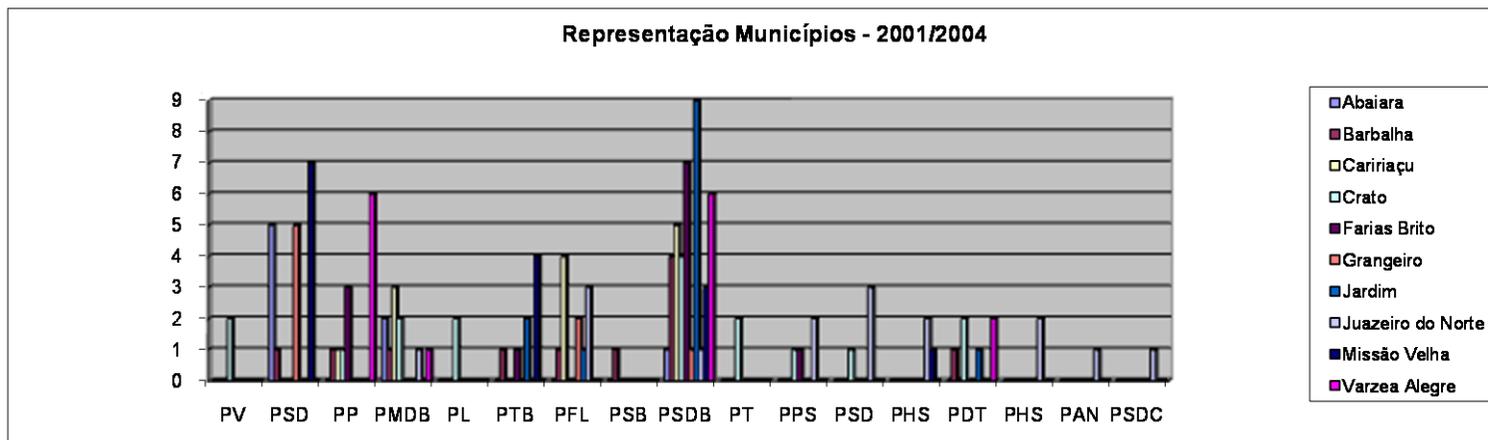


Figura 31: Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Central, 2001-2004.
Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2002 e Tribunal Superior Eleitoral eleições, 2000.

Analisando o quadro do cenário político-partidário do legislativo municipal do Micro território Cariri Central, nos três mandatos consecutivos, constata-se a presença significativa dos partidos PSDB, PMDB, PPS e, em número menor, do PT. Entretanto, o quadro também sinaliza para a redução de cadeiras dos referidos partidos em relação ao primeiro mandato (2001-2004) e ao mais recente (2009-2012), inserindo outros partidos no cenário político-partidário, a exemplo do PHS, PSB, PL, PTB, PDT, PFL/DEM, PP e PSD. Este cenário indica ora movimento de aliança, ora movimento de oposição, sobretudo, com os governos municipais, sendo esta relação estendida ao governo estadual e federal, principalmente nos três períodos mais recentes destes, ou seja, 2007-2010, 2003-2006 e 1999-2002.

Segundo informações dos atores locais, por ocasião dos eventos com as instâncias do colegiado territorial (plenária geral e comitês temáticos), a inexpressiva participação do legislativo nas dinâmicas desencadeadas pelo território tem limitado a contribuição dessa esfera de poder na perspectiva da construção de uma nova ambiência política territorial, capaz de avançar a passos mais largos nas iniciativas de diálogo, articulação e cooperação entre Estado e sociedade civil. Outra constatação é que essa diferença de partido entre as três esferas de governo não tem prejudicado a base de diálogo e negociação na direção das transferências de recursos e do estabelecimento de convênios de interesse dos municípios/território, embora seja destacado pelos referidos atores a invisibilidade da atuação do legislativo na formulação de leis e na publicização do orçamento participativo, entre outros instrumentos de responsabilidade desse poder.

Assim, tanto a participação do legislativo, quanto do judiciário precisa ser estimulada e qualificada no sentido de consolidar uma ambiência de governança favorável a articulação e cooperação entre as esferas de governo com vistas à implantação de políticas públicas mais amplas e eficazes na perspectiva da superação dos grandes desafios apontados pelo diagnóstico territorial e, conseqüentemente, na concretização das proposições inscritas no Plano.

MICROTERRITORIO CARIRI LESTE

Município	Mandato 2009-2012																	
	Total Habitantes	Total Vereadores	Representação Partidária do Legislativo Municipal															
			PRP	PTN	PP	PMDB	PRB	PTB	PR	PSB	PSDB	PT	PC do B	PV	DEM	PDT	PSC	PDT
Aurora	25.142	09	01	0	0	01	0	0	0	02	02	0	0	01	0	0	02	0
Barro	21.429	10	0	01	0	0	02	0	0	0	0	0	0	01	04	02	0	0
Brejo Santo	41.040	09	0	0	0	01	0	0	02	05	01	0	0	0	0	0	0	0
Jati	7.501	09	0	0	02	0	0	02	01	0	02	01	0	0	0	0	0	01
Mauriti	43.871	09	0	0	0	01	01	01	0	0	03	03	0	0	0	0	0	0
Milagres	27.861	09	0	0	02	05	0	01	0	01	0	0	0	0	0	0	0	0
Penaforte	8.067	09	0	0	0	0	0	02	0	03	02	0	01	01	0	0	0	0
Porteiras	15.127	09	0	0	0	02	0	0	0	02	04	01	0	0	0	0	0	0
TOTAL	190.038	73	01	01	04	10	03	06	03	13	14	05	01	03	04	02	02	01

Quadro 30: Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Leste, 2009-2012.

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2009 e Tribunal Superior Eleitoral eleições, 2008.

MICROTERRITÓRIO CARIRI LESTE

Municípios	Mandato 2005-2008														
	Total Habitantes	Total Vereadores	Representação Partidária do Legislativo Municipal												
			PSC	PP	PMDB	PTB	PL	PSB	PSDB	PT	PPS	PFL	PDT	PC do B	PSDC
Aurora	25.656	09	01	0	01	0	0	02	02	01	01	0	0	0	01
Barro	20.403	09	0	01	01	0	0	01	0	0	04	01	01	0	0
Brejo Santo	41.468	09	0	0	0	0	0	0	0	0	07	01	0	01	0
Jati	7.517	09	0	01	01	01	0	0	03	0	01	0	02	0	0
Mauriti	43.417	09	0	0	0	01	0	0	04	01	03	0	0	0	0
Milagres	30.965	09	0	02	05	0	01	0	01	0	0	0	0	0	0
Penaforte	7.382	09	0	01	0	01	01	02	0	02	02	0	0	0	0
Porteiras	16.053	09	0	01	0	0	02	0	04	0	02	0	0	0	0
TOTAL	192.861	72	01	06	08	03	04	05	14	04	20	02	03	01	01

Quadro 31: Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Leste, Mandato 2005-2008.

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2005 e Tribunal Superior Eleitoral eleições, 2004

MICROTERRITÓRIO CARIRI LESTE

Município	Mandato 2001-2004																
	Total Habitantes	Total Vereadores	Representação Partidária do Legislativo Municipal														
			PL	PFL	PP	PMDB	PRB	PTB	PDT	PSB	PSDB	PT	PSD	PAN	PDT	PPS	DEM
Aurora	25.559	15	01	0	0	01	0	01	02	02	07	0	01	0	0	0	0
Barro	20.097	15	0	03	01	0	0	02	0	0	04	0	02	0	0	03	0
Brejo Santo	38.976	17	0	0	0	02	0	0	0	0	15	0	0	0	0	0	0
Jati	7.315	11	0	0	0	02	0	01	0	0	01	0	04	0	0	03	0
Mauriti	43.033	17	0	02	0	01	0	02	0	0	11	0	01	0	0	0	0
Milagres	27.323	15	0	04	0	07	0	0	0	0	03	0	0	01	0	0	0
Penaforte	7.086	09	0	0	0	0	0	0	0	0	04	0	02	0	0	03	0
Porteiras	15.733	11	0	0	0	0	0	0	0	01	04	0	04	0	0	02	0
TOTAL	185.122	110	01	09	01	13	00	06	02	03	49	00	14	01	0	11	0

Quadro 32: Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Leste, 2001-2004.

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2002 e Tribunal Superior Eleitoral eleições, 2000

MICROTERRITÓRIO CARIRI LESTE

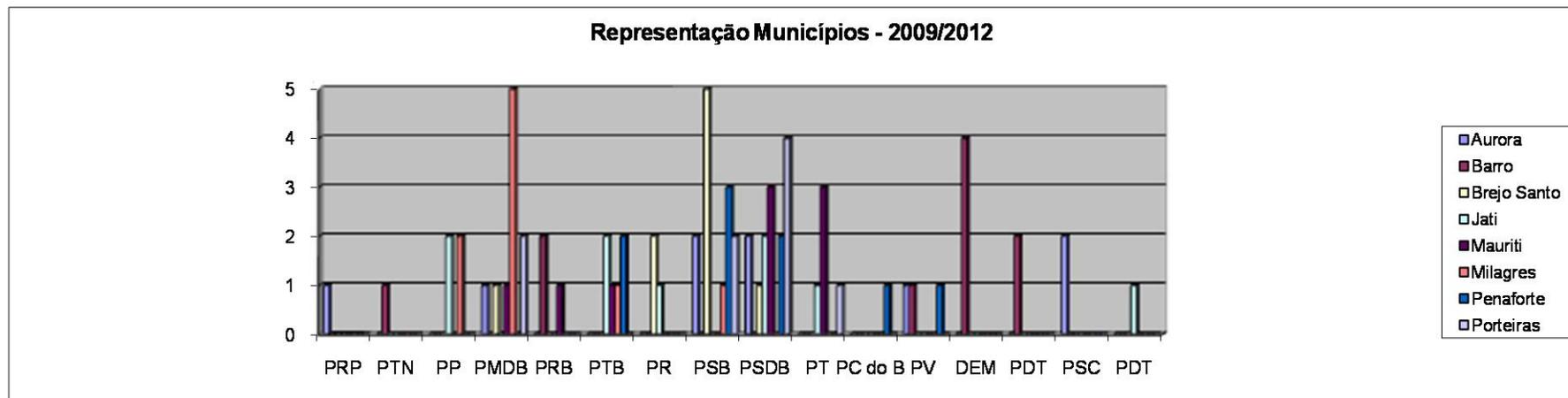


Figura 32 : Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Leste, 2009 – 2012.
 Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2009 e Tribunal Superior Eleitoral eleições, 2008.

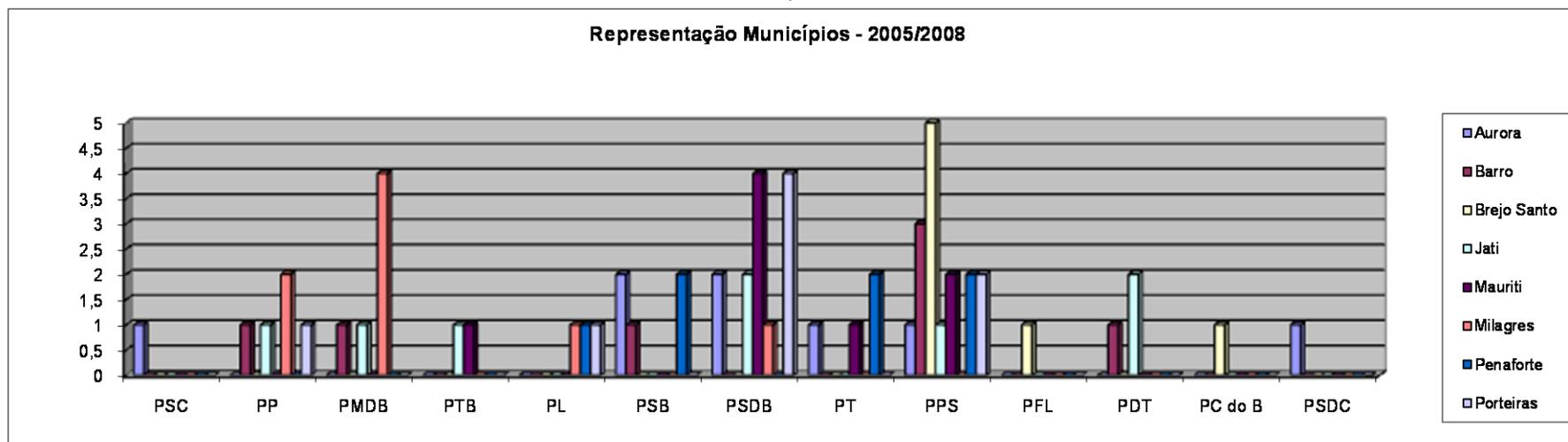


Figura 33: Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Leste, 2005-2008.
 Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2005 e Tribunal Superior Eleitoral eleições, 2004

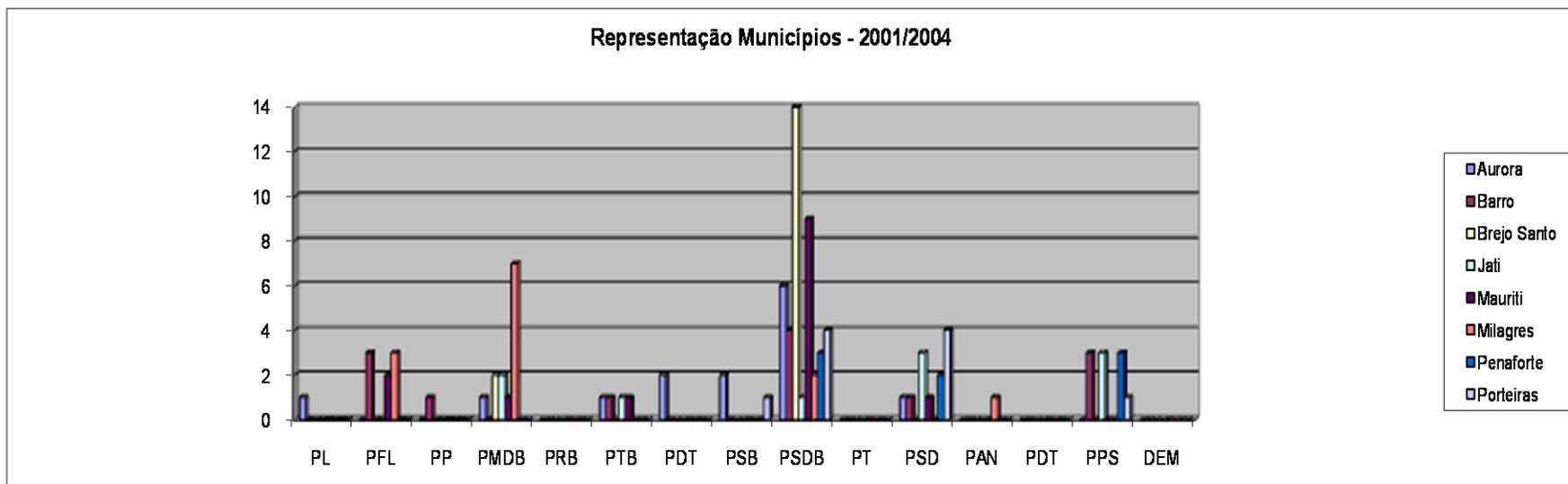


Figura 34: Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Leste, 2001-2004.
 Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2002 e Tribunal Superior Eleitoral eleições, 2000

Analisando o quadro do cenário político-partidário do legislativo municipal do Micro território Cariri Leste, nos três mandatos consecutivos, constata-se a presença significativa dos partidos PSDB, PMDB, PSB, PTB, PDT, PFL/DEM e, em dois mandatos consecutivos, os partidos PPS e PT. Entretanto, o quadro também sinaliza para a redução de cadeiras dos referidos partidos em relação ao primeiro mandato (2001-2004) e ao mais recente (2009-2012), inserindo outros partidos no cenário político-partidário, a exemplo do PL, PV, PR, PP e PSD. Este cenário indica ora movimento de aliança, ora movimento de oposição, sobretudo, com os governos municipais, sendo esta relação estendida ao governo estadual e federal, principalmente nos três períodos mais recentes destes, ou seja, 2007-2010, 2003-2006 e 1999-2002.

Segundo informações dos atores sociais, por ocasião dos eventos com as instâncias do colegiado territorial (plenária geral e comitês temáticos), a inexpressiva participação do legislativo nas dinâmicas desencadeadas pelo território tem limitado a contribuição dessa esfera de poder na perspectiva da construção de uma nova ambiência política territorial, capaz de avançar a passos mais largos nas iniciativas de diálogo, articulação e cooperação entre Estado e sociedade civil. Outra constatação é que essa diferença de partido entre as três esferas de governo não tem prejudicado a base de diálogo e negociação na direção das transferências de recursos e do estabelecimento de convênios de interesse dos municípios/território, embora seja destacado pelos referidos atores a invisibilidade da atuação do legislativo na formulação de leis e na publicização do orçamento participativo, entre outros instrumentos de responsabilidade desse poder.

Assim, tanto a participação do legislativo, quanto do judiciário precisa ser estimulada e qualificada no sentido de consolidar uma ambiência de governança favorável a articulação e cooperação entre as esferas de governo com vistas à implantação de políticas públicas mais amplas e eficazes na perspectiva da superação dos grandes desafios apontados pelo diagnóstico territorial e, conseqüentemente, na concretização das proposições inscritas no Plano.

MICROTERRITÓRIO CARIRI OESTE

Municípios	Mandato 2009-2012																		
	Total Habitantes	Total Vereadores	Representação Partidária do Legislativo Municipal																
			PP	PR	PMDB	PRB	PTB	PHS	PSB	PSDB	PT	PPS	PSL	PSC	PDT	PRP	DEM	PC do B	
Altaneira	6.733	09	0	0	0	0	0	0	0	01	04	0	0	0	0	0	01	03	
Antonina do Norte	7.013	09	01	0	0	0	0	0	0	02	03	0	0	0	03	0	0	0	
Araripe	22.133	09	02	03	01	0	01	0	0	01	0	0	0	0	0	0	0	01	
Assaré	22.412	09	0	0	01	01	01	03	0	01	02	0	0	0	0	0	0	0	
Campos Sales	26.359	08	0	0	0	01	01	0	0	01	05	0	0	0	0	0	0	0	
Nova Olinda	13.522	09	01	0	01	0	0	0	0	02	03	0	0	0	0	01	01	0	
Potengi	10.058	09	0	0	02	0	0	0	0	0	03	0	0	0	0	0	01	03	
Salitre	16.586	09	01	0	0	02	0	0	0	01	01	01	0	01	01	01	0	0	
Santana do Cariri	18.242	09	0	0	0	0	0	0	0	02	04	02	0	01	0	0	0	0	
Tarrafas	8.937	09	01	0	02	0	0	0	0	0	05	0	01	0	0	0	0	0	
TOTAL	151.995	89	06	03	07	04	03	03	03	11	30	03	01	02	01	04	01	03	07

Quadro 33: Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Oeste, 2009-2012.

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2009 e Tribunal Superior Eleitoral eleições, 2008

MICROTERRITÓRIO CARIRI OESTE

Municípios	Mandato 2005-2008											
	Total Habitantes	Total Vereadores	Representação Partidária do Legislativo Municipal									
			PL	PFL	PP	PMDB	PSDB	PT	PPS	PDT	PRP	PTB
Altaneira	6.239	09	01	0	0	01	05	0	02	0	0	0
Antonina do Norte	7.401	09	01	0	0	01	04	0	0	03	0	0
Araripe	20.982	09	0	01	01	0	04	0	02	0	0	01
Assaré	21.679	09	0	0	03	01	03	0	0	0	02	0
Campos Sales	26.997	09	0	04	0	01	04	0	0	0	0	0
Nova Olinda	12.530	09	0	01	01	02	03	01	0	0	01	0
Potengi	9.758	09	03	03	0	0	01	0	02	0	0	0
Salitre	14.727	09	0	01	01	01	04	0	01	01	0	0
Santana do Cariri	17.752	09	01	0	0	0	05	0	03	0	0	0
Tarrafas	8.649	09	0	0	0	01	07	0	0	0	01	0
TOTAL	146.714	90	6	10	6	8	40	1	10	4	4	1

Quadro 34: Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Oeste, 2005-2008

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2005 e Tribunal Superior Eleitoral eleições, 2004

MICROTERRITÓRIO CARIRI OESTE

Municípios	Mandato 2001-2004																		
	Total Habitantes	Total Vereadores	Representação Partidária do Legislativo Municipal															PC do B	
			PL	PTN	PP	PMDB	PRB	PTB	PMN	PSB	PSDB	PT	PPS	PSD	PFL	PDT	PTC		
Altaneira	5.790	09	0	0	0	0	0	0	0	0	0	05	0	0	0	04	0	0	0
Antonina do Norte	33.236	09	0	0	0	01	0	0	0	0	0	03	0	0	05	0	0	0	0
Araripe	19.845	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	06	0	03	0	02	0	0	0
Assaré	21.136	11	0	0	0	01	0	0	0	0	0	05	02	0	01	01	0	0	01
Campos Sales	25.773	15	0	0	0	02	0	0	0	0	0	07	0	0	0	06	0	0	0
Nova Olinda	12.168	11	0	0	01	0	0	0	0	0	0	03	0	05	0	02	0	0	0
Potengi	9.210	09	02	0	01	0	0	0	0	0	0	03	0	0	01	02	0	0	0
Salitre	14.068	09	0	0	03	0	0	0	02	0	0	04	0	0	0	0	0	0	0
Santana do Cariri	17.012	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	07	0	0	03	01	0	0	0
Tarrafas	9.146	09	0	0	0	0	0	0	0	0	0	02	0	07	0	0	0	0	0
TOTAL	167.384	104	02	0	05	04	0	0	02	0	0	45	02	15	11	18	0	0	01

Quadro 35: Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Oeste, 2001-2004.

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2002 e Tribunal Superior Eleitoral eleições, 2000

MICROTERRITÓRIO CARIRI OESTE

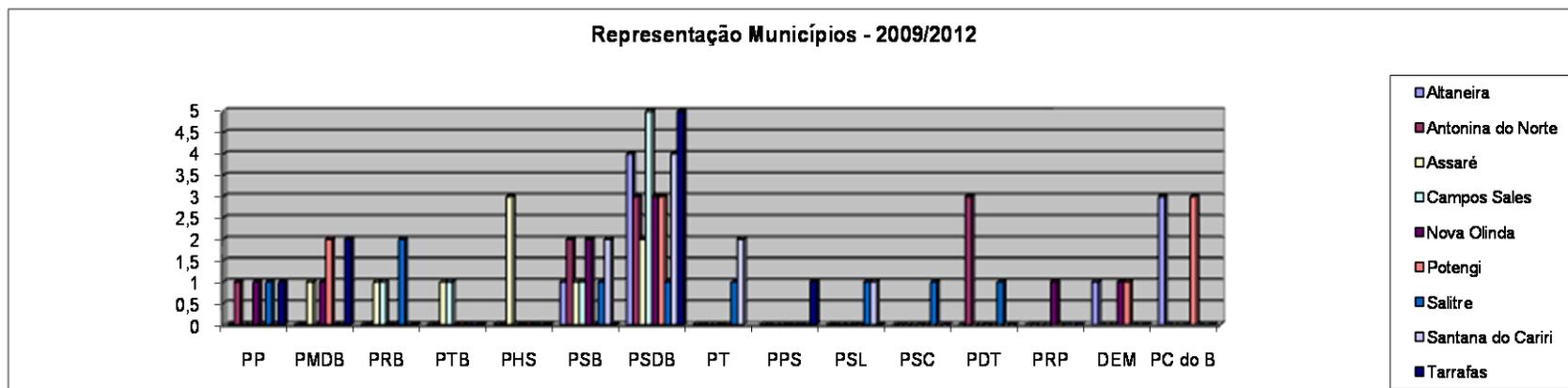


Figura 35: Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Oeste, 2009-2012.
Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2009 e Tribunal Superior Eleitoral eleições, 2008

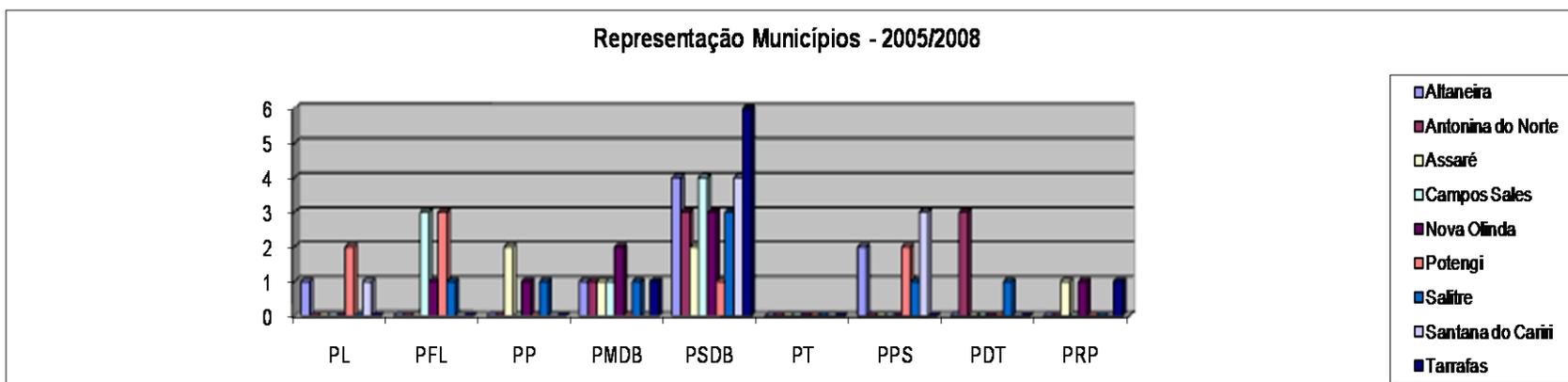


Figura 36: Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Oeste, 2005-2008.
Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2005 e Tribunal Superior Eleitoral eleições, 2004

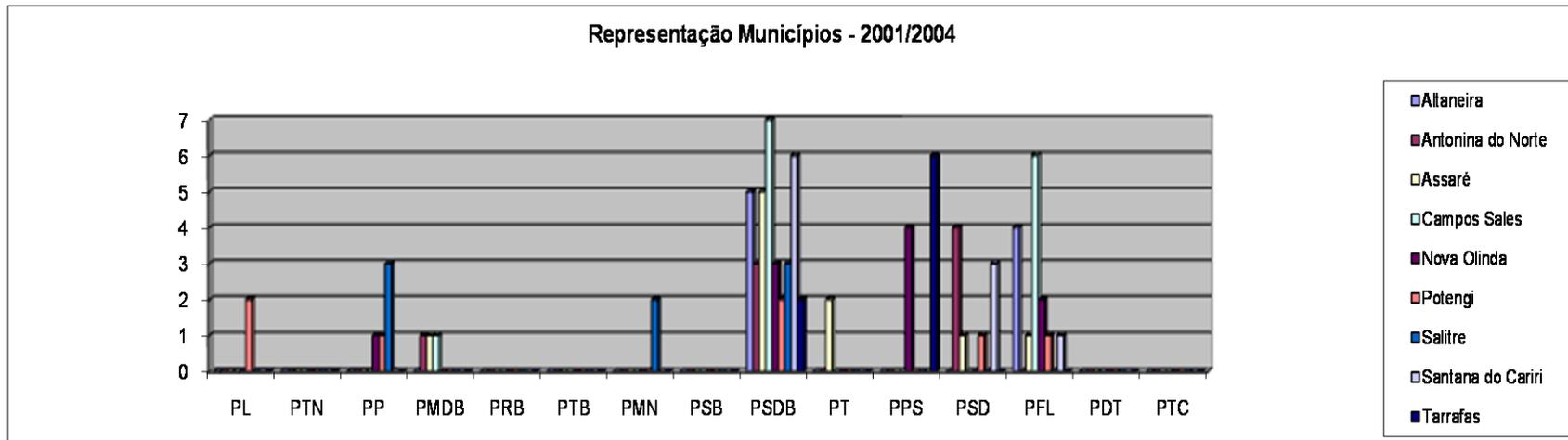


Figura 37: Representação Partidária do Legislativo Municipal – Micro território Cariri Oeste, 2001-2004.
Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2002 e Tribunal Superior Eleitoral eleições, 2000

Analisando o quadro do cenário político-partidário do legislativo municipal do Micro território Cariri Oeste, nos três mandatos consecutivos, constata-se a presença significativa dos partidos PSDB, PMDB, PFL/DEM e, em dois mandatos consecutivos, dos partidos PPS, PL, PDT, PP e PT. Este cenário indica ora movimento de aliança, ora movimento de oposição, sobretudo, com os governos municipais, sendo esta relação estendida ao governo estadual e federal, principalmente nos três períodos mais recentes destes, ou seja, 2007-2010, 2003-2006 e 1999-2002.

Segundo informações dos atores sociais, por ocasião dos eventos com as instâncias do colegiado territorial (plenária geral e comitês temáticos), a inexpressiva participação do legislativo nas dinâmicas desencadeadas pelo território tem limitado a contribuição dessa esfera de poder na perspectiva da construção de uma nova ambiência política territorial, capaz de avançar a passos mais largos nas iniciativas de diálogo, articulação e cooperação entre Estado e sociedade civil. Outra constatação é que essa diferença de partido entre as três esferas de governo não tem prejudicado a base de diálogo e negociação na direção das transferências de recursos e do estabelecimento de convênios de interesse dos municípios/território, embora seja destacada pelos referidos atores a invisibilidade da atuação do legislativo na formulação de leis e na publicização do orçamento participativo, entre outros instrumentos de responsabilidade desse poder.

Assim, a participação do legislativo, quanto do judiciário precisa ser estimulada e qualificada no sentido de consolidar uma ambiência de governança favorável a articulação e cooperação entre as esferas de governo com vistas à implantação de políticas públicas mais amplas e eficazes na perspectiva da superação dos grandes desafios apontados pelo diagnóstico territorial e, conseqüentemente, na concretização das proposições inscritas no Plano.

21.1 Estrutura Administrativa e Política das Instituições Públicas

Antes de apresentar elementos de diagnóstico mais específico deste tema é necessário refletir sobre elementos de diagnóstico apontados no estudo do tema “Institucionalidades para a Gestão Social do Desenvolvimento Territorial Rural”, na Série Documentos do CONDRAF Nº 01 (2005) que, entre outras coisas, aborda na forma de convergências/divergências e considerações/ sugestões a referida temática com base no conjunto de estudos já realizados.

A primeira variável de diagnóstico refere-se ao panorama da institucionalidade, compreendido pelos componentes: (1) Articulação dos Atores sociais; (2) Composição do CMDR; (3) Caráter dos Conselhos; (4) Legitimidade da representação; (5) Papel do CMDR enquanto formulação e gestão de políticas públicas e (6) Capacitação e qualidade da participação dos atores sociais.

A segunda variável de diagnóstico aborda as bases territoriais e institucionais das diferentes esferas de gestão social, compreendida pelos componentes: (1) Abrangência e interação das ações; (2) Amplitude e enfoque dos debates; (3) Continuidade e descontinuidade das ações e (4) Mecanismos de apoio ao funcionamento das institucionalidades.

Outra variável trata dos principais avanços e obstáculos nos âmbitos: (1) do Desenvolvimento rural municipal; (2) da Articulação e cooperação entre os diferentes atores sociais; (3) da Organização, da participação e da capacitação dos atores locais, em especial dos agricultores familiares e das comunidades e (4) do Ambiente institucional e da consolidação de novas institucionalidades.

É esta última variável que o Quadro 36 pretende detalhar, no sentido de contribuir para a análise mais criteriosa dos elementos de diagnóstico que propiciam e/ou limitam a consistência e efetividade dos arranjos socioinstitucionais, na direção de qualificar as proposições da dimensão político-institucional.

CONSIDERAÇÕES E PROPOSIÇÕES

RUMOS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL (que não desconhece a sua intrínseca relação com o urbano)

“A crença de que o ambiente rural é algo maleável que pode ser facilmente modificado por pessoas que apenas detém vontade política não condiz com a realidade retratada em diversos trabalhos analisados, uma vez que qualquer mudança institucional trás embutida em si mesma uma gama de conflitos e resistências, que não são superadas apenas por meio de medidas administrativas”.

PROPOSIÇÕES

- Superar a marca da “artificialidade” de programas e projetos, garantindo o espaço para a legitimação social e política dos atores, bem como da própria política pública, ou seja, aprofundar, ao máximo, o processo de democratização (a exemplo da alteração da composição dos conselhos; a forma de escolha dos conselheiros; a estruturação operacional dos mesmos; o caráter de suas decisões, entre outras).

AMBIENTE INSTITUCIONAL

“A falta de integração entre os diferentes atores e as próprias instituições em uma mesma base territorial acaba provocando instabilidades sobre o processo de desenvolvimento rural, levando a uma desintegração de ações e de projetos concebidos como elementos promotores de mudanças”.

PROPOSIÇÕES

- Maior potencialização do capital social (esfera pública), sobretudo naquelas localidades distantes e em processo de estruturação à medida que nem as administrações municipais e as próprias organizações sociais são capazes de dar conta dos novos desafios;

- Estimular continuamente a articulação e cooperação entre os atores locais e outros atores (a exemplo de universidades, serviço de pesquisa e extensão, entre outros), visando superar os limites impostos às discussões pela dimensão municipal, apostando-se em processos locais e regionais.

ARTICULAÇÃO E COOPERAÇÃO ENTRE OS ATORES SOCIAIS

“Esse debate não pode mais ficar restrito apenas aos aspectos administrativos e gerenciais de determinados programas e políticas públicas”.

PROPOSIÇÕES

- Transformar o espaço institucional (no caso dos órgãos colegiados, conselhos municipais e estaduais e conselhos setoriais de políticas públicas) também em um espaço de reflexão sobre todos os temas relacionados ao desenvolvimento territorial rural revertendo, portanto, a lógica de atuação de muitos desses órgãos colegiados e/ou conselhos;

- Dar centralidade ao tema “desenvolvimento territorial rural”, pautando como centro da agenda dessas instituições/entidades, o que poderia estimular uma maior participação e

CONSIDERAÇÕES E PROPOSIÇÕES

envolvimento dos diferentes atores sociais de um mesmo território.

PROPOSIÇÕES DE CARÁTER GERAL

- Criar instrumentos que permitam focalizar melhor e diferenciar as ações, de acordo com as diferentes situações dos municípios rurais, adotando-se uma tipologia dos municípios rurais baseada na leitura dessas diferentes situações identificadas, com a criação posterior de um Índice de Desenvolvimento Rural Sustentável (IDRS);
- Instituir um sistema de planejamento, monitoramento e avaliação como base para alocação de recursos e para a contratualização das relações e novos investimentos, tomando-se a caracterização atual dos espaços rurais para desenhar tipos de ações que, ao final de um determinado período, poderiam ser avaliadas em termos da sua evolução;
- Organizar um sistema simplificado de informações provenientes dos principais agentes responsáveis pelas ações de apoio e suporte à agricultura familiar nos três níveis de governo, bem como daquelas informações provenientes de outras fontes (a exemplo dos agentes financeiros, órgãos de pesquisa, redes de comitês, colegiados e conselhos de base municipal e estadual, sindicatos e organizações dos agricultores).

Quadro 36: Considerações e Proposições sobre o tema Institucionalidades para a Gestão Social do Desenvolvimento Territorial Rural

Fonte: Série Documentos do CONDRAF nº1. MDA/CONDRAF, 2005.

Outro elemento de diagnóstico, mais específico, que merece destaque refere-se à estrutura administrativa e a capacidade de atuação das instituições públicas nas diferentes esferas de governo, bem como a estrutura socioorganizativa e atuação da sociedade civil no contexto da teia de relações sociais do território.

O Território da Cidadania do Cariri conta com um expressivo contingente de instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil e outras instâncias de representação político- institucional.

Os “entes” públicos estatais apresentados no Quadro 37 referem-se ao universo de instituições com atuação mais presente no território, indicando, portanto, a matriz dos serviços ofertados ao território, seja em nível de política pública (a exemplo do Sistema Único de Saúde), seja em nível de ações sociais públicas de caráter estadual ou federal (a exemplo do Programa Combate à Pobreza Rural no Ceará – São José II, do Programa Formação de Talentos para o Desenvolvimento, do Programa de Climatologia e Meio

Ambiente, do Programa Nacional da Agricultura Familiar e do Programa Luz para Todos, entre outros).

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS		
Municipal	Estadual	Federal
- Prefeituras Municipais	- Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) e vinculadas EMATERCE e IDACE	- Ministério do Desenvolvimento Agrário e vinculadas SDT e SAF
- Secretarias Municipais:	- Secretaria de Educação (SEDUC/CREDE)	- Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)
Infraestrutura	- Secretaria de Saúde (SESA/CRES)	- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
Educação	- Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS)	- Ministério da Previdência Social (MPS)
Saúde	- Secretaria de Turismo (SETUR)	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
Ação Social ou Trabalho e Desenvolvimento Social	- SEMACE	- Departamento Nacional e Obras contra a Seca (DNOCS)
Secretaria de Agricultura ou Desenvolvimento Sustentável	- Secretaria de Recursos Hídricos e vinculada COGERH	- Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
Meio Ambiente	- Secretaria das Cidades	- Banco do Brasil (BB)
Turismo	- Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS)	- Banco do Nordeste (BNB)
Cultura e desporto	- Instituto AGROPOLOS do Ceará	- Caixa Econômica Federal (CEF)
Aqüicultura e pesca	- SINE/IDT	- Entre OUTRAS.
Indústria e comercio	- Entre OUTRAS	
Agronegócio		
Ouvidoria Pública Municipal		
Ouvidoria Geral		
Comunicação e		
Administração e Finanças		
- Câmaras Municipais		
- Judiciário		
Procuradoria		
- Entre OUTRAS		

Quadro 37: Instituições públicas com atuação mais presente no Território do Cariri.

Fonte: Sites das Instituições/Entidades do território, 2010.

21.2 Estrutura Socioorganizativa e Política da Sociedade Civil

De acordo com Silva (2009), a Constituição de 1988 instituiu o arcabouço jurídico que permitiu a consolidação do regime democrático no Brasil. Um conjunto de direitos sociais foi ali estabelecido como resultado de um longo e conflituoso processo de mobilizações sociais e políticas que marcaram os anos 1970 e 1980. Nessa trajetória, buscou-se ampliar o envolvimento dos atores sociais nos processos de decisão e execução das políticas sociais, respondendo a demandas em torno da descentralização e da democratização do Estado brasileiro. Com a nova Carta constitucional, os conselhos se institucionalizaram em praticamente todo o conjunto de políticas sociais no país, representando uma nova forma de expressão de interesses e de representação de demandas e atores junto ao Estado. Ao mesmo tempo, proliferaram outras formas de participação social na prestação de serviços e na própria gestão do social, impulsionando um movimento que havia adquirido vigor desde o início da década de 1980.

Ainda conforme o autor, a participação social passou a representar, em suas diversas modalidades, um elemento estruturante do Sistema Brasileiro de Proteção Social (SBPS). Sua análise oferece elementos relevantes para o debate atual sobre políticas públicas, seja no que se refere à sua institucionalização e execução, seja quanto ao enfrentamento das questões sociais. Para efeito desta dimensão, a participação social no campo das políticas sociais se dá a partir de duas dimensões, ambas definidas pela Constituição de 1988. A primeira diz respeito à participação social nos espaços de debate, deliberação e controle das políticas, e se institucionaliza em nível federal nos conselhos nacionais de políticas sociais. A segunda se refere à participação na execução destas políticas, sendo esta dimensão mais presente no âmbito das relações entre Estado e sociedade civil.

Nesse contexto, o Território do Cariri apresenta-se rico em diversos espaços e formas de organização social e política da sociedade civil, retratado nos movimentos social-sindical e popular, fóruns temáticos ou de

representação, ONGs, conselhos setoriais e municipais, comitês de mulheres e juventude e redes sociais de cooperação, entre outros.

Outro elemento de diagnóstico refere-se à existência de uma esfera pública territorial, compreendida como “*lócus*” de visibilidade, interlocução e condução política com seus novos conteúdos de democratização social e de cultura política. As entidades listadas no Quadro 38 configuram o atual desenho da esfera pública territorial.

ESFERA PÚBLICA TERRITORIAL (Colegiados, Conselhos, Comitês, Fóruns e Redes de Cooperação, entre outros)	Nº Entidades
Colegiado Territorial	01
Conselho de Desenvolvimento e Integração Regional do Cariri (CONDIRC)	01
Comitê de Sub-Bacias Hidrográficas (Salgado e Alto Jaguaribe)	02
Fórum de Turismo e Cultura do Cariri	01
Fórum pela Vida no Semi-Árido (FVSA)	01
Fórum dos Assentados	01
Fórum Regional do Araripe	01
Fórum de Economia Solidária do Cariri	01
Comitê de Mulheres	01
Comitê de Juventude	01
Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA regional)	01
Rede de Educação Cidadã (RECID)	01
Conselhos Setoriais de Políticas Públicas	
- Conselhos de Educação (CME, FUNDEB e CAE)	28
- Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS),	28
- Conselho Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente (CMDCA),	28
- Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI),	28
- Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM)	28
- Conselho Tutelar (CT).	
- Conselho Municipal de Saúde (CMS)	
Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS)	28
Conselho de Desenvolvimento e Meio Ambiente (CONDEMA)	03

Quadro 38: Instâncias Colegiadas ou Esfera Pública Territorial

Fonte: Pesquisa direta junto as Instituições/Entidades do território, 2010

22 INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL

A eficiência das estratégias de desenvolvimento territorial rural tem se tornado uma preocupação permanente dos atores sociais (políticos, técnicos, líderes sociais, beneficiários) no sentido do enfrentamento das múltiplas dificuldades e da insuficiência dos resultados que se observa na implantação das políticas públicas.

Constata-se que a ausência de mecanismos de participação, sinergia, articulação e cooperação entre os atores públicos têm implicações, em maior ou menor grau, na coordenação da ação pública e na participação social, reduzindo a qualidade do gasto público, a credibilidade das instituições, à confiança dos atores sociais no Estado, a relação custo-benefício de programas e projetos, gerando dúvidas sobre as formas e instrumentos de controle social para a gestão de políticas públicas.

O modelo de desenvolvimento territorial rural implica, dentre outras significativas mudanças, a pressão por um novo formato de gestão social das políticas públicas e um novo relacionamento entre Estado e a sociedade civil, exigindo, portanto, a coordenação de um conjunto de estratégias e ações direcionadas aos territórios. Isto significa falar da necessidade de reconstruir novas expressões das relações sociopolíticas que estimule as mudanças culturais e institucionais na sociedade local que remetem, simultaneamente, para processos maiores de fortalecimento e democratização do poder local; descentralização administrativa; aperfeiçoamento na utilização de recursos; participação ampla dos atores locais na formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas e estabelecimento de mecanismos de diálogo e controle social da atuação do poder estatal.

22.1 Municipalização das Políticas Públicas

A municipalização foi adotada como diretriz para a execução de políticas públicas descentralizadas. A idéia-conceito “descentralização” significa a transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias mais elevadas

(União) para instâncias de unidades espacialmente menores (município), conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para unidades territoriais de menor amplitude e escala.

Na prática, entretanto, a descentralização acarretou em quase todos os municípios sérias conseqüências, entre elas destacam-se: (1) As responsabilidades foram transferidas, mas os recursos ou não o foram ou foram transferidos em quantidades insuficientes, desconsiderando a realidade das prefeituras municipais; (2) As prefeituras não foram preparadas para receber os encargos transferidos; (3) As ações foram programadas de forma desintegrada e desarticulada, uma vez que a complexidade dos problemas sociais não foi considerada; (4) Os órgãos federais assumiram o papel de coordenar as ações e repassar recursos, desobrigando-se da responsabilidade de programar as políticas regionais e (5) A adoção de critérios regressivos na distribuição de recursos, descentralizando proporcionalmente os encargos sociais, promoveu a fragmentação do tecido social, aumentando as desigualdades.

Avançar na perspectiva da descentralização significa garantir em todo o país as políticas de enfrentamento à fragmentação do tecido social e a garantia dos direitos sociais, efetivadas na integração dos governos federal, estadual e municipal, numa concepção regional ou territorial, fortalecendo o poder dos seus executores/atores. Devem assumir, portanto, o caráter universal e estruturante, sem, contudo, deixar de considerar a multiculturalidade e a diversidade dos excluídos socialmente.

No nosso caso específico, o governo federal adotou uma política de redistribuição de recursos aos municípios, de acordo com os impostos arrecadados e o número de habitantes, sem considerar o endividamento dos estados e municípios. Em função de tudo isso, o que se pode constatar, na prática, foi à desconcentração, em vez de descentralizar e municipalizar as políticas públicas.

Assim, um elemento de diagnóstico considerado neste item refere-se ao orçamento público municipal que tem origem em duas matrizes, ou seja, (1)

Transferências governamentais de caráter federal e estadual e (2) Receitas oriundas da arrecadação de impostos do próprio município.

Os quadros 38 a 46 detalham as transferências em nível federal no período de 2000 a 2009 considerando, em separado, cada transferência, ou seja, Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB). Já os Quadro 39 a 41 apresentam as receitas de impostos e transferências constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS), por micro território, no período de 2006 a 2009.

22.1.1 Fundo de Participação dos Municípios

Municípios	2001	2003	2005	2007	2009
Abaiara	128.162,92	169.779,39	302.048,67	337.383,46	439.031,04
Barbalha	694.359,09	986.012,40	1.296.058,36	1.847.379,60	2.540.299,24
Caririaçu	523.560,82	715.198,14	996.671,74	1.359.115,09	1.639.946,53
Crato	1.080.094,16	1.570.029,89	2.320.964,89	3.108.752,08	4.219.751,49
Farias Brito	366.079,73	495.713,36	645.021,27	857.100,73	999.058,54
Granjeiro	118.527,48	151.183,09	432.288,88	315.234,33	408.885,98
Jardim	454.970,39	649.893,68	903.132,73	1.129.576,82	1.532.820,12
Juazeiro do Norte	2.354.813,19	3.567.575,51	4.895.505,54	6.718.088,49	8.724.250,70
Missão Velha	500.083,70	669.102,71	1.048.151,40	1.466.890,28	1.758.399,92
Várzea Alegre	507.082,09	646.802,86	898.554,83	1.278.009,86	1.765.666,31
TOTAL	6.727.733,57	9.621.291,03	13.738.398,31	18.417.530,74	24.028.109,87

Quadro 39: Transferência Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Cariri Central
Fonte: tesouro.fazenda on line, 2010

Municípios	2001	2003	2005	2007	2009
Aurora	386.309,98	553.246,63	898.554,83	991.181,72	1.182.674,66
Barro	259.114,21	429.499,89	674.005,02	854.461,11	1.035.070,12
Brejo Santo	643.377,47	931.341,24	1.360.011,50	2.008.308,39	2.048.747,00
Jati	100.440,97	158.171,06	258.223,51	306.889,35	397.067,28
Mauriti	888.630,51	1.184.133,66	1.617.041,43	2.177.805,35	2.487.713,87
Milagres	356.063,60	669.102,71	1.048.151,40	960.900,61	1.181.456,42
Penaforte	121.475,20	197.773,64	291.784,18	409.096,99	578.118,92
Porteiras	339.281,98	475.025,38	642.960,86	855.805,71	992.711,09
TOTAL	3.094.693,92	4.598.294,21	6.790.732,73	8.564.449,23	9.903.559,36

Quadro 40: Transferência Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Cariri Leste
Fonte: tesouro.fazenda on line, 2010

Municípios (*)	2001	2003	2005	2007	2009
Altaneira	104.837,32	146.439,27	239.360,0	327.531,36	430.695,93
Antonina do Norte	125.906,53	179.808,57	283.012,33	344.648,85	447.515,63
Assaré	346.451,33	474.956,99	755.768,69	962.795,53	1.244.802,61
Campos Sales	479.344,54	573.684,11	861.530,47	1.205.681,06	1.509.813,40
Nova Olinda	238.759,72	318.750,38	470.108,12	584.593,49	751.871,88
Potengi	129.013,45	242.612,45	346.022,34	462.713,18	574.442,88
Salitre	365.998,18	413.639,53	639.925,74	934.053,36	1.219.883,11
Santana do Cariri	311.948,43	438.634,52	682.536,38	883.562,16	1.114.402,34
Tarrafas	171.870,37	245.967,18	318.094,95	440.855,39	569.538,06
TOTAL	2.274.129,87	3.034.493	4.596.359,02	6.146.434,38	7.862.965,84

Quadro 41: Transferência Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Cariri Oeste

Fonte: tesouro.fazenda on line, 2010

(*) Não pesquisado o município de Araripe do Micro território Cariri Oeste

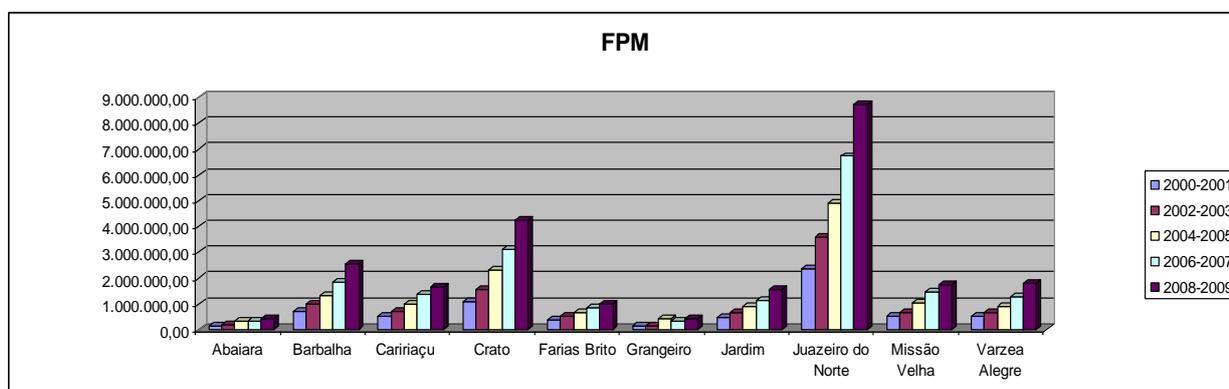


Figura 38: Transferência Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Cariri Central

Fonte: tesouro.fazenda on line, 2010

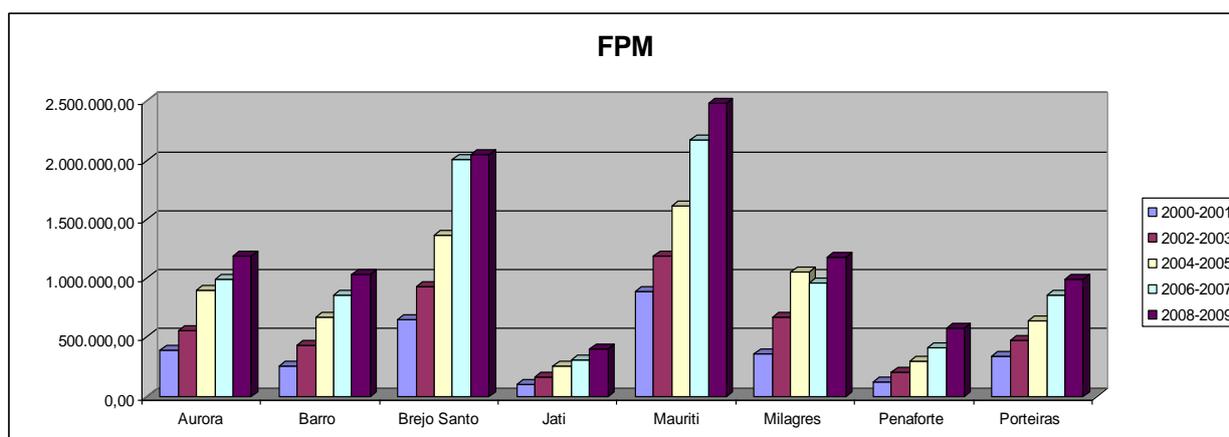


Figura 39: Transferência Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Cariri Leste

Fonte: tesouro.fazenda on line, 2010

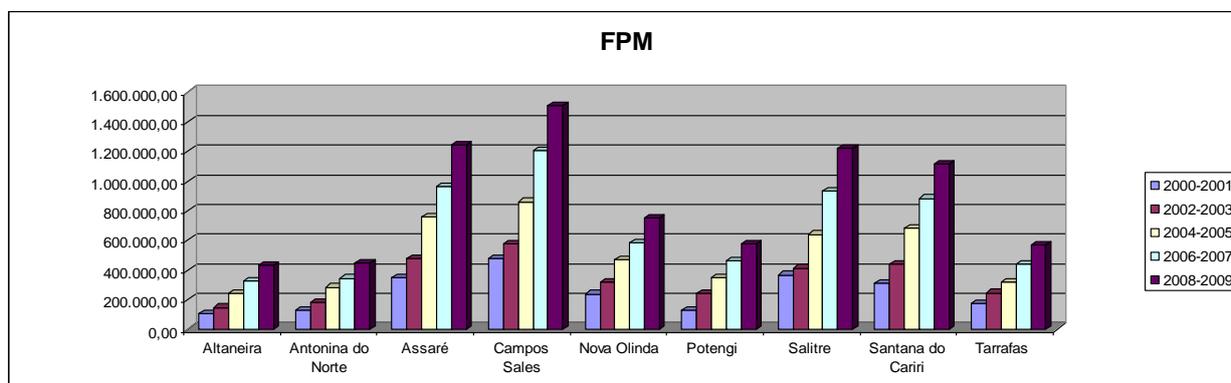


Figura 40: Transferência Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Cariri Oeste
Fonte: tesouro.fazenda on line, 2010

22.1.2 Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

Municípios	2001	2003	2005	2007	2009
Abaiara	291.147,34	380.646,77	302.048,67	560.143,91	838.207,62
Barbalha	1.577.374,53	2.210.955,56	2.335.149,38	3.067.162,96	4.854.054,54
Caririaçu	523.560,82	1.603.663,27	1.795.316,10	2.256.503,22	3.131.281,29
Crato	3.520.739,77	3.520.739,77	4.182.461,37	5.161.411,58	8.046.734,61
Farias Brito	831.622,67	1.111.479,69	1.161.462,57	1.423.008,87	1.908.647,35
Granjeiro	269.258,36	151.183,09	239.699,50	523.381,69	779.667,49
Jardim	1.033.555,43	1.457.297,61	1.626.906,42	1.875.381,69	2.925.916,18
Juazeiro do Norte	5.349.426,54	8.000.339,83	8.817.751,68	11.153.874,32	16.651.473,77
Missão Velha	1.136.039,30	1.500.230,59	1.889.450,34	2.435.427,60	3.359.003,84
Várzea Alegre	1.151.937,70	1.450.130,44	1.619.081,83	2.121.861,46	3.366.356,41
TOTAL	15.684.662,46	21.386.666,62	23.969.327,86	30.578.157,30	45.861.343,50

Quadro 42: Transferência Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Cariri Central
Fonte: tesouro.fazenda on line, 2010

Municípios	2001	2003	2005	2007	2009
Aurora	877.579,89	1.240.559,71	1.619.081,83	1.645.618,00	2.259.149,94
Barro	588.629,31	429.499,89	1.215.184,57	1.418.622,35	1.976.502,62
Brejo Santo	1.461.559,66	2.088.422,02	2.450.046,11	3.612.087,60	3.909.099,25
Jati	228.171,28	354.694,92	465.582,14	509.510,87	757.971,40
Mauriti	2.018.700,96	2.654.971,24	2.912.648,29	3.615.776,24	4.756.280,88
Milagres	808.869,05	1.500.230,59	1.889.450,34	1.595.345,83	2.256.720,65
Penaforte	275.954,75	443.547,26	525.701,15	679.229,32	1.102.740,59
Porteiras	770.746,42	1.065.056,80	1.157.567,93	1.420.859,43	1.895.546,72
TOTAL	7.030.211,32	9.776.982,43	12.235.262,36	14.497.049,64	18.914.012,05

Quadro 43: Transferência Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Cariri Leste

Fonte: tesouro.fazenda on line, 2010

Municípios (*)	2001	2003	2005	2007	2009
Altaneira	238.158,54	328.344,90	431.376,95	543.793,71	821.037,27
Antonina do Norte	286.021,35	403.190,68	510.046,49	572.200,38	854.101,42
Assaré	787.033,02	1.064.951,42	1.363.377,31	1.598.479,75	2.377.023,89
Campos Sales	1.088.926,34	1.286.127,79	1.552.525,08	2.001.760,70	2.879.532,19
Nova Olinda	542.389,86	714.718,40	847.045,01	970.553,61	1.433.544,38
Potengi	293.079,50	544.204,39	623.138,37	768.232,70	1.094.825,44
Salitre	831.437,37	927.263,70	1.153.439,89	1.550.810,49	2.327.224,62
Santana do Cariri	708.652,66	983.465,36	1.230.611,27	1.466.946,20	2.127.021,21
Tarrafas	390.437,42	551.535,58	572.819,83	731.955,04	1.087.296,66
TOTAL	5.166.136,06	6.803.802,22	8.284.380,20	10.204.732,58	15.001.607,08

Quadro 44: Transferência Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ICMS, Cariri Oeste

Fonte: tesouro.fazenda on line, 2010

(*) Não pesquisado o município de Araripe do Micro território Cariri Oeste

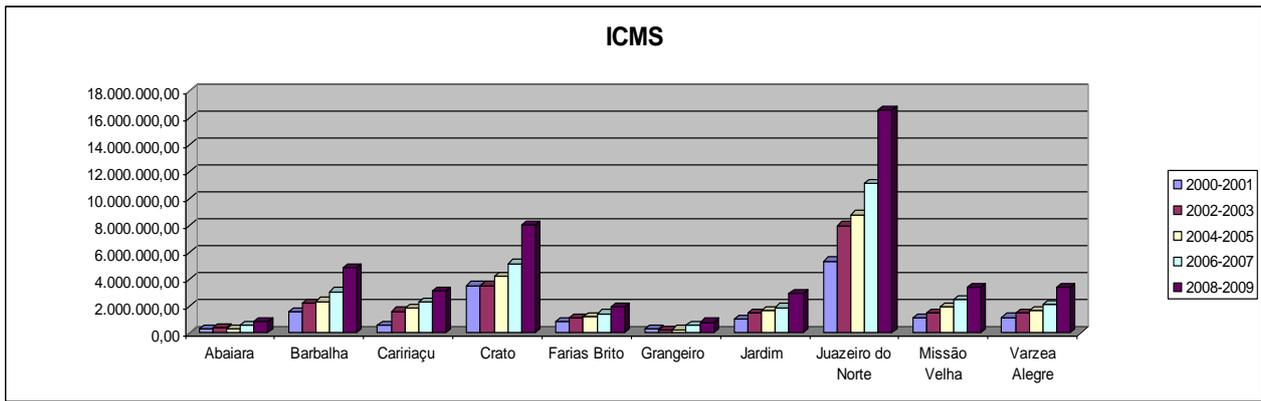


Figura 41: Transferência Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Cariri Central
Fonte: tesouro.fazenda, *on line*, 2010

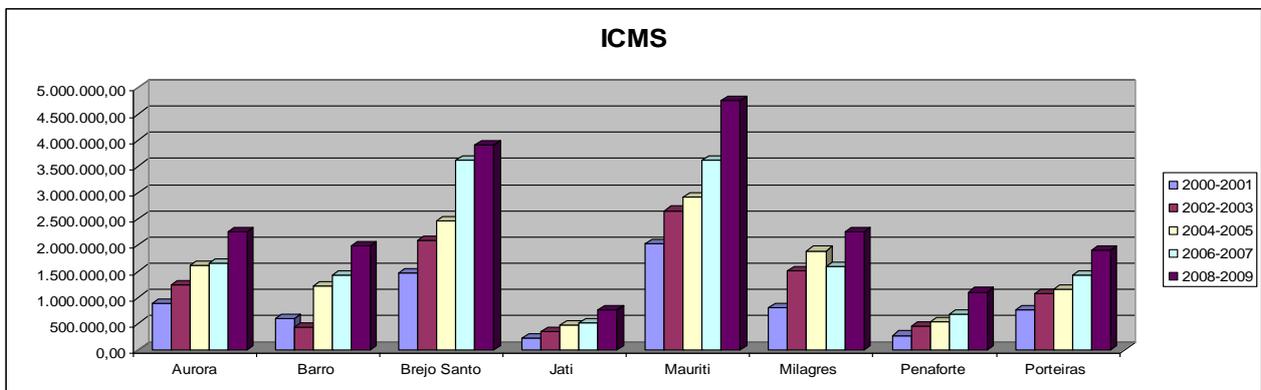


Figura 42: Transferência Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Cariri Leste
Fonte: tesouro.fazenda, *on line*, 2010

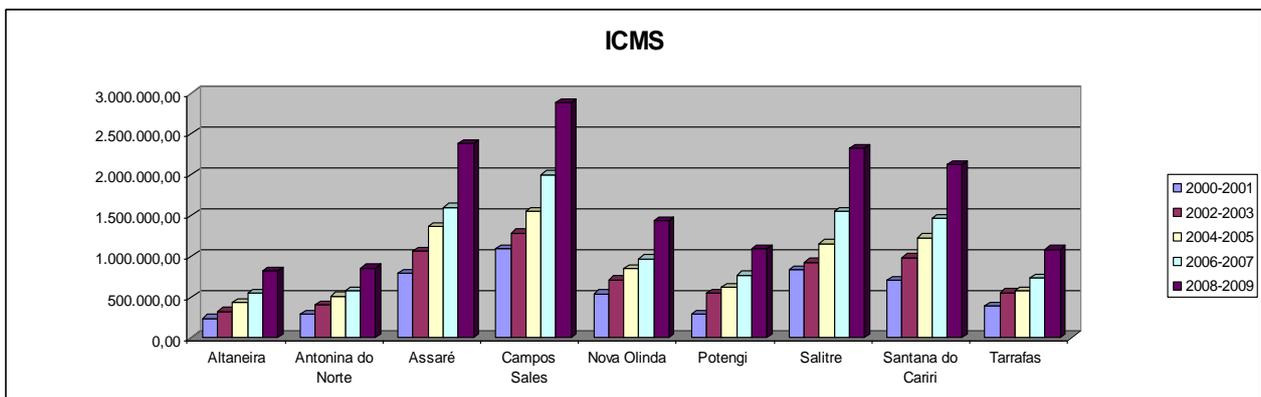


Figura 43: Transferência Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Cariri Oeste
Fonte: tesouro.fazenda, *on line*, 2010

22.1.3 Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB)

Municípios	2007	2008	2009	2010*
Abaíra	1.648.047,47	2.275.846,65	2.517.117,52	2.221.177,06
Barbalha	9.024.113,31	13.666.542,62	9.402.647,07	12.126.931,57
Caririaçu	6.639.022,16	8.545.533,82	9.402.647,07	7.828.927,78
Crato	15.185.719,08	20.636.925,76	24.183.464,45	20.405.916,22
Farias Brito	4.186.756,55	5.343.385,09	5.729.189,86	4.883.327,89
Granjeiro	1.539.870,22	1.995.572,26	2.343.285,70	1.930.236,58
Jardim	5.517.732,63	7.867.335,52	8.787.605,92	7.691.149,95
Juazeiro do Norte	32.816.613,77	44.589.885,30	50.014.039,85	40.775.460,43
Missão Velha	7.165.465,85	9.358.925,41	10.083.371,68	8.644.178,61
Várzea Alegre	6.242.861,36	8.553.051,77	10.118.423,27	8.475.680,89
TOTAL	89.966.202,40	122.833.004,20	132.581.792,39	114.982.986,98

Quadro 45: Transferência Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB), Cariri Central

Fonte: tesouro.fazenda on line, 2010

* Dados disponibilizados de janeiro a setembro de 2010

Municípios	2007	2008	2009	2010*
Aurora	4.841.713,74	6.286.655,63	6.781.862,83	5.533.690,29
Barro	4.173.856,37	5.413.372,23	5.934.745,76	5.153.285,09
Brejo Santo	7.213.932,49	10.304.957,81	11.743.733,21	11.295.469,95
Jati	1.499.082,49	2.043.629,88	2.276.405,30	1.836.131,38
Mauriti	10.638.205,53	13.768.252,29	14.269.703,16	11.577.932,68
Milagres	4.693.800,43	6.263.814,45	6.774.773,60	5.989.489,42
Penaforte	1.998.386,78	2.864.743,83	3.313.526,19	2.701.259,67
Porteiras	4.180.431,50	5.187.376,82	5.691.802,60	4.572.111,43
TOTAL	39.239.409,33	52.132.802,94	56.786.552,65	48.659.369,91

Quadro 46: Transferência Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB), Cariri Leste

Fonte: tesouro.fazenda on line, 2010

* Dados disponibilizados de janeiro a setembro de 2010.

Municípios (**)	2007	2008	2009	2010*
Altaneira	1.599.932,22	2.074.090,60	2.468.055,69	2.076.229,17
Antonina do Norte	1.683.527,97	2.281.520,30	2.565.453,24	1.913.150,06
Assaré	4.703.038,49	6.506.271,78	7.137.311,66	5.883.308,87
Campos Sales	5.889.525,84	7.449.908,16	8.653.207,72	7.003.960,28
Nova Olinda	2.855.581,40	3.653.520,77	4.308.770,89	3.472.399,90
Potengi	2.260.270,15	2.739.571,14	3.291.541,47	2.822.071,40
Salitre	4.562.715,12	6.096.377,05	6.992.186,74	5.531.050,31
Santana do Cariri	4.316.021,76	5.702.015,30	6.388.628,00	5.157.147,49
Tarrafas	2.153.517,79	2.942.930,23	3.265.280,92	2.643.822,50
TOTAL	30.024.130,74	39.446.205,33	45.070.436,33	36.503.139,98

Quadro 47: Transferência Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB), Cariri Oeste

Fonte: tesouro.fazenda on line, 2010

* Dados disponibilizados de janeiro a setembro de 2010

(**) Não pesquisado o município de Araripe do Micro território Cariri Oeste

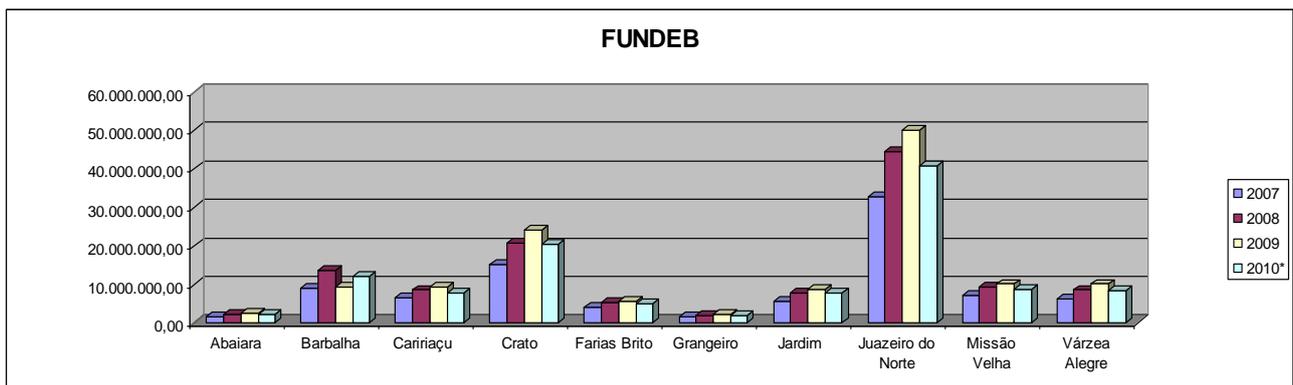


Figura 44: Transferência Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB), Cariri Central
 Fonte: tesouro.fazenda *on line*, 2010

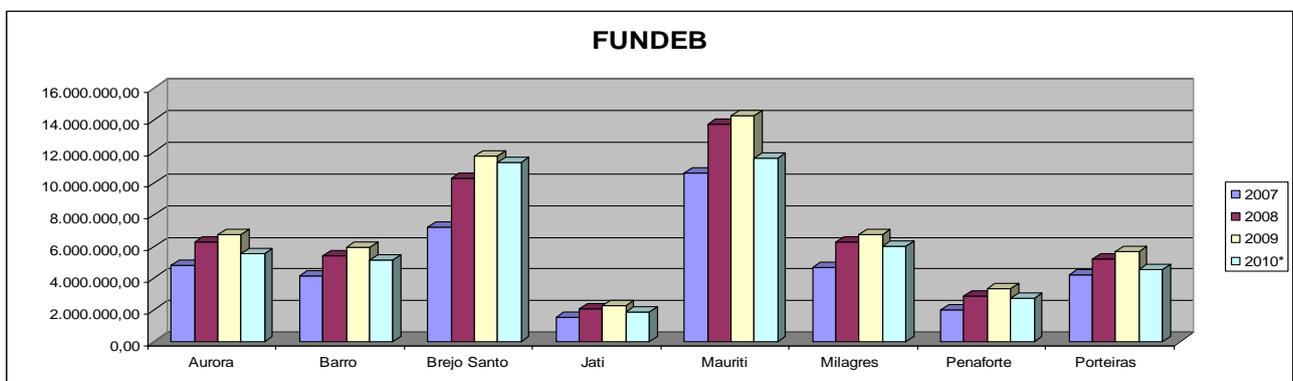


Figura 45: Transferência Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB), Cariri Leste
 Fonte: tesouro.fazenda, *on line*, 2010.

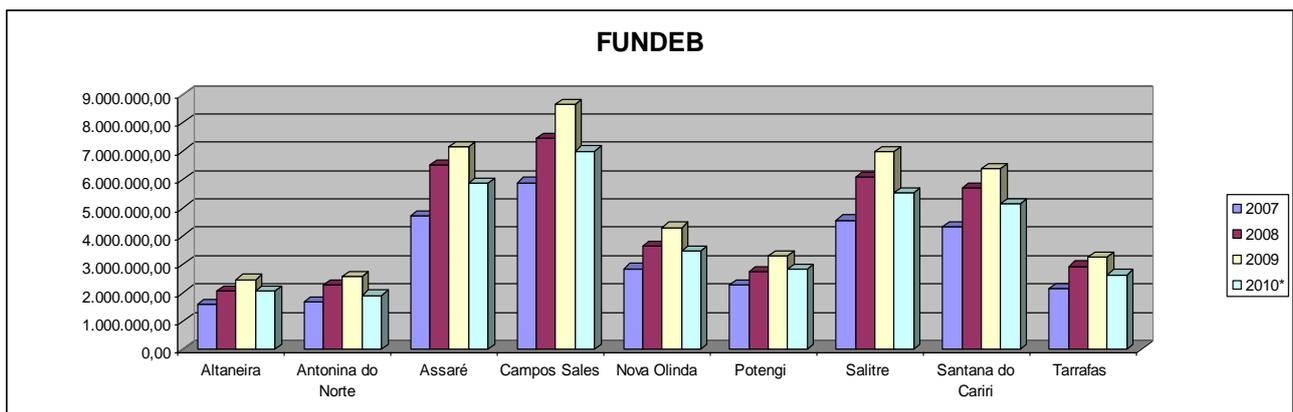


Figura 46: Transferência Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB), Cariri Oeste
 Fonte: tesouro.fazenda *on line*, 2010

22.1.4 Receitas Derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS

CARIRI CENTRAL												
Municípios	Receitas de impostos e Transferências constitucionais				Receitas transferências do SUS				Receitas transferências do SUS hab. (%)			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Abaíara	3.385.544.490,45	5.329.328,45	8.453.251,02	7.528.410,14	668.721,33	781.580,72	1.081.045,95	1.119.661,56	76,41	76,42	99,77	101,08
Barbalha	18.702.086,85	20.106.299,32	24.061.559,20	25.438.248,76	23.152.601,00	27.997.940,31	37.433.094,11	41.597.635,75	433,67	555,67	713,07	784,7
Caririáçu	13.656.274,50	10.963.646,00	13.845.363,65	12.659.982,74	2.290.669,84	2.679.871,50	3.649.627,03	3.918.704,16	79	101,8	133,94	143,12
Crato	11.762.972,36	34.491.956,78	42.092.358,74	42.857.737,06	22.632.586,12	22.543.360,77	26.306.240,43	30.765.734,74	196,66	202,73	227,32	263,5
Farias Brito	11.205.630,66	9.606.876,12	12.344.898,91	11.538.409,04	2.298.523,93	2.575.102,99	3.659.081,91	3.421.489,71	103,06	133,81	185,86	174,52
Granjeiro	10.257.743,86	5.017.246,54	6.170.822,10	5.821.005,97	409.996,46	433.761,76	567.019,56	705.961,49	71,89	87,97	112,71	141,22
Jardim	8.435.426,09	11.098.825,40	13.893.078,52	13.659.852,63	2.023.189,64	2.590.117,37	3.935.158,12	4.016.534,94	71,68	100,35	148,03	151,12
Juazeiro do Norte	8.367.853,02	74.219.100,24	92.243.488,30	92.832.618,53	23.229.188,26	22.985.991,90	33.476.212,54	35.535.706,86	96,53	94,93	135,8	142,24
Missão Velha	7.855.908,36	12.570.248,04	15.674.248,26	14.999.865,01	1.824.717,32	2.120.087,53	3.222.055,22	3.912.099,32	52,03	62,93	92,25	111,34
Várzea Alegre	4.379.463,83	14.026.354,89	17.432.481,29	17.525.819,54	1.688.917,96	2.178.909,64	4.329.244,20	4.475.485,14	45,11	57,73	109,94	112,42
Total	3.480.167.849,98	197.429.881,78	246.211.549,99	244.861.949,42	80.219.111,86	86.886.724,49	117.658.779,07	129.469.013,67	122,60	147,43	195,86	212,52

Quadro 48: Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS, Cariri Central.

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS). Ministério da Saúde DATASUS. Indicadores Municipais, 2006-2009.

CARIRI LESTE												
Municípios	Receitas de impostos e Transferências constitucionais				Receitas transferências do SUS				Receitas transferências do SUS/hab. (%)			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Aurora	19.584.406,07	10.877.122,48	13.576.360,04	12.904.463,28	1.283.940,24	2.325.340,32	3.114.861,28	3.093.183,85	49,89	94,99	123,89	123,17
Barro	18.578.779,09	10.115.515,94	11.949.942,67	11.819.691,98	1.542.562,38	1.828.242,95	1.946.751,42	2.348.755,94	75,34	88,44	90,85	108,96
Brejo Santo	16.971.428,93	14.859.081,68	18.852.327,61	18.931.584,77	7.652.080,78	7.297.134,99	8.656.720,53	11.443.070,86	182,18	184,21	210,93	277,3
Jati	8.412.936,14	5.600.602,62	5.765.760,21	7.963.167,04	868.733,88	700.186,33	1.180.537,72	1.331.534,45	114,88	96,31	157,38	177,11
Mauriti	8.143.105,29	14.916.491,36	17.361.016,27	16.776.063,69	1.875.443,08	2.393.337,50	5.146.387,01	5.312.337,93	42,65	57,42	117,31	120,16
Milagres	7.987.130,25	12.224.885,38	14.098.210,56	13.577.761,15	1.443.944,33	1.578.354,22	2.932.155,57	3.221.013,22	46,12	57,7	105,24	114,72
Penaforte	6.216.505,60	4.960.154,48	6.834.229,75	6.826.923,43	841.879,06	705.776,90	1.026.897,96	1.660.574,36	113,05	91,48	127,3	203,3
Porteiras	5.924.242,29	8.031.641,52	10.023.353,39	10.162.096,85	1.262.556,97	1.390.754,32	1.630.881,25	1.833.834,98	78,03	94,02	107,81	121,78
Total	91.818.533,66	81.585.495,46	98.461.200,50	98.961.752,19	16.771.140,72	18.219.127,53	25.635.192,74	30.244.305,59	87,80	95,57	130,08	155,81

Quadro 49: Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS, Cariri Leste

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS). Ministério da Saúde DATASUS. Indicadores Municipais, 2006-2009.

CARIRI OESTE												
Municípios (*)	Receitas de impostos e Transferências constitucionais				Receitas transferências do SUS				Receitas transferências do SUS/hab. (%)			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Altaneira	32.440.605,83	5.192.702,01	6.558.819,74	7.177.294,29	634.756,30	694.183,08	691.109,58	1.051.794,86	100,15	108,18	102,65	153,91
Antonina do Norte	29.460.465,72	5.302.468,65	6.685.132,61	6.803.934,71	402.177,09	564.242,11	549.572,16	699.106,86	53,19	83,46	78,36	99,04
Assaré	19.959.236,06	9.485.308,80	12.359.687,69	11.847.153,26	1.696.394,46	2.105.396,43	2.501.894,64	3.697.370,58	77,74	97,4	111,63	163,96
Campos Sales	15.532.576,81	11.418.379,81	14.371.232,39	13.628.422,53	1.319.362,83	2.414.943,29	2.834.929,51	2.993.649,95	48,41	94,51	107,55	113,32
Nova Olinda	7.137.217,44	7.196.879,40	9.056.127,55	9.084.936,47	1.127.588,22	1.220.823,01	1.502.149,76	1.691.858,98	89,41	94,1	111,09	123,86
Potengi	5.873.356,17	5.168.941,84	6.432.087,82	6.603.386,73	698.737,18	802.284,41	946.849,25	1.314.329,69	70,79	82,97	94,14	129,57
Salitre	5.024.843,09	7.982.686,74	10.114.953,59	9.358.682,49	1.344.082,20	1.216.049,97	1.600.984,35	1.790.407,32	90,38	76,97	96,53	106,29
Santana do Cariri	4.942.574,61	9.235.220,98	11.920.226,67	11.238.842,18	913.312,84	1.005.157,54	1.560.302,78	1.873.734,48	50,98	57,2	85,53	102,01
Tarrafas	4.677.797,42	5.114.589,59	5.635.559,32	6.434.833,67	440.353,96	487.839,56	818.455,37	892.008,45	51,52	55,86	91,58	100,23
Total	125.048.673,15	66.097.177,82	83.133.827,38	82.177.486,33	8.576.765,08	10.510.919,40	13.006.247,40	16.004.261,17	70,28	83,40	97,67	121,35

Quadro 50: Receitas Derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS, Cariri Oeste

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS). Ministério da Saúde DATASUS. Indicadores Municipais, 2006-2009.

(*) Não pesquisado o município de Araripe do Micro território Cariri Oeste

22.2 Territorialização das Políticas Públicas (Município/Estado/União)

Os elementos de diagnóstico acima e as reflexões que eles sugerem, indica que o Estado brasileiro ainda não conseguiu pensar as políticas públicas como condição de garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e, nesse contexto, as políticas/programas assumem um caráter compensatório e reparador que, por sinal, não respondem aos direitos, na forma de lei, assegurados na Constituição democrática de 1988.

Por outro lado e, mais recentemente, tem-se observado a vontade político-administrativa das esferas de governo municipal, estadual e federal em estabelecer canais de articulação e cooperação para a execução de políticas públicas (ou ações sociais públicas). Um exemplo dessa vontade é o Pacto pela Territorialização do Estado do Ceará, onde a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) assumiu, em 2009, conjuntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o compromisso de cooperar para a implantação integrada de políticas públicas, adotando a abordagem territorial em todo o estado do Ceará.

A capacidade de articulação e cooperação entre as instituições existentes no território é muito particular e sutil para que se possa abordar de forma avaliativa em maior ou menor grau. Sabe-se que de acordo com a capacidade de articulação política que cada gestor municipal desenvolve com outros espaços como o legislativo, o executivo estadual e a união, determinam a possibilidade de maior ou menor alocação de recursos ou de políticas públicas para os municípios que conformam o Território da Cidadania do Cariri.

No que diz respeito à questão dos atores públicos buscarem discutir e negociar as suas demandas por dentro do colegiado territorial é ainda insatisfatório, tendo estes, pouco participado das plenárias ou sequer enviado representantes, ficando assim as decisões para implantação de projetos prejudicada, pois as instâncias do município que chegam à plenária não têm poder de decisão no município.

22.2.1 Instituições Públicas e Entidades com Atuação Regionalizada

Os Quadros 51 e 52 indicam as instituições e entidades com atuação regionalizada, portanto, prestando serviços mais diretamente ao território, ainda que a abrangência e unidade de planejamento de cada instituição/entidade atenda em maior ou menor número os 28 municípios que conformam o território.

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS COM ATUAÇÃO REGIONALIZADA		
NOME	Município Sede	Programas/Ações com Potencial de Integração
Coordenadorias Regionais de Saúde (CRES)	19ª CRES Brejo Santo	<ul style="list-style-type: none"> - Consórcios para disponibilização de leitos hospitalares e consultas de especialidades médicas - Consórcios resíduos sólidos (lixo) - Articulação de ações de imunização e epidemiologia (doenças transmissíveis) - Eventos de mobilização e articulação de ações entre Estado e municípios - Formação continuada em saúde para funcionários e dirigentes das unidades de saúde
	20ª CRES Crato	
	21ª CRES Juazeiro do Norte	
Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE)	18ª CREDE Crato	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de ações ofertadas pelo Estado e união (PDE - PAR) - Formação continuada de docentes e dirigentes - Criação de laboratórios de informática e ciências - Alimentação escolar (PNAE) - Caminho da escola (transporte escolar) - Construção de espaços de esporte e lazer
	19ª CREDE Juazeiro do Norte	
	20ª CREDE Brejo Santo	
Escritórios Regionais da EMATERCE	Crato	<ul style="list-style-type: none"> - Assistência Técnica (ATER) para agricultores familiares, assentados da reforma agrária e mulheres rurais - Crédito PRONAF - Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar - Formação de Agentes de Desenvolvimento - Projeto São José II
	Brejo Santo	
	Campos Sales	
Banco do Brasil (BB)	s/regionalização	Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) cadeias produtivas do artesanato, apicultura, biodiesel, bovinocultura e fruticultura
Banco do Nordeste do Brasil (BNB)	Juazeiro do Norte	<ul style="list-style-type: none"> - PRODETUR NEI e NE II - Desenvolvimento tecnológico - Meio ambiente - Nordeste territorial (cadeias produtivas couro e calçados, saúde e turismo) - Crédito
	Crato	
SEBRAE	Juazeiro do Norte	Apicultura, Artesanato, Cerâmica, Comércio Varejista, Couro e Calçados, Cultura, Floricultura, Jóias Folheadas, Fruticultura, Gestão Ambiental, Mandiocultura, Minerais não Metálicos, Ovinocaprino-cultura, Têxtil – Confecção, Turismo.
INSS	Juazeiro do Norte	<ul style="list-style-type: none"> - Benefícios previdenciários (aposentadoria, auxílio-doença, pensão por morte, salário-maternidade, salário-família, entre outros) - Benefícios assistenciais (idoso e deficiente) - Serviços previdenciários (reabilitação profissional e serviço social)

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS COM ATUAÇÃO REGIONALIZADA		
NOME	Município Sede	Programas/Ações com Potencial de Integração
SINE/IDT	Juazeiro do Norte	<ul style="list-style-type: none"> - Qualificação social e profissional - Criando oportunidades - Juventude cidadã - Juventude empreendedora - Programa nacional de inclusão dos jovens (Pro - jovem urbano e Pro - jovem campo) - Produção e análise de informações sobre a realidade e a dinâmica do mercado de trabalho local - Cadastro para colocação no mercado de trabalho
	Crato	
	Barbalha	
Superintendência do Trabalho	Juazeiro do Norte	<ul style="list-style-type: none"> - Orientações trabalhistas - Registro Profissional - Intermediação de conflitos coletivos - Homologação das rescisões contratuais - Combate as formas degradantes e discriminatórias de trabalho - Processamento dos Autos de Infração e Notificação para Depósito do FGTS - Inspeção das condições de segurança ao trabalhador - Emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social, inclusive para estrangeiros - Habilitação ao trabalhador ao Seguro-Desemprego - Emissão de Certidão de Tempo de Serviço
	Crato	
	Barbalha	
Fundação Nacional de Saúde	Crato	<ul style="list-style-type: none"> - Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Saneamento em Áreas Especiais Saneamento em áreas de relevante interesse epidemiológico Saneamento em municípios com população total de até 50.000 habitantes Saneamento Rural Ações complementares de saneamento - Saúde indígena
CEREST	Juazeiro do Norte	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio a saúde do trabalhador - Reorientação profissional - Educação e comunicação - Projetos e pesquisas em saúde
Centro de Zoonoses	Crato	<ul style="list-style-type: none"> - Programa de Controle de Zoonoses
Instituto Federal de Educação (IFCE)	Juazeiro do Norte	<ul style="list-style-type: none"> - Curso técnico, superior, pós-graduação e extensão - Incubadora (oportunidades de geração de renda) - Produções tecnológicas - Projetos sociais - Laboratórios
SEMACE/Instituto Chico Mendes	Crato	<ul style="list-style-type: none"> - Zoneamento ecológico e econômico - Programa da biodiversidade (PROBIO) - Programa controle ambiental - Programa selo município verde - Programa estadual de floresta
Campus UFC	Juazeiro do Norte	<ul style="list-style-type: none"> - Graduação em agronomia, medicina, administração, comunicação social, design de produtos, engenharia civil, engenharia de materiais, filosofia, entre outros - Pós-graduação articulada à graduação - Laboratórios
	Crato	
	Barbalha	

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS COM ATUAÇÃO REGIONALIZADA		
NOME	Município Sede	Programas/Ações com Potencial de Integração
Campus URCA	Crato	<ul style="list-style-type: none"> - Cursos regulares de Graduação - Programas Especiais de Formação de Professores - Cursos Seqüenciais - Curso de Técnico em Enfermagem - Mestrados Profissionalizantes - Diversos cursos de Pós-Graduação "Lato Sensu" e - Unidades Descentralizadas - UD (Iguatu, Missão Velha e Campos Sales)
	Juazeiro do Norte	
	Santana do Cariri	
Delegacia Civil de Polícia	Juazeiro do Norte	- Segurança civil dos cidadãos e cidadãs
	Crato	
	Brejo Santo	
DETRAN	Juazeiro do Norte	<ul style="list-style-type: none"> - Consulta de veículos - Carteira de motorista popular - Consulta de habilitação - Emissão de taxas e multa
Delegacia da Mulher	Juazeiro do Norte	- Defesa dos direitos da mulher e combate à exploração e violência contra a mulher
Penitenciária Regional do Cariri	Juazeiro do Norte	- Sistema penitenciário para detentos em regime fechado
CREAS Regional	Missão Velha	- Atenção a criança, adolescentes e adultos em situação de vulnerabilidade social (assistência social, psicológica e jurídica).
CONSEA Estadual/regional	Juazeiro do Norte	<ul style="list-style-type: none"> - Alimentação Saudável - Produção, Abastecimento e Fortalecimento da Agricultura Familiar - Acesso à Água e Segurança Alimentar e Nutricional - Gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) - Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) - SAN dos Povos Indígenas, Populações Negras e Povos e Comunidades Tradicionais - Alimentação Escolar - Pesca e Aqüicultura - Biodiversidade e Populações Tradicionais - Ações Estruturantes e Reforma Agrária
Instituto AGROPOLOS	Crato	<ul style="list-style-type: none"> - Programa de Assistência Técnica - Programa de Acesso a Mercados - Programa de Desenvolvimento Sustentável e Integrado - Programa de Ações Estratégicas
COGERH/Comitês de Bacias	Sub-Bacia Hidrográfica do Salgado COGERH Crato	<ul style="list-style-type: none"> - Operação e manutenção da infraestrutura hídrica - Monitoramento quantitativo e qualitativo dos recursos hídricos - Elaboração de projetos sobre recursos hídricos - Implementação dos instrumentos de gestão participativa dos recursos hídricos
	Sub-Bacia do Alto Jaguaribe GOGERH Iguatu	
Conselho CONDIRC	Crato	- Discute e propõe o desenvolvimento regional do Cariri

Quadro 51: Instituições Públicas com Atuação Regionalizada

Fonte: Relatórios, 2010 e sites das Instituições mencionadas.

ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL COM ATUAÇÃO REGIONALIZADA		
NOME	Município Sede	Programas/Ações com Potencial de Integração
Fórum Regional do Araripe	Crato	- Ações de apoio ao Geopark Araripe - Fortalecimento da cultural regional e conservação ambiental.
FETRAECE	Crato	- Defesa de políticas públicas pra o fortalecimento da agricultura familiar - Rede de assistência técnica social e ambiental (ATER-ATES) - Coletivo de jovens
Fórum pela Vida no Semiárido (FVSA)	Crato	Convivência com o Semi Árido
Fórum dos Assentados	s/sede	Reforma Agrária Formação sócio-política e produtiva
Fórum de Mulheres	s/sede	- Defesa de políticas públicas para mulheres
Rede Educação Cidadã RECID	s/sede	- Formação inicial e continuada a educadores de jovens e adultos - Consultoria, assessoria, formações iniciais e educação continuada - Formação de educadores populares

Quadro 52: Entidades com Atuação Regionalizada

Fonte: Relatórios, 2010 e site das Entidades mencionadas.

22.2.2 Programas do Governo Estadual com Potencial de Integração

A definição das atividades, projetos e operações especiais do PPA 2008-2011 do Estado do Ceará está respaldada na Lei Estadual n.º 12.896 (de 28 de abril de 1999) e na Lei Complementar Estadual n.º 18 (de 29 de dezembro de 1999), que estabeleceram 08 macrorregiões de planejamento.

É importante registrar o esforço que vem sendo feito, tanto por parte de segmentos do poder público, quanto por parte de segmentos da sociedade civil, no sentido de qualificar os mecanismos e instrumentos de articulação e integração das ações sociais públicas na perspectiva de aproximá-las da realidade do território e, sobretudo, na perspectiva de superação dos seus principais gargalos. Um exemplo desse esforço remete ao diálogo estabelecido pelo governo estadual com o governo federal e municípios, via Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) e Conselho de Desenvolvimento Rural (CEDR-CE), no sentido da materialização da articulação a partir dos instrumentos de

planejamento das diferentes esferas de governo (ilustrando PDRS – PTDRS – ICNDRSS), além do esforço de territorializar o estado do Ceará, apoiando diretamente essa iniciativa em 06 (seis) dos 13 territórios do estado do Ceará.

O Quadro 53 oferece uma primeira aproximação dos programas ofertados pelo governo estadual, no PPA 2008-2011, por eixo prioritário e Secretaria de Estado, ao tempo indica as possibilidades de articulação e negociação com as proposições inscritas no PTDRS no horizonte temporal de curto e médio prazo.

EIXO: SOCIEDADE JUSTA SOLIDÁRIA	EIXO: ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR
<p>Secretaria da Educação Básica (SEDUC)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Padrões Básicos de Funcionamento das Escolas - Qualidade da Educação Básica na Zona Rural e Urbana - Gestão Democrática da Educação Básica - Cooperação entre Estado/Município - Atenção à Pessoa com Deficiência - Desenvolvimento e Gestão de Políticas de Juventude - Valorização do Servidor - Gestão de Tecnologia da Informação – SEDUC <p>Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ceará Digital - Fortalecimento da Educação Superior e da Educação Profissional - Inovação Tecnológica, Pesquisa e Desenvolvimento Científico <p>Secretaria da Saúde (SESA)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento da Atenção à Saúde nos Níveis Secundários e Terciário - Fortalecimento da Atenção Primária em Saúde <p>Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proteção Social Básica - Proteção Social Especial - Programa de Apoio as Reformas Sociais – 	<p>Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER - Democratização do Acesso a Terra - Desenvolvimento da Pesca Artesanal e Piscicultura Associativa - Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Pecuária - Desenvolvimento da Agricultura Familiar - Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza - Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos - Combate à Pobreza Rural no Ceará – São José II - Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico - Gestão do Fundo de Desenvolvimento Industrial - Fortalecimento dos Setores Econômicos e Inovação Tecnológica <p>-Secretaria das Cidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento e Integração Regional - Estruturação e Requalificação Urbana - Saneamento Ambiental <ul style="list-style-type: none"> - Habitacional - Conselho de Gestão e Meio Ambiente - Proteção dos Recursos Ambientais - Gestão Ambiental Estratégica

EIXO: SOCIEDADE JUSTA SOLIDÁRIA	EIXO: ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR
<p>PROARES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Segurança Alimentar e Nutricional - Desenvolvimento Empreendedorismo e Artesanato - Trabalho Competitivo Alcançando a Empregabilidade <p>Secretaria da Cultura (SECULT)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comunicação Social - Biblioteca Cidadã - Ceará no Circuito Cultural da América Latina - Incentivo às Artes e Culturas do Ceará - Memória Cultural <p>-Secretaria do Esporte (SESPORTE)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Esporte Educacional e Escolar - Esporte de Rendimento - Atenção à Pessoa com Deficiência - Gestão de Equipamentos e Instalações Esportivas <p>-Secretaria de Segurança e Defesa Social (SSDS)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Segurança Moderna e com Inteligência - Ronda - Gestão de Tecnologia da Informação <p>Secretaria da Justiça e Cidadania</p> <ul style="list-style-type: none"> - Infraestrutura do Sistema Penitenciário do Ceará – INFRAPEN 	<ul style="list-style-type: none"> - Biodiversidade Probio - Educação Ambiental do Ceará – PEACE - Desenvolvimento do Turismo do Estado do Ceará – PRODETUR/CE <p>-Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Suprimento Hídrico para Centros Urbanos e Rurais - Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos - Oferta Hídrica Estratégica para Múltiplos Usos <p>-Secretaria do Turismo (SETUR)</p> <ul style="list-style-type: none"> - PRODETUR II - Desenvolvimento de Destinos e Produtos Turísticos <p>-Secretaria da Infraestrutura (SEINFRA)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Rodoviário do Estado do Ceará – Ceará III - Telecomunicações do Estado - Rodoviário do Estado do Ceará - Infraestrutura e Logística - Suprimento e Universalização do Atendimento com Energia Elétrica - Modernização da Gestão Pública

Quadro 53: Eixos e Programas do Governo Estadual PPA 2008-2011

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (SEPLAG), 2010.

Direcionando a capacidade de articulação e cooperação entre os atores sociais do Território da Cidadania do Cariri, os programas/ações do Governo Estadual com potencial de integração, pelo instrumento PPA revisado 2010, estão apresentados no quadro 12, sinalizando as possibilidades, em maior ou menor grau, de articulação e negociação para a implantação das proposições inscritas no PTDRS, no horizonte temporal de curto e médio prazo.

O orçamento previsto para 2010 da Macrorregião Cariri e Centro Sul compreende o valor de R\$ 589.669.480,00, dos quais R\$ 324.978.984,00 são de investimentos, inversões e despesas correntes não continuadas (MAPP). A

macrorregião é composta de 42 municípios, distribuídos nos dois Territórios de Identidade (Território do Cariri e Território do Centro Sul). Outro elemento a considerar refere-se ao percentual destinado a cada Secretaria de Estado que, neste orçamento, a matriz de priorização destacou os programas da Secretaria de Saúde (17%), seguido da Secretaria de Educação (15,8%), Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (11,3%), Secretaria da Infraestrutura (7,3%), Secretaria das Cidades (6,8%), Secretaria do Desenvolvimento Agrário (5,5%) e Secretaria dos Recursos Hídricos (5,2%).

SECRETARIA/PROGRAMA	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA MACRORREGIÃO	589.669.480,00	100%
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA-SEINFRA	43.201.737,00	7,3%
Rodoviário do Estado do Ceará- CEARÁ III	20.711.095,00	
Otimização de Segurança de Trânsito	62.500,00	
Programa de Telecomunicações do Estado	410.000,00	
Aeroportuário	50.000,00	
Rodoviário do Estado do Ceará	13.792.327,00	
Suprimento e Universalização do Atendimento com Energia Elétrica	3.673.637,00	
Transporte Metro – Ferroviário	1.505.178,00	
Modernização da Gestão Pública	2.990.000,00	
Gestão de Tecnologia da Informação	7.000,00	
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL- SSPDS	17.991.016,00	3,05%
Ronda	898.000,00	
Defesa Civil Permanente	9.000,00	
Proteção às Crianças, Adolescentes, Mulheres e Minorias	625.000,00	
Segurança Moderna e com Inteligência	15.655.152,00	
Coordenação e Manutenção Geral	10.000,00	
Valorização do Servidor	60.000,00	
Gestão de Tecnologia da Informação	733.864,00	
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	90.000,00	0,01%
Valorização do Servidor	90.000,00	
SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA- SEJUS	8.515.000,00	1,4%
Infraestrutura do Sistema Penitenciário do Ceará- INFRAPEN	4.780.000,00	
Gestão do Sistema Penitenciário do Ceará- GESPEN	3.165.000,00	
Promoção da Qualificação e Ressocialização do Preso e Egresso- PROATIVOS	485.000,00	
Gestão de Tecnologia da Informação	85.000,00	
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-DAS	32.393.332,00	5,5%
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Pecuária	22.900,00	
Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza Rural	11.073.244,00	

Desenvolvimento da Agricultura Familiar	9.387.549,00	
Projeto do Desenvolvimento Rural Sustentável- SÃO JOSÉ III	2.943.432,00	
Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER	4.736.870,00	
Programa de Combate a Pobreza Rural no Ceará- PROJETO SÃO JOSÉ II	2.613.241,00	
Ação Fundiária	1.616.096,00	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO- SEDUC	93.313.460,00	15,8%
Padrões Básicos de Funcionamento das Unidades de Ensino	25.353.640,00	
Qualidade da Educação Básica nas Zonas Rural e Urbana	2.263.168,00	
Organização e Gestão Democrática da Educação Básica	652.063,00	
Cooperação entre Estado e Município	29.571.923,00	
Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência	261.139,00	
Programa de Atendimento à Pessoa Idosa	100.031,00	
Coordenação e Manutenção Geral	1.474.564,00	
Desenvolvimento e Gestão de Políticas de Juventude	31.014.655,00	
Valorização do Servidor	559.784,00	
Gestão de Tecnologia da Informação	2.062.493,00	
SECRETARIA DE SAÚDE- SESA	100.121.888,00	17%
Sistema Integral de Assistência Farmacêutica	5.479.423,00	
Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada- Empréstimo BID	18.355.981,00	
Fortalecimento da Atenção a Saúde nos Níveis Secundários e Terciários	74.364.321,00	
Fortalecimento da Atenção Primária a Saúde	2.000,00	
Gestão, controle Social e Institucional do SUS	5.500,00	
Vigilância em Saúde	1.893.663,00	
Gestão de Tecnologia da Informação	21.000,00	
SECRETARIA DA CULTURA-SECULT	2.121.628,00	0,35%
Biblioteca Cidadã	467.668,00	
Programa de Incentivo às Artes e Cultura do Ceará	1.514.000,00	
Memória Cultural	139.960,00	
SECRETARIA DOS RECURSOS HIDRICOS- SRH	30.551.439,00	5,2%
Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos- PROGERIRH Adicional	28.601.439,00	
Oferta Hídrica Estratégica para Múltiplos Usos	900.000,00	
Suprimento Hídrico para Centros Urbanos e Rurais	1.050.000,00	
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR- SECITECE	66.724.961,00	11,3%
Transferência de tecnologias para o Desenvolvimento Regional Integrado	135.500,00	
Ceará Digital	445.857,00	
Formação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento	20.209.697,00	
Gestão do Sistema de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Superior	10.197.807,00	
Pesquisa e Desenvolvimento Científico	8.000,00	
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR- SECITECE		
Programa de Climatologia e Meio Ambiente- PROCLIMA	100.000,00	

Coordenação e Manutenção Geral	35.486.100,00	
Valorização do Servidor	4.000,00	
Gestão de Tecnologia da Informação	138.000,00	
SECRETARIA DE TURISMO-SETUR	2.000.000,00	0,33%
Desenvolvimento de Destinos e Produtos Turísticos	2.000.000,00	
SECRETARIA DO ESPORTE-SESPORTE	3.303.470,00	0,6%
Esporte Educacional	1.814.114,00	
Gestão de Equipamentos e Instalações Esportivas	1.489.356,00	
SECRETARIA DAS CIDADES	40.247.217,00	6,8%
Estruturação e Requalificação Urbana	3.499.795,00	
Habitacional	2.613.644,00	
Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará- Cidades do Ceará(Cariri Central)	17.472.360,00	
Desenvolvimento e Integração Regional	1.558.288,00	
Saneamento Ambiental do Ceará	15.103.130,00	
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL-STDS	17.462.182,00	3%
Programa de Apoio as Reformas Sociais do Ceará-PROARES-FASE II	7.240.000,00	
Segurança Alimentar e Nutricional	42.030,00	
Proteção Social Básica	1.274.263,00	
Trabalho Competitivo, Alcançando a Empregabilidade	3.561.408,00	
Desenvolvendo o Empreendedorismo e o Artesanato	1.502.383,00	
Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência	50.000,00	
Programa de Atendimento à Pessoa Idosa	125.000,00	
Desenvolvimento e Gestão de Políticas de Juventude	1.656.700,00	
Proteção Social Especial	2.010.398,00	
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO- CEDE	1.000.000,00	0,2%
Gestão do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará	1.000.000,00	
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	130.632.150,00	22,1%
Encargos Gerais do Estado	130.632.150,00	

Quadro 54: Programas prioritários do PPA 2008-2011 por Secretaria de Estado

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (SEPLAG), 2010.

22.2.3 Programas do Governo Federal com Potencial de Integração

O Quadro 55 oferece uma primeira aproximação das ações ofertadas pelo Governo Federal, na Matriz Programa Territórios da Cidadania 2010, por Ministério de Estado, ao tempo indica as possibilidades de articulação e negociação com as proposições inscritas no PTDRS de curto e médio prazo. Para compreender a referida matriz, algumas observações devem ser consideradas. (1) as ações que compõem a Matriz 2008 e a Matriz 2009 e

ainda não foram finalizadas serão realizadas em 2010 e continuarão sendo monitoradas, mas não vão aparecer na Matriz de 2010 por não serem ações novas ofertadas aos Territórios. Ou seja, existem ações previstas para os Territórios que não vão aparecer na Matriz de 2010, mas continuam fazendo parte do Programa como ações previstas nos anos anteriores que serão executadas em 2010; (2) existem algumas ações presentes na Matriz 2010 que, apesar de terem as informações descritivas, estão com as metas físicas e/ou financeiras zeradas em função da indisponibilidade de informações, até o momento da publicação, sobre os valores previstos para 2010. Ressaltamos, entretanto que, todas as ações serão atualizadas e será publicada uma complementação da Matriz 2010 com as informações faltantes e (3) o número total de ações ofertadas na Matriz 2010 diminuiu para 182 e o valor dos investimentos previstos para o ano de 2010 aumentou para R\$ 27 bilhões. Isso aconteceu em função da agregação de algumas ações em relação à Matriz de 2009, ou seja, 2 ações da Matriz 2009 se transformaram em 1 em 2010. Essa decisão dos gestores se baseou na tentativa de facilitar a análise, reduzindo um pouco o número de ações e agregando objetivos semelhantes.

Nº AÇÃO	MINISTÉRIO DE ESTADO	VALOR (R\$ 1,00)	%
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA		46.667,00	100
01	Apoio a Projetos de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para Inserção Social / 2010	46.667,00	100
Ministério da Educação - MEC		3.623.356,45	100
02	Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior / 2010	-	
03	Programa Dinheiro Direto na Escola / 2010	1.861.718,40	51,38
04	PROINFO Rural e Urbano / 2009 e 2010	1.354.035,73	37,37
05	Salas de Recursos Multifuncionais / 2010	407.602,32	11,25
Ministério da Fazenda - MF		157.091.866,54	100
06	Cresce Nordeste / 2010	150.000.000,00	95,49
07	Nordeste Territorial / 2010	6.800.000,00	4,33
08	Programa BNB Cultura 2010 - Parceria BNDES / 2010	291.866,54	0,19
Ministério da Saúde - MS		82.290.600,07	100

Nº AÇÃO	MINISTÉRIO DE ESTADO	VALOR (R\$ 1,00)	%
09	Ampliação da Cobertura do Trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à População dos Territórios da Cidadania / 2010	16.418.976,00	19,95
10	Ampliação da Cobertura Vacinal da População dos Territórios da Cidadania / 2010	11.138.454,07	13,54
11	Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica / 2010	6.542.200,00	7,95
12	Ampliação do Acesso da População aos Medicamentos Essenciais por meio da Farmácia Popular do Brasil / 2010	530.000,00	0,64
13	Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família / 2010	27.162.000,00	33,01
14	Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania à Atenção à Saúde Mental por meio da Implantação dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS/ 2010	744.970,00	0,91
15	Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania aos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 / 2010	-	
16	Ampliação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) - Programa Brasil Sorridente nos municípios dos Territórios da Cidadania que cumpram os critérios para os Centros de Atenção Especializada em Odontologia / 2010	1.584.000,00	1,92
17	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos / 2009	1.800.000,00	2,19
18	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 hab. exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) / 2009	9.880.000,00	12,01
19	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) / 2009	6.400.000,00	7,78
20	Saneamento nas Escolas / 2009	90.000,00	0,11
Ministério das Cidades – Mcid		30.207.676,58	100
21	FNHIS - Habitação de Interesse Social (contratações 2007, 2008 e 2009) / 2007, 2008 e 2009	3.901.519,63	12,92
22	FNHIS - Planos Habitacionais de Interesse Social (contratações 2007, 2008 e 2009) / 2007, 2008 e 2009	1.168.610,81	3,87
23	FNHIS - Urbanização de Assentamentos Precários (contratações de 2007, 2008 e 2009) / 2007, 2008 e 2009	25.137.546,14	83,22
Ministério das Comunicações – MC		316.386,00	100
24	Operação do Sistema de Acesso Banda Larga / 2010	316.386,00	100
Ministério de Minas e Energia - MME		6.184.246,15	100
25	Programa Luz Para Todos / 2010	6.184.246,15	100
Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA		32.581.545,77	100
26	Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos / 2010	217.500,00	0,67

Nº AÇÃO	MINISTÉRIO DE ESTADO	VALOR (R\$ 1,00)	%
27	Apoio ao Fortalecimento da Gestão Social nos Territórios / 2010	160.000,00	0,49
28	Articulação para Implantação das Casas Digitais Rurais / 2010	-	-
29	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres Rurais / 2010	100.000,00	0,31
30	ATER/Agricultores Familiares / 2010	4.263.258,91	13,08
31	Crédito PRONAF / 2010	25.236.760,32	77,46
32	Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar / 2010	215.758,70	0,66
33	Formação de Agentes de Desenvolvimento / 2010	80.000,00	0,25
34	Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais / 2010	1.150.000,00	3,53
35	Organização Produtiva das Mulheres Trabalhadoras Rurais / 2010	200.000,00	0,61
36	Programa Arca das Letras / 2010	5.600,00	0,02
37	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA / 2010	869.657,84	2,67
38	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) / 2010	83.010,00	0,25
Ministério do Desenvolvimento Social – MDS		272.884.229,99	100
39	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência / 2010	84.314.010,00	30,90
40	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa / 2010	42.688.361,00	15,64
41	Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS / 2010	534.432,00	0,20
42	PAA - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar / 2010	277.907,00	0,10
43	Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família / 2010	133.735.700,04	49,01
44	Programa Bolsa Família - Índice de Gestão Descentralizada / 2010	2.710.785,15	0,99
45	Programa Cisternas / 2010	1.149.940,80	0,42
46	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Leite / 2010	2.271.994,00	0,83
47	Programa de Atenção Integral à Família / 2010	3.758.400,00	1,38
48	Serviço Socioeducativo do PETI / 2010	1.442.700,00	0,53
TOTAL DO TERRITÓRIO		585.226.574,55	100

Quadro 55: Matriz de Ações PTC, 2010

Fonte: SDT/MDA, 2010.

Outro elemento a considerar refere-se ao percentual destinado a cada Ministério de Estado e as prioridades em relação ao Território, quando

comparado com o total de recursos, que é da ordem de R\$ 585.226.574,00. O Quadro 56 e a Figura destaca o volume de recursos destinados aos programas priorizados pelo Ministério de Desenvolvimento Social (46,63%), seguido do Ministério da Fazenda (26,84%), Ministério da Saúde (14,06%), Ministério do Desenvolvimento Agrário (5,57 %) e Ministério das Cidades (5,16 %).

MINISTÉRIOS DE ESTADO	VALOR (R\$ 1,00)	%
Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	46.667,00	0,01
Ministério da Educação e Cultura	3.623.356,45	0,62
Ministério da Fazenda	157.091.866,54	26,84
Ministério da Saúde	82.290.600,07	14,06
Ministério das Cidades	30.207.676,58	5,16
Ministério da Cultura	316.386,00	0,05
Ministério das Minas e Energia	6.184.246,15	1,06
Ministério do Desenvolvimento Agrário	32.581.545,77	5,57
Ministério do Desenvolvimento Social	272.884.229,99	46,63
TOTAL DO TERRITÓRIO	585.226.574,55	100,00

Quadro 56: Comparativo de Recursos entre os Ministérios de Estado
Fonte: SDT/MDA, 2010.

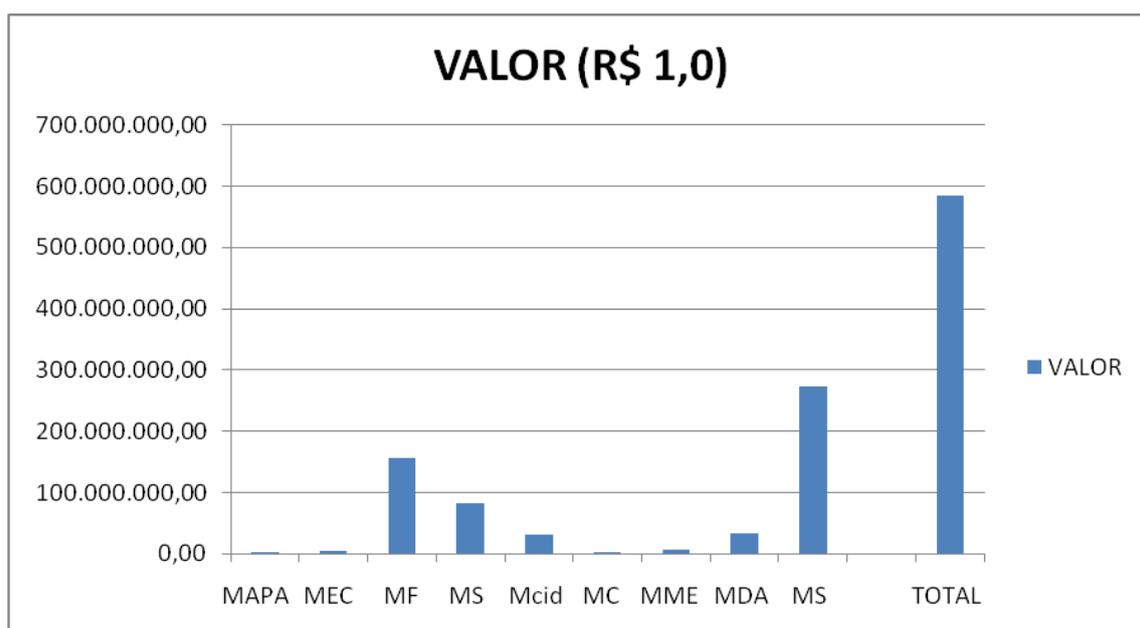


Figura 47: Comparativo de Recursos entre os Ministérios de Estado
Fonte: SDT/MDA, 2010.

23 GOVERNABILIDADE E GESTÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO

A idéia-conceito de Gestão Social aportada pela SDT/MDA (2005) refere-se ao

“processo através do qual o conjunto dos atores locais de um território se envolve não só nos espaços de deliberação e consulta das políticas para o desenvolvimento da sociedade, mais sim, e mais amplamente, no conjunto de iniciativas que vão desde a sensibilização e mobilização desses agentes e fatores locais até a implantação, monitoramento e avaliação das ações planejadas, passando pelas etapas de diagnóstico, de elaboração de planos, de negociação e pactuação de políticas e projetos”.

O que significa dizer que a gestão social deve ser compreendida como mecanismo de gestão compartilhada de diferentes segmentos sociais, contribuindo para o movimento de ampliação dos espaços democrático-participativos e de descentralização político-administrativa, reafirmando formas de organização e de relações sociais com sustentabilidade, transparência e efetivo sentimento de co-responsabilidade.



Figura 48: Elementos do Processo da Gestão Social
Fonte: Documento Referencial SDT/MDA, 2005.

Este marco referencial indica para o Território da Cidadania do Cariri tem um duplo desafio: de um lado, o de dar significado as novas institucionalidades como condição para garantir a permanência e a sustentabilidade do desenvolvimento territorial. De outro lado, avançar na concretização dos objetivos, estratégias e proposições apontadas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e nos demais instrumentos de planejamento já existentes, o que exigirá uma postura mais atuante e efetiva do colegiado territorial na articulação, negociação, pactuação e gestão do referido Plano.

Segundo Arilson Favareto (2007), o Brasil assistiu nos últimos dez anos a um crescimento expressivo do número de instituições e/ou entidades de caráter participativo que, para o IBGE (2001), aproxima-se a 27 mil foros nos 5.507 municípios do país. Este crescimento pode ser explicado por duas razões. A primeira está relacionada à demanda dos setores populares por participação nas instâncias decisórias e de gestão de políticas públicas. A outra razão diz respeito à expectativa dos gestores públicos de que esses “entes” possam ampliar os canais de comunicação e negociação entre Estado e sociedade. Nos dois casos é notória a expectativa de que a participação possa contribuir para a definição de políticas públicas mais amplas, viáveis e justas, com significativo impacto sobre a pobreza, a desigualdade e o desenvolvimento.

23.1 Constituição e Atuação do Colegiado Territorial

Quanto às instâncias integrantes e norteadoras do Colegiado Territorial do Cariri, este apresenta a seguinte estrutura.

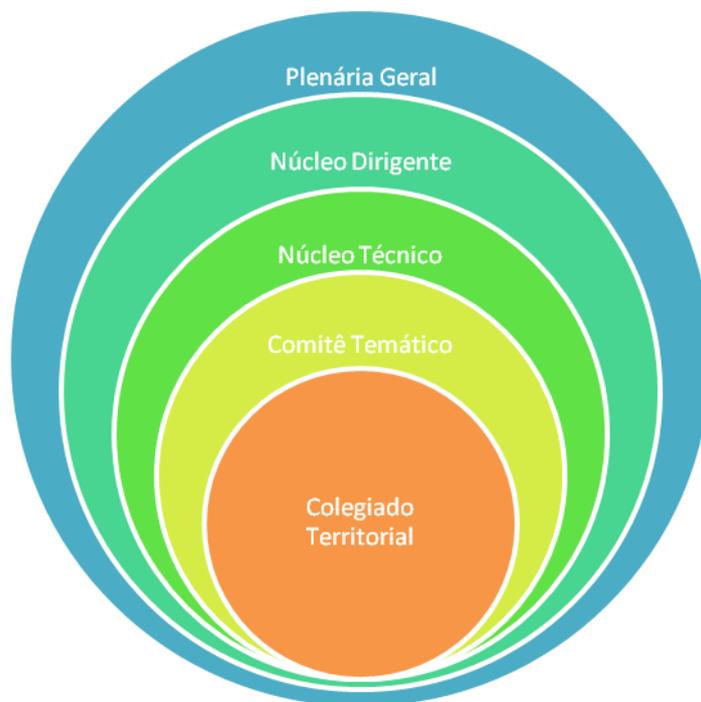


Figura 49: Diagrama Organizacional do Colegiado Territorial do Cariri
Fonte: Documento Equipe Técnica Estadual/Consultores e Assessores Territoriais, 2009.

O Colegiado Territorial corresponde ao conjunto de todas as instâncias e institucionalidades envolvidas na dinâmica territorial.

A plenária geral, integrante do colegiado, apresenta-se como uma instância de deliberação das decisões do colegiado, sendo composta por representantes com poder de decisão, sendo estes - um titular e um suplente, indicados oficialmente pelas suas respectivas instituições. Vale ressaltar que cada Instituição tem acento com direito a voz e voto.

O papel do núcleo dirigente, por sua vez, corresponde a uma instância de coordenação política das deliberações da Plenária Geral, sendo composto através da igualdade - 50% das instituições são integrantes da sociedade civil e 50% são integrantes do poder público, sendo estes eleitos em plenária geral e equivalentes a um total de oito instituições.

Em relação ao núcleo técnico, este é composto por representantes dos comitês temáticos, neste sentido, cada comitê indica dois técnicos para compor este núcleo. A partir do levantamento do número de técnicos que atuam no território propomos a inclusão de outros técnicos que não são dos comitês temáticos, mas que desenvolvem ações estratégicas no território. O ideal é que este núcleo não ultrapasse o número de vinte componentes.

Os comitês temáticos são instâncias de planejamento e acompanhamento do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e das ações dos temas do Programa Território da Cidadania, tendo como papel principal a elaboração de propostas técnicas dentro dos temas sob sua responsabilidade. Quanto às instituições integrantes da Plenária do Colegiado do Território do Cariri (COTERCIC), o Quadro 57 apresenta a relação destas, das quais são elencadas 126 instituições, sendo 63 organizações representantes do poder público, nas três esferas: Municipal, Estadual e Federal, bem como 63 instituições representantes da sociedade civil.

SOCIEDADE CIVIL	PODER PUBLICO
ACB – Assoc. Cristã de Base	Agencia de Desenv. Agropecuário do Estado do Ceará/ADAGRI – Cariri
ACOOA - Assoc. De Criadores de Ovinos e Caprinos	Banco do Nordeste
Agropolos	Banco do Brasil
APA - Associação Porteirense de Agroecologia	CAGECE
ASFAPI - Associação dos Apicultores de Farias Brito	Câmara Municipal - Cariri Central
Associação dos Prefeitos do Cariri	Câmara Municipal - Cariri Leste
Associação dos Produtores de Bovinocultura de Leite	Câmara Municipal - Cariri Oeste
Cáritas Diocesana	CEF - Caixa Econômica Federal
Casa Lilás	Instituto Federal de Tecnologia – IFET
Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável/CMDS - Cariri Central	Companhia de Gerenciamento dos Recursos Hídricos – COGERH
Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável/CMDS - Cariri Leste	Comp. Polícia Militar Ambiental/CPMA – Juazeiro do Norte
Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável/CMDS - Cariri Oeste	Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB
Coletivo Regional de Jovens	Conselho Regional de Educação - Crede 18
Comitê de Bacia do Alto Jaguaribe	Conselho Regional de Educação - Crede 19
Comitê de Bacia do Salgado	Departamento de Estradas E Rodovias – DER/Escritório Cariri
Comunidades Indígenas	Departamento Nacional de Obras Contra A

SOCIEDADE CIVIL	PODER PUBLICO
	Seca/DNOCS – Escritório Cariri
Conselho de Desenvolvimento E Meio Ambiente/CONDEMA - Cariri Central	Departamento Nacional de Produtos Minerais/DNPM – Escritório Cariri
Conselho de Desenvolvimento E Meio Ambiente/CONDEMA - Cariri Leste	Escola Agrotécnica Federal do Crato
Conselho de Desenvolvimento e Meio Ambiente/CONDEMA - Cariri Oeste	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará/EMATERCE
Conselho de Desenvolvimento e Integração Regional do Cariri/CONDIRC	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Algodão
Conselho de Segurança Alimentar – CONSEA	Fundação Nacional de Saúde/FUNASA – Escritório Cariri
Coop. dos Apicultores do Cariri	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente/IBAMA – Escritório Cariri
Coop. de Credito Rural dos Agricultores Familiares da Microrregião do Crato	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
Comissão Pastoral da Terra – CPT	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS
FAEC - Federação da Agricultura do Estado do Ceará	Inst. Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO
Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar/SINTRAF - Cariri Central	Poder Judiciário / Comarca de Crato
Sindicato dos Trabalhadores Na Agricultura Familiar/ SINTRAF - Cariri Leste	Poder Judiciário – Cariri Oeste
Sindicato Dos Trabalhadores Na Agricultura Familiar/ SINTRAF - Cariri Oeste	Poder Judiciário – Cariri Leste
Faculdade de Tecnologia do Cariri – FATEC/Cariri	Prefeitura de Abaiara
Federação das Associações - Cariri Central	Prefeitura de Altaneira
Federação das Associações - Cariri Leste	Prefeitura de Antonina do Norte
Federação das Associações - Cariri Oeste	Prefeitura Municipal de Araripe
Federação dos Assentamentos	Prefeitura de Assaré
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará/Regional Cariri – FETRAECE	Prefeitura Municipal de Aurora
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais/STTR – Cariri Central	Prefeitura de Barbalha
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais/ STTR – Cariri Leste	Prefeitura de Barro
Sindicato dos Trabalhadores E Trabalhadoras Rurais/ STTR – Cariri Oeste	Prefeitura de Brejo Santo
Federação dos Trabalhadores Na Agricultura Familiar No Estado do Ceará/FETRAF – Regional Cariri	Prefeitura de Campos Sales
SINTRAF – Cariri Central	Prefeitura Municipal de Caririçu
SINTRAF – Cariri Leste	Prefeitura de Farias Brito
SINTRAF – Cariri Oeste	Prefeitura de Granjeiro
Fórum Araripense	Prefeitura Municipal de Jardim
Fórum da Mesorregião do Araripe	Prefeitura de Jati

SOCIEDADE CIVIL	PODER PUBLICO
Fórum de Mulheres	Prefeitura Municipal de Juazeiro Do Norte
Fórum dos Assentados	Prefeitura de Mauriti
Frente Sul	Prefeitura Municipal de Milagres
Fundação Araripe	Prefeitura de Missão Velha
Fundação Lima Botelho	Prefeitura Municipal de Nova Olinda
Fundação Mussambê	Prefeitura de Penaforte
GRUNEC	Prefeitura de Porteiras
RECID - Rede De Educação Cidadã	Prefeitura de Potengi
Kariris Ambiental	Prefeitura de Salitre
Movimento dos Sem Terra - MST	Prefeitura Municipal de Santana Do Cariri
Oikos Cariri	Prefeitura de Tarrafas
Ong Beato Jose Lourenço	Prefeitura de Várzea Alegre
Ong Flor do Pequi	Prefeitura do Crato
ORGAECE	Projeto São José
Representação dos Quilombolas	Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística/IBGE – Escritório Cariri
Serviço Brasileiro de Apoio Às Micro E Pequenas Empresas/SEBRAE – Regional Cariri	Secretaria das Cidades – Escritório Cariri
SINTACE - Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Ceará – Regional do Cariri	Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará – SEMACE/Escritório Cariri
SISAR	SINE – IDT
UVC - União dos Vereadores do Estado do Ceará	Universidade Federal do Ceará/UFC – Campos Cariri
ONG Via Sertão	Universidade Regional do Cariri/Urca

Quadro 57: Composição da Plenária Geral do Território do Cariri

Fonte: Relatórios do território, 2009-2010.

Essa estrutura de base territorial tende a se fortalecer com a recente criação (2009) da Rede Estadual de Colegiados Territoriais, que tem o papel de representar política e institucionalmente o conjunto dos colegiados territoriais junto às instituições públicas e privadas, participando ativamente nos debates sobre a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário, com enfoque territorial, considerando e prezando pela participação e por sua autonomia política.

24 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL

O diagnóstico da Dimensão Político Institucional possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 58, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: territorialização e gestão pública, infraestrutura institucional, governabilidade e gestão social que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

ANÁLISE DO AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
<ol style="list-style-type: none"> 1. Instituições públicas e da sociedade civil do território com carência de equipamentos tecnológicos e insuficiência de recursos humanos 2. Secretaria de Agricultura municipal com deficiência de infra-estrutura humana, material e financeira para dar assistência técnica aos municípios 3. Dificuldades de controle social pelos diversos conselhos do território 4. Carência do território na elaboração de projetos 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Existência do fórum dos Assentados 2. O território apresenta conselhos e fóruns regionais 3. Potencial de organização social são inúmeras as associações comunitárias existentes no território 4. O território conta com a presença de diversas ONGs que atuam no território, principalmente na área de assistência técnica 5. A existência do colegiado territorial abriu mecanismos concretos de participação e integração entre a sociedade civil e poder público
ANÁLISE DO AMBIENTE EXTERNO	
AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fragilidade das instituições públicas nos diferentes níveis trabalharem de forma articulada; 2. A interferência da política partidária ainda é um forte fator de manipulação das sociedade civil; 3. A negociação de recursos públicos por fora do espaço do colegiado territorial fragiliza a dinâmica territorial. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Participação da rede estadual de colegiados territoriais foi ponto importante na valorização dos mesmos; 2. O comitê de Articulação Estadual – CAE e o Comitê Nacional do Programa Território da Cidadania tem sido canal importante para a articulação de ações em prol do desenvolvimento dos territórios; 3. A constituição da rede nacional de colegiados territoriais foi fundamental para o fortalecimento da estratégia de desenvolvimento territorial. 4. O território dispõe de um bom número de universidades.

ESTRATÉGIAS/PROPOSIÇÕES INDICADAS PELO DIAGNÓSTICO

- Ampliação e qualificação da capacidade de articulação e cooperação entre as instituições de base municipal, estadual e federal
- Participação mais efetiva dos gestores municipais, das câmaras municipais e da representação do poder judiciário na construção da estratégia de desenvolvimento territorial
- Valorização e ampliação de políticas públicas de capacitação, considerando a realidade dos diversos atores sociais do território
- Estruturação do colegiado territorial com a alocação de recursos (financeiro, material, logístico e humano) no sentido de ampliar e qualificar a sua atuação no território
- Estimulo e fortalecimento dos mecanismos e instrumentos de participação da sociedade civil nos processos de formulação, implantação, monitoramento e avaliação de políticas públicas (ou ações sociais públicas) e do próprio PTDRS (movimento sindical, movimentos sociais, fóruns temáticos ou de representação, redes sociais de cooperação, ONGs, conselhos municipais)
- Ampliação e diversificação do leque de atores sociais com vistas a ampliar os espaços de representação, legitimidade e participação efetiva dos beneficiários do desenvolvimento rural-urbano, com abordagem territorial
- Ampliação dos espaços de articulação e diálogo com os fóruns e redes de cooperação com vistas a qualificar os espaços plurais de participação e gestão de políticas públicas pelo conjunto dos segmentos da sociedade civil
- Reconhecimento e valorização da cultura com vistas a potencializar as relações entre cultura e desenvolvimento como o primeiro passo para a formulação de estratégias de desenvolvimento viáveis, efetivas e legítimas
- Criação de mecanismos de comunicação e divulgação das dinâmicas territoriais - seus resultados, limites e desafios - com vistas a sensibilizar e valorizar a participação e comprometimento dos financiadores, parceiros, técnicos/as, beneficiários/as, entre outros.

Quadro 58: Análise do Ambiente Interno e Externo Dimensão Político Institucional
Fonte: Reunião Comitês Temáticos e Registros PTDRS, 2010.

Parte III

O PLANEJAMENTO

Visão de Futuro

Objetivos Estratégicos

Diretrizes Principais

Eixos Temáticos

Programas

Projetos

O PLANEJAMENTO

O planejamento das atividades relativas à qualificação dos PTDRS teve como embasamento o Guia de Planejamento Territorial que apresenta *As Orientações Gerais para Elaboração e Qualificação do PTDRS*, bem como a matriz de variáveis do *Diagnóstico Territorial* e o apoio da Coordenação Nacional de Brasília.

Para estabelecer a direção das ações foi firmada a parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA e o Instituto Agropolos do Ceará, reunidos como Grupo Técnico de Apoio à Implementação da Estratégia de Desenvolvimento no Estado do Ceará, GTT.

Os encontros do GTT mobilizaram esforços no sentido de articular os territórios e estabelecer um elo de comunicação do Assessor Técnico Territorial com os atores municipais e territoriais, constituídos enquanto Colegiados e demais instancias. Outros profissionais contratados para organizar as informações e dados coletados deram suporte à materialização do plano.

O plano se origina a partir do diagnóstico e da matriz de análise do ambiente interno e externo, delineando os elementos próprios para implementação do planejamento, quais sejam: visão de futuro, Objetivos Estratégicos, Diretrizes Principais, Eixos Temáticos, Programas e Projetos e se efetiva através da criação de um sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação denominado Sistema de Gestão do Plano.

25 A VISÃO DE FUTURO

O Território do Cariri compartilha a promoção do desenvolvimento sustentável, integrando as políticas públicas, via a implementação de projetos sociais, produtivos, ecológicos, e organização das cadeias produtivas nos diversos segmentos de produção com práticas da preservação ambiental, conservação e incentivo às tradições culturais, com respeito aos saberes populares e crenças religiosas, que proporcionem a inclusão de gênero, geração, raça e etnia e a elevação dos índices de desenvolvimento humano, com saúde e educação de qualidade, entre os demais componentes promotores da qualidade de vida.

26 OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos foram traçados levando em consideração as dimensões do desenvolvimento, Quadro 59, refletidos e entendidos como os grandes propósitos a serem alcançados, transformando os sonhos em realidade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	
DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO	
SÓCIO CULTURAL E EDUCACIONAL	<ol style="list-style-type: none">1. Resgatar e valorizar a cultura como algo inerente ao ser humano, representando a maneira de ser, estar, perceber e conviver de todos/as no território2. Proporcionar uma educação interdisciplinar e contextualizada, com vistas à formação de uma sociedade sustentável e estruturada nos princípios da ética e cidadania3. Melhoria e garantia de acesso aos serviços de saúde desde a atenção primária aos demais atendimentos necessários, de maneira a proporcionar qualidade de vida à população rural e urbana do Território com humanização e ética4. Garantir o acesso às políticas públicas de direito e desenvolvimento social
AMBIENTAL	<ol style="list-style-type: none">1. Promover o desenvolvimento sustentável do território, integrando recuperação, preservação do meio ambiente e projetos sócio-eco-produtivos e educativos resultando em melhorias de vida e geração de trabalho e renda
SÓCIOECONÔMICA	<ol style="list-style-type: none">1. Promover o Desenvolvimento dos Setores produtivos, com base na Geração de Renda e Sustentabilidade Ambiental2. Promover o Acesso à Terra, a Regularização Fundiária e o Fortalecimento dos Assentamentos da Reforma Agrária3. Assegurar a infraestrutura básica como suporte de apoio ao desenvolvimento social, produtivo e ambiental do território
POLÍTICO INSTITUCIONAL	<ol style="list-style-type: none">1. Fortalecer o Colegiado Territorial, como Espaço de Integradora e de Construção de Dialógica entre as Instituições e Entidades que Habitam e atuam no Território

Quadro 59: Objetivos Estratégicos por Dimensão de Desenvolvimento do Território do Cariri

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

27 AS DIRETRIZES PRINCIPAIS

As Diretrizes Principais são as grandes linhas mestras que orientam e atraem o processo de desenvolvimento sustentável, neste sentido o fortalecimento da identidade territorial é imprescindível para o enfrentamento de grandes desafios no Território, dentre esses é importante destacar: as desigualdades sociais e regionais, mediante a inserção nas novas dinâmicas socioeconômicas e culturais com sustentabilidade. Lutar por um Brasil sem Miséria e com gente Feliz, lema mencionado em muitas Oficinas e na concretização dessas diretrizes, traçaram-se oito grandes linhas:

1. Identidade Territorial
2. Responsabilidade social
3. Valorização e prática dos princípios da ética e cidadania
4. Inclusão social, considerando gênero, geração, raça e etnia
5. Estimulo às formas de organização social e produtiva
6. Fortalecimento das parcerias entre as diversas instâncias envolvidas nos processos de desenvolvimento
7. Reconhecimento e estímulo às tradições culturais
8. Garantia da sustentabilidade ambiental e econômica

28 OS EIXOS DO DESENVOLVIMENTO

Os Eixos de Desenvolvimento são as atividades norteadoras do desenvolvimento sustentável do Território, de acordo com os objetivos ou importância dentro de cada dimensão. Os eixos do desenvolvimento foram eleitos pela plenária geral, a partir de temas que refletiam as necessidades de cada dimensão, que possibilitaram a organização de Programas e Projetos em torno dos objetivos traçados pelas instâncias de planejamento do Colegiado, os Comitês Temáticos e Setoriais.

No tocante a dimensão sociocultural educacional foram eleitos quatro eixos: Cidadania, Assistência Social e Direitos Humanos, Saúde de Qualidade no Território, Educação de Qualidade no Território e Desenvolvimento da Cultura no Território, apresentados nos Quadros 61, 62, 63 e 64, a seguir.

28.1 Eixo Cidadania, Assistência Social e Direitos Humanos

Neste eixo levou-se em conta quanto ao objetivo estratégico traçado a organização de dois Programas, um de Acesso a Assistência Social e o outro de Acompanhamento e Controle Social das Políticas Sociais. O primeiro gerou seis projetos e o segundo outros três, relacionados no Quadro 61 a seguir:

Objetivos Estratégicos	Programas	Projetos
Garantir o acesso às políticas públicas de direito e desenvolvimento social	Programa: Acesso a Assistência Social	<ol style="list-style-type: none">1. Capacitação e Qualificação profissional na área da assistência social2. Implantação de CREAS3. Implantação de Casas de Apoio/Abrigo4. Implantar Centros de Convivência para Crianças, Adolescentes e Idosos5. Adequação dos prédios públicos de atendimento à saúde e assistência social para recepção de pessoas portadoras de necessidades especiais6. Projeto de inclusão social para pessoas

Objetivos Estratégicos	Programas	Projetos
		com deficiências
	Programa: Acompanhamento e Controle Social das Políticas Sociais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estruturar os conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA' s 2. Fortalecer os Conselhos da Assistência Social 3. Capacitação do Comitê Temático de Direito e Desenvolvimento Social

Quadro 60 - Eixo Cidadania, Assistência Social e Direitos Humanos

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

28.2 Eixo de Saúde de Qualidade no Território

O objetivo estratégico relativo a este eixo levou em consideração a organização de dois Programas, um de Promoção da Saúde de qualidade no Território e o outro de Acompanhamento e controle social das ações de saúde. O primeiro gerou oito projetos e o segundo outros dois, relacionados no Quadro 61 a seguir:

Objetivos Estratégicos	Programas	Projetos
Melhoria e garantia de acesso aos serviços de saúde desde a atenção primária aos demais atendimentos necessários, de maneira a proporcionar qualidade de vida à população rural e urbana do Território com humanização e ética	Programa Promoção da Saúde de qualidade no Território	<ol style="list-style-type: none"> 1. Requalificação e expansão dos postos de saúde 2. Implantação de farmácias de fitoterápicos 3. Fortalecimento e ampliação da atenção primária e da atenção especializada em saúde dos municípios integrantes do território do cariri 4. Ampliação do numero de transportes sanitários adequados de pacientes 5. Implantação de serviços de atendimento a urgências e emergências (UPA – Unidade de Pronto Atendimento, SE – Salas de Estabilização, SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) 6. Implantação de consórcios intermunicipais em saúde (CAPS I), com destaque para aterros sanitários

Objetivos Estratégicos	Programas	Projetos
		7. Instalação/Implementação de sistemas de saneamento básico nas zonas urbanas dos municípios do Território 8. Implantação de programa de abastecimento de água potável às comunidades rurais, através de instalação e ampliação de adutoras e projetos de captação de água através de cisternas de placas, poços artesianos e estruturação/recuperação de açudes
	Programa Acompanhamento e controle social das ações de saúde	1. Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Saúde 2. Capacitação do Comitê Temático de Saúde no Território

Quadro 61 - Eixo de Saúde de Qualidade no Território

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

28.3 Eixo Educação de Qualidade no Território

O objetivo estratégico relativo a este eixo levou em consideração a organização de três Programas, um de Promoção da Educação Profissionalizante, o segundo de Melhoria da Qualidade de Ensino e o terceiro relativo a Melhoria da Infraestrutura nas escolas urbanas e rurais. O primeiro gerou quatro projetos, o segundo três e o terceiro dois, relacionados no Quadro 62 a seguir:

Objetivos Estratégicos	Programas	Projetos
Proporcionar uma educação interdisciplinar e contextualizada, com vistas à formação de uma sociedade sustentável e estruturada nos princípios da ética e cidadania	Programa Promoção da Educação Profissionalizante	1. Formação Humana e Social para o Desenvolvimento Sustentável 2. Ampliação da educação tecnológica 3. Fortalecer a escola agrícola do território 4. Criar escolas famílias agrícolas
	Programa Melhoria da qualidade de ensino	1. Qualificação dos professores nas diversas áreas de trabalho, incluindo educação inclusiva e contextualizada (formação continuada) 2. Implantação de casas digitais em comunidades rurais 3. Produção e adequação de conteúdos

Objetivos Estratégicos	Programas	Projetos
		dirigidos
	Programa Melhoria da infraestrutura nas escolas urbanas e rurais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estruturação das escolas com espaço físico, mobiliário, material didático-pedagógico e transporte adequado 2. Melhoria da infra estrutura viária para transporte de alunos

Quadro 62 - Eixo Educação de Qualidade no Território

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

28.4 Eixo de Desenvolvimento da Cultura no Território

O objetivo estratégico relativo a este eixo levou em consideração a organização de um Programa de Apoio e Resgate da Cultura Territorial, esse gerou seis projetos, relacionados no Quadro 63 a seguir:

Objetivos Estratégicos	Programas	Projetos
Resgatar e valorizar a cultura como algo inerente ao ser humano, representando a maneira de ser, estar, perceber e conviver de todos/as no território	Programa: Apoio e Resgate da Cultura Territorial	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estruturação, Urbanização e Regionalizar do Centro de apoio ao artesanato do Cariri na cidade de Juazeiro do Norte 2. Estruturação e Fortalecimento dos APL' s de Artesanato em Palha de Carnaúba, couro, madeira e Cerâmica do território do Cariri 3. Implantação de roteiro cultural integrado 4. Preservação dos patrimônios: histórico cultural, material e imaterial 5. Elaboração de projetos inclusivos ao gênero, geração, raça e etnia, bem como comunidades tradicionais, movimentos culturais já existentes, mulheres, entre outro 6. Potencializar e priorizar a participação de grupos culturais nos eventos territoriais

Quadro 63 - Eixo de Desenvolvimento da Cultura no Território

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

28.5 Eixo de Meio Ambiente e Qualidade de Vida

O objetivo traçado para a Dimensão Ambiental gerou o eixo: Meio Ambiente e Qualidade de Vida, a partir do mesmo foram gerados cinco

Programas: Promoção da Educação Ambiental com seis projetos, Manejo Sustentável dos Biomas da Mesorregião da Chapada do Araripe com oito projetos, Programa de Infraestrutura de apoio à gestão ambiental com três projetos, Programa de Combate à Desertificação Ambiental com três projetos e por fim o Programa Energia Alternativa e Produção Limpa com dois projetos, conforme o Quadro 64, a seguir

Objetivo Estratégico	Programas	Projetos
Promover o desenvolvimento sustentável do território, integrando recuperação, preservação do meio ambiente e projetos sócio, eco-produtivos e educativos resultando em melhorias de vida e geração de trabalho e renda	Programa Promoção da Educação Ambiental	<ol style="list-style-type: none"> 1. Educação para reciclagem e resíduo sólido 2. Conscientização Ambiental para convivência com o Semiárido 3. Formação de Agentes de Desenvolvimento Ambiental 4. Realizar seminário para discutir Agroecologia 5. Implantar a Rede Araripense de Educação Ambiental 6. Capacitação para gestores municipais na área ambiental
	Programa Manejo Sustentável dos Biomas da Mesorregião Chapada do Araripe	<ol style="list-style-type: none"> 1. Plano de Manejo Sustentável do Bioma Caatinga 2. Reforço na fiscalização do uso da caatinga e mata atlântica 3. Preservar e revitalizar as matas ciliares das bacias hidrográficas 4. Implantação de viveiros regionais de mudas nativas 5. Implementação dos bancos de sementes 6. Revitalização das bacias hidrográficas da região (rios, matas ciliares e encosta de morros) 7. Promoção da recuperação e reforço da flora e da fauna locais 8. Desenvolver ações articuladas para o fortalecimento do projeto GEOPARQUE
	Programa Infraestrutura de apoio à gestão ambiental	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estruturação de mecanismos de apoio à gestão ambiental (estrutura física e humana) 2. Implantar 3 estações meteorológicas no território (sendo uma por micro território) 3. Construir reservatórios distribuídos parcialmente fortalecendo o P1 MC e o P1 + 2

Objetivo Estratégico	Programas	Projetos
	Programa Combate à desertificação ambiental	<ol style="list-style-type: none"> 1. Projeto de Combate à Desertificação do Semiárido 2. Implantar viveiros para produção de mudas nativas e frutíferas nas comunidades 3. Reforço na fiscalização do uso da caatinga e mata atlântica
	Programa Energia Alternativa e Produção Limpa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Projeto de aproveitamento dos resíduos de processo produtivo 2. Projeto do uso de energia solar

Quadro 64 - Eixo de Meio Ambiente e Qualidade de Vida

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

28.6 Eixo de Ação Fundiária

Os objetivos traçados para a Dimensão Socioeconômica geraram três eixos. O Primeiro eixo intitulou-se Ação Fundiária cujo objetivo elencou três Programas: Assegurar o Acesso à Terra, Regularização Fundiária e Crédito e o Fortalecimento dos Assentamentos da Reforma Agrária. O primeiro programa gerou três projetos, o segundo dois e o terceiro outros três, conforme o Quadro 65, a seguir

Objetivos Estratégicos	Programas	Projetos
Promover o Acesso à Terra, a Regularização Fundiária e o Fortalecimento dos Assentamentos da Reforma Agrária	Programa Assegurar o Acesso à Terra.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Capacitar Jovens Rurais com vistas ao Acesso ao Programa Nacional de Crédito Fundiário/ Nossa Primeira Terra 2. Desenvolver ações para os agregados da reforma agrária 3. Desenvolvimento de ações visando a desapropriação de terras
	Programa Regularização Fundiária e Crédito	<ol style="list-style-type: none"> 1. Georeferenciamento e Regularização Fundiária de Imóveis Rurais 2. Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural
	Programa Fortalecimento dos Assentamentos da Reforma Agrária	<ol style="list-style-type: none"> 1. Planos de manejo para as áreas de assentamentos de reforma agrária 2. Desenvolver ações para os agregados da reforma agrária 3. Acelerar o processo de desapropriação de terras

Quadro 65 - Eixo de Ação Fundiária

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

28.7 Eixo de Desenvolvimento Econômico e Organização Sustentável da Produção

O eixo Desenvolvimento Econômico e Organização Sustentável da Produção elencou três Programas: Programa Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico dos Arranjos Produtivos Locais – APL's e de Atividades de Base Familiar, que elencou vinte e três projetos; o Programa Assegurar Bases de Serviços no Apoio ao Desenvolvimento Territorial com três projetos e o Programa Implantação de Agroindústria com seis projetos, conforme o Quadro 66, a seguir

Objetivos Estratégicos	Programa	Projeto
Promover o Desenvolvimento dos Setores produtivos, com base na Geração de Renda e Sustentabilidade Ambiental	Programa: Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico dos Arranjos Produtivos Locais – APL's e de Atividades de Base Familiar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantação de sistemas de produção integrada de base agroecológica – Sistema PAIS 2. Produção de Hortaliças Orgânicas; 3. Implantação de casas comunitárias de sementes (banco de sementes) para Agricultura Familiar 4. Instalação de Laboratórios de Análise de Solos, Água e Tecidos Vegetais 5. Estruturação e Fortalecimento do APL do Pequi e outros frutos oriundos da atividade extrativista 6. Apoio ao desenvolvimento do APL de Apicultura com maquinário adequado 7. Apoio ao desenvolvimento do APL de Caprinocultura e Ovinocultura 8. Apoio ao desenvolvimento do APL de Mandiocultura e seus derivados e subprodutos 9. Apoio ao desenvolvimento do APL de Leite e Derivados 10. Apoio ao desenvolvimento do APL de Artesanato 11. Apoio ao desenvolvimento do APL da Fruticultura 12. Apoio ao desenvolvimento do APL de Turismo ecológico e rural 13. Produção, beneficiamento e comercialização de biocombustíveis 14. Apoio à atividade produtiva da piscicultura e aqüicultura 15. Implantação de quintais produtivos 16. Programa de Mini Usinas de rapadura, doces e Álcool 17. Desenvolvimento do APL de calçados

Objetivos Estratégicos	Programa	Projeto
		18. Desenvolvimento do APL de Cerâmica com Sustentabilidade Ambiental 19. Apoio as Feiras da Sócio economia Solidária 20. Redes de produção e comercialização sócio-solidária 21. Criar selo de certificação participativa para a produção agroecológicas e sistemas de produção integrada 22. Capacitar mulheres para inclusão no processo produtivo através do PRONAF mulher 23. Capacitar jovem para inclusão no processo produtivo através do PRONAF Jovem
	Programa Assegurar Bases de Serviços no Apoio ao Desenvolvimento Territorial	1. Apoio a estruturação de cooperativas de créditos, produção e comercialização 2. Estruturação de Bases de Serviços de Comercialização 3. Universalizar os Serviços de Assistência Técnica no Território
	Programa Implantação de agroindústria	1. Implantação e modernização de mini unidades de processamento de Caju (semi-artesanal) 2. Modernização e implantação de casas de farinha no território 3. Modernização e implantação das casas de mel para obtenção de certificação 4. Projeto de beneficiamento e aproveitamento dos subprodutos das agroindústrias; 5. Construção de laticínios; 6. Construção de entreposto de mel;

Quadro 66 - Eixo de Desenvolvimento Econômico e Organização Sustentável da Produção

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

28.8 Eixo de Infraestrutura Produtiva, Social e Ambiental

O eixo de Infraestrutura Produtiva, Social e Ambiental gerou o Programa Fortalecimento da Infraestrutura Econômica e Social do Território que conta com doze projetos, conforme o Quadro 67, a seguir

Objetivos Estratégicos	Programa	Projeto
Assegurar a infraestrutura básica como suporte de apoio ao desenvolvimento social, produtivo e ambiental do território	Programa Fortalecimento da Infraestrutura Econômica e Social do Território	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sinalização e mobiliário das trilhas na Floresta Nacional do Araripe – Pólo de Ecoturismo 2. Monitoramento interativo (via-internet) da Floresta do Araripe 3. Melhoria da infra-estrutura de transporte 4. Infraestrutura de segurança 5. Infraestrutura de educação profissional (escolas profissionalizantes) 6. Ampliação do trem do Cariri 7. Construção da Barragens da Cachoeira dos Gonçalves, na divisa entre o Crato, Nova Olinda e Farias Brito, para redimensionamento e perenização do Rio Carius. 8. Duplicação da Rodovia Crato/Exu – Trecho: ladeira das Guaribas/Batateiras, Trecho Ladeira da Gameleira (Exu). 9. Construção e viabilização do funcionamento de abatedouros, unidades de beneficiamento de couro (curtume), carne e leite 10. Instalação de energia elétrica nas comunidades rurais ainda não abastecidas 11. Implantar sistemas de energia alternativa 12. Ampliar o programa luz para todos para áreas produtivas

Quadro 67 - Eixo de Infraestrutura Produtiva, Social e Ambiental

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

28.9 Eixo de Gestão Social

O objetivo traçado para a Dimensão Político Institucional gerou o eixo: Gestão Social, a partir do mesmo foram gerados dois Programas: Fortalecimento do Colegiado e Instancias integrantes na gestão social e produtiva do Território com seis projetos, e o Programa Sistema Simplificado de Controle para a Gestão Social do Território com três projetos, conforme o Quadro 68 ,a seguir

Objetivo Estratégico	Programas	Projetos
Fortalecer o Colegiado Territorial, como Espaço de Integradora e de Construção de Dialógica entre as Instituições e Entidades que Habitam e atuam no Território	<p>Programa 1: Fortalecimento do colegiado e instancias integrantes na gestão social e produtiva do Território</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estruturação do Escritório-sede do colegiado territorial 2. Aperfeiçoamento da institucionalidade do colegiado territorial para a gestão social do território 3. Revitalização dos colegiados municipais (CMDS) e setoriais (saúde, educação, assistência, mulher, criança e juventude) 4. Estruturação e capacitação dos Comitês Temáticos para o Planejamento e a Gestão Social do Território 5. Qualificação da assessoria técnica para elaboração e monitoramento dos projetos estratégicos do território 6. Fortalecimento das estruturas organizacionais dos assentamentos, associações, cooperativas e grupos produtivos
	<p>Programa 2: Sistema Simplificado de Controle para a Gestão Social do Território</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Formação permanente das instâncias do colegiado territorial e dos agentes de desenvolvimento para a efetiva gestão social e produtiva do território 2. Criação e ampliação dos espaços / instrumentos de comunicação e divulgação das ações do Território 3. Implantar um sistema permanente de acompanhamento, controle e avaliação das ações implantadas no território

Quadro 68 - Eixo de Gestão Social

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

29 PROJETOS ESTRATÉGICOS PRIORIZADOS PELO TERRITORIO

O Colegiado Territorial em sua plenária de validação resolveu dar prioridade a alguns projetos e ações estratégicos para a implementação do plano conforme descrito abaixo no Quadro 69.

PROJETOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES
1. Organização dos Sub-Sistemas Produtivos da Fruticultura Diversificada no Cariri Central.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantação de viveiros para a produção de mudas 2. Implantar sistemas agroflorestais 3. Implantar unidade de produção agroecológicas, consorciadas com a horticultura 4. Implantação de agroindústrias descentralizadas 5. Integrar com o subsistema da apicultura
2. Organização do Subsistema da Ovinocaprinocultura do Cariri Oeste	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fortalecer o fórum territorial do produtores/as de ovinos e caprinos 2. Implantação de unidades de crias e reprodutores de qualidade 3. Implantar unidades de engorda e acabamento 4. Aquisição de kit armazenamento de forragens, implantação de bancos de proteínas com vistas a garantir reserva estratégica de alimentos 5. Implantar unidades de processamento de carne e pele
3. Organização da Cadeia Produtiva da Bovinocultura de Leite no Cariri Leste.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fortalecer o fórum territorial do produtores/as da bovinocultura de leite 2. Implantação de unidades de crias e reprodutores de qualidade 3. Aquisição de kit armazenamento de forragens, implantação de bancos de proteínas com vistas a garantir reserva estratégica de alimentos 4. Implantar unidades de resfriamento e processamento de leite.
4. Projeto GEOPARQUE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Integrar ações do Plano Territorial de Desenvolvimento Territorial com o Projeto GEOPARK
5. Projeto Cidades do Ceará	<ol style="list-style-type: none"> 1. Integrar ações do Plano Territorial de Desenvolvimento Territorial com o Projeto Cidades do Ceará.

Quadro 69: Projetos Estratégicos priorizados pelo Território

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

Parte IV

SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO

Proposição

SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO

O Sistema de gestão do plano caracteriza por dois processos simultâneos e interrelacionados, um *intrínseco* e outro *extrínseco*. Conforme as Orientações Gerais para a Elaboração e Qualificação do PTDRS, *o processo intrínseco consiste, principalmente, na intensidade de responsabilidade social que o colegiado se atribui ao assumir a gestão no sentido da materialização dos objetivos, metas e resultados e também no contínuo processo de qualificação do próprio sistema. Enquanto que o processo extrínseco consiste na competência social do colegiado buscando a maior governança nos acordos e negociações com parceiros e atores das diversas esferas de concertação possíveis da União.*

Os dois processos prescindem da ação efetiva dos colegiados assumirem a gestão social dos planos. Todavia os territórios carecem ainda de um amadurecimento de suas instancias colegiadas, por conta da transitoriedade de representação dessas instancias, tanto aqueles que elaboraram o plano quanto os que estão na fase de qualificação.

O plano de gestão a ser construído durante o processo de formulação da visão do futuro, dos objetivos estratégicos, das diretrizes, dos eixos de desenvolvimento, dos programas e dos projetos estratégicos territoriais não contemplou os demais elementos de gestão territorial, quais sejam: os instrumentos para a implementação, o gerenciamento social, sua operacionalização (metas e resultados) e a governança sobre os acordos externos e seus instrumentos de controle social (indicadores).

A implementação dos PTDRS tem como ponto de partida a reestruturação das instancias colegiadas de forma que possibilite garantir sua representatividade e retome a formulação dos demais elementos necessários a gestão social do plano territorial.

A gestão social é um processo no qual se estabelece uma nova forma de participação, negociação, alcance de consensos e democratização das

decisões que definem a natureza, foco e prioridades da aplicação dos instrumentos da política. O processo viabilizará a promoção da legitimação de espaços da participação dos atores sociais no contexto da definição das políticas públicas de interesse do Território.

Nessa direção, a gestão aqui apresentada deve ser compreendida como uma proposta que estimula o surgimento de uma ambiência político-institucional favorável à construção de relações sociais mais horizontais e emancipatórias (relações de poder estabelecidas entre os arranjos institucionais locais).

O planejamento, a execução, e o controle (o monitoramento e a avaliação) são etapas imbricadas que compõem gestão, e se realizadas de forma participativa, envolvendo os distintos atores que compõem o Território, poderão produzir as transformações necessárias. Neste Plano toda a etapa de qualificação foi cumprida, com a mais ampla participação da sociedade civil, através de representações de segmentos presentes na Plenária do Território, assim como daquelas instituições públicas presentes na Plenária e Comitês Temáticos. A sua execução se efetivará em função das articulações realizadas pelo Colegiado Territorial e Rede de Colegiados Estadual com os governos Federal, Estadual e Municipal e ainda pelo envolvimento da sociedade organizada que, pelo que ficou demonstrado no processo de elaboração do Plano, já se organiza para sua efetivação. O controle é essencial para a realimentação do processo, assim se poderá tomar as medidas indicadas para o aperfeiçoamento permanente da gestão, daí a necessidade de um tratamento cuidadoso na sua implementação.

Os ciclos de gestão se iniciam por meio do monitoramento e avaliação (M&A), ou seja, antigos e novos atores são sensibilizados e mobilizados para discutir e refletir sobre as ações, bem como identificar o que pode ser redirecionado ou aperfeiçoado.

O papel fundamental das práticas de M&A é medir a eficiência e eficácia da implantação das políticas públicas. O PTDRS se apresenta como o instrumento de planejamento mais amplo e articulado, sem desconsiderar a

importância do diálogo com as demais experiências em andamento no território, subsidiando, permanente e gradativamente, a execução do já mencionado plano e seus resultados.

A gestão social é o responsável também pela identificação dos resultados e impactos, bem como pela formulação de medidas de aperfeiçoamento. O monitoramento é o acompanhamento sistemático das ações passo a passo e está mais relacionado ao andamento das etapas/atividades em si. A avaliação tem intervalos mais amplos, em geral um ano ou um ciclo de projeto, e tem como propósito analisar todos os aspectos possíveis, até mesmo questionar a planificação. Já a monitoria serve para guiar um processo ou projeto sem sair do seu marco inicial. A avaliação, portanto, é mais profunda do que a monitoria e precisa de mais dados e de análises mais complexas.

Assim, a avaliação deve ser trabalhada através dos três indicadores abaixo relacionados:

- De avaliação de processo: verifica se as atividades previstas relacionadas com os produtos/objetivos e o modelo de gestão estão funcionando. Em geral chama-se de monitoria exatamente o acompanhamento sistemático das ações passo a passo, ou, ainda, a avaliação do processo, os avanços e deficiências no processo de planejamento, execução e gestão.
- De avaliação de resultado: verifica se os produtos relacionados com os objetivos foram realizados e alcançados. A avaliação de resultados fornece elementos para a redefinição de objetivos e revisão da estratégia, ou seja, do caminho proposto para se chegar aos objetivos.
- De avaliação de impacto: verifica a contribuição dos produtos/resultados alcançados na solução dos problemas, mudança da realidade, melhoria da qualidade de vida, ou seja, a materialização da visão de futuro. Tais impactos referem-se às

mudanças mais duradouras ou significativas e, portanto, mais difícil de medir. Muitas vezes requer um “marco zero” de informações sobre as condições de vida dos diversos segmentos, em particular da agricultura familiar para permitir a comparação posterior.

Nessa direção, o Colegiado Territorial irá construir o formato teórico-metodológico do controle para a gestão social do desenvolvimento territorial, bem como os mecanismos e instrumentos de monitoramento e avaliação na perspectiva de elevar o patamar de participação cidadã dos atores que conformam o colegiado territorial e dos demais agentes sociais no controle social do PTDRS e nas ações sociais públicas. Em outras palavras, é preciso construir os arranjos institucionais para a gestão do PTDRS capazes de responder pelo processo de monitoramento e avaliação tanto do PTDRS, quanto dos projetos, desafios estes a serem coordenados por uma estrutura colegiada responsável pela gestão social do território.

Essa estrutura colegiada precisa dialogar com as demais estruturas existentes no território, a exemplo dos CMDS, conselhos setoriais, fóruns, e redes, no sentido de fomentar avanços significativos nos componentes que qualificam as relações entre Estado e sociedade civil, ou seja: um desenho institucional que atenda às exigências do projeto de desenvolvimento territorial, o estímulo à presença de uma sociedade civil mobilizada e o compromisso dos gestores públicos com o projeto de participação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este plano foi materializado com ampla participação do Colegiado Territorial de acordo com o papel atribuído a cada uma de suas instâncias. Portanto, do ponto de vista da apropriação do documento como ferramenta de gestão para a construção do desenvolvimento sustentável, o colegiado respeitando as definições da plenária geral, para implementação do mesmo assumiu a partir de sua visão de futuro entendida como a identificação dos sonhos individuais e coletivos das comunidades e sujeitos que fazem parte destes territórios e através dos objetivos estratégicos traçados:

- Resgatar e valorizar a cultura como algo inerente ao ser humano, representando a maneira de ser, estar, perceber e conviver de todos/as no território; Proporcionar uma educação interdisciplinar e contextualizada, com vistas à formação de uma sociedade sustentável e estruturada nos princípios da ética e cidadania; Melhoria e garantia de acesso aos serviços de saúde desde a atenção primária aos demais atendimentos necessários, de maneira a proporcionar qualidade de vida à população rural e urbana do Território com humanização e ética; Garantir o acesso às políticas públicas de direito e desenvolvimento social.
- Promover o desenvolvimento sustentável do território, integrando recuperação, preservação do meio ambiente e projetos sócio-eco-produtivos e educativos resultando em melhorias de vida e geração de trabalho e renda Promover o Desenvolvimento dos Setores produtivos, com base na Geração de Renda e Sustentabilidade Ambiental.
- Promover o Acesso à Terra, a Regularização Fundiária e o Fortalecimento dos Assentamentos da Reforma Agrária; Assegurar a infraestrutura básica como suporte de apoio ao desenvolvimento social, produtivo e ambiental do território.
- Fortalecer o Colegiado Territorial, como Espaço de Integradora e de Construção de Dialógica entre as Instituições e Entidades que habitam e atuam no Território.

Para tanto, caberá as instancias colegiadas dentro de seu papel construir os planos de ação de acordo com o seu nível de atuação e colocarem em prática os projetos conforme prioridades estabelecidas no cronograma de execução.

E, por fim, destaca-se a importância do papel que o colegiado territorial irá desempenhar em conjunto com a rede estadual de colegiados territoriais na divulgação e na negociação de recursos visando à implementação das ações e dos projetos territoriais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, CAPISTRANO. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. São Paulo: BRIGUET, 1930.

AFONSO, Cintia Maria. Sustentabilidade. Caminho ou utopia? São Paulo: Annablume, 2006.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CEARÁ, Fortaleza, 2010.

ARAÚJO, F.S. SAMPAIO, E.V.B.S; FIGUEIREDO, M.A; RODAL, M.J.N; FERNANDES, A.G. Composição florística da vegetação de carrasco, Novo Oriente, CE. In: Rev. bras. Bot. vol. 21 n. 2 São Paulo Aug. 1998.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, PNUD, 2000.

BANCO DO NORDESTE. Documento referencial do pólo de desenvolvimento integrado Cariri cearense. Francisco Mavignier Cavalcante França (Coord.). Ricardo Lima de Medeiros Marques. (Org.). Fortaleza: BNB, 2001. Disponível: <http://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede_Irigacao/Docs/Documento%20Referencial%20do%20Polo%20de%20Desenvolvimento%20Integrado%20Cariri%20Cearense.PDF>. Acesso em: 21 nov. 2009.

BARROSO, Gustavo. À Margem da história do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, Fortaleza, 1962.

BORZACCHIELLO, JOSÉ CAVALCANTE, TÉRCIA E DANTAS, EUSTÓGIO (Orgs.). Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

Brasil. Capacita SUAS. Volumes 1, 2 e 3. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais do Pontífice Universidade Católica de São Paulo – 1ª Edição. Brasília: MDS, 2008.

Brasil. MDA/CONDRAF. Documento-base para a Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 2008.

_____. Documento-base para as Conferências Estaduais. Desenvolvimento Rural Sustentável: por um Brasil rural com gente. Brasília, 2008.

_____. Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF nº 3. Brasília: 2006.

_____. Institucionalidade para a Gestão Social do Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF nº 1. Brasília: 2005.

Brasil. MDA/SDT/NEAD. Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável. Ministério do Desenvolvimento Agrário; com o apoio técnico e

cooperação do IICA. Brasília: CONDRAF, Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003.

BRASIL. MDA/SDT. Documento do Guia de Orientações para elaboração e qualificação do PTDRS. Brasília, DF: MDA, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação, 2009. Disponível em: < www.mec.gov.br>. Acesso em: 27 jun. 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura, 2009. Disponível em: <www.minc.gov.br>. Acesso em: 30 jun. 2010.

Brasil. MESA/FOME ZERO/CONSEA. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional. Brasília: Documento Base, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Sistema de Avaliação e Monitoramento do PRONAF. Dados sistematizados do BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN e BNDES.

_____. Dados atualizados até BACEN: até 06/2008; BANCOOB até 09/2008; BANCO COOPERATIVO SICREDI: até 09/2008; BASA: até 11/2008; BB: até 11/2008; BN: até 10/2008 e BNDES: até 07/2006 - Últimos 3 meses sujeitos à alterações. Data da Impressão: 23 jan. 2009.

BRENO BRINGEL, MARIA VICTÓRIA ESPIÑEIRA (Orgs). Dossiê: Movimentos Sociais e Política. Caderno CRH 54: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA. Salvador: UFBA, 2008.

BRINGEL, BRENO E ESPIÑEIRA, MARIA VITÓRIA (Org). Dossiê Movimentos Sociais e Política. Caderno CRH: revista 21 nº 54. Salvador: UFPB, 2008.

CÂMARA, Gilberto. Análise espacial de dados geográficos. São Paulo: GEOBrasil 2000, 2000.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa ET AL (organizadores). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2ª Ed. 2009.

CARVALHO, G.M.B.S; SOUZA,M.J.N; SANTOS,S.M. ALMEIDA, M.A.G; FILHO, M.R.F. Adaptado de Compartimentação Territorial e Gestão Regional do Ceará, 2000. In: Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 3707-3803.

CEARÁ, Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA). Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS). Fortaleza, 2008/2011

CEARA. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável. Síntese dos Indicadores Sociais do Governo do Estado do Ceará, 2008. Fortaleza, 2009.

CEARÁ. Secretaria de Cultura do Estado, 2010. Disponível em:

<www.secult.ce.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2010.

CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado, 2010. Disponível em: <www.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2010.

CEARA. SEDUC / UNICEF. Censo Comunitário Educacional. Fortaleza, 1996.

COMUNIDADE indígena Poço Dantas – município de Crato – CE. Disponível em <<http://www.crisanto.jor.br/oktiva.net/2053/nota/154951>>. Acesso em: 13 set. 2009.

CONDIRC – Conselho de Desenvolvimento e Integração Regional do Cariri/CE. Disponível em: <<http://www.cariri.org.br/arranjos.jsp>>. Acesso em: 21 nov. 2009.

CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (LEI).

IBGE, Estatísticas, Censos, Sínteses, on line, 2010

EMBRAPA. Principais classes de solos do sistema brasileiro de classificação: classes usadas nos levantamentos pedológicos do Brasil. s.n.t.

Equipe Técnica da SDT e CONSULTORES Externos. Referências para a Gestão Social dos Territórios Rurais: Guia para o Controle Social – Documento de Apoio Nº 4. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) - Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), Brasília – 2006

Equipe Técnica Estadual do Programa Territórios da Cidadania - CE. (Orgs.) Documento para Discussão e Aprimoramento pelos Colegiados Territoriais Orientações para Pensar os Espaços e Estratégias Organizacionais com vistas à Estruturação, (Re) estruturação ou Fortalecimento dos Colegiados no Contexto do Desenvolvimento Territorial com Sustentabilidade. Fortaleza: Maio 2009 (Texto impresso)

GOMES, ANGELA DE CASTRO (Coord.). Direitos e Cidadania Memória, política e cultura. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

HISSA, I. A. Análise da realidade da fonte batateira no Cariri - CE: Aspectos econômicos e legais do mercado de água. Fortaleza: UFC/ PRODEMA, 2005.

IDACE. Disponível em: <<http://www.idace.ce.gov.br/assessoriaimprensa>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

IPECE, PERFIL BÁSICO MUNICIPAL, MAPAS, *on line*.

MEDEIROS, José Simeão de. Bancos de dados geográficos e redes neurais artificiais: tecnologias de apoio à gestão do território. (Tese de Doutorado). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999.

Ministério da Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. 4ª Ed., 1998. Brasília, Organização Pan- Americana de Saúde, 2002.

Ministério da Saúde. Sistema de Planejamento do SUS: uma construção coletiva- organização e funcionamento. Vol. 1., 3ª Ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

Ministério da Saúde. Sistema Nacional de Vigilância em Saúde – Relatório de Situação Ceará. Brasília: ministério da Saúde, 2009.

MIRANDA, CARLOS e COSTA, CRISTINA. Gestão Social do Território: Experiências no Estado do Maranhão. Brasília: IICA, 2005.

MORIN, Edgar. Para Onde Vai o Mundo? Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Território e História no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.

OFICINAS DE QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO. Em novembro de 2010.

Publicação Especial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Territórios da Cidadania: Integração de políticas públicas para reduzir desigualdades. Brasília: Gráfica Santa Bárbara Ltda., 2009.

PACTO DAS ÁGUAS. Disponível em:< www.cogerh.com.br> Acesso em: Novembro de 2010.

PREVINA. Disponível em:< www.funceme.br> Acesso em: Dezembro de 2010.

RABELO, Catarina Maria. Documento Técnico: Um sensível olhar sobre a atuação-relação entre o colegiado territorial e a equipe técnica no contexto da estratégia de desenvolvimento territorial. Mimeo. Fortaleza, 2008/2009.

REGIÃO DO CARIRI. Disponível em:<http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%B5es_do_cear%C3%A1>. Acesso em: 14 nov. 2009.

SALITRE. Disponível em:< <http://www.ferias.tur.br/informacoes/1656/salitre->

RELATÓRIO do Encontro dos Comitês Temáticos da Cultura, Educação, Juventude e Mulheres, Ceará, 2009.

OPAS. Indicadores básicos de saúde no Brasil: conceitos e aplicações.

[ce.html](#)>. Acesso em: 23 out. 2009.

SOUZA, Simone. (Coord.) História do Ceará. Fortaleza: UFC; Fundação Demócrito Rocha, Stylus Comunicações, 1989.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Disponível em: < www.semace.ce.gov.br> Acesso em: Novembro de 2010.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Disponível em < serviços.ibama.gov.

br/cogeq> Acesso em: Novembro de 2010.

VIANA, M.S.; NEUMANN, V.H.L. 1999. O Membro Crato da Formação Santana, CE. In: SCHOBENHAUS, C.; CAMPOS, D. A.; QUEIROZ, E.T.; WINGE, M.; BERBERT-BORN, M. (Edit.) Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil. Disponível em: <<http://www.unb.br/ig/sigep/sitio005/sitio005.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2010.